



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGEO)

BÁRBARA VICTÓRIA DA SILVA SOARES

Estratégias de viver a vida: da produção ao consumo de comida
saudável no Assentamento Canudos/GO

GOIÂNIA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Bárbara Victória da Silva Soares

3. Título do trabalho

ESTRATÉGIAS DE VIVER A VIDA: da produção ao consumo de comida saudável no Assentamento Canudos/GO

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Victória Da Silva Soares, Discente**, em 07/01/2025, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonca, Professor do Magistério Superior**, em 08/01/2025, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5079882** e o código CRC **546BCD34**.

BÁRBARA VICTÓRIA DA SILVA SOARES

Estratégias de viver a vida: da produção ao consumo de comida
saudável no Assentamento Canudos/GO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de Concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Professor Doutor Marcelo Rodrigues
Mendonça

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

SOARES, BÁRBARA VICTÓRIA DA SILVA

Estratégias de viver a vida [manuscrito] : da produção ao consumo
de comida saudável no Assentamento Canudos/GO / BÁRBARA
VICTÓRIA DA SILVA SOARES. - 2025.
CCXI, 211 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto
de Estudos Socioambientais (Iesa), , Goiânia, 2025.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas,
lista de figuras, lista de tabelas.

1. Assentamento Canudos/GO. 2. Produção de Comidas
Saudáveis. 3. Comunidade que Sustenta a Agricultura. 4.
Campesinato. I. Mendonça, Marcelo Rodrigues , orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 76/2024 da sessão de Defesa de Dissertação de **Bárbara Victória da Silva Soares**, que confere o título de Mestra em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos onze dias de dezembro de dois mil e vinte e quatro, a partir das **14:00** horas, no **Auditório Maria Geralda de Almeida**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“PRODUÇÃO DE COMIDA SAUDÁVEL: estratégias de reprodução da vida no Assentamento Canudos/GO”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Manoel Calaça (IESA/UFG)**, membro titular interno; Professora Doutora **Ariandeny Silva de Souza Furtado (IFG/MDA)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Marcelo Rodrigues Mendonça (IESA/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, **aos onze dias de dezembro de dois mil e vinte e quatro**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

ESTRATÉGIAS DE VIVER A VIDA: da produção ao consumo de comida saudável no Assentamento Canudos/GO”



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Rodrigues Mendonça, Professor do Magistério Superior**, em 11/12/2024, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ariandeny Silva de Souza Furtado, Usuário Externo**, em 12/12/2024, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Victória Da Silva Soares, Discente**, em 07/01/2025, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Calaca, Usuário Externo**, em 09/01/2025, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5010926** e o código CRC **0603B4F7**.

*Dedico esta pesquisa a toda essa gente sem terra,
neste país repleto de terra sem gente.*

AGRADECIMENTOS

Partindo do pressuposto de que uma pesquisa é uma jornada coletiva, cada "pedacinho" aqui presente reflete conhecimentos que não foram adquiridos de forma isolada. Em todos os momentos, contei com o apoio dos sujeitos da pesquisa, camponeses, autores, instituições, colegas de grupo de estudo, orientador, militantes, trabalhadores, familiares, amigos e companheiros. Todos esses indivíduos tornaram a caminhada mais leve e, ao mesmo tempo, mais desafiadora. Por isso, expresso minha profunda gratidão a todos que fizeram parte desse processo.

De forma especial, agradeço aos assentados de reforma agrária do Assentamento Canudos, que compartilharam comigo suas valiosas histórias e saberes. Esses camponeses são os verdadeiros protagonistas desta pesquisa. Também registro meu reconhecimento aos articuladores da CSA Artigo 5º, que foram indispensáveis, sempre abertos ao diálogo e à promoção da agroecologia e do Bem Viver. Os povos do campo abriram meus olhos para as contradições e realidades da sociedade brasileira e goiana.

Ao meu orientador, Marcelo Rodrigues Mendonça, agradeço profundamente por todo o acompanhamento ao longo desses anos. Sua busca incessante por clareza e conhecimento, aliada à orientação firme e aos “puxões de orelha” quando necessários, foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Marcelo é um exemplo de orientador, professor e pesquisador, sempre comprometido com suas convicções e com a integridade acadêmica. Também sou grata à professora Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva, por despertar em mim o interesse pela Geografia Agrária ainda na graduação, e ao professor Adriano Rodrigues de Oliveira, pelo suporte e pelos ensinamentos tão valiosos.

Agradeço à Universidade Federal de Goiás (UFG), ao Instituto de Estudos Socioambientais (IESA-UFG) e ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), que ofereceram o espaço e os recursos necessários para a realização desta pesquisa. Minha gratidão se estende aos técnicos-administrativos, professores e estudantes que compõem essas instituições.

Reconheço, com muito apreço, a importância do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER), em especial à Lara Cristine Gomes Ferreira, e do Grupo de Pesquisas Trabalho, Território e Políticas Públicas (TRAPPU/CNPq). Ambos foram cruciais para os debates e contribuições que enriqueceram este trabalho. Também agradeço à CAPES, pela bolsa que financiou a pesquisa e possibilitou sua execução.

À Banca de Qualificação, formada por Ariandeny Silva de Souza Furtado e Manoel Calaça, sou profundamente grata pelas sugestões, contribuições valiosas e pelo debate enriquecedor, que foram fundamentais para o aprimoramento da pesquisa.

Aos amigos que encontrei ao longo dessa jornada, deixo meu carinho especial. Vocês se tornaram verdadeiros parceiros nesta caminhada científica, compartilhando comigo momentos de alegria, incertezas e desafios. Agradeço especialmente ao Caio, Paulo Henrique, Maria Eduarda, Nádia, Valéria, Karinne, Carlandio, Jean e Flávio, meus “irmãos de orientação”.

Minha família, base essencial em minha vida, merece meu reconhecimento mais profundo. Agradeço especialmente aos meus pais, Belizio e Miriam, que nunca mediram esforços para me oferecer acesso à educação, muitas vezes abdicando de suas realizações pessoais para isso. Aos meus irmãos Jordanna, Adrianno, Rayanne e Rhamon, bem como aos meus sobrinhos, avós e tios, sou imensamente grata pelo apoio, incentivo e pela compreensão diante das minhas ausências ao longo dessa jornada.

Por fim, agradeço à minha amiga Ana Beatriz, eterna companheira de Geografia, que permaneceu ao meu lado durante todo o processo, sempre me incentivando e mitigando as angústias da vida com suas histórias. À Manuela, pela parceria ao longo de tantos anos. Ao meu companheiro Fernando, por ser meu porto seguro em momentos de insegurança, por seu amor, paciência e incentivo em cada etapa desta pesquisa, deixo meu reconhecimento.

A todos vocês, minha mais sincera e profunda gratidão.

O CÂNTICO DA TERRA

Cora Coralina

A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.

Teu arado, tua foice, teu machado.

O berço pequenino de teu filho.

O algodão de tua veste

e o pão de tua casa.

E um dia bem distante

a mim tu voltarás.

E no canteiro materno de meu seio

tranquilo dormirás.

Plantemos a roça.

Lavremos a gleba.

Cuidemos do ninho,

do gado e da tulha.

Fartura teremos

e donos de sítio

felizes seremos.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a produção de comidas saudáveis oriunda do trabalho dos camponeses como uma forma essencial de reprodução da vida desses sujeitos. O recorte espacial é o Assentamento Canudos, localizado em três municípios, com destaque para Palmeiras de Goiás/GO. A proposta da pesquisa é compreender as diversas estratégias estabelecidas pelos camponeses assentados pela reforma agrária no Assentamento Canudos para assegurar sua permanência na terra, utilizando a produção de comidas saudáveis como base para a reprodução social e econômica. Entre as estratégias identificadas, destaca-se a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), implementada em uma das unidades do assentamento, que organiza um sistema de produção, comercialização e distribuição de comidas saudáveis. Além dessa iniciativa, são observados outros meios desenvolvidos pelos assentados, como o Sistema Agroflorestal (SAF), a produção de leite, a participação em feiras livres, associações e coletivos. Diante dos desafios enfrentados no campo – como a luta por terra, infraestrutura, acesso a serviços básicos e políticas públicas –, evidencia-se a necessidade de estratégias que assegurem a reprodução da vida e a permanência no território. Assim, o objetivo geral é analisar a produção de comidas saudáveis no Assentamento Canudos/GO e sua importância para a reprodução socioeconômica dos camponeses. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, coleta de dados junto a órgãos e instituições oficiais, trabalho de campo, aplicação de questionários e realização de entrevistas semidirigidas. Essas abordagens permitiram explorar questões como a problemática agrária, a luta pela terra, os obstáculos e as perspectivas associadas à produção de comidas saudáveis, com foco na geração de renda, na inclusão produtiva e na preservação das identidades e culturas camponesas na luta pela Existência.

Palavras-chave: Assentamento Canudos/GO; Produção de Comidas Saudáveis; Comunidade que Sustenta a Agricultura; Campesinato.

RESUMEN

Esta investigación aborda la producción de comidas saludables como una forma esencial de reproducción de la vida de los campesinos. El espacio de estudio es el Asentamiento Canudos, localizado en tres municipios, destacándose Palmeiras de Goiás/GO. El objetivo de la investigación es comprender las diversas estrategias implementadas por los campesinos asentados a través de la reforma agraria en el Asentamiento Canudos para garantizar su permanencia en la tierra, utilizando la producción de comidas saludables como base para la reproducción social y económica. Entre las estrategias identificadas, se destaca la Comunidad que Sustenta la Agricultura (CSA), implementada en una de las unidades del asentamiento, que organiza un sistema de producción, comercialización y distribución de comidas saludables. Además de esta iniciativa, se identificaron otros medios desarrollados por los asentados, como el Sistema Agroforestal (SAF), la producción de leche, la participación en ferias libres, asociaciones y colectivos. Frente a los desafíos enfrentados en el campo –como la lucha por la tierra, la infraestructura, el acceso a servicios básicos y políticas públicas–, se evidencia la necesidad de estrategias que aseguren la reproducción de la vida y la permanencia en el territorio. Por lo tanto, el objetivo general es analizar la producción de comidas saludables en el Asentamiento Canudos/GO y su importancia para la reproducción socioeconómica de los campesinos. Metodológicamente, la investigación se realizó mediante revisión bibliográfica, recolección de datos en órganos e instituciones oficiales, trabajo de campo, aplicación de cuestionarios y realización de entrevistas semidirigidas. Estas metodologías permitieron explorar temas como la problemática agraria, la lucha por la tierra, los obstáculos y las perspectivas asociadas a la producción de comidas saludables, con énfasis en la generación de ingresos, la inclusión productiva y la preservación de las identidades y culturas campesinas en la lucha por su Existencia.

Palabras clave: Asentamiento Canudos/GO; Producción de Comidas Saludables; Comunidad que Sustenta la Agricultura; Campesinado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Brasil - Safra de grãos - 2022-2023 (1º levantamento)	65
Figura 2 - Goiás - Produção de cana-de-açúcar em Goiás (ton) – 2020	67
Figura 3 - Goiás - Produção de soja em Goiás (ton) – 2020.....	68
Figura 4– Atividade organizada pelo MST para criação de bosque no Assentamento Canudos – 2022	86
Figura 5 – Brasil, Educandos/matrículas de cursos do Pronera por município de origem do educando e nível - 1998-2011.....	98
Figura 6 – Experiências de SAF's no Assentamento Canudos/GO	129
Figura 7 – Princípios do <i>Teikei</i>	141
Figura 8 – Princípios da CSA	147
Figura 9 – Produção na CSA Artigo 5º	152
Figura 10 – Entrega de comidas da CSA Artigo 5º	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportações brasileiras do agrohidronegócio por setores (2022).....	62
Gráfico 2 - Brasil - Produção de cana-de-açúcar, milho e soja em milhões de toneladas - 1990 – 2020	66
Gráfico 3- Goiás - Produção de cana-de-açúcar, milho e soja em milhões de toneladas - 1990 – 2020	67
Gráfico 4 – Brasil e Goiás - Área plantada ou destinada à colheita em milhares de hectares - 2020	70
Gráfico 5 - Acesso a maquinários pelos assentados entrevistados e que responderam ao questionário no Assentamento Canudos/GO	91
Gráfico 6 – Evolução do Plano Safra para a agricultura camponesa e agronegócio em bilhões de reais (2002-2023)	105
Gráfico 7 – Acesso às políticas públicas pelos assentados de Canudos entrevistados e que responderam ao questionário	106
Gráfico 8 – Opinião sobre as práticas agroecológicas entre os entrevistados no Assentamento Canudos/GO.....	114
Gráfico 9 – Número de famílias na mesma unidade produtiva – Assentamento Canudos/GO	124
Gráfico 10 – Quantidade de assentados que comercializam a produção no Assentamento Canudos/GO.....	130
Gráfico 11 – Tipo de trabalho desempenhado no Assentamento Canudos/GO.....	131
Gráfico 12 – Tempo como sujeitos assentados em Canudos/GO	132
Gráfico 13 – Nível de aceitabilidade das famílias co-agricultoras pelas comidas produzidas pela CSA.....	152
Gráfico 14 – Consumo semanal das comidas recebidas pelos co-agricultores da CSA Artigo 5º	153
Gráfico 15 – Alteração de hábitos alimentares do co-agricultores por conta da CSA.....	154
Gráfico 16 – Nível de consumo de alimentos industrializados pelos co-agricultores e suas famílias.....	155
Gráfico 17 – Gênero dos co-agricultores da CSA Artigo 5º	158
Gráfico 18 – Idade dos Co-agricultores da CSA Artigo 5º	158
Gráfico 19 – Conhecimento sobre a CSA por parte dos assentados	159
Gráfico 20 – Nível de escolaridade dos co-agricultores da CSA Artigo 5º.....	160

Gráfico 21 – Renda média das famílias de co-agricultores da CSA Artigo 5º	160
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área - Brasil - 2006/2017	73
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de CSA's no Brasil (maio/2019)	148
--	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos municípios que compreendem o Assentamento Canudos/GO (Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó)	121
Mapa 2 – Divisão da área do Assentamento Canudos/GO	125

LISTA DE SIGLAS

ADAO - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CMA - Conferência Mundial da Alimentação
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura
DCNT - Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DUEFD - Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição
EA - Escola de Agronomia
EMATER - Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIA - Feira Interinstitucional Agroecológica
FMSA - Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
GGAA - Grupo Gestor do Arroz Agroecológico
GEE - Grau de Eficiência da Exploração
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC - Iniciação Científica
IESA - Instituto de Estudos Socioambientais
IFG - Instituto Federal de Goiás
IF Goiano - Instituto Federal Goiano
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRGA - Instituto Rio Grandense do Arroz
JOAA - Associação de Agricultura Orgânica do Japão
LABOTER - Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais
LSPA - Locais Baseadas na Solidariedade para a Agroecologia

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCP - Movimento Camponês Popular

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OFSD - Organic Food Speacialized Distributions

ONG - Organizações Não Governamentais

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAB - Programa Alimenta Brasil

PAM - Produção Agrícola Municipal

PANC - Planta Alimentícia Não Convencional

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNERA - Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PPGEO - Programa de Pós-graduação em Geografia

PROLICEN - Programa de Licenciaturas

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Rede PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

RMG - Região Metropolitana de Goiânia

SAF - Sistema Agroflorestal

SAPS - Secretaria de Atenção Primária à Saúde

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SIRE - Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

TDA - Títulos da Dívida Agrária

TRAPPU - Trabalho, Território e Políticas Públicas

UDR - União Democrática Ruralista

UEG - Universidade Estadual de Goiás

UF – Unidade Federativa

UFG - Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
1 – AS DIFERENÇAS ENTRE COMIDA SAUDÁVEL, ALIMENTO E COMMODITY.....	33
1.1 COMIDA: fator cultural	34
1.2 TRANSFORMAÇÃO DA COMIDA EM ALIMENTOS	44
1.3. PRODUÇÃO DE COMMODITIES: mercadorias.....	59
2 – LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E EXISTÊNCIA	72
2.1 LUTA PELA TERRA: a necessidade da Reforma Agrária	73
2.2 PÓS-REFORMA AGRÁRIA: os desafios para Existência na terra	87
2.3 PRODUÇÃO DE COMIDA: agroecologia e reprodução camponesa	107
3 – ASSENTAMENTO CANUDOS E AS NOVAS RELAÇÕES CAMPO- CIDADE: diferentes estratégias de comercialização	119
3.1. Assentamento Canudos/GO	120
3.2. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)	139
3.3 REPRODUÇÃO DE VIDA DOS CAMPONESES	163
NOTA – ENCERRAMENTO DA CSA ARTIGO 5º	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS.....	185
APÊNDICES	203
Apêndice A – Roteiro de Entrevista (assentados/camponeses).....	203
Apêndice B – Roteiro de Entrevista (integrantes da CSA)	205
Apêndice C – Roteiro de Entrevista (co-agricultores da CSA).....	206
ANEXOS.....	208
Anexo A – Submissão do Projeto a Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	208

INTRODUÇÃO

A produção de comida constitui uma necessidade básica para a sociedade e está intrinsecamente ligada às dinâmicas naturais (solo, água, clima etc.), à infraestrutura e à logística de produção e produtividade. Nesta pesquisa, o foco recai sobre os camponeses, protagonistas na produção de comidas saudáveis, que não apenas sustentam e nutrem a si mesmos, mas também uma parcela significativa da sociedade brasileira e mundial. Por meio da produção realizada por esses sujeitos, é possível criar oportunidades de renda, promover a inclusão produtiva e assegurar a existência no território de forma digna e sustentável.

No Brasil, a extrema concentração de terras (latifúndios, empresas rurais etc.) impede que a terra cumpra sua função social. Dessarte, de um lado, os camponeses conseguem produzir quantidades necessárias de comidas em pequenas parcelas de terra, garantindo tanto sua subsistência quanto parte do abastecimento da população. Por outro lado, os camponeses, enfrentam severas limitações nas condições necessárias para essa produção. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em seu Relatório de 2014 sobre o Estado da Alimentação e da Agricultura, indicam que os camponeses¹ — Compreendidos nesse contexto como agricultores familiares — são responsáveis por cerca de 80% das comidas produzidas no mundo.

Ademais, esses camponeses buscam garantir a produção de comidas saudáveis, de qualidade e sustentáveis, priorizando práticas que preservam o meio ambiente, como o manejo adequado do solo e o cultivo de comidas diversas e regionais. Contrapõem-se, assim, às práticas de monocultivo e ao uso intensivo de agrotóxicos, que esgotam e contaminam os solos, além de gerarem outros impactos socioambientais negativos.

Apesar de sua relevância, os camponeses enfrentam desafios advindos da desigualdade na distribuição de terras. Segundo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, a agricultura familiar constitui a maioria dos estabelecimentos agrícolas do país (77%), mas, por serem de pequeno porte, ocupam apenas 23% da área agrícola

¹ O termo "agricultura familiar" surgiu no Brasil na década de 1990, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e foi reforçado em 2006 com a promulgação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar. Nesse contexto, Guizelini e Araguão (2019, p. 94) afirmam que: "A agricultura familiar não é sinônimo de campesinato, mas o campesinato é uma forma de agricultura familiar, embora nem toda agricultura familiar seja expressão do modo de vida camponês". A agricultura familiar atende a critérios administrativos, razão pela qual, nesta pesquisa, opta-se pelo termo "camponês" para se referir ao campesinato, enquanto fração de classe social, correspondendo a uma escolha política que preserva a perspectiva da reprodução social camponesa.

total (80,89 milhões de hectares). Assim, embora representem o maior contingente de produtores, dispõem dos menores espaços para a produção de comida saudável.

A luta pela terra, conduzida pelos camponeses, constitui uma batalha coletiva em prol da garantia de terra e justiça social. A persistência e o fortalecimento dos latifúndios refletem uma histórica aliança política entre os senhores da terra, a burguesia e suas frações, evidenciando a desigualdade de acesso à terra no campo brasileiro. Nesse contexto, torna-se indispensável a realização da reforma agrária como meio de democratizar a estrutura fundiária do país.

Os assentamentos rurais representam uma forma de implementação da reforma agrária, fruto das lutas promovidas por movimentos sociais organizados que pressionam o Estado a elaborar políticas públicas. Essas políticas visam desapropriar ou indenizar terras improdutivas de latifundiários para redistribuí-las entre famílias camponesas. No entanto, essa iniciativa não abarca integralmente as questões sociais envolvidas, já que, mesmo após a criação dos assentamentos, os sujeitos enfrentam a ausência de políticas públicas adequadas e de infraestrutura básica. Além das dificuldades de acesso à terra, há desafios relacionados à permanência nos assentamentos, como adversidades políticas, econômicas, sociais e culturais.

A escassez de políticas públicas reflete a falta de reconhecimento do Estado brasileiro, historicamente capturado por frações das classes hegemônicas, que têm impedido a efetivação da reforma agrária. Essa realidade marginaliza os camponeses, levando à expulsão dessas populações da terra e, conseqüentemente, ao enfraquecimento da agricultura camponesa. Apesar de tantos obstáculos, muitos camponeses do Assentamento Canudos e da Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) – recorte espacial desta investigação – mantêm uma relação de identidade com a terra, sendo inadmissível para eles abandonarem o campo. Por essa razão, precisam produzir comidas tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização, gerando renda e garantindo estratégias para a reprodução socioeconômica, o que, por sua vez, sustenta sua permanência no território.

Diante disso, levanta-se a questão de que a produção de comidas saudáveis no Assentamento Canudos, especialmente no contexto do modelo de distribuição promovido pelas CSA's, constitui uma estratégia fundamental para superar os inúmeros obstáculos socioeconômicos que dificultam a permanência das famílias no campo. O recorte espacial da pesquisa é o Assentamento Canudos, localizado nos municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó, abrangendo uma área situada na Região Metropolitana de

Goiânia, no estado de Goiás, além da CSA Artigo Quinto, que opera a produção no próprio assentamento.

Apenas 2 (duas) famílias do Assentamento estão associadas ao movimento CSA, que estabelece uma relação direta entre camponeses e consumidores (co-agricultores), promovendo, simultaneamente, vínculos sociais entre campo e cidade. Esse movimento tem se mostrado uma prática bem-sucedida para o fortalecimento da agroecologia, oferecendo uma nova perspectiva econômica para os camponeses e seus parceiros urbanos.

A parceria se estabelece por meio de uma dinâmica em que riscos e benefícios são compartilhados. O camponês apresenta informações detalhadas sobre os custos e modos de produção, enquanto o co-agricultor, por sua vez, assume a responsabilidade pelo financiamento antecipado da produção das comidas. Além disso, ele auxilia na organização, no planejamento e, por meio de mutirões, participa ativamente das atividades produtivas na terra. Assim, tanto os camponeses assentados quanto os co-agricultores da CSA constituem os sujeitos diretamente envolvidos nesta pesquisa.

Outrossim, a Geografia tem o poder de iluminar temáticas relacionadas à vida em movimento, às relações sociais e às contradições e conflitos que emergem das formas de apropriação do espaço pelas corporações capitalistas, pelo Estado e por outros agentes e atores na produção dos territórios. Nesse sentido, consubstancia-se como uma ciência viva. Para compreender a questão agrária no Brasil, a Geografia Agrária desempenha um papel essencial, sobretudo no que se refere à formação e transformação do campo brasileiro.

A pesquisa, portanto, representa uma oportunidade de aprofundamento nos estudos da Geografia Agrária em Goiás, com foco em assentamentos de reforma agrária. Nela, o trabalho é considerado uma categoria de análise fundamental para a interpretação do espaço agrário tanto em âmbito local quanto nacional.

Do mesmo modo, busca-se oferecer contribuições significativas para a sociedade, sugerindo estratégias voltadas à produção e à reprodução da vida dos camponeses, bem como ao reconhecimento do movimento CSA como uma forma de (Re)Existência que favorece a permanência dos assentados e de outros sujeitos ligados à terra.

Dessa forma, destaca-se a urgência de promover discussões consistentes e aprofundadas sobre essa temática. Dada a amplitude do assunto, o estudo busca colaborar com os debates científicos relacionados aos assentamentos rurais no Brasil e em Goiás. Além disso, a pesquisa oferece uma contribuição prática aos camponeses, ao devolver-lhes os resultados obtidos e

dialogar sobre estratégias de reprodução socioeconômica que sejam mais adequadas, em conformidade com as análises realizadas.

Estabeleceu-se, como objetivo geral, compreender a produção de comidas saudáveis no Assentamento Canudos/GO e sua importância para a reprodução socioeconômica das famílias envolvidas, considerando suas diferentes estratégias. Além disso, buscou-se estabelecer a distinção entre os conceitos de comida², alimento e *commodities*, identificando os desafios enfrentados e as perspectivas para a produção e comercialização de comida no Assentamento Canudos. Por fim, pretendeu-se verificar se a produção de comidas, por meio da CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura – e outras alternativas de produção, constitui uma estratégia viável para a reprodução da vida dos assentados.

O Assentamento Canudos foi definido como o recorte espacial desta pesquisa. A realização do estudo iniciou-se com a observação, empregada como procedimento metodológico, conduzida durante os trabalhos de campo na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC³). Nesse contexto, a escuta ativa foi central, permitindo captar as vozes dos sujeitos assentados e analisar a produção de comidas, sua contribuição para a soberania alimentar e nutricional dos camponeses, além da comercialização como geradora de trabalho, renda e inclusão produtiva.

A pesquisa foi realizada em etapas. Inicialmente, desenvolveu-se uma revisão bibliográfica, com o objetivo de fundamentar o referencial teórico e descrever o estado da arte. Foram examinados livros, artigos, teses, dissertações, monografias e outros materiais, que abordavam diferentes aspectos do tema proposto. Essa revisão permitiu sintetizar parte das publicações existentes e enriquecer as interpretações do espaço agrário a partir da pesquisa realizada. O posicionamento de outros pesquisadores foi considerado, possibilitando a construção de uma visão abrangente e bem fundamentada sobre a temática.

Na etapa seguinte, foram levantados dados secundários e informações já coletadas por instituições oficiais e outras pesquisas. Para tanto, utilizaram-se fontes relevantes, como a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN),

² Compreende-se "comida" a partir de seus fatores sociais e culturais. Entretanto, em algumas citações utiliza-se o termo "alimento" para fazer referência àquilo que, nesta pesquisa, é entendido como comida. Portanto, destaca-se que tais citações não refletem a opinião da autora, mas são de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa.

³ Durante a graduação, para a conclusão do Curso de Geografia em 2022, foi realizada uma pesquisa sobre a produção de comidas no Assentamento Canudos/GO como estratégia de combate à fome, intitulado como "PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO CANUDOS/GO: reforma agrária e combate a fome"

o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre outras.

Posteriormente, foi intensificada a pesquisa de campo, que compreendeu atividades de observação, descrição, anotações e levantamento de dados primários. Essa etapa revelou-se essencial, permitindo a coleta direta de informações no recorte espacial escolhido. Por meio dessa abordagem, foi possível extrair elementos e conhecimentos diretamente dos sujeitos da pesquisa, característica central na obtenção de dados primários.

Foram realizadas visitas de campo com gravações e capturas de áudio e imagens, todas devidamente autorizadas pelos participantes, visando otimizar os procedimentos metodológicos no ambiente de estudo. A maioria dessas atividades ocorreu entre os anos de 2022 e 2024, no Assentamento Canudos, com a participação de estudantes das disciplinas de Geografia Agrária, do Curso de Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os sujeitos da pesquisa, foram realizadas entrevistas semidirigidas, permitindo que os informantes dissertassem sobre as dificuldades enfrentadas para permanecerem na terra, sobre a produção de comidas e aspectos sociais em geral. As entrevistas seguiram um roteiro previamente estabelecido, mas mantiveram abertura para o direcionamento espontâneo da conversa entre a entrevistadora e os entrevistados. Foram ouvidos, de forma geral, tanto sujeitos assentados quanto participantes vinculados à CSA, selecionados aleatoriamente. Para complementar, foram elaborados e aplicados questionários com o intuito de traçar o perfil socioeconômico dos camponeses.

A obtenção de dados junto aos camponeses assentados contou com uma parceria estratégica com a Escola Municipal Rural Luz do Saber, situada no Povoado São João, em Palmeiras de Goiás/GO. A escolha dessa instituição deveu-se à facilidade de acesso a alunos provenientes do Assentamento, uma vez que não há unidades escolares localizadas no próprio Assentamento Canudos. A maioria dos jovens estudantes do local, cursando o Ensino Fundamental, é encaminhada para a Escola Municipal Rural Luz do Saber.

Considerando as dificuldades para alcançar as diversas famílias do Assentamento Canudos, optou-se por adotar metodologias que incluíssem os estudantes como intermediários para chegar às suas famílias e obter os dados necessários para a pesquisa. Durante esse processo,

foi organizada uma oficina com a temática "Agroecologia", realizada na escola, visando maior aproximação com professores e estudantes, além de possibilitar um retorno de conhecimentos científicos para os alunos e suas famílias. A oficina foi ministrada individualmente para as quatro turmas de Ensino Fundamental II (6º a 9º ano), proporcionando um espaço de interação e aprendizado.

Nas oficinas ministradas, contou-se com a parceria da estudante de graduação em Geografia Maria Eduarda Amaral Silva, que desenvolveu pesquisa na Iniciação Científica (IC) vinculada ao Programa de Licenciaturas (PROLICEN), abordando a temática da agroecologia e dos corredores agroecológicos. Essa colaboração beneficiou ambas as pesquisas por meio da metodologia proposta, gerando contribuições mútuas.

Foram entregues questionários (Apêndice A) a 32 alunos assentados, com o objetivo de que os levassem para suas casas e os respondessem junto com suas famílias. Durante a entrega, eventuais dúvidas sobre o procedimento metodológico foram esclarecidas. No entanto, passados alguns dias, apenas 4 (quatro) alunos retornaram com os questionários preenchidos.

Embora a quantidade de devolutivas tenha sido reduzida, as respostas obtidas foram extremamente valiosas para compreender o território pesquisado, as relações sociais e os sujeitos envolvidos. Os questionários respondidos pelas famílias dos estudantes eram idênticos aos aplicados aos demais camponeses do Assentamento. Posteriormente, o mesmo instrumento foi aplicado a outros 6 (seis) sujeitos assentados, diretamente envolvidos com as demandas políticas e organizacionais do Assentamento. Ao todo, foram abordados 15 (quinze) assentados.

No que se refere à coleta de dados e informações sobre a CSA Artigo Quinto, realizou-se uma entrevista semidirigida de forma virtual, utilizando a plataforma Google Meet. Essa etapa contou com a participação do camponês Valdir Misnerovicz, vinculado à CSA Artigo 5º, e de uma das fundadoras do movimento, Ludmilla Luciano. Além disso, houve diálogo com outro agricultor da CSA Artigo 5º, Waldir Barbosa, em entrevista realizada por ligação telefônica.

As conversas foram conduzidas com base em um roteiro previamente elaborado (Apêndice B), que abordava o movimento da CSA, além das impressões e vivências relacionadas a essa estratégia de produção e comercialização de comidas. Paralelamente, outros diálogos foram estabelecidos em diferentes momentos, como durante trabalhos de campo e visitas ao ponto de entrega das comidas, o que permitiu colher informações adicionais sobre o movimento, sua produção, vantagens e limitações.

Além disso, foram coletadas informações junto aos co-agricultores da CSA Artigo 5°. Para tanto, elaborou-se um questionário (Apêndice C) destinado a captar informações dos “consumidores” envolvidos com a CSA Artigo 5°. O questionário foi disponibilizado por meio do sistema Google Forms e compartilhado com alguns co-agricultores através de um grupo no WhatsApp referente à CSA Artigo 5°, alcançando cerca de 20 participantes. Desse total, 7 (sete) co-agricultores responderam ao questionário.

A partir das diversas atividades de coleta, os dados primários - coletados ao longo de 6 (seis) meses - e secundários foram reunidos, organizados e sistematizados. A análise foi conduzida de forma qualitativa, buscando compreender a complexidade das informações por meio da avaliação do conteúdo das entrevistas, das observações registradas em anotações de campo e das respostas aos questionários.

Com base nesses dados, foram elaborados mapas, gráficos, tabelas e quadros, utilizando o software Office, principalmente Microsoft Excel e Word, além de softwares livres para a confecção de mapas e outros programas necessários à sistematização das informações. Esse processo permitiu organizar, interpretar e consolidar parte dos materiais coletados.

Por envolver sujeitos de pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP) e aprovado, conforme parecer 6013819, emitido em 20 de abril de 2023, autorizando a plena realização do estudo.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo analisa as diferenças entre os conceitos de comida, alimento e *commodity*. Nele, a comida é abordada sob os aspectos saudável, social, cultural e territorial. Já o alimento é discutido em sua dimensão mercadológica, sendo caracterizado como uma transformação precarizada das comidas. As *commodities*, por sua vez, são associadas às grandes corporações capitalistas — agroindustriais, químicas e financeiras —, responsáveis pela produção de grãos e carnes, que, em vez de combater a fome, geram grandes desigualdades sociais ao priorizarem mercadorias.

O segundo capítulo trata do percurso histórico dos camponeses na luta pela terra, condição essencial para a reprodução social e econômica, destacando a importância da Reforma Agrária. Além disso, analisa as condições de vida dos assentados, frequentemente marcadas pela carência de infraestrutura básica, bens, serviços e políticas públicas. Esses fatores são apresentados como elementos que contribuem para a expropriação dos camponeses e a perda de seus aspectos territoriais. A produção de comidas é discutida como elemento crucial para a permanência no campo e a continuidade dos camponeses como fração de classe.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta as informações coletadas e interpretadas durante a pesquisa de campo no Assentamento Canudos/GO. Por meio da análise dos sujeitos pesquisados, identificam-se as dificuldades enfrentadas pelos assentados e os desafios relacionados à produção de comidas no assentamento. São examinadas diferentes formas de produção, incluindo a CSA, que se destaca pela produção, comercialização e distribuição de comidas, além de seus benefícios e limitações como estratégia de reprodução social. Esse capítulo evidencia a relevância da produção de comidas camponesas nas categorias trabalho e território, não apenas como função geradora de renda, mas também como promotora de dignidade camponesa e de alimentação para a sociedade.

A partir desses elementos, analisa-se a importância da produção de comidas para a reprodução cultural e social dos camponeses, bem como para a geração de renda, com base no conceito do Bem Viver, demonstrando formas de (Re)Existência.

1 – AS DIFERENÇAS ENTRE COMIDA SAUDÁVEL, ALIMENTO E COMMODITY

Floriô⁴
Chico Cesar

Arroz deu cacho e o feijão floriô,
milho na palha, coração cheio de amor.

Povo sem terra fez a guerra por justiça
visto que não tem preguiça este povo de pegar
cabo de foice, também cabo de enxada
pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.

Com sacrifício debaixo da lona preta
inimigo fez careta, mas o povo atravessou
rompendo cercas que cercam a filosofia
de ter paz e harmonia para quem planta o amor.

Erguendo a fala gritando Reforma Agrária,
porque a luta não para quando se conquista o chão
fazendo estudo, juntando a companheirada
criando cooperativa pra avançar a produção.



⁴ Pinto, Zé. *Floriô*. Intérprete: Chico César. In: **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Arte em Movimento**. [S.l.]: [s.n.], 1998. 1 CD. Faixa 1.

⁵ **Fonte:** Arquivo Pessoal, 2024

1.1 COMIDA: fator cultural

A alimentação é uma necessidade fundamental para a sobrevivência humana, indispensável para a nutrição do corpo e o funcionamento do organismo. Contudo, para além de sua dimensão biológica, é essencial considerar os amplos comportamentos relacionados aos hábitos alimentares e às identidades sociais que se inserem na produção da comida. Esses aspectos são parte integrante da história alimentar das sociedades, impregnados de sentidos, símbolos e significados.

A história da alimentação reúne uma complexidade de elementos, oscilando entre a busca pela sobrevivência e o prazer de comer. Para Carneiro (2003, p. 16), “A comida, assim como a respiração e o sono, faz parte das necessidades básicas, mas também é expressão dos desejos humanos.” Assim, a comida não é apenas um elemento de subsistência, mas também um reflexo cultural e simbólico da humanidade.

Sob a perspectiva antropológica, a alimentação está ligada às práticas fundamentais da pré-história, como a agricultura, a caça e a coleta. Os ancestrais humanos, vivendo sob deslocamento constante em uma existência nômade e com habilidades técnicas limitadas, dependiam da caça, da pesca e da coleta para sua subsistência, utilizando os recursos encontrados nos territórios por onde passavam.

O domínio do fogo representou um marco crucial na história da alimentação, pois possibilitou a transição do estado natural para o cultural, mediante o desenvolvimento de técnicas de preparo e transformação das comidas. Segundo Lima, Ferreira Neto e Farias (2015, p. 512), “O valor cultural do alimento se fortalece a partir da descoberta do fogo e do início do processo de cozimento dos alimentos.” Nesse sentido, o alimento cru, extraído diretamente da natureza, ao ser cozido, foi inserido em um novo contexto cultural, enriquecido por rituais e práticas que fortaleceram os laços sociais, especialmente ao redor do fogo.

Em uma escala de relevância cultural, o cru está na base mais simples da escala; na sequência viria o assado, ocupando segunda posição, pois necessita apenas do fogo. Os mais elaborados são, assim, fervido ou ensopados, que por necessitarem de maior envolvimento humano e de uma vasilha com água, estão num patamar de elaboração mais complexo e, portanto, numa escala de maior relevância cultural. (Lima; Ferreira Neto; Farias, 2015, p. 513)

O domínio do fogo não apenas alterou os hábitos alimentares e as relações com a natureza, mas também provocou transformações significativas no corpo humano. Conforme Lima, Ferreira Neto e Farias (2015), o cozimento das comidas facilitou a ingestão e a digestão,

levando à redução do aparelho digestivo, ao aumento do tamanho do cérebro e a alterações no tempo dedicado à sociabilidade.

DaMatta (2008), ao se basear em Claude Lévi-Strauss, abordou os processos naturais do cru e do cozido, entendendo-os não apenas como estados pelos quais as comidas passam, mas também como símbolos de transformações sociais. Nesse contexto, o cru está associado à selvageria, representando o estado da natureza, enquanto o cozido está relacionado às questões culturais e ideológicas socialmente construídas, que, por sua vez, transformam a sociedade. DaMatta (2008, p. 43) acrescenta: “[...] na oposição entre o cru e o cozido é descobrir que o universo da comida permite pensar o mundo integrando o intelectual com o sensível. Quer dizer: qualquer refeição mais bem preparada ou mais ‘caprichada’”.

Entretanto, não apenas as comidas cozidas possuem significados simbólicos; as comidas cruas também podem carregar uma carga cultural significativa. Mesmo quando retirados diretamente da natureza e consumidos sem preparo, as comidas são dotadas de simbolismos. O que é considerado comestível ou não pode variar de acordo com a cultura e o grupo social envolvido (Giard, 2012, apud Lima; Ferreira Neto; Farias, 2015).

Transformações importantes ocorreram na relação entre os seres humanos e a alimentação com o advento da agricultura. Partindo de uma vida nômade, nossos antepassados iniciaram um processo de fixação em locais próximos a cursos d’água. Esse movimento possibilitou o cultivo de cereais e a criação de animais para alimentação. Carneiro (2003, p. 42-43) afirma:

Embora a história da alimentação na Pré-História seja a que abrange a maior parte do tempo de existência da espécie humana, foi somente após a superação do longo período da coleta e da caça que surgiu a alimentação baseada na domesticação dos animais e no cultivo agrícola, cujo domínio justamente funda cada uma das civilizações, que se caracterizam por um aproveitamento específico dos recursos vegetais e animais do seu meio ambiente, como, por exemplo, vales férteis irrigados por grandes rios (Tigre, Eufrates, Nilo, Indo), que permitem um desenvolvimento agrícola.

A crescente demanda por alimentos foi determinante para o surgimento de novas sociedades, marcadas por culturas diversas. A partir do desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, a humanidade transitou de uma relação predatória com o meio ambiente para uma busca por certa *harmonia ecológica*, promovida pela produção de comidas.

Montanari (2008) argumenta que, para os antigos, a agricultura marcou uma ruptura significativa no que estava estabelecido até então, promovendo o surgimento do sujeito cível, em contraste com o homem selvagem, ligado à natureza. Com a domesticação de espécies, o

ser humano passou a perceber-se como algo externo à natureza, assumindo o domínio e controle sobre ela. No entanto, essa relação sempre esteve impregnada de aspectos culturais, uma vez que, mesmo antes da agricultura, práticas como caça e coleta já implicavam um aproveitamento do território e demandavam conhecimentos específicos que transcendiam o âmbito puramente natural.

Assim, a concepção da agricultura surge da necessidade de produção e domesticação de espécies para atender ao crescimento populacional. Cada território passou a priorizar comidas específicas, adaptadas aos aspectos climáticos e regionais, o que contribuiu para a criação de novos costumes, hábitos alimentares e o desenvolvimento das sociedades. Nesse processo, a relação intrínseca com a natureza e seus alimentos foi gradativamente substituída pela prática de cozinhar e conceber a comida como elemento cultural.

Outro aspecto que distingue as diversas culturas, povos e épocas é o sabor, ou o gosto. Carneiro (2003, p. 95) observa que “A história da alimentação não é somente a dos alimentos e tampouco se restringe a um discurso gastronômico. Os sabores são algo mais do que o desfrute de um sentido que indica a comestibilidade das coisas.” A questão do gosto reflete indicadores estéticos e sensoriais, como “ter gosto”, “bom gosto” ou “mau gosto”. Esses padrões alimentares, socialmente constituídos, variam conforme o espaço e o tempo. É importante destacar que o órgão que define o gosto é o cérebro, e não a língua (Montanari, 2008). Assim, sabores e gostos são moldados pelas culturas e sociedades, sendo profundamente influenciados pelos costumes.

Sena (2023, p. 200) complementa ao afirmar que o “gosto” e o paladar são influenciados pela indústria da alimentação, que padroniza preferências por meio de estratégias sistemáticas: “Isso porque ela trabalha sistematicamente e com muitas estratégias para que o que é proposto por ela seja sempre o ‘gosto comum’.” Dessa forma, o “gosto” torna-se também um artefato social. Em contextos de fome, o privilégio de selecionar comidas baseadas em preferências culturais não existe. Nesse sentido, o acesso à escolha alimentar reflete desigualdades econômicas e políticas. Como Sena (2023) argumenta, muitas comidas e gostos estão associados à classe social dos indivíduos, questionando: como gostar de algo que nunca se teve acesso? Além disso, a alimentação é também um ato de socialização, relacionado à comensalidade, ou alimentação coletiva, uma prática ancestral observada até mesmo entre os animais (Carneiro, 2005).

A prática de comer em grupo revela aspectos organizacionais, sociais, identitários e políticos, frequentemente estruturados de forma hierárquica. Essa hierarquia pode ser

exemplificada na distribuição de frango cozido em certas comunidades, onde os primeiros pedaços são servidos ao homem, geralmente o pai, que não necessariamente consome as “melhores” partes, mas tradicionalmente as coxas, consideradas mais saborosas. Em seguida, as crianças recebem os pedaços de peito, sem osso, que oferecem menor risco de engasgo. Por fim, as mulheres se servem, escolhendo as partes que restaram do frango.

De acordo com Carneiro (2005, p. 72), “[...] há sociedades, por exemplo, em que as mulheres ou as crianças são excluídas da mesa comum –, assim como ela serve para tecer redes de relações serve também para impor limites e fronteiras, sociais, políticas, religiosas etc.” Dessa forma, a alimentação reflete normas, especificações, preceitos, superstições, censuras e moralismos próprios de cada cultura.

Montanari (2008) ressalta que comer em grupo não significa, necessariamente, viver em harmonia. A comensalidade, ao representar a vida e a sociedade, precisa ser analisada à luz do contexto histórico e das questões sociais de sua época, muitas vezes revelando desigualdades de gênero. Como aponta o autor: “Pensemos nas diferenças de papéis entre homens e mulheres em algumas sociedades camponesas: os homens sentados à mesa, as mulheres em torno, prontas para servir, consumindo em pé sua refeição.” (Montanari, 2008, p. 160). Assim, a alimentação não se limita ao ato de comer; ela também funciona como um código que expressa as dinâmicas sociais.

Portanto, comidas também estão associadas a práticas alimentares que refletem questões de gênero, como discutido por Woortmann (2008, p. 18). O autor relaciona a comida ao corpo humano, observando que muitas culturas classificam as comidas como “quentes” ou “frias”. Comidas quentes são percebidas como atuantes no aparelho digestivo, enquanto as frias impactam o sistema circulatório.

Nessa perspectiva, o corpo humano é entendido como composto por cabeça (fria) e corpo (quente). A mulher, entretanto, distingue-se do homem por possuir um órgão adicional, o útero (quente), que, segundo representações populares, provoca um desequilíbrio interno. “Essa diferença, segundo as representações populares, implica que na mulher o equilíbrio está em permanente perigo de ruptura, notadamente nos períodos de menstruação e gravidez, momentos em que a mulher é percebida como ‘perigosa’ no plano social” (Woortmann, 2008, p. 21).

Para alcançar o equilíbrio entre o “quente” e o “frio”, é considerada necessária uma alimentação balanceada, com comidas de ambos os tipos. Contudo, para as mulheres, há uma série de restrições alimentares impostas ao longo da vida, frequentemente relacionadas ao

sangue (quente), especialmente em períodos como menstruação e gravidez. Essas restrições, fundamentadas em juízos de valor, refletem uma linguagem social construída para impor normas e papéis às mulheres.

No sistema de classificações alimentares baseado nas noções de "quente-frio", Woortmann (2008, p. 18) explica que as comidas podem ser consideradas "quentes" ou "frios", independentemente de suas temperaturas físicas. “[...] Na Amazônia, a carne de boi é 'quente' e a de porco é

'fria'; a de cação é 'quente' e a de tainha é 'fria'. No Brasil Central, o arroz é 'frio' e o feijão é 'quente'” (Woortmann, 2008, p. 18). Esse sistema, especialmente comum entre povos tradicionais, demonstra que uma comida pode ser classificada de maneira distinta dependendo da região, evidenciando uma conexão entre o sistema alimentar e o corpo humano, formando um modelo de ampla complexidade cultural.

Em relação ao organismo humano, acredita-se que doenças "quentes" sejam aquelas que se originam do próprio corpo, enquanto doenças "frias" são contraídas a partir do ambiente externo. Para promover a recuperação, busca-se o equilíbrio: em casos de doenças quentes, consomem-se comidas frias, e, para doenças frias, priorizam-se comidas quentes, de forma inversa aos seus estados (Woortmann, 2008).

Brandão (1981) identificou, no contexto rural, outras classificações alimentares, como "forte" e "fraca", "reimosa" e "sem reima", "gostosa" e "sem gosto". Essas categorias estabelecem padrões de qualidade e hierarquias alimentares em linguagens usuais do cotidiano camponês, transmitidas entre gerações e mantidas como parte do conhecimento tradicional.

O conceito de "força" é particularmente relevante na alimentação, referindo-se às comidas que proporcionam energia e sustentação, especialmente para o trabalho braçal. “É neste sentido que a ‘comida forte’ equivale ao ‘alimento’, categoria que se exclui a ‘comida fraca’” (Brandão, 1981, p. 109-110). Exemplos de comidas fortes incluem carne, ovo, feijão e leite, enquanto comidas fracas englobam legumes, verduras e frutas, geralmente consideradas complementos.

DIETA FORTE: Mais arroz com muita carne (e tutano dentro); Menos arroz feito com mais banha; Mais mandioca e outras raízes fortes; Mais carne “forte”: gado e porco; Mais leite tomado com misturas fortes (farinha de milho ou de mandioca, rapadura); Mais ovos; Menos misturas e misturas “mais fortes”; Mais alimentos da natureza (carne de caça, peixes, pequi, guariroba, frutas e raízes silvestres); Mais uso de banha, manteiga de gado, tocinho, tutanos. DIETA FRACA: Menos feijão sem carnes dentro; Mais arroz feito com menos banha; Mais batatinha (batata inglesa); Mais carne “fraca”: frango; Menos leite tomado puro; Menos ovos; Mais misturas e misturas “mais

fracas”; Menos alimentos da natureza; Mais uso de “óleo de lata”. (Brandão, 1981, p. 113)

Quanto as comidas “reimosas” e “sem *reima*”, não há definições rígidas, pois, esses termos se referem aos males que certas comidas podem causar ao corpo humano em condições específicas do organismo. Segundo Brandão (1981, p. 121, grifos nossos), “reimoso” é tudo aquilo que possui “*reima*”, característica atribuída principalmente à comidas de origem animal, como carne de porco, e, em menor grau, à algumas comidas de origem vegetal, com exceções.

Woortmann (2008) destaca que fatores como idade, domesticação e até mesmo a ambiguidade devem ser considerados ao analisar a relação entre a comida e o corpo humano. Segundo o autor, “O alimento ‘reimoso’ não pode ser comido por quem esteja com o próprio corpo ‘reimoso’, isto é, com o ‘sangue agitado’, com reumatismo, com feridas da pele” (Woortmann, 2008, p. 23). As comidas reimosas estão claramente associadas às comidas de qualidade “quente”. Embora não sejam proibidas, representam um limite, exigindo cautela em sua ingestão.

Quanto às comidas “gostosas” e “sem gosto”, do ponto de vista camponês, elas correspondem às “comidas boas” e “comidas ruins”. As comidas boas, ou gostosas, são aquelas preparadas no ambiente camponês e caracterizadas pela qualidade forte. Brandão (1981, p. 136) observa: “É mais o paladar e a fartura do que a variedade e as combinações o que se reconhece como o ‘gostoso’ da ‘comida do sertão’. Isto significa que o valor da comida ‘boa’, ‘com gosto’, está em seu modo de preparo rústico e na sua fartura; o tempero forte [...] sobre uma comida também forte e abundante.” Por outro lado, as comidas “sem gosto” são vistas como ruins, carecendo não apenas de sabor, mas também de elementos culturais e de fartura.

Em relação à linguagem que a comida proporciona, existe uma distinção entre os conceitos de comestível e comível (Woortmann, 2013). Embora existam inúmeras variedades de comidas aptas para consumo, nem todas agradam ao paladar ou são culturalmente adotadas. Dessa forma, o comível refere-se àquilo que é tecnicamente apto para ingestão, enquanto o comestível possui um significado cultural específico, sendo associado ao gosto e às preferências que tornam o ato de comer prazeroso (Woortmann, 2013).

Brandão (1981) também aborda a existência de comidas intermediárias no contexto camponês. Essas comidas são aquelas utilizadas na preparação, como temperos, molhos e caldas. Além disso, o autor observa: “[...] se nem tudo o que é potencialmente comestível na natureza pode ser comido pelo homem, certos alimentos não devem ser comidos também por certos tipos de pessoas” (Brandão, 1981, p. 149). Essa compreensão evidencia a necessidade de

classificar as qualidades das comidas, estabelecendo condições de consumo e sua relação com a natureza

Carneiro (2003, p. 116) classifica a alimentação brasileira em dois complexos coloniais: “[...] o litorâneo da mandioca e do peixe, e o sertanejo, interiorano, do milho e do porco. Duas farinhas como protagonistas principais: a da mandioca e a do milho, e suas variadas formas de preparo e acompanhamento.” Dessa forma, ele destaca a diversidade de ingredientes cultivados no Brasil, que deram origem a comidas características de suas regiões, especialmente no período anterior à internacionalização do sistema alimentar.

A amplitude dos ingredientes usados nas várias regiões brasileiras caracterizou diversos pratos de tradição generalizada, mas de componentes distintos em cada lugar: os caldos podiam conter animais (galinhas, tartarugas, macacos, papagaios, peixes), mas a carne mais consumida era a de porco, além da carne-seca e dos peixes. Os mingaus (palavra tupi) eram feitos de açaí, araruta, arroz, banana, farinha, milho, pupunha; os óleos, manteigas e azeites podiam obter-se de abatiputá, açaí, amendoim, camuru pi, coco, gergelim, jáú, jabuti, macaúba, pataúá, peixe-boi, pindoba, tartaruga; os ovos, de uma infinidade de aves e répteis; assim como os vinhos e as aguardentes de um imenso leque de frutas, raízes e grãos. (Carneiro, 2003, p. 120)

A alimentação, a culinária e os hábitos comensais revelam muito sobre o Brasil, um país amplamente reconhecido, inclusive no cenário internacional, por suas comidas. DaMatta (1986) faz uma comparação entre os hábitos alimentares estadunidenses e brasileiros, observando que, nos Estados Unidos, predomina o consumo de *fast food* (comida rápida), muitas vezes sem envolvimento com a companhia, tornando-se um ato individual. Já na cultura brasileira, comer é uma prática mais complexa e coletiva, que transcende o simples ato de alimentar-se.

É por termos essa concepção que nós, brasileiros, podemos dizer que queijo para nós é alimento, mas é comida de ratos. Logo: rato = queijo. Falar de queijo, então, é implicar a idéia de rato, já que esse alimento é algo irresistível para os ratos, marcando sua identidade e personalidade. Pela mesma lógica, leite é alimento para os seres humanos, mas é comida para nenéns. E osso é comida de cachorro, milho, de galinha, e sanduíche, de americano. Do mesmo modo, sabemos que churrasco é comida de gaúcho, prato que se come com os amigos e que requer certa intimidade e certo estar-à-vontade. (DaMatta, 1986, p. 37)

No Brasil, as comidas são predominantemente preparadas de forma cozida, incorporando práticas e conhecimentos que refletem a historicidade do país. Esses preparos remetem ao período colonial e aos povos originários, com destaque para ingredientes como milho, mandioca e doces feitos com açúcar.

Quando se fala em comida brasileira, o arroz e feijão certamente vêm à mente como a base da alimentação no país. Apesar de serem ingredientes distintos — cereal e grão —, estão presentes no prato diário da maioria dos brasileiros, independentemente da região ou da fase de vida, unificando elementos das diversas culturas nacionais. Além de seu significado cultural, são também fontes ricas de proteínas e aminoácidos, indispensáveis à nutrição e à sobrevivência humana. DaMatta (1986) relembra que o arroz e feijão são comidas cozidas, consumidas como um verdadeiro cozido ao serem misturados no prato. O autor acrescenta:

Misturando-se as duas porções num só prato, e assim formando uma massa indiferenciada que assume as propriedades gustativas dos dois elementos. De tal modo que o feijão, que é preto, deixa de ser preto, e o arroz, que é branco, deixa também de ser branco. A síntese é uma papa ou pirão que reúne definitivamente arroz e feijão, construindo algo como um ser intermediário, desses que a sociedade brasileira tanto admira e valoriza positivamente. Comer arroz-com-feijão, então, é misturar o preto e o branco, a cama e a mesa fazendo parte de um mesmo processo lógico e cultural... (DaMatta, 1986, p. 37)

As comidas tradicionais também desempenham um papel na construção de identidades, tanto individuais quanto coletivas. Cada pessoa possui preferências alimentares que são moldadas pelo espaço em que vive, refletindo costumes, hábitos e culturas locais, mas que também carregam características únicas e particulares.

Essas individualidades vão sendo expressas ao longo da vida, seja pela escolha do ponto da carne, pela forma de posicionar o feijão — por cima ou por baixo do arroz — ou pela decisão de não consumir carne em um país onde o consumo de proteína animal é elevado. Essas escolhas, que atravessam texturas, gostos e sabores, refletem transformações nos sistemas culturais e alimentares, assumindo dimensões políticas, pessoais, familiares e coletivas.

É importante ressaltar que a maior parte da comida consumida no Brasil é resultado da produção camponesa. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) indicam que 70% da comida consumida pelos brasileiros deriva da agricultura familiar. Brandão (1981) reforça que toda comida produzida — ainda que utilizando recursos naturais — está permeada pelo trabalho humano. Ao analisar os dados de produção de comida (IBGE, 2017), entende-se que esse trabalho humano mencionado por Brandão (1981) é majoritariamente realizado por camponeses.

Com a criação de animais, obtém-se não apenas carne, mas também outros produtos, como pele, banha, tutano, sangue e ovos. De forma análoga, o cultivo de vegetais gera comidas específicas, além de subprodutos como folhas e raízes. Esses elementos podem ser classificados

como ingredientes, utilizados no preparo de pratos, transformados em outros produtos, como ração para animais, ou consumidos diretamente como comidas.

Ao abordar as classificações de comidas pelos camponeses, Brandão (1981) destaca que esses sujeitos organizam as comidas em duas categorias principais: a “massa” e a “mistura”. A primeira representa as comidas principais, enquanto a segunda se refere aos acompanhamentos.

Entre o que come, define um conjunto de alimentos de base, como a massa, o principal ou, a comida: “a massa é o arroz com feijão, a mandioca, a batatinha, o frango, a carne de um capado”. O que acompanha e serve de agente modificador da massa é a mistura que, quando rara, cara e “de fora” pode ser chamada de “enfeite” ou “iguaria” (“o macarrão de primeiro era o enfeite da mesa, uma iguaria fina mesmo”). São exemplos de mistura os legumes, sobretudo os mais usados, como o jiló, o quiabo ou a couve. (Brandão, 1981, p. 103-104)

Chama atenção a importância das comidas derivadas do milho e da mandioca na cultura alimentar brasileira. Um exemplo emblemático é a farinha, amplamente utilizada em diversas regiões do país. DaMatta (1986) reflete sobre o costume de preparar comidas com molhos e caldos, enfatizando o papel da farinha ou farofa como uma espécie de “mistura”, criando uma comida intermediária entre o sólido e o líquido. O autor observa: “A comida misturada é uma espécie de imagem perfeita da própria situação que ela mesma engendra e ajuda a saborear. E isso é desses traços mais importantes a transformar o ato de comer num gesto brasileiro.” (DaMatta, 1986, p. 42-43).

Analisando as diferentes formas de conceber a alimentação dentro de uma mesma sociedade, Sena (2023) destaca a diversidade alimentar na maneira como os indivíduos percebem as comidas. A partir disso, é possível observar elementos relacionados às classes sociais, evidenciando como, em um mesmo espaço, convivem situações de escassez e abundância:

Nesse emaranhado de situações, é preciso reconhecer que não existe apenas uma forma de ver a comida e os alimentos. Ao contrário disso, cada sociedade lida com e seleciona de forma bastante específica o que come e o que despreza. Moram nos alimentos todas as questões de classe. Pelas cidades brasileiras, observamos tanto a escassez total de alimentos e situações de fome quanto a chegada de restaurantes muito sofisticados, com a espetacularização de uma refeição. Em uma mesma cidade, existem pessoas que passam pelas duas situações, às vezes até no mesmo bairro ou na mesma rua. (Sena, 2023, p. 37)

Ainda no contexto cultural da alimentação, surge o conceito de “comida de verdade”. O Ministério da Saúde (MS) define: “A comida de verdade é aquela que atende não apenas às

nossas necessidades nutricionais, mas também respeita as nossas demandas psicossociais, culturais e as do meio ambiente.” (MS, 2022, on-line). Nesse sentido, a comida de verdade é reconhecida como parte integrante da cultura alimentar brasileira, composta por cereais, hortaliças, frutas, verduras e outras comidas característicos do país, geralmente com mínimo ou nenhum processamento industrial, e que são, de maneira geral, saudáveis.

O consumo dos alimentos in natura ou minimamente processados, como arroz, feijão, milho, mandioca, batata e vários tipos de legumes, verduras e frutas exerce um importante papel como fator de proteção da saúde e prevenção de deficiências nutricionais e doenças crônicas não transmissíveis, incluindo alguns tipos de câncer. [...] A alimentação baseada na combinação de diferentes alimentos in natura e minimamente processados fornece o que o organismo precisa, contribuindo para promoção e proteção da saúde. E a cultura alimentar brasileira já é baseada na alimentação adequada e saudável – a comida de verdade. (MS, 2022, on-line)

Para além dos benefícios à saúde, a comida de verdade está intimamente ligada à forma de produção. Grande parte das comidas in natura é proveniente da agricultura camponesa, que, em sua maioria, opera de maneira sustentável, frequentemente pautada por princípios agroecológicos. Esse modelo de produção agrega benefícios tanto à saúde da população quanto à preservação ambiental.

A comida de verdade pode ser encontrada em feiras, comércios locais e em cultivos de hortas individuais ou coletivas. Assim, ela é identificada no cotidiano brasileiro por comidas como arroz, feijão, legumes, hortaliças e quitandas. Essas comidas possuem forte vínculo cultural, tanto no preparo quanto no consumo, sendo minimamente industrializados e constituindo-se como parte de uma alimentação saudável.

No caso do Assentamento Canudos, a produção associada à agricultura camponesa pode ser considerada comida de verdade, pois se baseia em conhecimentos tradicionais, culturas locais, sazonalidade e agroecologia, entre outros princípios presentes no território.

Diante do exposto, evidencia-se que a comida é dotada de significados profundos. Compreender os hábitos alimentares e a produção de comida implica reconhecer o trabalho e o conhecimento do campesinato. Desde a origem até a natureza das comidas, são revelados elementos simbólicos que traduzem crenças, ideologias e costumes, influenciando as preferências alimentares daqueles que possuem o privilégio de escolher o que comer. Assim, torna-se claro que a comida não só alimenta o corpo, mas também a cultura, reforçando a ideia de que comer é um ato político, e fazer política é, essencialmente, fazer cultura, expressão de modos de ser e viver.

1.2 TRANSFORMAÇÃO DA COMIDA EM ALIMENTOS

O termo "alimento" refere-se a qualquer substância que possa ser ingerida pelos seres vivos, com a finalidade de nutrir o corpo. Essas substâncias fornecem a energia necessária para o funcionamento adequado e completo das atividades do organismo. DaMatta (1986) diferencia, de forma conceitual, os termos "alimento" e "comida":

Alimento é tudo aquilo que pode ser ingerido para manter uma pessoa viva; [...] Em outras palavras, o alimento é como uma grande moldura; mas a comida é o quadro, aquilo que foi valorizado e escolhido dentre os alimentos; [...] O alimento é algo universal e geral. Algo que diz respeito a todos os seres humanos: amigos ou inimigos, gente de perto ou de longe, da rua ou de casa, do céu ou da terra. (DaMatta, 1986, p. 36-37)

Com base nessa conceituação, entende-se que a alimentação, em sua essência, envolve fatores predominantemente biológicos. Os alimentos são frequentemente utilizados de forma instintiva e natural, seja para suprir as necessidades do organismo ou para saciar a fome.

Entretanto, o contexto da vulnerabilidade alimentar revela uma realidade distinta e alarmante. Milhões de pessoas enfrentam dificuldades para acessar alimentos adequados/comidas ou sequer conseguem se alimentar. De acordo com o *Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, conduzido pela Rede Penssan, em 2022, 33,1 milhões de brasileiros viviam em situação de fome. Além disso, outros milhões sofriam de insegurança alimentar⁶, caracterizada pela falta de qualidade ou quantidade dos alimentos consumidos, sem garantia de acesso regular. Nos casos mais graves, a fome é resultado da ausência total de alimentos.

Apesar desse cenário, avanços foram registrados em 2023. Conforme dados da ONU (2024)⁷, mais de 14,7 milhões de brasileiros deixaram de passar fome. Informações da FAO, também divulgadas pela ONU (2024), indicam que a média de insegurança alimentar grave no Brasil caiu de 8,5% entre 2020 e 2022, para 6,6% no período de 2021 a 2023.

⁶ Em 2022, 125,2 milhões de pessoas viviam com algum grau de insegurança alimentar no Brasil, o que corresponde a mais da metade da população. A insegurança alimentar é caracterizada por uma situação em que o sujeito não tem acesso pleno à alimentação, enquanto a fome representa a forma mais grave dessa condição (REDE PENSSAN, 2022).

⁷ ONU News. FAO: "Brasil está próximo de deixar Mapa da Fome." *ONU News*, 7 ago. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/08/1835791>. Acesso em: 30 dez. 2025.

Inúmeras pessoas são, diariamente, privadas do direito à comida e ao exercício da alimentação. Essas pessoas são impedidas de realizar escolhas alimentares, deixando de considerar gostos pessoais e culturais que caracterizam o ato de comer, bem como de manter o organismo nutrido com as comidas necessárias. Em muitos casos, indivíduos em situação de vulnerabilidade social são obrigados a revirar lixões em busca de restos de alimentos ou consumir mantimentos doados ou adquiridos com poucos recursos financeiros, sem atentar para sua procedência, qualidade ou benefícios nutricionais.

Nessa realidade, os desejos alimentares e as práticas culturais que compõem a história desses sujeitos são frequentemente esquecidos, pois a fome e a vulnerabilidade social anulam qualquer possibilidade de escolha. A opção torna-se comer o que está disponível, seja algo encontrado, doado ou comprado, ou enfrentar os riscos de subnutrição, doenças relacionadas à falta de alimentos e, em casos extremos, a morte.

Além de ser uma condição indigna que priva os indivíduos de suas vontades e expressões culturais, a fome gera graves repercussões para a sociedade. Em termos biológicos, a falta de alimentação adequada compromete a realização de atividades cotidianas, reduzindo o desenvolvimento de capacidades mentais e físicas e causando danos irreparáveis ao organismo. A longo prazo, essas condições aumentam a incidência de doenças decorrentes da desnutrição e subnutrição.

Sena (2023) argumenta que a alimentação é uma questão política, carregada de materialidade e historicidade. O autor sustenta que a negação do direito à alimentação representa uma das formas mais violentas de desigualdade social, mesmo em um cenário de recordes de produção agrícola, que não está voltada prioritariamente para a alimentação da sociedade. Sena ressalta ainda que, mesmo entre aqueles que têm condições de escolher, as opções alimentares são frequentemente influenciadas pela rede alimentar global, controlada por corporações agroalimentares que dominam a produção, comercialização e consumo de alimentos:

Dentre as diversas formas de expressão das desigualdades sociais, a alimentação é uma das maneiras mais cruéis de perceber que, mesmo diante da alta produção alimentar, uma grande parte dos sujeitos não pode, simplesmente, escolher o que quer comer. E, mesmo os que escolhem, escolhem a partir de opções disponíveis em uma dada realidade – o que parece uma “escolha” na maioria das vezes já foi pré-selecionado ou orquestrado para ser possibilidade por quem domina as grandes redes de alimentos (no plano global); por outro lado, as escolhas alimentares locais normalmente representam uma síntese do que resistiu ou persistiu de nossas formas passadas e tradicionais de comer. (Sena, 2023, p. 24)

Os hábitos alimentares também são influenciados por contextos sociais e econômicos. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, crises econômicas intensificaram mudanças nas dietas e nos preços dos alimentos. Nesse período, os preços das comidas in natura sofreram aumentos expressivos, enquanto os produtos ultraprocessados apresentaram reajustes menores. Segundo dados analisados pelo estudo “O Joio e o Trigo” (Peres, 2022⁸), com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), entre janeiro de 2020 e março de 2022, a cenoura registrou um aumento de 262,54% em seu valor, enquanto a salsicha teve um aumento de apenas 34,34%.

A análise dos dados permite inferir que, para a população mais pobre, os alimentos disponíveis são, predominantemente, ultraprocessados, como salsichas, refrigerantes, macarrões instantâneos e outros produtos com alto grau de industrialização. Essa realidade é impulsionada pelos preços mais acessíveis desses produtos em comparação às comidas saudáveis. Como consequência, observa-se um aumento na incidência de doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes e outras condições associadas a dietas de baixa qualidade nutricional.

Nesse contexto, a reforma agrária emerge como uma alternativa estratégica, dado seu potencial para promover a distribuição de terras e territórios aos camponeses, que são responsáveis por grande parte da produção de comidas saudáveis, especialmente quando praticada por meio da agroecologia.

Os efeitos dessa precarização alimentar também foram evidenciados por dados do Covitel (2022). De acordo com o Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis em Tempos de Pandemia, houve uma redução significativa no consumo de verduras e legumes em cinco ou mais dias da semana, comparando o período pré-pandemia ao primeiro trimestre de 2022. Esse índice caiu de 45,1% para 39,5%. Da mesma forma, o consumo de frutas, com as mesmas variáveis, diminuiu de 43% para 38,4%.

Esses números refletem uma precarização acentuada da alimentação no Brasil, que tem afetado drasticamente a saúde da população, em especial a das camadas mais vulneráveis, como consequência direta das crises econômicas.

Diante dos desdobramentos espaciais da globalização, observa-se um processo de desterritorialização de muitas comidas, enquanto outras perdem espaço para o complexo

⁸ PERES, João. Aceitaremos que os pobres adoeçam de comida no Brasil? *O Joio e O Trigo*, 9 jun. 2022. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2022/06/aceitaremos-que-os-pobres-adoecam-de-comida-no-brasil/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

sistema alimentar internacionalizado. Garcia (2003) destaca a relevância da globalização no setor alimentício:

A globalização da economia e a industrialização exercem um papel importante, devido à gama de produtos e serviços distribuídos em escala mundial e ao suporte publicitário envolvido. [...] A globalização atinge a indústria de alimentos, o setor agropecuário, a distribuição de alimentos em redes de mercados de grande superfície e em cadeias de lanchonetes e restaurantes. (Garcia, 2003, p. 485)

A globalização alimentar ocorre de maneira gradual, incorporando elementos que visam a universalização e a homogeneização da alimentação. Contudo, esse processo não configura uma dominação total, conforme observado por Sena (2023). O autor define a globalização alimentar como um fenômeno que transforma culturas alimentares por meio das agroindústrias, promovendo a padronização de hábitos:

[...] a globalização alimentar pode ser entendida como o processo de transformação das culturas alimentares por meio das indústrias da alimentação e suas tentativas de padronização dos hábitos. Tal processo tende a pressionar, secundarizar e se apropriar de elementos locais até que possa substituí-los. (Sena, 2023, p. 273)

As transformações no sistema alimentar estão diretamente associadas ao aumento das importações de produtos industrializados e à produção em larga escala. Danski (2008) explora esse contexto histórico, enfatizando o papel das redes de *fast food* como um exemplo paradigmático:

[...] é importante considerar que as grandes tendências de comportamento das pessoas com relação à alimentação nas sociedades de consumo dos países industrializados são ditadas por grandes corporações, cujo objetivo principal é o lucro e a homogeneização do gosto. Um exemplo característico é a rede McDonald's [...]. (Danski, 2008, p. 20)''

Danski (2008) relaciona o surgimento dessas práticas alimentares ao contexto político da América Latina nos anos 1960, período marcado por crises políticas⁹ e pela implementação de regimes ditatoriais. Esses governos, frequentemente alinhados aos Estados Unidos, atenderam aos interesses de grandes corporações capitalistas e promoveram narrativas

⁹ Nesse momento, muitos países latino-americanos vivenciavam a consolidação de regimes ditatoriais.

contrárias ao socialismo. Mendonça (2004) analisa as implicações desse cenário na modernização da agricultura:

[...] impulsionadas pela fusão Estado/capital, assegurando as condições necessárias para a (re)produção das condições de acumulação, facilitadas pela conjuntura autoritária e repressora. As primeiras experiências da agricultura moderna nas áreas de Cerrado (PRODECER), ressaltando as mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho [...] (Mendonça, 2004, p. 36)

A convergência entre interesses estatais e o discurso de progresso resultou na adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, sob o pretexto de combater a fome. Essa estratégia levou à financeirização da agricultura e à reconfiguração das relações entre capital e trabalho. Mendonça (2004) detalha essas mudanças:

A hegemonia do capital financeiro modificou substancialmente as relações sociais de produção na agricultura brasileira, possibilitando a fusão dos diversos interesses, localizados e controlados pelo capital mercantil e industrial, ao movimento mais geral da economia e do processo de acumulação do capital mundializado. As ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas também financeiras. A aquisição de insumos e máquinas pela agricultura, implica, de imediato, na necessidade de financiamento, que passa a se dar através do sistema financeiro instalado – e não mais a partir de agentes isolados como os comerciantes prestamistas – soldando assim o movimento da agricultura com o movimento mais geral da economia. (Mendonça, 2004, p. 224)

No Brasil, os investimentos estrangeiros desempenharam papel central nesse contexto. Empresas internacionais, em parceria com organizações brasileiras, obtiveram isenções de cobertura cambial, enquanto os avanços na infraestrutura de transporte, como estradas e ferrovias, facilitaram o escoamento de produtos industrializados. Contudo, tais desenvolvimentos trouxeram profundas repercussões para a sociedade brasileira e suas culturas alimentares, promovendo a integração ao mercado global às custas de valores e práticas tradicionais.

Garcia (2003) relembra que as importações de produtos industrializados no Brasil cresceram de forma vertiginosa a partir da década de 1990, com o advento da abertura do mercado. Segundo a autora, “No período de 1992 a 1995 a importação de produtos alimentares industrializados cresceu 409%.” (Garcia, 2003, p. 485-486). Além disso, destaca-se que a comercialização de alimentos por meio de redes de grandes supermercados desempenhou um papel crucial na consolidação da alimentação globalizada.

Desde meados do século XX, o processo de industrialização transformou amplamente a sociedade brasileira, incluindo aspectos sociais relacionados à alimentação, cultura e hábitos. Essas mudanças alteraram padrões de consumo e o sistema agroalimentar do país. Nesse contexto, os *fast foods* emergiram como um fenômeno representativo, evidenciando a influência do modelo estadunidense na cultura alimentar brasileira. Empresas estadunidenses, em especial, lideraram a expansão global desse setor. Silva, Vettoretti e Fernandes (2010, p. 3) observam:

[...] o serviço de alimentação fast-food [...] passa a ser a caracterização da modernidade, pois a partir dele o ato de comer ganha funcionalidade e mobilidade e não se identifica mais com o território, pois se adapta às circunstâncias que a mundialização impõe.

As empresas de *fast foods* adotam estratégias diversificadas para atrair consumidores, incluindo embalagens coloridas e impactantes, propagandas com frases de efeito e brindes infantis. Essas práticas, disseminadas globalmente, às vezes incorporam ingredientes locais como forma estratégica de alcançar diferentes públicos. No entanto, frequentemente desconsideram os hábitos, costumes e culturas regionais, promovendo a homogeneização alimentar e contribuindo para a perda de centenas de espécies e variedades alimentícias.

O fenômeno da globalização permitiu que comidas antes restritas a determinadas culturas fossem difundidas para diferentes partes do mundo, desde que adaptados aos paladares universais moldados pela indústria alimentícia. Contudo, essa adaptação muitas vezes resulta na descaracterização dessas comidas fora de seus contextos originais. Apesar de ampliar o acesso a novos tipos de alimentação, é preocupante a substituição de comidas tradicionais por alimentos mundializados, o que leva ao desaparecimento de diversas culturas alimentares específicas. Essa descaracterização é frequentemente legitimada pela narrativa do desenvolvimento e do progresso.

Sob a influência da globalização estrangeira, alimentos industrializados, congelados, ingredientes de outros países e *fast foods* passaram a integrar os hábitos comensais. Tais produtos, que carecem de tradicionalidades e singularidades culturais, não possuem coerência dentro de contextos específicos e acabam contribuindo para a descaracterização das culturas locais. Silva, Vettoretti e Fernandes (2010, p. 3) reforçam essa perspectiva ao afirmar: “De uma maneira ou de outra, esse hábito alimentar se tornou um fascínio, pois, cada indivíduo enxerga nessa forma de comer uma necessidade; ou encontra prazer, realização, lazer e até status social.”

Hernandez (2005) observa que a homogeneização da alimentação acompanha as transformações do sistema agroalimentar, que se tornou cada vez mais especializado e

internacionalizado. Nesse processo, desapareceu a diversidade de comidas, com a substituição de numerosas variedades vegetais e animais que constituíam a base de dietas mais localizadas. O autor pontua: “[...] aumentou, consideravelmente, a produção mundial de alimentos, ao mesmo tempo que desapareceram numerosas variedades vegetais e animais, que constituíram a base da dieta, em âmbito mais localizado.” Além disso, Hernandez (2005, p. 132) acrescenta:

Como consequência de todo esse processo, cada vez mais é consumida maior quantidade de alimentos processados industrialmente. Mesmo assim, a mundialização das trocas econômicas estendeu os repertórios da disponibilidade alimentar, e a mundialização das trocas culturais contribuiu para a evolução das culturas alimentares e, consequentemente, dos hábitos, preferências e repertórios, mediante um desenvolvimento mesclado das gastronomias. Esse fenômeno ocorreu não apenas nos países mais industrializados, mas também mediante vários matizes, graus e consequências, no mundo todo. Isso pressupõe a ampliação dos repertórios alimentares e a sua homogeneização. Atualmente, em qualquer país, o essencial de sua alimentação provém de um sistema de produção e de distribuição de escala planetária. (Hernandez, 2005, p. 132)

Dessa forma, as culinárias locais e regionais passam por um processo de transformação que frequentemente resulta na perda de suas identidades territoriais. A homogeneização da alimentação reduz o consumo de comidas regionais, ao passo que um sistema alimentar globalizado é estabelecido por meio de estratégias de marketing e princípios de consumo que, muitas vezes, não são percebidos pelos consumidores. Esse fenômeno substitui os sistemas alimentares culturais e tradicionais.

Consequentemente, o gosto alimentar pessoal acaba sendo moldado por grandes corporações agroalimentares. Essa influência leva, por exemplo, à preferência de muitos brasileiros por refrigerantes, como a Coca-Cola, em detrimento de sucos naturais de frutas regionais, que refletem a diversidade territorial do país.

Sena (2023) analisa a influência dos alimentos rápidos no público infantil, destacando como eles impactam negativamente os hábitos alimentares. As crianças, ao se habituarem a esse estilo de alimentação, enfrentam dificuldades para consumir comidas de seus próprios territórios, desenvolvendo estranhamento em relação às culinárias regionais e preferindo *fast foods*. Essa situação evidencia a atuação das corporações agroalimentares, que transformam hábitos alimentares, especialmente em públicos mais vulneráveis, como o infantil, caracterizado por sua suscetibilidade às estratégias de manipulação do paladar.

Quando as crianças se vinculam a esse estilo de comer e a esses sabores, passam a ter uma dificuldade gigantesca no momento de ampliar seus

horizontes gustativos e culturais no campo da alimentação. Chega-se ao ápice de, após entender que a comida “rápida” é sua comida favorita, estranhar seus alimentos tradicionais e ingredientes, legumes e frutas do bioma onde nasceu, [...] (Sena, 2023, p. 120)

A padronização promovida por alimentos industrializados resulta em uma monotonia alimentar, onde os sabores se tornam homogêneos, reduzindo as particularidades das comidas tradicionais. Garcia (2003) reforça esse fenômeno ao abordar o desenraizamento alimentar, evidenciando a perda de especificidades culturais das comidas, que são consumidos em locais diversos, ainda que tentem manter certa ligação com as tradições:

[...] há um desenraizamento da alimentação. É possível encontrar pratos típicos de qualquer parte do mundo, e os alimentos, que antes eram sazonais nos países desenvolvidos, são agora oferecidos durante todo o ano. A desterritorialização do alimento difunde-o em escala mundial. Cerveja, biscoito, chocolate, refrigerantes pertencem ao mundo. E o que aconteceu com a comida tradicional típica? Ela persiste, mas metamorfoseada para adaptar-se à expansão. Perdeu sua peculiaridade. A comida deixa de ter vínculo territorial. Neste sentido tanto faz uma pizza, um hambúrguer ou um *croissant*, todos perderam suas origens ou sua essência tradicional e, embora mantenham seu valor simbólico, tornaram-se produtos da cozinha industrial. (Garcia, 2003, p. 488)

Além disso, a inserção crescente de alimentos industrializados no sistema alimentar brasileiro se conecta diretamente com a questão de status social. Historicamente, consumir produtos industrializados, como iogurtes, refrigerantes, balas, bolachas e embutidos, era visto como símbolo de prestígio e exclusividade, reforçando valores sociais atribuídos a esses produtos. Canesqui (2005, p. 186) reflete sobre essa transformação e menciona: “[...] (refrigerantes e refrescos artificiais) classificadas como 'desnecessárias' e anteriormente pouco adquiridas se deslocaram do consumo festivo para o cotidiano, compondo as pautas das aquisições.”

Elias (2021) destaca a relevância de produtos como soja e milho na fabricação de alimentos ultraprocessados. Esses insumos, amplamente cultivados no Brasil, têm como foco o mercado internacional, funcionando como *commodities*. Produzidos pelo agrohídronegócio¹⁰ dentro da lógica capitalista, o cultivo em monoculturas faz uso intensivo de sementes transgênicas, agrotóxicos e fertilizantes, resultando em impactos significativos, como degradação ambiental e aprofundamento das desigualdades sociais. Ademais, o autor apresenta

¹⁰ Compreende um conjunto de ações desenvolvidas pelo capital, que territorializa o agronegócio, apropriando-se não apenas das terras, mas também das águas e do trabalho (Mendonça; Mesquita, 2007).

um exemplo emblemático sobre o uso do milho nos alimentos ultraprocessados, destacando os impactos negativos de um de seus derivados:

Um exemplo para o caso milho, a partir de um de seus derivados, é o do xarope de milho, rico em frutose, utilizado em larga escala. Esse é um tipo de açúcar que aumenta o nível de insulina, que provoca a incidência de diabetes e reduz a leptina, um regulador natural do apetite. Com isso, o cérebro perde uma referência que o regula e envia mensagens de que ainda está com fome. O resultado é a dependência por alimentos e bebidas cada vez mais doces, o que aumenta sobremaneira os lucros das empresas, até mesmo porque se trata de uma matéria-prima relativamente barata. Vale o destaque de que o xarope de milho é um dos principais ingredientes de alguns dos refrigerantes mais consumidos no mundo. (Elias, 2021, p. 9)

Historicamente, o Brasil, marcado por suas raízes camponesas, priorizava o consumo de produtos do campo, que serviam de base para receitas tradicionais. Entretanto, a valorização dessas comidas e ingredientes foi desestimulada, em grande parte, pelas propagandas que os desqualificavam como “coisa de caipira”, perpetuando um preconceito de classe e reforçando uma economia dependente de padrões externos.

Dados do IBGE, organizados pela equipe de “O Joio e o Trigo”, evidenciam que os preços de alimentos ultraprocessados vêm diminuindo, enquanto os preços de comidas naturais apresentam alta. Caivano *et al.* (2017, p. 351) apontam que: “Uma razão importante para o aumento na aquisição, distribuição e abastecimento desses produtos são as políticas econômicas que favorecem o fluxo do capital internacional, a entrada transnacional em mercados internos e a desregulamentação do mercado desde 1980.”

Essas políticas, que estimularam a introdução de alimentos ultraprocessados, também favoreceram sua ampla disseminação entre a população. Acompanhando essa tendência, o capital criou, de forma contínua, novas necessidades de consumo. Louzada *et al.* (2022) destacam que políticas econômicas desempenharam um papel central no sucesso das corporações transnacionais no mercado alimentício:

Essas políticas desregulamentaram a indústria, promoveram o fluxo de capital, abriram os países ao investimento estrangeiro, permitiram que as transnacionais assumissem as empresas nacionais e restringiram os governos nacionais de introduzir políticas estatutárias para limitar o seu consumo. Enquanto isso, o crescimento econômico e o aumento da renda média de algumas populações tornaram os alimentos ultraprocessados acessíveis para mais pessoas. (Louzada *et al.*, 2022, p. 42)

Segundo os autores, o fortalecimento econômico, aliado ao aumento do poder aquisitivo, às estratégias de *marketing*, à conveniência e às políticas de redução de custos,

contribuiu significativamente para a ampla difusão dos alimentos ultraprocessados (CAIVANO *et al.*, 2017).

Muitas vezes, os alimentos ultraprocessados tornam-se objeto de desejo para indivíduos sem acesso regular a eles. Contudo, à medida que esses produtos passaram a ser disponibilizados em maior escala e amplamente consumidos, também aumentaram os indícios de doenças crônicas associadas ao seu consumo. Paralelamente, houve uma crescente procura por comidas orgânicas, reconhecidas como opções mais saudáveis, especialmente em meio a um movimento classista de conscientização alimentar. Gomes e Frinhani (2017) destacam que a alimentação orgânica é mais benéfica à saúde, uma vez que exclui produtos químicos, como agrotóxicos, fertilizantes, hormônios e aditivos químicos.

Monteiro *et al.* (2019) definem alimentos ultraprocessados como formulações compostas majoritariamente por ingredientes exclusivamente industriais, elaborados por meio de uma ampla gama de técnicas e processos industriais.

O aumento do custo das comidas orgânicos e naturais está, em grande parte, relacionado a questões de distribuição e disponibilidade, além do distanciamento entre os locais de produção no campo e os principais mercados consumidores. A expulsão de populações camponesas do campo contribuiu para a perda de hábitos alimentares tradicionais, que eram anteriormente mais acessíveis e valorizados dentro de seus contextos locais. Atualmente, devido aos altos preços, comidas in natura, como verduras, frutas e legumes, tornaram-se mais caras do que aqueles alimentos com alto grau de processamento industrial.

Nesse cenário, os mais prejudicados são as populações de baixa renda, que, sem recursos adequados, enfrentam limitações para fazer escolhas alimentares mais saudáveis. De acordo com a pesquisa realizada pela Associação de Promoção dos Orgânicos (ORGANIS) no Panorama do Consumo de Orgânicos no Brasil – 2023¹¹, os maiores consumidores de comidas exclusivamente orgânicos são aqueles com rendimentos mensais entre R\$ 2.500,01 e R\$ 4.000,00, correspondendo a 27% dos consumidores de orgânicos no país.

Os novos padrões alimentares também estão profundamente associados às transformações nos modos de vida e à gestão do tempo. Alimentos industrializados surgem como soluções eficientes por serem mais duráveis e economizarem tempo no preparo. Garcia

¹¹ ORGANIS. Onde chegou e até onde pode chegar a Atmosfera Orgânica brasileira. *Organis - Associação de Promoção dos Orgânicos*, 2023 Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/ciorganicos-20230616-141015.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

(2003) observa que a globalização transforma não apenas os hábitos alimentares, mas também as condições de trabalho e vida.

Ademais, as formas espaciais do capital que reforçam a precarização das condições de trabalho não apenas restringem o tempo disponível dos trabalhadores, mas também comprometem seus recursos econômicos, dificultando o acesso a uma alimentação saudável, livre de produtos industrializados.

O consumo de alimentos ultraprocessados é amplamente incentivado, principalmente pelas grandes corporações agroalimentares, que buscam atender à demanda gerada pela produção capitalista. Louzada *et al.* (2022) analisam as consequências do consumo desses alimentos na saúde humana, destacando como seu padrão de disseminação está relacionado ao estilo de vida contemporâneo:

Alimentos ultraprocessados são convenientes, práticos e portáteis. Geralmente, eles são desenvolvidos para que possam ser consumidos em qualquer lugar. Na maioria das vezes, são vendidos como lanches, bebidas ou pratos prontos ou semiprontos para consumo e promovidos por agressivas estratégias de marketing. Sendo assim, estão facilmente associados a modos de comer que induzem ao consumo excessivo e “desapercebido” de calorias, além de substituírem refeições feitas na hora, baseadas em alimentos *in natura* ou minimamente processados. (Louzada *et al.*, 2022, p. 41, grifos dos autores)

Danski (2008) também ressalta as transformações oriundas da esfera do trabalho, que impulsionam mudanças nos sistemas alimentares e no comportamento alimentar da sociedade:

As dificuldades geradas pelo pouco tempo disponível para o preparo e consumo das refeições, a crescente necessidade de se alimentar fora de casa leva o indivíduo a decidir diariamente o que comer e de maneira rápida. Tal situação é criada pelas transformações sociais e pelo novo mundo do trabalho, os quais geram mudanças determinantes do modo de comer da sociedade. (Danski, 2008, p. 28)

Essas mudanças afetam significativamente a saúde das pessoas. A má alimentação, baseada nos novos padrões alimentares, substitui a "comida de verdade" – tradicionalmente composta por alimentos minimamente processados – por alimentos “de mentira”, altamente industrializados. No Brasil, as consequências já são visíveis, especialmente pelo aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), que representam uma das principais causas de mortalidade.

De acordo com a Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) do Ministério da Saúde, as DCNT são responsáveis por mais de 70% das mortes no Brasil. As principais doenças

dessa categoria incluem doenças cardiovasculares, cânceres, doenças respiratórias crônicas e diabetes.

Os alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares e gorduras, e com baixos teores de proteínas e fibras, contribuem diretamente para o declínio da alimentação saudável. Louzada *et al* (2022, p. 1), em suas pesquisas, evidenciaram as relações entre o consumo desses produtos e uma série de condições de saúde adversas, incluindo: “[...] obesidade, marcadores de risco metabólico, diabetes, doenças cardiovasculares, câncer, asma, depressão, fragilidade, doenças gastrointestinais e mortalidade.”

O consumo elevado de alimentos ultraprocessados acarreta uma série de transtornos à saúde dos indivíduos. Esse padrão alimentar resulta em corpos debilitados, carentes de substâncias essenciais para o funcionamento adequado do organismo, gerando outras formas de vulnerabilidade. Nesse contexto, Furtado, Zúñiga e Silva (2020, p. 330) discutem o conceito de “fome oculta”, que não está relacionada à falta de alimentos, mas à ausência de nutrientes na dieta de populações que consomem majoritariamente ultraprocessados:

[...] a “fome oculta” em que o problema não é o acesso aos alimentos e sim a qualidade de nutrientes, toda vez que os alimentos industrializados ultraprocessados apresentam alto valor calórico e baixo valor nutricional. Isto é “fornecem energia sem nutrir”, condição que pode acometer muitas pessoas resultando em excesso de peso, pois comer não significa “comer com qualidade”. (Furtado; Zúñiga, Silva, 2020, p. 330)

Em estudo que comparou o consumo de hortaliças e ultraprocessados, Canella *et al.* (2018) evidenciaram uma relação inversa entre a aquisição desses dois grupos alimentares. Residências que apresentam maior consumo de ultraprocessados são, em geral, as que menos consomem hortaliças, o que compromete a nutrição e favorece a substituição de uma alimentação saudável por alimentos pobres em nutrientes.

A quantidade média de hortaliças adquiridas para consumo nos domicílios brasileiros foi de 43,7 grama/per capita/dia e o consumo individual diário médio, de 49,2 grama/per capita/dia. Em relação aos alimentos ultraprocessados, a aquisição domiciliar média representou 18,0% das calorias totais e o consumo individual, 20,5%. (Canella *et al.*, 2018, p. 5)

O mesmo estudo também destacou diferenças relacionadas à renda e às regiões do Brasil. Observou-se que o consumo, tanto de hortaliças quanto de ultraprocessados, aumenta proporcionalmente à elevação da renda. Hortaliças são consumidas em maior quantidade nas

regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, enquanto alimentos ultraprocessados predominam nas regiões Sul e Sudeste.

Monteiro *et al.* (2019), no relatório *Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system*, publicado pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), enfatizam que os impactos dos alimentos ultraprocessados sobre a saúde humana demandam análise criteriosa. Esse relatório é uma base fundamental para a formulação de políticas públicas e ações de saúde.

Segundo os autores, alimentos ultraprocessados são ricos em calorias, açúcares, gorduras trans e saturadas, além de sódio. Esses produtos têm progressivamente substituído refeições caseiras e comidas saudáveis ricas em proteínas, fibras e potássio. Tal substituição contribui para o aumento de doenças não transmissíveis, como obesidade, câncer, doenças cardiovasculares e metabólicas, depressão, problemas gastrointestinais, fragilidades e mortes prematuras.

Para além dos aspectos já apontados, o sistema alimentar contemporâneo integra o conceito de alimento como mercadoria. Machado, Oliveira e Mendes (2016) destacam que, à medida que o capital se apropriou da alimentação, ela passou a ser tratada como mercadoria:

Desse modo, para a indústria alimentícia, a definição de alimento passa a ser pautada no entendimento do alimento-mercadoria, onde o objetivo maior é a disponibilidade de produtos gerados por meio de alta tecnologia industrial associada aos ingredientes de fácil aquisição e baixo custo. (Machado; Oliveira; Mendes, 2016, p. 506)

No contexto do capitalismo, corporações transnacionais regulam e estruturam um modelo alimentar orientado para a maximização de lucros, frequentemente em detrimento de práticas nutricionalmente adequadas e culturalmente relevantes. Esse modelo, centrado na racionalidade capitalista, promove a homogeneização dos hábitos alimentares por meio do sistema agroalimentar globalizado, culminando na transformação do alimento em mercadoria (Furtado; Zúñiga; Silva, 2020).

Elias (2021) ressalta que o alimento-mercadoria é gerido por corporações transnacionais conectadas ao agronegócio, envolvendo setores como sementes transgênicas, fertilizantes, agrotóxicos, mecanização agrícola, agroindústrias alimentares, esmagadoras de soja, logística e redes de varejo.

Para Elias (2021), o conceito de alimento-mercadoria está diretamente associado à expansão dos alimentos ultraprocessados, que remodelaram hábitos alimentares. Essa transformação é sustentada pelo agronegócio, pela dominação exercida pelas agroindústrias e

pelo uso intensivo de estratégias de marketing elaboradas por grandes corporações. Além disso, a distribuição desses produtos é facilitada por corporações supermercadistas, que se consolidaram como centros de comercialização de alimentos ultraprocessados.

Machado, Oliveira e Mendes (2016) destacam os impactos desse modelo de consumo, observando que ele é perpetuado por crises estruturais do sistema capitalista e pelas práticas de corporações alimentícias que moldam hábitos comensais e impõem novos padrões de consumo:

O círculo vicioso e tendencioso que a economia alimentar capitalista reproduz instiga o apetite por novidades embaladas de baixo custo e cria a demanda pela praticidade e assim justifica um modelo de produção, consumo e distribuição desigual e injusto. E longe de erradicar a fome, mas defendendo esse fim, constitui industrial e geneticamente tudo que inapropriadamente é chamado de comida. Não há liberdade de escolha e soberania alimentar em um sistema onde praticamente todos os alimentos são provenientes de algumas poucas empresas transnacionais que controlam o que, como, onde e por qual preço serão produzidos e distribuídos, fruto do interesse em transformar alimento em mercadoria, capital especulativo e lucro, e não um direito. (Machado, Oliveira; Mendes 2016, p. 513)

Sob a perspectiva de Karl Marx, o conceito de mercadoria refere-se a um produto concebido para o mercado. No capitalismo, os proprietários dos meios de produção contratam a força de trabalho, visando à criação de mercadorias destinadas às trocas comerciais. Esse processo envolve a apropriação da mais-valia, resultando no acúmulo de riquezas – uma condição indispensável para a continuidade do sistema capitalista.

Para Marx (2015), a mercadoria constitui o ponto de partida de suas análises, sendo o elemento fundamental da produção capitalista. A mercadoria é produto do trabalho e tem como propósito satisfazer as necessidades de consumo, que, na maioria das vezes, são criadas pelo próprio capital:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. (Marx, 2015, p. 157.)

Resultado do trabalho humano, a mercadoria pode ser categorizada de acordo com dois tipos de valor: o valor de uso, que corresponde à sua utilidade e à capacidade de atender às necessidades humanas, e o valor de troca, que é medido quantitativamente, considerando a proporção em que uma mercadoria pode ser trocada por outra de valor equivalente.

No sistema capitalista, torna-se evidente que toda mercadoria é produzida com valor atribuído, e seu objetivo final é a geração de lucros por meio da apropriação do trabalho social. É justamente o trabalho que confere valor à mercadoria. Machado, Oliveira e Mendes (2016) complementam essa lógica ao afirmar:

A mercadoria precisa também satisfazer as necessidades dos donos dos meios de produção, por isso deve gerar um valor - que se valoriza - que recupere o capital adiantado e gere lucro ao capitalista. Esse processo de troca tem como intercessor o dinheiro, que no meio do processo de circulação intensifica sua valorização, utilizando-se da mais-valia para expandir-se e constituir-se como capital. (Machado; Oliveira; Mendes, 2016, p. 508)

No caso específico do alimento-mercadoria, a análise não pode limitar-se apenas à sua produção, mas deve abarcar as relações sociais que dela emergem. Seixas e Xavier (2020, p. 6) enfatizam:

O foco não é na produção em si, mas sim as relações que dela se reproduzem e culminam no conjunto que se sustenta, na contemporaneidade capitalista, a partir de um sistema hiperespecializado de produção, uma vez que toda totalidade social capitalista gira em torno do fetiche da mercadoria, ou seja, todo conjunto das relações sociais centram-se na medida do valor, a forma-dinheiro.

Nesse contexto, o alimento, antes compreendido como um elemento essencial para a manutenção da vida e para a construção de relações culturais, transformou-se em uma mercadoria subordinada aos interesses do capital. Assim, ele deixa de cumprir sua função primordial – alimentar pessoas – para tornar-se parte de uma lógica voltada à geração de lucros, mediante a exploração do trabalho e a apropriação da mais-valia. Para grandes corporações, o alimento não nutre apenas os corpos humanos; ele alimenta o capital, que busca incessantemente expandir-se por meio da mercantilização.

A mercantilização dos alimentos expõe o funcionamento intrínseco da sociedade capitalista: desde a exploração dos trabalhadores responsáveis pela produção das mercadorias até o esgotamento dos recursos territoriais e os impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Além disso, esse sistema produz fome e negligencia direitos básicos da sociedade.

As grandes corporações capitalistas alimentícias desempenham um papel central nesse processo, transformando alimentos, antes associados à ideia de comida, em simples

mercadorias. Segundo dados da *Forbes Global 2000* (2023)¹², as 10 maiores corporações alimentícias alcançaram juntas um lucro de US\$ 47,8 bilhões, com destaque para empresas como Nestlé, Anheuser-Busch InBev, PepsiCo, Coca-Cola, Mondelez, Kraft Heinz, General Mills, Tyson Foods, Danone e JBS.

No sistema capitalista, associado ao complexo sistema agroalimentar, o alimento tornou-se um produto extremamente lucrativo, mas também um vetor de desigualdades sociais. A imposição de alimentos-mercadoria desloca a comida de seu caráter cultural, reduzindo-a a um objeto de lucro. Dessa forma, fica evidente que as grandes corporações utilizam estratégias sofisticadas para se apropriar das culturas alimentares das diversas comunidades, contribuindo para transformações profundas nos hábitos alimentares contemporâneos.

1.3. PRODUÇÃO DE COMMODITIES: mercadorias

As *commodities*, termo de origem inglesa que significa "mercadorias", são produtos de base primária, produzidos em larga escala e com foco principal nas exportações. Esses produtos incluem itens minerais, agrícolas, pecuários e ambientais, caracterizados por sua homogeneidade, de modo que são indistinguíveis mesmo quando originados de diferentes localidades. Para que uma mercadoria seja classificada como *commodity*, ela precisa apresentar durabilidade, especialmente no caso das *commodities* agrícolas, o que significa serem produtos de longa duração, resistentes a danos e passíveis de armazenamento. Dessa forma, essas mercadorias podem ser exportadas para outros países com o mínimo de processamento industrial.

Oliveira (2015) analisa a agricultura sob a influência do capital monopolista mundializado, destacando três elementos estruturantes: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e futuro (bolsa de valores) e o desenvolvimento de empresas monopolistas globais. O autor argumenta que a produção de *commodities* transformou a atividade agrícola em um sistema orientado pelo mercado internacional, deslocando a questão alimentar de uma prioridade estratégica nacional para uma lógica puramente mercantil:

a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando a ser simplesmente mais uma mercadoria a ser comprada no mercado mundial, independentemente de onde ela fosse produzida. Isso

¹² FORBES. *Forbes 2024 Global 2000 List - The World's Largest Companies Ranked*. Forbes, 06 jun. 2024. Disponível em: <https://www.forbes.com/lists/global2000/?sh=33e834245ac0>. Acesso em: 30 dez. 2024.

quer dizer que a lógica neoliberal atua no sentido de tentar converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que o produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo. Entre as principais *commodities* do campo, estão o trigo, o milho, o arroz, a soja, o algodão, o cacau, o café, o açúcar, o suco de laranja, o farelo e o óleo de soja, entre outras. No Brasil, há também o etanol e o boi gordo. (Oliveira, 2015, p. 240)

As *commodities* agrícolas, classificadas como *commodities* primárias, ocupam um papel central nesse modelo econômico. Delgado (2012) define *commodities* primárias como produtos agrícolas, minerais, ambientais e pecuários produzidos essencialmente para o mercado internacional. Ele observa que esses produtos desempenham um papel histórico na integração das economias periféricas ao sistema capitalista global:

O termo *commodity* primária refere-se a produtos que são produzidos para serem transacionados unicamente no mercado – nesse caso específico, no mercado internacional – e está associado a um tipo de organização da produção que representou historicamente a integração das economias e sociedades periféricas à divisão do trabalho no sistema capitalista internacional. (Delgado, 2012, p. 136, grifos do autor)

Particularmente, as *commodities* agrícolas, são originadas do agrohidronegócio e caracterizam-se por apresentarem pouco ou nenhum processamento industrial. São comercializadas em grandes volumes no mercado internacional. Delgado (2012) exemplifica essa diferença ao afirmar:

Commodities agrícolas não são, portanto, produtos industrializados, os quais incorporam significativo valor, adicionado às matérias-primas utilizadas para a sua produção. O trigo em grão é uma *commodity* agrícola, mas não o pão [...] (Delgado, 2012, p. 136, grifos do autor).

Os valores das *commodities* são influenciados por diversos fatores, especialmente pelo equilíbrio entre oferta e demanda nos mercados globalizados. A oferta é determinada pela produção global e pela quantidade de produtos disponíveis, enquanto a demanda reflete fatores econômicos, como o nível de procura por parte dos consumidores. Além disso, os preços das *commodities* são geralmente cotados em dólares, o que os torna suscetíveis às flutuações cambiais e aos ciclos econômicos mundiais. Desse modo, eventos globais e geopolíticos desempenham um papel significativo na definição de seus valores.

As *commodities* brasileiras destacam-se no comércio internacional, sendo exportadas principalmente para a China, que, em 2022, foi responsável por 31,92% das exportações nacionais. Em seguida, os países da União Europeia responderam por 16,07% das exportações

de *commodities* do Brasil (MAPA; AGROSTAT, 2022). Delgado (2012) ressalta a importância da China na demanda por soja brasileira, destacando que o aumento dessa procura se dá em meio a um contexto de transformações econômicas e ambientais:

No que diz respeito à demanda, o grande peso recai sobre a China e a Índia, especialmente no caso do enorme crescimento da demanda por soja por parte da China. No que diz respeito à oferta, um conjunto de fatores são elencados: o destino crescente de áreas cultiváveis e de *commodities* plantadas para a produção de agrocombustíveis em vez de alimentos (como é exemplificado pelo caso do milho nos Estados Unidos); o aumento dos custos dos insumos como resultado da elevação do preço do petróleo; a queda dos rendimentos agrícolas por causa da destruição dos solos e dos investimentos públicos inadequados e insuficientes em pesquisa agrícola e extensão rural; o impacto das mudanças climáticas sobre as safras agrícolas; e a redução dos estoques mundiais de *commodities*. Além disso, também são mencionados fatores como a desvalorização do dólar e a redução das taxas de juros, notadamente nos Estados Unidos. (Delgado, 2012, p. 140-141)

A produção de *commodities* no Brasil está amplamente vinculada à existência de latifúndios – grandes extensões de terra privadas, concentradas nas mãos de poucos proprietários. Em geral, essas propriedades são destinadas aos monocultivos, prática que limita a diversidade agrícola e intensifica a concentração de renda. Medeiros (2012, p. 447) explica a origem do termo:

O termo latifúndio, de origem latina, era usado na Roma Antiga para referir-se às extensões de terra controladas pela aristocracia, e passou a ser utilizado para designar grandes propriedades de terra em geral.

A concentração fundiária no Brasil remonta ao período colonial, quando a divisão do território em capitanias hereditárias e sesmarias consolidou grandes propriedades destinadas à exploração econômica. Esse modelo facilitou o estabelecimento de culturas agrícolas em larga escala, como a cana-de-açúcar, voltadas principalmente para exportação.

Grandes propriedades rurais frequentemente não cumprem a função social da terra, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 186:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

- I - Aproveitamento racional e adequado;
- II - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988, online)

A análise da legislação revela que a propriedade privada não é apenas um direito, mas também envolve responsabilidades. A função social da terra exige um aproveitamento que integre aspectos socioambientais, estabelecendo a terra como instrumento de produção que atenda a critérios de sustentabilidade e justiça social.

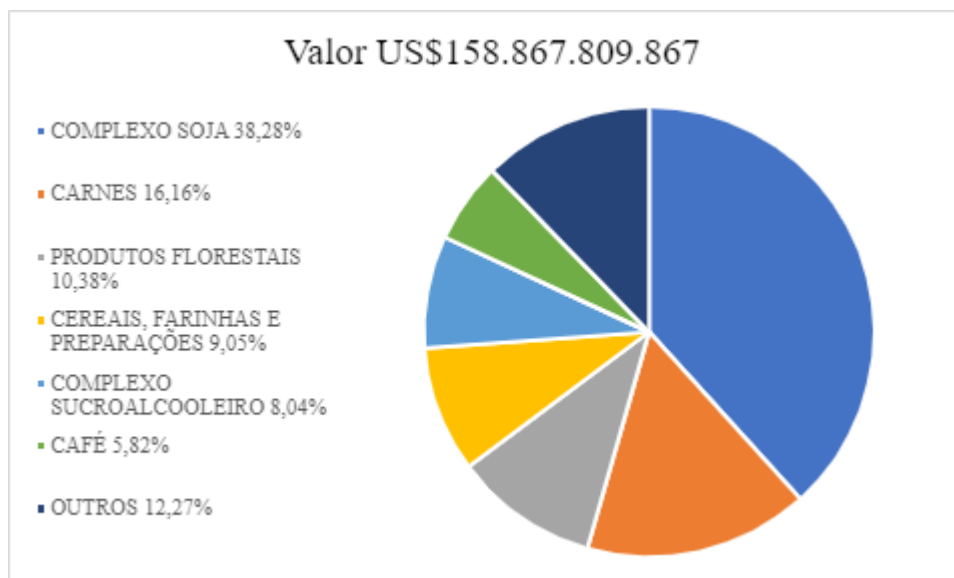
Nos latifúndios, destaca-se a prática de monocultivos voltados para a produção de *commodities*. Essa atividade, realizada em larga escala e direcionada ao mercado externo, gera impactos ambientais severos, como o esgotamento dos solos, a contaminação da biodiversidade e a exaustão dos recursos territoriais. Zimmermann (2009) enfatiza os riscos associados a esse modelo produtivo, apontando o uso intensivo de agrotóxicos, transgênicos, queimadas e desmatamentos, que ameaçam não apenas a biodiversidade, mas também a soberania alimentar:

A simplificação dos ecossistemas, processo indispensável para o desenvolvimento da monocultura extensiva (arquétipo que se mantém com a transgenia, já que não foi pela necessidade dos pequenos produtores rurais que ela se desenvolveu), é extremamente perigosa para a manutenção desses ecossistemas, que, em geral, são complexos, considerando que o incremento dos agroecossistemas tem ocorrido nas regiões com maior biodiversidade do planeta e, desgraçadamente, também mais pobres. (Zimmerman, 2009, p. 80)

Sena (2023) complementa essa visão ao destacar que os Cerrados, um dos territórios mais ricos do planeta, vêm sendo devastados pelo avanço do agrohidronegócio. Além da perda significativa de biodiversidade, promovida por queimadas e desmatamentos, o território sofre com a extinção de espécies alimentares e a negligência de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), muitas das quais sequer foram plenamente identificadas ou integradas às culturas alimentares.

Embora os defensores do modelo monocultor frequentemente argumentem que ele é sinônimo de alta produtividade e essencial para alimentar a população, os dados mostram outra realidade. Conforme ilustrado no Gráfico 01, grande parte dos monocultivos brasileiros, como a soja, e produtos do setor pecuário, como as carnes, são majoritariamente destinados à exportação. Essa dinâmica privilegia o acúmulo de capital por grandes produtores, enquanto limita os benefícios para o mercado interno.

Gráfico 1 - Exportações brasileiras do agrohidronegócio por setores (2022)



Fonte: Agrostat/MAPA, 2022 (organização: SOARES, 2023)

Oliveira (2015, p. 240) destaca o papel central das bolsas de mercadorias e futuro no contexto da agricultura, ressaltando que elas “passaram a ser o centro regulador dos preços mundiais das commodities”. A influência das bolsas de valores e dos investimentos sobre as commodities é evidente, pois a especulação financeira intensifica a volatilidade dos preços com base na dinâmica de oferta e demanda. Conforme apontam Paula, Santos e Pereira (2015, p. 297): “[...] dada a essencialidade dos alimentos para as pessoas, seu comércio foi tomado por agentes especuladores, [...] convertendo commodities alimentares em espaço do circuito financeiro.” Nesse campo, Goldfarb (2015) explora a transformação da produção agrícola em um setor cada vez mais financeirizado, impulsionado pelo avanço do capital fictício. A autora esclarece:

É importante compreender como as transformações no sistema de financiamento agrícola vão, por um lado inserir as corporações como agentes financiadoras, o que nos permite reafirmar o caráter corporativo do atual regime alimentar. Mas por outro lado vão, em especial a partir do ano 2000, mostrar que as transformações nesse sistema de financiamento vão possibilitar a financeirização de setores da agricultura, como o de grãos, o que, consequentemente, vai impulsionar a commoditização do campo, dado os altos preços observados neste mercado. [...] Do ponto de vista da agricultura há um movimento que nos permite afirmar que ocorre uma financeirização do setor dado o aumento da importância que o capital financeiro vai adquirir. Como consequência de mudanças que foram ocorrendo na política de crédito rural, ocorre o aumento de instrumentos financeiros, emitidos por bancos ou outras instituições financeiras e negociados em bolsas e mercados futuros. (Goldfarb, 2015, p. 47)

A partir dessa análise, percebe-se que as *commodities* se fortalecem por meio de investimentos de capital, conduzindo agricultores a integrar esse sistema intensivo, amplamente moldado pela especulação financeira. A financeirização agrícola está diretamente associada à apropriação de terras e recursos naturais, financiando sua exploração e promovendo transformações econômicas e sociais profundas.

No Assentamento Canudos, relatos de camponeses e observações realizadas em trabalhos de campo evidenciam insatisfação em relação ao arrendamento de terras para monocultivos. Algumas áreas do assentamento já foram apropriadas por capitais externos, um processo impulsionado pela ausência de políticas públicas que assegurem a permanência dos camponeses em suas terras. Predomina, nesses casos, o monocultivo da soja, caracterizado pelo uso intensivo de agrotóxicos e outros insumos químicos, que prejudicam os recursos territoriais e geram conflitos internos. Essas práticas colocam em oposição os camponeses que adotam sistemas agroecológicos e aqueles vinculados ao modelo de produção intensivo.

Para Goldfarb (2015), tanto as populações urbanas quanto as rurais são diretamente impactadas pelo modelo produtivo atual, que compromete a soberania alimentar. A autora afirma:

Planta-se o que é interessante para o capital financeiro e não para a população. Diferente do que se pregava ao longo da Revolução Verde, o regime alimentar ‘mercado’ não acabou com a fome no mundo e o regime alimentar corporativo, e agora financeirizado, veio a piorar o quadro. (Goldfarb, 2015, p. 64)

Além disso, a produção de *commodities* é amplamente beneficiada por significativos créditos oriundos do Estado. Entre os principais instrumentos estatais, destaca-se o Plano Safra, uma política agrícola do Governo Federal que oferece financiamento para produtores agropecuários. Esse programa abrange iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP).

Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), ao analisarem a distribuição de créditos na agropecuária, destacam a categoria “Demais”, que inclui grandes produtores, em especial. Eles apontam a desproporção na alocação de recursos: “O Plano Safra 2019/2020, enquanto o Pronaf, que congrega o maior universo de produtores no campo brasileiro, recebeu 29 bilhões de reais, o Pronamp recebeu 27,9 bilhões e o Agro 134,8 bilhões.” (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 15)

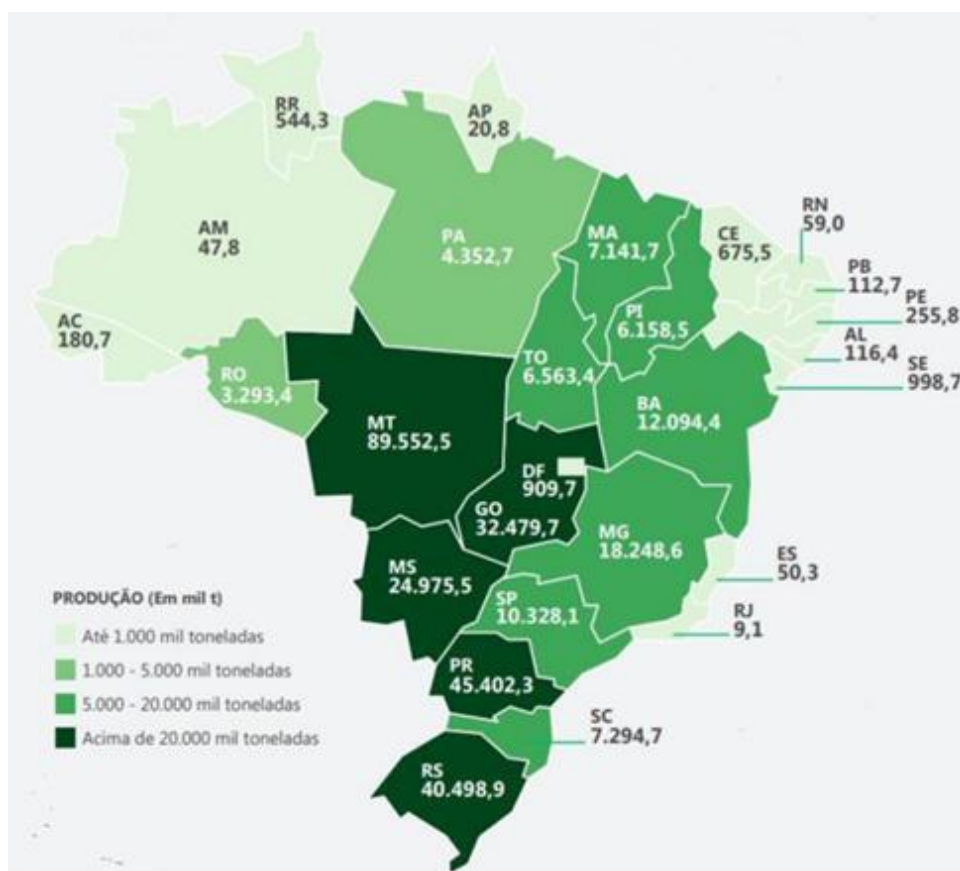
Esses dados evidenciam como o agrohidronegócio, maior produtor de *commodities*, é privilegiado pelas políticas públicas. Enquanto os camponeses e pequenos produtores

familiares, que representam a maioria no campo brasileiro, recebem uma parcela mínima dos créditos estatais, os grandes produtores, que constituem uma minoria, são contemplados com montantes exorbitantes.

Essa disparidade reflete um modelo que direciona tanto os créditos públicos quanto os privados para a produção de *commodities* voltadas ao mercado externo, frequentemente associada à degradação dos recursos territoriais. Por outro lado, os camponeses, mesmo com áreas reduzidas de terra, conseguem produzir "comida de verdade" para atender à população brasileira, mas não recebem incentivos equivalentes aos destinados ao agrohidronegócio.

No contexto da produção de alimentos, Goiás se destaca no cenário nacional. Segundo o 1º Levantamento da Safra 2022/2023, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em outubro de 2022, Goiás foi o quarto maior produtor de grãos no Brasil, alcançando 32.479,7 mil toneladas. Conforme ilustrado na Figura 01, o Estado ficou atrás apenas de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. O monitoramento da safra inclui uma ampla variedade de culturas, como algodão, amendoim, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, girassol, gergelim, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

Figura 1 – Brasil - Safra de grãos - 2022-2023 (1º levantamento)



Fonte: CONAB (2022)

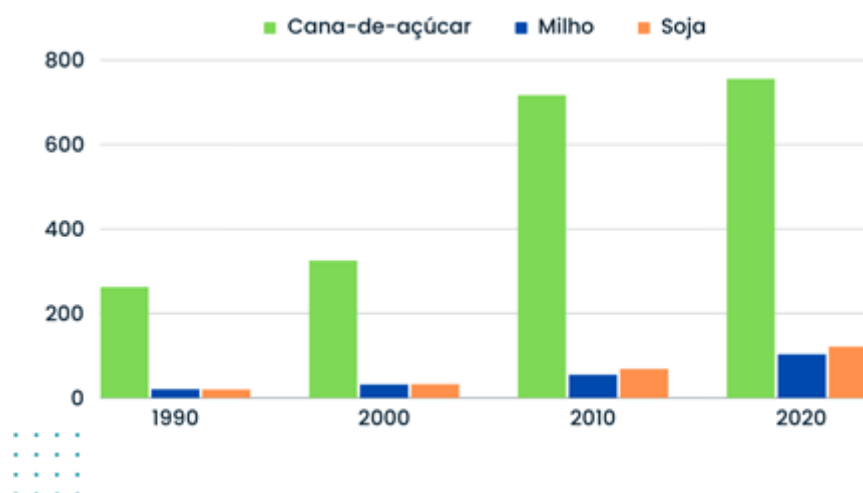
O estado de Goiás está localizado em áreas de Cerrado, onde predominam extensas lavouras de grãos e atividades pecuárias, com a produção voltada principalmente para a exportação. Conforme evidenciado no Gráfico 02, observa-se um crescimento expressivo nas principais *commodities* produzidas no Brasil ao longo de 30 anos, destacando-se a cana-de-açúcar, a soja e o milho.

De maneira semelhante, o Gráfico 03 revela que o mesmo padrão de crescimento ocorre em Goiás, consolidando o estado como um importante polo produtor dessas culturas. Essa expansão, associada ao Cerrado brasileiro, reforça o papel de Goiás como um dos principais celeiros de produção agrícola no mundo.

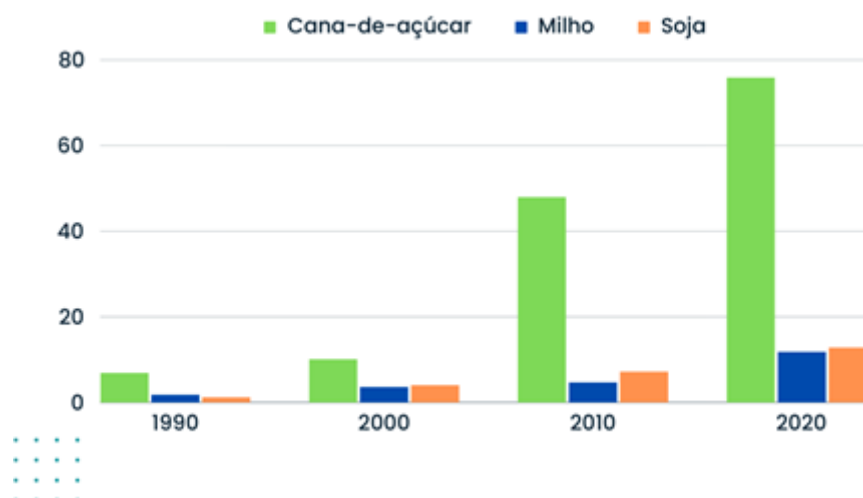
Embora haja também um aumento na produção de frutas e hortaliças, os números permanecem modestos em comparação com as *commodities*. Sena e Ferreira (2020) discutem que a produção de hortaliças e frutas tem crescido nas áreas periféricas das metrópoles no Centro-Oeste, em resposta à demanda por comidas nas proximidades dos grandes centros urbanos e áreas conurbadas:

Esse debate permeia a relação campo-cidade, já que historicamente tem-se a agricultura vinculada aos espaços rurais, por meio do vínculo e trabalho dos camponeses à terra. Contudo, com o processo de urbanização e globalização tem crescido substancialmente a produção de alimentos nas áreas urbanas, por meio da agricultura de base camponesa. (Ferreira; Sena, 2020, p.15)

Gráfico 1 - Brasil - Produção de cana-de-açúcar, milho e soja em milhões de toneladas - 1990 – 2020



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Organização: Soares (2023)

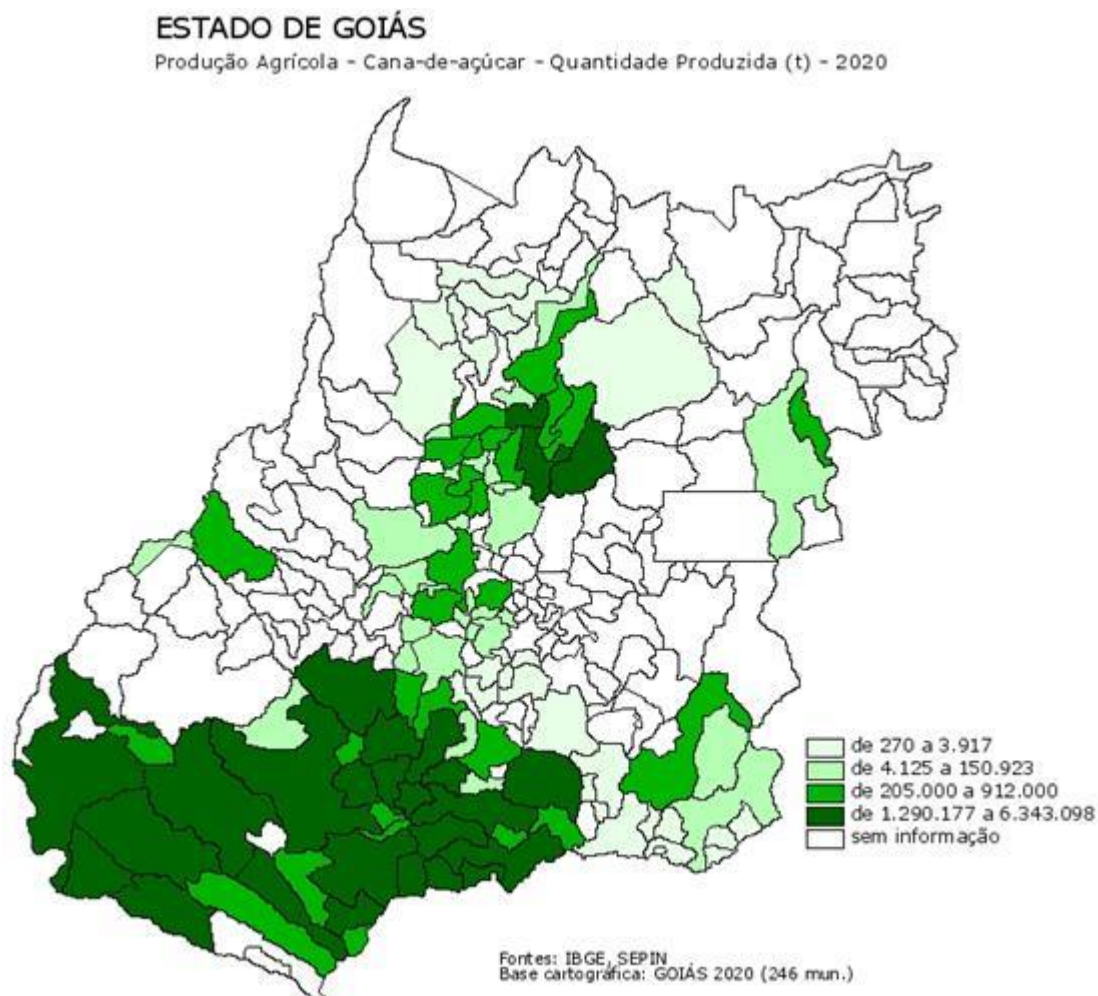
Gráfico 2- Goiás - Produção de cana-de-açúcar, milho e soja em milhões de toneladas - 1990 – 2020

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Organização: Soares (2023)

Conforme o Censo Agropecuário de 2017, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a agricultura familiar em Goiás corresponde a 63% dos estabelecimentos rurais, mas ocupa apenas 14% da área total das terras. Esses dados revelam um cenário de forte concentração fundiária, caracterizado por latifúndios e monocultivos.

A expansão de grandes lavouras no Cerrado tem sido expressiva ao longo dos anos, com destaque para o setor de cana-de-açúcar, que se beneficiou de boas cotações no mercado internacional e possui raízes históricas na economia colonial brasileira. Em 2020, a cana-de-açúcar foi a principal mercadoria produzida em Goiás, direcionada principalmente para os setores sucroalcooleiro e de biocombustíveis. A produção concentra-se na região Sul do estado, mas avança para outras regiões, conforme ilustrado na Figura 02.

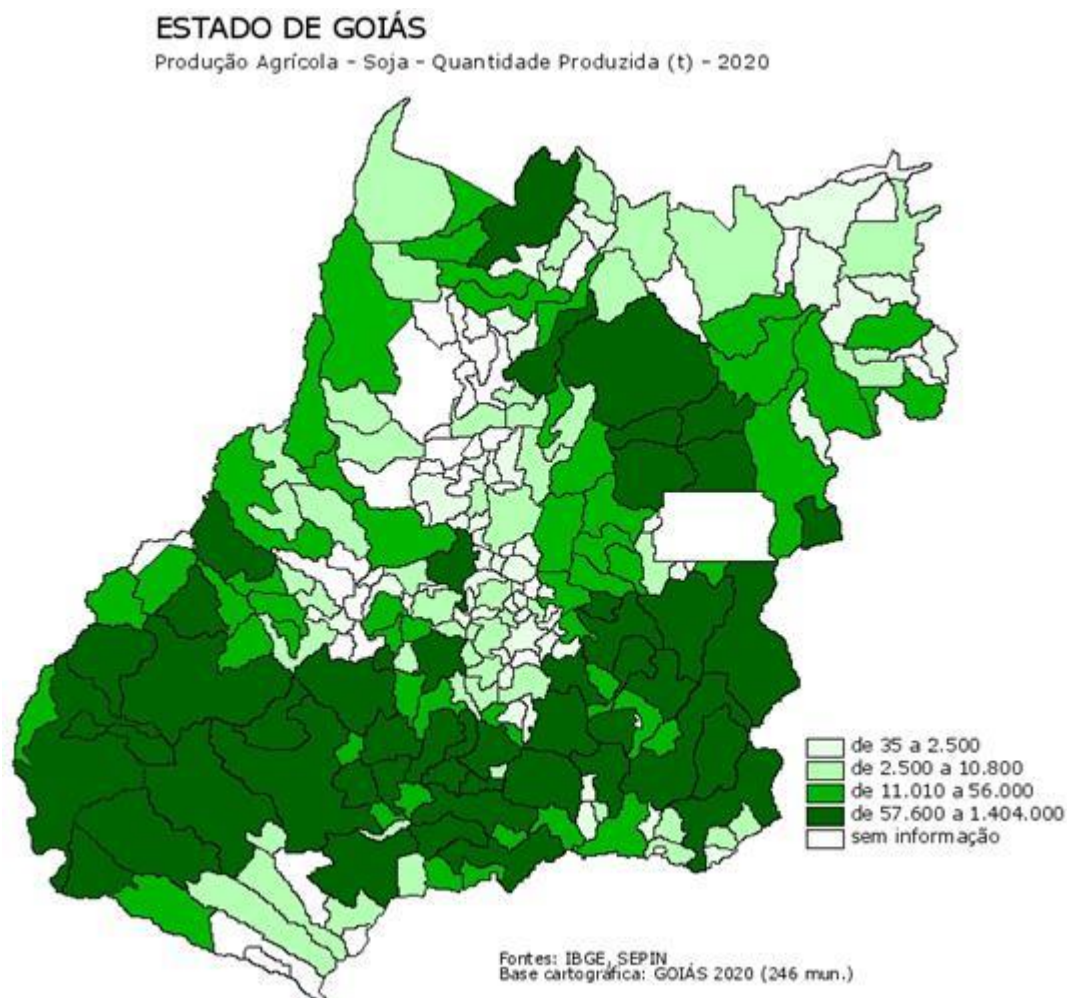
Figura 1 - Goiás - Produção de cana-de-açúcar em Goiás (ton) – 2020



Fonte: IBGE, SEPIN. Elaboração: IMB/ BDE - Goiás - 2020

Por sua vez, a soja, como parte dos monocultivos de grãos, está amplamente distribuída pelo território goiano, com maior concentração nas regiões Sul, Leste e Norte (Figura 03). A produção destina-se principalmente à exportação, atendendo às demandas de alimentação animal. Segundo o IBGE, a soja destacou-se como o produto de maior valor de produção no estado.

Figura 2 - Goiás - Produção de soja em Goiás (ton) – 2020



Fonte: IBGE, SEPIN. Elaboração: IMB/BDE - Goiás (2020)

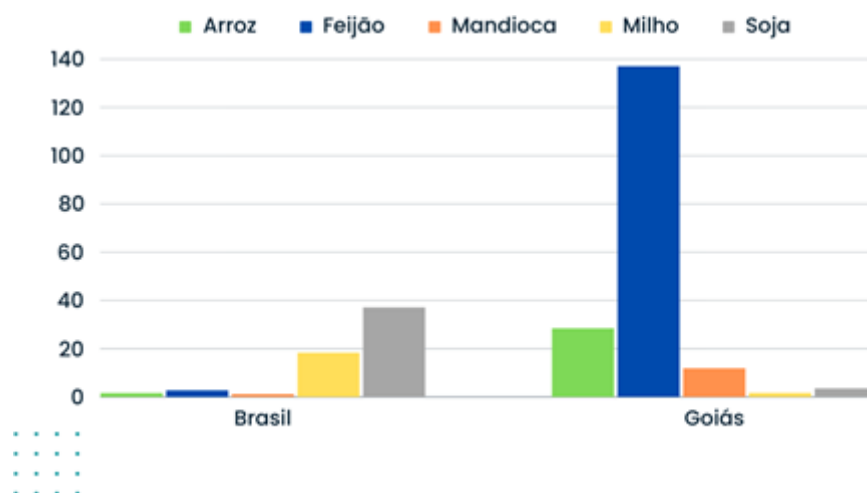
Nesse ínterim, Silva (2015, p. 161) destaca que a atual configuração territorial de Goiás reflete uma fragmentação que: “[...] compõe o território de produção agrícola globalizada, conectados por fluxos, formando o território rede do agronegócio.” Esse modelo agrário revela profundas desigualdades e exclusões no espaço rural. O avanço do agrohídronegócio frequentemente reduz as oportunidades de trabalho para os camponeses, favorecendo grandes produtores e intensificando as consequências socioeconômicas para as populações rurais.

A expansão agrícola de monocultivos intensifica a concentração fundiária e provoca mudanças significativas na estrutura produtiva, com a adoção de novas tecnologias. A mecanização das atividades busca aumentar a produtividade da terra e do trabalho, atendendo às demandas mercadológicas, mas também altera profundamente as relações sociais e de trabalho camponesas. Ribeiro, Mendonça e Hespanhol (2002, p. 5) destacam que: “Os impactos nas relações sociais de produção no meio rural se agigantaram com as especializações regionais,

a partir das atividades monocultoras, juntamente com a concentração fundiária que a monocultura demanda.”

Ao analisar a produção de alimentos no Brasil e em Goiás, observa-se a preponderância do complexo de grãos, com destaque para a soja e o milho, que apresentam índices elevados de cultivo. É importante considerar o espaço utilizado para a produção de alimentos, como ilustrado no Gráfico 04. Esse gráfico demonstra as vastas áreas destinadas à produção de *commodities*, refletindo uma realidade semelhante no contexto nacional e regional. Enquanto isso, a agricultura camponesa – responsável pela produção de comidas nutritivas, saudáveis e acessíveis – ocupa uma fração ínfima dessas terras, replicando a desigualdade vivida no Assentamento Canudos.

Gráfico 3 – Brasil e Goiás - Área plantada ou destinada à colheita em milhares de hectares - 2020



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM), IBGE. Organização: Soares (2023)

O sistema alimentar não pode ser compreendido exclusivamente sob uma perspectiva econômica. É necessário incluir aspectos políticos, sociais e culturais, adotando uma abordagem multidimensional que vá além da lógica do capital. A produção de comidas é uma questão que transcende o campesinato, envolvendo todos os sujeitos sociais.

As áreas de Cerrado, localizadas na região central do Brasil, são amplamente reconhecidas como o "celeiro do Brasil". Essa designação decorre da inserção do agrohidronegócio nesses territórios, gerando profundas transformações socioambientais. Sena (2023, p. 39) ressalta que Goiás está inserido nesse contexto, com um modelo produtivo voltado predominantemente para a exportação, em detrimento do consumo local: “[...] mudança de perspectiva de produção tanto de alimentos quanto de rações para animais. Por aqui se produz

em maior quantidade para exportar e em menor quantidade para se consumir localmente.” (Sena, 2023, p. 39).

Esse fenômeno evidencia relações de poder no campo, destacando a desigualdade existente no meio rural e o paradoxo entre a produção e a distribuição de comidas. Apesar do discurso que associa a intensa produção do agrohidronegócio à alimentação da população brasileira, os dados revelam que essa produção é majoritariamente destinada à exportação, especialmente para a alimentação de animais.

Por outro lado, a agricultura camponesa se consolida como a principal produtora de comidas consumidas pelos brasileiros. A relação entre campesinato e agrohidronegócio apresenta-se como um confronto, no qual a prevalência de um modelo significa a marginalização do outro. Esse embate ressalta a necessidade de (Re)Existência por parte dos camponeses oprimidos.

Dessa forma, grandes extensões de terra são alocadas para a produção de *commodities*, em detrimento da produção de comidas. Essa realidade evidencia a urgência da luta pelos territórios, pela reforma agrária e pela preservação das culturas, identidades alimentares e da produção de comidas saudáveis.

2 – LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E EXISTÊNCIA

Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹³

Ademar Bogo

Vem teçamos a nossa liberdade
Braços fortes que rasgam o chão
Sob a sombra de nossa valentia
Desfraldemos a nossa rebeldia
E plantemos nesta terra como irmãos!

Vem lutemos punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular;

Braço erguido ditemos nossa história
Sufocando com força os opressores
Hasteemos a bandeira colorida
Despertemos esta pátria adormecida
O amanhã pertence a nós trabalhadores!

Nossa força resgatada pela chama
de esperança no triunfo que virá
Forjaremos desta luta com certeza
Pátria livre operária camponesa
nossa estrela enfim triunfará!



14

¹³ Bogo, Ademar. *Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. [S.l.]: [s.n.], [s.d.].

¹⁴ **Fonte:** Arquivo Pessoal, 2024

2.1 LUTA PELA TERRA: a necessidade da Reforma Agrária

Latifúndios são amplas extensões de terra pertencentes a um único proprietário ou empresa, que frequentemente permanecem improdutivas. Quando exploradas, essas propriedades costumam ser utilizadas para a produção intensiva de monocultivos, com o objetivo de atender às demandas do mercado externo. Esse modelo, marcado pela concentração fundiária, destaca-se pela desigual distribuição de terras, concentrando grandes áreas nas mãos de poucos. Entretanto, essa configuração contraria a função social da terra prevista na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 186, que impõe à propriedade rural não apenas direitos, mas também responsabilidades que devem ser cumpridas.

Nesse contexto, Falcão (1980, p. 3) ressalta que a função social da terra está intrinsecamente relacionada ao trabalho, afirmando: “O conceito de função social está diretamente ligado ao conceito de trabalho, [...] trazendo-nos para a realidade de que a terra deve pertencer a quem a trabalhe.” Assim, terras improdutivas não atendem à função social estabelecida pela legislação, pois falham em garantir o aproveitamento econômico adequado e a distribuição justa de recursos, essenciais para a promoção da justiça social.

Além do impacto econômico, a estrutura concentrada dos latifúndios afeta significativamente o mercado de trabalho rural. Fernandes (1999) destaca que esse modelo produtivo, ao priorizar a mecanização e os monocultivos, intensifica o desemprego no campo. Ele questiona a validade de uma alta produtividade que, em vez de gerar benefícios sociais, contribui para a exclusão e o desemprego rural.

O Censo Agropecuário do IBGE (2017) reforça esse cenário ao apontar o aumento do número de estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares, assim como a expansão de suas áreas. Em 2006, havia 47,6 mil propriedades desse porte, abrangendo mais de 150 milhões de hectares. Em 2017, esse número cresceu para 51,2 mil estabelecimentos, ocupando mais de 167 milhões de hectares.

A análise dos dados apresentados na Tabela 01 revela ainda uma contradição significativa: os grupos com menores áreas, apesar de representarem a maior parte dos estabelecimentos rurais, possuem proporções de terras muito menores. Esse contraste evidencia as desigualdades estruturais no campo, fortalecendo o argumento pela necessidade de uma reforma agrária para promover uma redistribuição mais equitativa das terras e corrigir os desequilíbrios históricos que perpetuam as disparidades no meio rural.

Tabela 1- Área dos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área - Brasil - 2006/2017

Grupos de áreas	Censos agropecuários			
	2006		2017	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5.175.636	333.680.037	5.073.324	351.289.816
Menos de 10 ha.	2.477.151	7.798.777	2.543.681	7.993.969
De 10 a menos de 100 ha.	1.971.600	62.893.979	1.980.684	63.810.646
De 100 a menos de 1000 ha.	424.288	112.844.186	420.719	112.257.692
De 1000 ha. e mais	47.578	150.143.096	51.203	167.227.511
Produtor sem área	255.019	-	77.037	-

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 2006/2017. Org.: Soares, 2023

A reforma agrária é essencial para a reorganização fundiária no Brasil, promovendo uma redistribuição mais equitativa das terras. Grandes propriedades, anteriormente concentradas nas mãos de poucos proprietários, são divididas em unidades agrícolas e destinadas a camponeses sem acesso à terra. Stedile (2012) define a reforma agrária como “um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”.

A concentração fundiária no Brasil remonta ao período colonial, quando as terras foram concentradas nas mãos de poucos, favorecendo aqueles com maior poder, riquezas e influência. Em 1850, a Lei de Terras regulamentou a posse de terras, determinando que a aquisição só poderia ocorrer por compra e venda ou por doação do Estado, eliminando o uso sob o regime dos sesmeiros e posseiros.

Apesar disso, a estrutura fundiária permaneceu inalterada, reafirmando o modelo de latifúndios. Aqueles que já ocupavam determinados espaços agrícolas tornaram-se proprietários das terras que habitavam, perpetuando a concentração de terras e limitando o acesso à maior parte da população brasileira. Composta majoritariamente por pessoas escravizadas alforriadas, trabalhadores e camponeses sem recursos financeiros, essa parcela da sociedade foi excluída da possibilidade de adquirir terras. A Lei de Terras de 1850, ao invés de democratizar o acesso à terra, consolidou e legalizou a estrutura fundiária desigual do país.

Os debates sobre reforma agrária no Brasil ganharam destaque apenas na segunda metade do século XX, durante o mandato do presidente João Goulart. Ele propôs reformas

estruturais abrangendo os âmbitos educacional, político, administrativo, bancário, fiscal, urbano e agrário, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais no país. Entre essas propostas estavam as reformas de base, que incluíam a reforma agrária. No entanto, o golpe militar de 1964 interrompeu o governo de Goulart, impedindo a concretização dessas mudanças.

Oliveira (2007) relembra que o período também foi marcado pela ascensão das Ligas Camponesas, o que gerou resistência por parte da elite latifundiária e intensificou os conflitos de classe:

O avanço da luta camponesa promovido pelas Ligas, deixou as elites latifundiárias do país em uma posição de confronto. A luta de classe ganhava contornos profundos com o avanço da organização dos camponeses. É nesse ponto que está a inflexão da luta de classe. Ela ganha sua dimensão maior: a luta contra o capital. E, com ela a sua dimensão internacional. O avanço da luta camponesa estava na raiz das revoluções socialistas que ocorreram no pós Segunda Guerra. (Oliveira, 2007, p. 110)

Ainda assim, em 1964 foi promulgado o Estatuto da Terra, que regulamenta o uso, ocupação e disposição fundiária das terras no Brasil, com vistas à reforma agrária e à política agrícola. O Estatuto, estabelecido pela Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, define reforma agrária como: “O conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.” (BRASIL, 1964, online).

Apesar da criação do Estatuto da Terra, durante o período da ditadura militar no Brasil, não houve avanços significativos para a concretização da reforma agrária. Somente após esse período, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foram destacadas as condições necessárias para a implementação da reforma agrária:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988, online)

A reforma agrária consiste em uma redistribuição justa de terras, visando reorganizar a estrutura fundiária do país. Oliveira (2007) define reforma agrária como um conjunto de ações organizadas pelo Estado em países capitalistas, com o objetivo de transformar a estrutura fundiária e melhorar as condições de vida dos camponeses por diversos aspectos:

Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal. (Oliveira, 2007, p. 68)

Em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pela implementação de políticas de reforma agrária e pelo ordenamento fundiário no Brasil. Segundo o próprio instituto: “Incra é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.” (INCRA, 2020, on-line)¹⁵.

A aquisição de terras para reforma agrária pode ocorrer por meio de desapropriação ou compra e venda, em ambos os casos precedida de indenização aos proprietários das áreas afetadas. Esses processos são regulamentados por leis e decretos, garantindo a legalidade das ações e a compensação adequada pelas propriedades incluídas na reforma agrária.

A verificação das terras aptas à reforma agrária inicia-se com investigações e vistorias realizadas tanto em cartórios quanto no local da propriedade. Segundo o Incra (2020, on-line)¹⁶, durante esse processo, são observados diversos aspectos, como: “benfeitorias, reservas legais, áreas de preservação permanente, utilização dos pastos e a exploração da terra.”

Para classificar a improdutividade das propriedades, são utilizados dois indicadores principais: o Grau de Eficiência da Exploração (GEE) e o Grau de Utilização da Terra (GUT). Dessa forma, quando uma propriedade rural não atinge os níveis estabelecidos pelo Instituto, ela é considerada improdutiva e, portanto, apta à desapropriação.

O imóvel cumpre a função social se for explorado adequadamente (GEE igual a 100% e GUT superior a 80%); se utiliza adequadamente os recursos naturais e preserva o meio ambiente; se observa as disposições que regulam as relações de trabalho e não utiliza mão de obra em condição análoga à da escravidão; e se a exploração da terra tem por objetivo o bem-estar dos trabalhadores e proprietários. (INCRA, 2020, on-line)

Ainda de acordo com o Incra, o processo de desapropriação segue procedimentos que podem levar de 12 a 24 meses para serem concluídos. Esse processo inicia-se com a notificação e vistoria do imóvel rural para fiscalização do cumprimento da função social, seguida pela

¹⁵ <https://www.gov.br/incra/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-incra>

¹⁶ <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/obtencao-de-terras>

publicação do Decreto de Desapropriação no *Diário Oficial da União* para fins de reforma agrária. Posteriormente, têm início as ações de expropriação, mediante pagamento de indenização correspondente ao valor da terra e das benfeitorias realizadas.

Os grandes proprietários não perdem suas terras sem compensação. O Incra, utilizando seu orçamento, avalia e paga os valores referentes às terras desapropriadas. A terra nua é paga em Títulos da Dívida Agrária (TDA), emitidos pelo Tesouro Nacional, enquanto as benfeitorias são quitadas em dinheiro. Somente após a imissão na posse é que os procedimentos para a criação de assentamentos e a seleção das famílias camponesas beneficiadas podem ser iniciados.

Para ter acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), é realizada uma seleção conduzida pelo Incra, que define os beneficiários do programa como assentados. Essa seleção ocorre por meio de editais publicados para cada assentamento e município, nos quais os interessados ou suas famílias se inscrevem, seguindo as normas e critérios estabelecidos. De acordo com o Incra, a prioridade é dada aos indivíduos que atendam, na seguinte ordem, aos requisitos:

- ao indivíduo desapropriado;
- ao trabalhador rural no imóvel desapropriado na data da vistoria de classificação;
- ao trabalhador rural desintrusado de outra área, em virtude de ações de interesse público, localizada no mesmo município do assentamento para o qual se destina a seleção;
- ao trabalhador rural sem-terra em situação de vulnerabilidade social inscrito no CadÚnico;
- ao trabalhador rural vítima de trabalho análogo à escravidão;
- a quem trabalhe como posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário em outros imóveis rurais; e
- ao ocupante de área inferior à fração mínima de parcelamento. (INCRA, 2020, on-line)¹⁷

Além disso, os critérios de avaliação para a seleção incluem:

- tamanho da família e força de trabalho;
- tempo de residência no município;
- unidade familiar chefiada por mulher;
- família ou indivíduo integrante de acampamentos;
- filhos que residam no mesmo projeto dos pais assentados;
- famílias de trabalhadores rurais agregadas;
- tempo na atividade agrária; e
- renda familiar mensal declarada no CadÚnico. (INCRA, 2020, on-line)

¹⁷ <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/acesso-a-terra>

Com base nesses procedimentos, o assentamento rural de reforma agrária é caracterizado como um agrupamento de unidades agrícolas formadas por lotes ou parcelas destinadas aos trabalhadores rurais. As famílias assentadas são responsáveis por habitar e explorar as terras concedidas, mas também assumem a obrigação de pagar pela terra recebida e pelos créditos contratados (INCRA, 2020).

Contudo, como destaca Martins (1999, p. 107), "Apenas quem não conhece a realidade social do campo pode supor que a regularização é mero ato administrativo sem maior alcance." O autor reconhece a reforma agrária no Brasil como um ato legítimo de regularização fundiária, ressaltando que posseiros enfrentaram conflitos, resistências e expulsões para que grileiros e latifundiários consolidassem a aliança entre terra e capital. Essa resistência foi crucial para conter o avanço do poder do capital no campo, impondo ao Estado a reorganização do projeto fundiário.

Segundo Leite (2012), trabalhadores que reivindicam terras em acampamentos eventualmente deixam de ser acampados para se tornarem assentados. O autor identifica dois aspectos centrais dos assentamentos. Primeiro, a necessidade de evitar reduzir o processo a um único modelo, reconhecendo a legitimidade das lutas diversas desses trabalhadores engajados na democratização fundiária. Segundo a variedade de lutas pelo acesso à terra. Nesse sentido, Leite (2012, p. 110) afirma:

Com os assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido ao longo de lutas as mais diversas resultassem na constituição de projetos de Reforma Agrária, também conhecidos como assentamentos rurais.

Embora sejam resultados de políticas públicas, os assentamentos rurais ocultam questões complexas relacionadas às dinâmicas de reorganização fundiária. Por trás deles estão acampamentos e ocupações de territórios improdutivos, estratégias para pressionar o Estado a regularizar a situação fundiária e cumprir a legislação. Essas lutas frequentemente envolvem enfrentamentos contra latifundiários, que, em muitos casos, resultam em violência, conflitos armados e confrontos sangrentos, revelando o custo social da luta pela reforma agrária e pela justiça social.

Diante do exposto, compreende-se que a reforma agrária é essencial em diversos âmbitos. Trata-se de uma medida indispensável para promover justiça social, atenuando desigualdades por meio da redistribuição fundiária entre os produtores rurais. Além disso, a reforma agrária contribui para o controle dos fluxos migratórios entre os espaços rural e urbano,

já que, ao garantir o acesso à terra no campo, as famílias não se veem obrigadas a migrar, o que ajuda a conter o crescimento populacional urbano desordenado. Outras vantagens incluem a diversificação na produção de comidas, o incentivo a práticas agroecológicas, a promoção da soberania alimentar, a democratização do uso da terra e o cumprimento da função social prevista na legislação.

Outro aspecto de grande relevância para esta pesquisa é a relação entre a reforma agrária, a fome e a disponibilidade de comidas. Reydon *et al.* (2017), por meio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), destacam que investir em políticas e programas de distribuição e acesso à terra é uma forma de enfrentar obstáculos históricos. Segundo os autores, “[...] os problemas relacionados à propriedade e posse de terra, com origem histórica na ocupação do Brasil, afetam não apenas o meio rural, interferindo na geração de alimentos de forma ampla” (Reydon *et al.*, 2017, p. 19).

No entanto, no final do século passado, Fernandes e Stédile (1999) questionaram se a reforma agrária não estaria se transformando em uma reforma fundiária, mais vantajosa para os latifundiários do que para os trabalhadores rurais. Esse questionamento se baseia no fato de que, ao adquirir terras para a reforma, o Incra acaba permitindo que fazendeiros se desfaçam de propriedades desvalorizadas devido às quedas nos preços. Para responder a essa questão, os autores buscam esclarecer os conceitos que permeiam o tema.

O primeiro conceito abordado por Fernandes e Stédile (1999, p. 157) refere-se à reforma agrária clássica, capitalista: “[...] aquela reforma agrária do tipo clássico, que foi feita pelas burguesias industriais no final do século passado e até depois da Segunda Guerra Mundial.” Esse modelo tinha como objetivo principal a democratização da propriedade da terra, promovendo sua distribuição entre camponeses, que se transformavam em pequenos agricultores. Foi eficiente para seu contexto histórico, pois questionava apenas a estrutura fundiária da época. Contudo, no Brasil, onde o capitalismo agrário é dependente, esse tipo de reforma agrária não é defendido pelas elites burguesas.

O segundo conceito destaca a diferença entre a política de assentamento e a reforma agrária. Segundo os autores, “fazer assentamentos de famílias sem-terra não significa necessariamente fazer reforma agrária” (Fernandes; Stédile, 1999, p. 159). Eles argumentam que, em muitos casos, os assentamentos não alteram a estrutura da propriedade da terra. Isso ocorre porque o governo frequentemente busca terras para acomodar famílias acampadas, visando evitar conflitos políticos, sem necessariamente solucionar os problemas relacionados à concentração fundiária.

O terceiro conceito, por sua vez, reflete as perspectivas dos movimentos sociais, que consideram a propriedade privada da terra um problema fundamental a ser resolvido. Para tanto, defendem que as desapropriações sejam realizadas de maneira ampla e acelerada. Como apontam Fernandes e Stédile (1999, p. 160): “[...] realizar um amplo programa de desapropriações de terra, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem-terra [...]”. Dessarte, Fernandes (1999, p. 7) reflete sobre a reforma agrária no Brasil, argumentando que ela se configura como uma metáfora utilizada para justificar políticas voltadas aos interesses dos grandes latifundiários. Segundo o autor, as desapropriações e compras de terras, promovidas sob a justificativa de solucionar a problemática fundiária, têm resultado em políticas de assentamentos rurais espalhados pelo país, mas não em uma reforma agrária propriamente dita (Fernandes, 1999, p. 8):

Utilizando a ideia de reforma agrária, o governo virou comprador de terra, criando inclusive um projeto denominado Banco da Terra e viabilizando a compra de terras para a implantação de assentamento rurais. Quem paga a conta é a sociedade, e os grandes latifundiários e grileiros levam vantagens, transferindo seus capitais para outros setores da economia. (Fernandes, 1999, p. 7)

A luta pela terra no Brasil deu origem a diversos movimentos sociais voltados para a defesa da justiça social e da redistribuição fundiária. Entre esses movimentos, o mais expressivo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fundado em 1984, em um contexto marcado pelo golpe militar, o MST nasceu no Estado do Paraná durante o Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com três objetivos principais: lutar pela terra, promover a reforma agrária e fomentar mudanças sociais no país.

O MST é uma organização autônoma composta por trabalhadores rurais sem acesso à terra, que veem nas marchas e nas ocupações de terras improdutivas uma forma legítima de luta. Sob o lema “terra para quem nela trabalha e vive”, o movimento busca atrair a atenção para os problemas enfrentados por essas populações e pressionar o Estado a adotar medidas concretas.

Fernandes (2010) analisa a luta pela reforma agrária no Brasil como sendo composta por duas manifestações políticas principais: as ocupações de terras para garantir o acesso à terra e as atividades dos movimentos sociais que pressionam o Estado a implementar políticas públicas. Para ele, são os grupos sociais e camponeses que impulsionam o Estado a agir: “No Brasil, a luta pela terra avança alheia à existência ou não de um plano de reforma agrária. É

uma luta popular e a reforma agrária é uma política pública de competência do Estado.” (Fernandes, 2010, p. 162)

Sampaio (2010) destaca o impacto do MST na política brasileira, enfatizando que sua maior contribuição foi manter a reforma agrária na agenda política nacional. Segundo o autor, o movimento “impede que as elites dominantes consigam legitimar formas de diluir a pressão camponesa pela terra” (Sampaio, 2010, p. 404). Esse papel do MST contribuiu também para uma mudança na opinião pública em relação à reforma agrária.

Outro ponto relevante é o caráter civilizatório que o MST promove no campo, evidenciado por suas táticas pacíficas de pressão pela reforma agrária, que incluem negociações e recursos legais: “Essa característica evidencia-se nos seguintes aspectos: suas táticas de pressão pela reforma agrária são pacíficas e envolvem negociação e recurso à Justiça.” (Sampaio, 2010, p. 405)

Além do exposto, Sampaio ressalta que o MST alterou a dinâmica política da pressão por reforma agrária, transferindo a liderança desse processo do ambiente urbano para o campo. Com a inclusão da pauta na agenda política, as estratégias que antes partiam das cidades passaram a ter origem diretamente no meio rural, fortalecendo ainda mais a luta camponesa.

João Pedro Stédile, um dos fundadores do MST, vivenciou o Movimento desde sua origem e é um de seus principais expoentes. Segundo Stédile e Fernandes (1999), a democratização da terra é essencial para que as pessoas possam superar a miséria e combater as desigualdades sociais. Os ativistas destacam:

O que avançamos então como movimento, na concepção de nossa luta pela reforma agrária, é que partimos da nossa realidade e vimos que há dois problemas estruturais no meio rural brasileiro: a pobreza e a desigualdade social. Portanto, os objetivos estratégicos do MST lutam pela eliminação da pobreza e das desigualdades sociais. E para alcançá-los achamos que no meio rural é necessário começar pela distribuição da propriedade da terra. (Fernandes; Stédile, 1999, p. 161)

Para atingir esses objetivos, Fernandes e Stédile (1999, p. 161) defendem que é necessário democratizar o capital, pois, no contexto rural brasileiro, “[...] há uma enorme situação de concentração oligopólica de algumas empresas sobre o mercado agrícola, sobre as agroindústrias etc.”. Os autores explicam:

Capital, em resumo, significa meios de produção acumulados. Ou seja, tenham acesso a crédito subsidiado, para que possam não só desenvolver a produção agrícola, mas também consigam instalar suas próprias agroindústrias, seus mecanismos de acesso a mercado e a comercialização, enfim, que se

democratize também a propriedade dos demais meios de produção e comercialização. (Fernandes; Stédile, 1999, p. 161)

O MST propõe a integração de cooperativas nas agroindústrias e no comércio, além de enfatizar a importância do acesso à educação no campo. A aquisição de conhecimento é vista como imprescindível para os trabalhadores rurais. Fernandes e Stédile (1999, p. 161) utilizam a metáfora das “três cercas” para descrever os desafios da reforma agrária: “[...] a cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil, ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância.” Entretanto, a atuação do MST enfrenta oposição de organizações conservadoras, formadas principalmente por representantes do agrohidronegócio. Essas frações de classe defendem interesses ligados à manutenção do status quo fundiário e utilizam discursos contrários à proposta de democratização do acesso à terra e à implementação da reforma agrária.

Dentre essas organizações, destaca-se a União Democrática Ruralista (UDR), criada na década de 1980 como uma reação direta às ações do MST. A UDR é composta por grandes latifundiários e conta com o atual Governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado, como um de seus principais representantes.

A União Democrática Ruralista (UDR) foi fundada em 1985 como uma reação direta aos debates e propostas relacionadas à reforma agrária, posicionando-se contra os movimentos pela terra. Segundo Bruno (1996, p. 72), “A UDR é uma referência para as classes dominantes no campo porque existe a continuidade de problemas e de lideranças identificadas com sua proposta e sua prática.” Nesse contexto, a UDR se organizou como um instrumento para conter o avanço dos movimentos sociais e das pautas progressistas, buscando defender os interesses dos grandes latifundiários e enfraquecer as críticas sobre a concentração fundiária (Bruno, 1996).

Com o fortalecimento das discussões sobre reforma agrária e a emergência de movimentos sociais como o MST, o movimento ruralista, formado por representantes do agrohidronegócio e caracterizado por um discurso conservador e autoritário, passou a se sentir ameaçado. Após a promulgação da Constituição de 1988, a UDR intensificou esforços para deslegitimar e criminalizar o MST e outros movimentos sem-terra. Essa estratégia persiste até

os dias atuais, manifestando-se por meio da bancada ruralista¹⁸ no governo brasileiro, que atua para preservar os privilégios históricos dessa classe.

A Fazenda Palmeiras, onde foi implantado o Assentamento Canudos, exemplifica essa disputa de interesses. A propriedade pertencia a Colemar Rodrigues Rezende, fundador e presidente da UDR. Por um período, a sede da fazenda foi palco de reuniões envolvendo membros da UDR, com a participação de figuras importantes da política goiana e nacional, conforme relataram os camponeses do Assentamento.

Xavier (2015a, p. 12) problematiza os argumentos utilizados pelos ruralistas ao defenderem o direito à propriedade privada sem considerar o cumprimento da função social. O autor destaca que muitos desses proprietários não atendem aos critérios constitucionais, pois utilizam as terras apenas para fins especulativos, sem promover qualquer atividade econômica relevante: “Se considerada como preconizada pelo direito constitucional, muitos proprietários de terras não fariam jus à sua posse, uma vez que além de não desenvolverem qualquer atividade econômica, as utiliza para fins especulativos.” (Xavier, 2015a, p. 12)

As frações de classe do agrohídronegócio esforçam-se incessantemente para deslegitimar os movimentos sociais, frequentemente caracterizando-os como organizações terroristas. Paralelamente, promovem uma autoimagem de relevância nacional, exaltando-se como pilares da produção agropecuária e agrícola. Nesse contexto, afirma-se que “[...] enaltece-se o produtor rural brasileiro, que sempre paga a dívida e impede que o país entre em falência, o qual sustenta a nação, trabalha e produz” (Xavier, 2015b, p. 144).

Contudo, Xavier (2015a) apresenta uma análise que contrapõe essa narrativa, ressaltando as reais dinâmicas de violência no campo:

Quando se considera os dados sobre violência no campo, expulsão de pequenos produtores rurais, perseguições e assassinatos de trabalhadores rurais, líderes sindicais e religiosos engajados com a luta pela terra, fica claro quem é o agente dessa violência, quem se coloca efetivamente acima da Lei. No Congresso Nacional, por meio de seus representantes, quando este não é o próprio latifundiário, parlamentares atuam para que o Estado promova políticas de apoio à agricultura empresarial de grande porte, seja por meio de crédito à produção ou outras iniciativas. Por outro lado, defendem um Estado

¹⁸ O termo "Bancada Ruralista" provém da seguinte descrição: “Oriunda do conservadorismo ruralista brasileiro, a Bancada se reinventou, determinando seu lugar de personagem político atuante no cenário do Congresso, colocando em segundo plano outros partidos não tão aliados ideologicamente. De acordo com dados do Diap, a bancada tem na causa agrária a simpatia de 77 deputados que pertencem à Frente Parlamentar Agropecuária, mas não endossam todas as suas posições. Somando esses congressistas, a bancada influencia ao menos 41% dos votos na Câmara.” (CIOCCARI; PERSICCHETTI, 2020, p. 10).

que puna os trabalhadores rurais sem terra e não reconheça suas demandas históricas. (Xavier, 2015a, p. 11)

A mídia, frequentemente aliada ao agrohidronegócio e ao Estado, atua como ferramenta de deslegitimação dos movimentos sociais, disseminando informações que associam equivocadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a práticas criminosas, como invasões de terras, e divulgando *fake news* que distorcem os objetivos do movimento. Fernandes (1999) analisa como o Governo Federal contribui para essa construção de uma imagem negativa:

O governo federal tem investido na degeneração da imagem do MST. Planta falsas informações na mídia, criminaliza as ocupações e tenta associar as ações populares a atos de injustiça, em que os trabalhadores aparecem como desordeiros e as vítimas são os latifundiários. Depois, gasta milhões em pesquisa de opinião pública para tentar confirmar a imagem criada e divulga os resultados na imprensa. Nesse círculo vicioso vai construindo um imaginário negativo a respeito da luta pela terra, e vendendo a mensagem de que está fazendo a reforma agrária. (Fernandes 1999, p. 11)

A criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o MST, em 2023, configurou mais uma tentativa de criminalizar o movimento social. Apesar de aparentar objetividade, a chamada "CPI do MST" não visava investigar os atos do movimento de forma neutra, mas sim amplificar um discurso ideológico contrário, promovido por uma comissão majoritariamente alinhada à ultradireita e ao agrohidronegócio. Contudo, ao final das investigações, a CPI não encontrou elementos que sustentassem a condenação do MST, frustrando as intenções de seus proponentes.

No cerne desta pesquisa, que aborda a produção de comidas, destaca-se a significativa contribuição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para a produção de comidas saudáveis. Reconhecido como o maior produtor latino-americano de arroz orgânico, o MST tem investido na agroecologia, com destaque para os assentados de reforma agrária na região metropolitana de Porto Alegre, que iniciaram o cultivo de arroz livre de agrotóxicos.

Posteriormente, outros grupos vinculados ao MST também passaram a cultivar arroz orgânico, com o apoio de cooperativas e grupos de produção, ampliando ainda mais o alcance dessa prática sustentável (MST, 2020)¹⁹. O Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) reconhece

¹⁹ RAUBER, Maiara. Maior produção de arroz orgânico da América Latina é do MST. *MST*, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/27/maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina-e-do-mst/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

a relevância desse trabalho, descrevendo o MST como o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, com uma experiência consolidada ao longo de anos no Rio Grande do Sul:

O cultivo de arroz agroecológico é desenvolvido há mais de 20 anos no Rio Grande do Sul e envolve, hoje, 389 famílias em uma área total de 3.740 hectares, que se organiza por meio de Grupos de Produção locais e do Grupo Gestor do Arroz Agroecológico (GGAA). Essa é a maior área cultivada com arroz orgânico na América Latina. (IRGA, 2021, online)²⁰

Além do destaque na produção de arroz orgânico, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²¹ também se sobressai em Goiás na produção de sementes crioulas, registrando um recorde significativo nas safras de 2016 e 2017. De acordo com o MST (2018), em colaboração com o Movimento Camponês Popular (MCP), o Pré-Assentamento Ana Ferreira, localizado no sudeste do estado, foi responsável pela impressionante produção de 150 toneladas de sementes crioulas.

Só da variedade de milho crioulo Sol da Manhã, o MST produziu 30 toneladas. Já comunidades camponesas organizadas no MCP geraram 120 toneladas de sementes. Destas, 20 toneladas são de sete variedades de feijão, duas toneladas de arroz e 98 toneladas de seis variedades de milho, todos crioulos. (MST, 2018, on-line)

A relevância do MST também é evidente no Assentamento Canudos, onde sua atuação remonta à mobilização para a ocupação do território, nos anos 1990. Na ocasião, mais de mil pessoas foram mobilizadas, enfrentando uma série de desafios durante o processo de luta pela terra. Segundo relatos, “do lado delas, contavam com o apoio de um substantivo grupo dominicano e a coordenação estadual do MST, que buscavam solidariedade e suporte para a causa” (MST, 2023, on-line)²².

Atualmente, no Assentamento Canudos, o MST atua de forma coletiva, promovendo a organização de pautas relacionadas às condições de vida após a reforma agrária, bem como integrando atividades que fortalecem a comunidade. Um exemplo dessa atuação é ilustrado na

²⁰ PORTELA, Edivane. Boletim do arroz de base ecológica está disponível no site do Irga. *Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga)*, 26 maio 2021. Disponível em: <https://irga.rs.gov.br/boletim-do-arroz-de-base-ecologica-esta-disponivel-no-site-do-irga>. Acesso em: 30 dez. 2024.

²¹ MST. MST e MCP produzem safra recorde de milho crioulo no Sudeste do Goiás. *MST*, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/02/15/mst-e-mcp-produzem-safra-recorde-de-milho-crioulo-no-sudeste-do-goias/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

²² MST. Assentamento Canudos, em GO, é demonstração da força da Reforma Agrária Popular. *MST*, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/08/08/assentamento-canudos-em-go-e-demonstracao-da-forca-da-reforma-agraria-popular/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

Figura 04, que retrata uma atividade mobilizada pelo MST para a criação de um bosque em homenagem a José Porfírio. Durante o evento, árvores foram plantadas com a participação de assentados e de sujeitos urbanos que compartilham dos ideais do MST, simbolizando o compromisso com a preservação ambiental e a integração comunitária.

Figura 3– Atividade organizada pelo MST para criação de bosque no Assentamento Canudos – 2022



Fonte: Arquivo Pessoal (2024)

Para além da participação na conquista da terra, a busca do MST pela efetivação de políticas públicas que garantam a permanência das famílias no campo é considerada essencial. Em conversa com a assentada Amélia Franz, destacou-se a relevância desse papel: “A gente sempre fala no Movimento que o mais fácil (hoje, talvez não) é conquistar a terra. Garantir a permanência da família na terra é o mais desafiador, e o papel do Movimento é este, continuar na luta, na organização [...], por políticas públicas que beneficiem essas famílias”.

A aceitação do MST no Assentamento Canudos é amplamente reconhecida, especialmente porque o movimento esteve presente desde o início da luta pelo território, oferecendo apoio e colaboração. Entretanto, devido às exigências da rotina diária no campo, algumas famílias assentadas acabaram se afastando da participação ativa na organização do Movimento, embora ainda demonstrem apoio à sua atuação. Nota-se que a maior parte da atuação política mais intensa ocorre entre os assentados que participaram diretamente dos primeiros anos do Assentamento.

De acordo com o camponês assentado Gilvan Rodrigues, o MST cumpre um papel fundamental que o estado muitas vezes não consegue desempenhar, organizando a comunidade e reivindicando direitos. No Assentamento Canudos, o Movimento tem sido crucial na luta por

terra, crédito, moradia, infraestrutura e programas de comercialização, entre outras demandas. Para Gilvan, a mobilização junto ao MST foi mais evidente durante o período de luta pelo território, especialmente nos momentos de ocupação, quando a necessidade pela terra era urgente. Após a conquista, houve certa dispersão entre as famílias em relação à organização política.

Os feitos do MST ao longo dos anos são inúmeros, sempre voltados para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Além de produzir comidas de qualidade, livres de agrotóxicos, o Movimento honra a natureza e respeita os consumidores. Suas ações também se destacam pelo caráter solidário, oferecendo amparo e assistência à sociedade por meio de doações, auxílio e acolhimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

2.2 PÓS-REFORMA AGRÁRIA: os desafios para Existência na terra

Embora a reforma agrária seja um passo essencial na luta pela democratização da terra, a simples divisão de terras não é suficiente para atender às necessidades básicas do povo camponês. Para que a reforma agrária seja realmente efetiva e eficiente, é imprescindível a construção de infraestrutura adequada, a oferta de crédito e o fortalecimento de políticas públicas que possibilitem condições dignas de renda aos assentados. Além disso, o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e assistência administrativa, é fundamental para assegurar a qualidade de vida no campo.

A garantia da produção agrícola também requer acesso a maquinários e tecnologias que facilitem o trabalho na terra, permitindo que os assentados permaneçam em suas propriedades com produtividade e sustentabilidade. No entanto, um dos maiores desafios surge após a produção: a comercialização. Apesar da existência de políticas públicas, estas ainda são insuficientes e precisam ser ampliadas e complementadas por novas iniciativas que assegurem o escoamento da produção camponesa.

Entretanto, a política de reforma agrária no Brasil está profundamente relacionada com os interesses do agrohidronegócio, que exerce grande influência sobre os espaços políticos. Esse poder é evidente na atuação da bancada ruralista, cujos membros frequentemente se unem para proteger seus interesses e manter o domínio sobre a agenda política, dificultando avanços significativos em prol dos pequenos agricultores e dos assentados.

Girardi e Fernandes (2008) analisam que a política de assentamentos rurais no Brasil estabelece uma reforma agrária de caráter conservador. Segundo os autores, uma reforma agrária completa deve atender a preceitos básicos: “[...] uma reforma agrária completa no Brasil

deve, simultaneamente, reformar a estrutura fundiária do país, possibilitar o acesso dos camponeses à terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção.” (Girardi; Fernandes, 2008, p. 78).

Para os autores, o caráter conservador da reforma agrária atual está diretamente relacionado à manutenção das estruturas fundiárias existentes.

Consideramos que no período analisado houve uma reforma agrária conservadora, pois a forma como é conduzida a política de assentamentos conserva a estrutura das regiões de ocupação consolidada, isto é, centro-sul e Nordeste, de forma que o cumprimento dos princípios constitucionais é muito restrito. A partir desta premissa, nosso objetivo é compreender o quanto reformadora é a política de assentamentos rurais que fundamenta esta reforma agrária conservadora. (Girardi; Fernandes 2008, p. 78)

De acordo com Girardi e Fernandes (2008, p. 83), uma das evidências do conservadorismo da reforma agrária é a concentração dos assentamentos nas regiões Sul e Sudeste, enquanto a região Norte apresenta índices significativamente menores. Outro aspecto destacado é a distinção entre assentamentos “reformadores” e “não reformadores”. Os primeiros referem-se à desapropriação de latifúndios, enquanto os últimos incluem o reconhecimento de posses e assentamentos oriundos de terras públicas, unidades de conservação e projetos ambientais (Girardi; Fernandes, 2008, p. 86).

No entanto, os assentamentos classificados como “não reformadores” não promovem a desterritorialização do capital nem a desconcentração fundiária. Além disso, os autores apontam a incapacidade da reforma agrária de conter a migração de camponeses para as cidades, bem como a dificuldade em manter postos de trabalho no campo (Girardi; Fernandes, 2008, p. 95).

Para Martins (1999), a reforma agrária consiste na desconcentração da propriedade da terra, configurando-se como um impasse histórico fundamentado em interesses e pactos sociais desde o período colonial. O autor argumenta que a política de assentamentos rurais se justifica no contexto da reforma agrária, uma vez que a essência deste processo está na redistribuição de terras, efetivada por meio dos assentamentos.

Martins (1999) enfatiza que a reforma agrária não se limita a aspectos quantitativos, destacando a importância do envolvimento social e a visibilidade dada aos camponeses através de movimentos reivindicatórios. O autor reforça essa perspectiva ao afirmar:

A reforma agrária é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriações ou o número de assentamentos em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não. O essencial é que haja um

setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram. É o que assegura no campo e no interior a diversificação das oportunidades de trabalho e a modernização não só econômica, como também das mentalidades e das relações sociais. (Martins, 1999, p. 109)

Doravante, é essencial observar a dinâmica dos acampamentos decorrentes das ocupações de terras. A ocupação configura-se como uma estratégia dos trabalhadores sem-terra para tornar pública sua luta, dimensionando a socialização política. Essa prática constrói um espaço de resistência e lutas, materializado nas ocupações de terras e nos acampamentos à beira de estradas (Fernandes, 2000). Assim, os acampamentos tornam-se locais de formação pedagógica, organizacional e política, expressando as (Re)Existências dos trabalhadores sem-terra, que alimentam a esperança por justiça social e fundiária.

Ser acampado é ser sem-terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação da realidade. O acampado é o sem-terra que tem por objetivo ser um assentado. São duas categorias em uma identidade em formação. Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. São uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. (Fernandes, 2000, p. 75-76)

Martins (1999) argumenta que o número de famílias assentadas ou com posse regularizada deve superar o de famílias acampadas, pois isso representaria um avanço histórico da reforma agrária. Esse progresso seria um marco de inclusão, garantindo o direito e o contrato social a pessoas previamente excluídas: “[...] pois representa inclusão de pessoas no âmbito do direito e do contrato social, inclusão de excluídos.” (MARTINS, 1999, p. 110)

De acordo com dados do MST (2022²³), existem cerca de 1 milhão de famílias assentadas no Brasil. Ainda assim, aproximadamente 100 mil famílias permanecem em situação de acampamento (MST, 2023²⁴). Embora o número de assentados seja expressivo, o

²³ MST. O governo Lula foi o que mais assentou famílias na história do Brasil. *MST*, 30 set. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/30/o-governo-lula-foi-o-que-mais-assentou-familias-na-historia-do-brasil/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

²⁴ MST. São 100 mil famílias em acampamentos, muitas há 10 anos debaixo da lona: MST cobra ações do governo Lula no Abril Vermelho. *MST*, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/10/sao-100-mil-familias-em-acampamentos-muitas-ha-10-anos-debaixo-da-lona-mst-cobra-acoes-do-governo-lula-no-abril-vermelho/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

contingente de acampados reflete a insuficiência das políticas fundiárias brasileiras. Martins (1999, p. 110) observa:

[...] a estabilidade do número de acampados que reivindicam assentamento denuncia insuficiências da política fundiária, pois nos fala de uma contínua recriação de uma forma perversa de pobreza, que é a exclusão e a privação da inserção ativa nas possibilidades sociais e econômicas das novas tendências históricas. (Martins, 1999, p. 110)

Oliveira (2007) diferencia os conceitos de reforma agrária e revolução agrária. Para o autor, enquanto a reforma agrária se refere às ações governamentais que modificam a estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção, a revolução agrária busca transformações simultâneas na estrutura fundiária e na organização social:

A reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade. (Oliveira, 2007, p. 68)

Em vistas, o modelo de reforma agrária aplicado no Brasil é insuficiente, já que mantém a estrutura agrária inalterada. A revolução agrária apresenta-se como um caminho essencial para promover justiça no campo, demandando mudanças profundas no arranjo fundiário e no sistema vigente. Movimentos sociais desempenham papel crucial nesse processo, difundindo as problemáticas do campo e destacando suas repercussões em toda a sociedade.

Fernandes (1999) questiona qual reforma agrária está sendo efetivamente realizada no Brasil, levantando reflexões fundamentais sobre as políticas fundiárias adotadas no país. O autor destaca a necessidade de analisar se essas políticas transformam a sociedade e atendem, de fato, às demandas da comunidade camponesa após a criação dos assentamentos, considerando as necessidades que transcendem a simples conquista do território.

Além de pensar em políticas voltadas para a desconcentração e redistribuição de terras, o Estado brasileiro deve implementar ações que promovam o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Essas ações devem atender às necessidades e aos direitos expressos, sobretudo, no artigo 6º da Constituição Federal (Leite *et al*, 2021, p. 49):

Existem melhorias quase que imediatas nas condições de vida de uma família que sai de um barraco de lona preta, moradia transitória e precária, para um lote em um assentamento. [...] Em última instância, a criação de assentamentos deve propiciar que os sujeitos exerçam suas capacidades humanas básicas,

garantindo integridade psicofísica, um lugar digno para morar e condições para desenvolver seus modos de vidas.

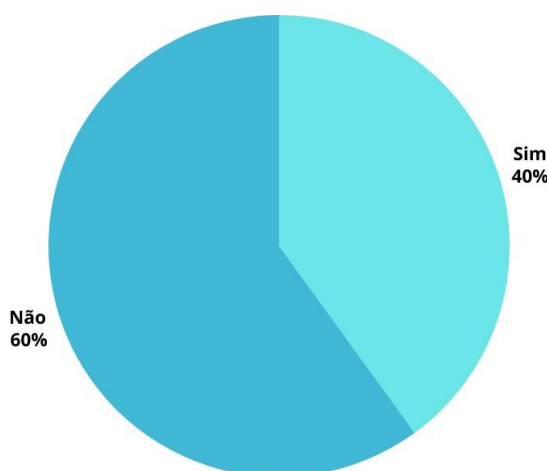
O artigo 6º da Constituição de 1988 estabelece os direitos fundamentais do indivíduo, garantindo condições necessárias para uma vida digna. Esses direitos são essenciais para toda a sociedade, incluindo os sujeitos assentados, que frequentemente enfrentam dificuldades em sua efetivação: “**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 1988, on-line).

No Assentamento Canudos, localizado em Goiás, os assentados enfrentam diversos desafios para obter créditos rurais destinados à construção de infraestrutura e à aquisição de maquinários que facilitem o trabalho agrícola. Além disso, há carência de políticas públicas voltadas para a comercialização das comidas produzidas no assentamento, bem como dificuldades no acesso a serviços básicos como saúde e educação.

A mecanização, reconhecida como uma solução para facilitar o trabalho no campo, ainda é inacessível para muitos assentados devido ao elevado custo. Sem acesso facilitado a créditos para a aquisição de maquinários, a maioria dos trabalhadores não consegue incorporar essas ferramentas em sua rotina.

No caso do Assentamento Canudos, aproximadamente 60% dos assentados entrevistados declararam não possuir nenhum tipo de mecanização, conforme demonstrado no Gráfico 05. Entre aqueles que possuem acesso a equipamentos, destacam-se itens como tratores, máquinas plantadeiras, roçadeiras, ensiladeiras, carretéis de irrigação e ordenhadeiras.

Gráfico 4 - Acesso a maquinários pelos assentados entrevistados e que responderam ao questionário no Assentamento Canudos/GO



Fonte: Elaboração própria (2024)

Os maquinários desempenham um papel essencial para os camponeses, pois o trabalho na terra é árduo e demanda suporte técnico e tecnológico para viabilizar e otimizar a produção. Esses aparatos mecânicos não apenas facilitam as atividades agrícolas, mas também contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores camponeses. Em relato, a camponesa assentada Amélia Franz recorda que, antes de adquirir uma máquina ensiladeira, a compactação do silo para o gado era feita manualmente, por meio do pisoteio, uma tarefa repetitiva que consumia dias inteiros. Esse exemplo ilustra as dificuldades enfrentadas por muitos camponeses, evidenciando como a mecanização pode poupar tempo e tornar o trabalho menos exaustivo.

Entretanto, a conquista da terra, por si só, não assegura os meios necessários para facilitar o trabalho no campo. Apesar da relação intrínseca com a terra, estabelecida pela cultura e tradição, os camponeses frequentemente enfrentam a ausência de instalações adequadas, ferramentas, equipamentos e maquinários que tornem a vida e a produção menos degradantes. Sobre isso, Leite *et al.* (2004, p. 193) ressaltam que: “O acesso à propriedade da terra e o aporte da mão de obra familiar para o trabalho no lote são elementos necessários, mas não suficientes para dar plenas condições de produção à população assentada.”

Além das dificuldades relacionadas à mecanização, um dos principais desafios enfrentados pelos camponeses assentados é a comercialização de sua produção. Embora muitos plantem e criem animais principalmente para o consumo próprio, o excedente é destinado à comercialização, visando gerar renda e abastecer a sociedade em geral. Para que isso se

concretize, é imprescindível a existência de políticas públicas eficazes que auxiliem no escoamento das comidas produzidas. Nesse contexto, programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são fundamentais, não apenas para os camponeses, mas também para a população urbana, ao promoverem o acesso a uma alimentação adequada e saudável, caracterizada como comida de verdade.

O PAA, criado em 2003, tem como objetivo principal incentivar a agricultura camponesa e ampliar o acesso à alimentação. Para isso, o programa adquire comidas produzidas por camponeses e os direciona a indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional (Brasil, 2024). Peixoto e Oliveira (2015) destacam os principais avanços promovidos pelo PAA, enfatizando a formação de mercados institucionais de comercialização direta entre o governo federal e os camponeses:

Tendo em vista que foi possível atuar em três importantes frentes: de um lado a garantia da comercialização dos produtos de origem camponesa, do outro a eliminação da figura do atravessador, e por fim a promoção da segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade. (Peixoto; Oliveira, 2015, p. 81)

Programas como o PAA promovem a inclusão produtiva dos camponeses, gerando trabalho e renda, elementos essenciais para a sobrevivência dessa categoria social. Segundo Grisa *et al.* (2010, p. 152): “O PAA significa novas possibilidades de ingressar no mercado e, ao mesmo tempo [...], oportunidades para distanciar-se dos mercados internacionais de commodities agrícolas que se mostram inadequados às especificidades desta categoria social [...]”. Os autores também ressaltam a autonomia proporcionada pelo PAA, que reduz a dependência dos camponeses em relação aos atravessadores, ao estabelecer uma mediação direta entre a produção e o consumo.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) experimentou um crescimento progressivo até o ano de 2013, quando começou a enfrentar uma fase de declínio em razão da crise econômica mundial e da instabilidade política no cenário nacional (Peixoto; Oliveira, 2020). Conforme análise dos autores, o programa alcançou seu auge em 2012, com um orçamento superior a 586 milhões de reais destinados à aquisição de comidas da agricultura camponesa no Brasil. Entretanto, em 2018, o orçamento disponibilizado caiu drasticamente para pouco mais de 63 milhões de reais (Peixoto; Oliveira, 2020). Além disso, entre os anos de 2021 e 2023, o PAA sofreu um desmonte significativo ao ser transformado no Programa

Alimenta Brasil (PAB) - durante o governo Bolsonaro (2019-2022) -, perdendo princípios fundamentais que caracterizavam sua proposta original.

As limitações do PAA tornaram-se evidentes em diversas frentes, como a falta de conhecimento sobre o programa e sua divulgação, as exigências impostas aos beneficiários, a complexidade documental e os cortes orçamentários. Grisa *et al.* (2010, p. 162) apontam os principais desafios enfrentados pelo programa:

[...] o PAA apresenta também alguns limites, sendo os principais, a falta de divulgação e o desconhecimento dos seus objetivos e forma de funcionamento pelos beneficiários; o atraso na liberação dos recursos; dificuldades com o transporte; a falta de assistência técnica e problemas na obtenção da DAP. O programa carece, também, de avançar em termos do marco legal e de sua institucionalidade, de modo a conferir-lhe todos os atributos de uma política pública no tocante, entre outros, às ações dos vários setores envolvidos e ao montante e regularidade na liberação de recursos.

Ao investigar os impactos do PAA na vida dos camponeses, Assis, Priore e Franceschini (2017) identificaram, em seus estudos, que os aspectos positivos do programa foram amplamente reconhecidos. Entre eles, destaca-se o aumento da renda familiar, garantido pelo escoamento da produção e pelo acesso ao mercado, o que estimulou uma produção diversificada. Esses fatores beneficiaram tanto os consumidores, que passaram a ter acesso a comidas de qualidade, quanto as famílias camponesas, cuja alimentação melhorou, refletindo diretamente na segurança alimentar.

Contudo, avanços como esses só são possíveis mediante a viabilização de políticas públicas semelhantes, que assegurem a eficiência, abrangência e continuidade dos programas, considerando os desafios estruturais e orçamentários que persistem.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por outro lado, promove a transferência da produção oriunda da agricultura camponesa para estudantes da educação básica, utilizando recursos financeiros do Governo Federal para a compra e distribuição de comidas (BRASIL, 2024). Embora tenha sido criado em 1955, apenas em 2009 o programa foi regulamentado, incorporando novas regras e determinando que, no mínimo, 30% das compras para merenda escolar sejam provenientes da agricultura camponesa (Sambuichi *et al.*, 2014). No entanto, essa exigência enfrentou diversas dificuldades durante o processo de implementação:

[...] não foi um processo fácil a aceitação da compra da agricultura familiar sem licitação no PNAE. Foi necessário, vencer dificuldades, por exemplo, o lobby dos fornecedores de merenda escolar. Houve um trabalho de assessoria

parlamentar para a lei ser aprovada e, após a aprovação, um processo de convencimento da legalidade nas diversas Unidades da Federação (UFs). (Sambuichi *et al.*, 2014, p. 97)

O PNAE estabelece uma relação relevante entre a produção orgânica e saudável, os produtores camponeses e os estudantes. No entanto, as exigências formais do programa, como as legais e sanitárias, criam obstáculos significativos para os camponeses. Muitas dessas exigências não condizem com a realidade vivida pelos pequenos produtores, dificultando a formação de novos arranjos produtivos locais (Rossetti; Winnie; Silva, 2016). Sambuichi *et al.* (2014, p. 98) reforçam essa perspectiva:

Entre as maiores dificuldades observadas para a aplicação da lei, está a pouca organização dos produtores familiares para fazer frente à nova demanda, o que inclui, entre outras coisas, a falta de nota fiscal e o despreparo para atender às exigências sanitárias e de regularidade de fornecimento. Portanto, mesmo com os avanços promovidos pela experiência prévia do PAA, a agricultura familiar não estava estruturada suficientemente ainda para fornecer para o PNAE na escala e qualidade exigidas com a nova lei. Além disto, havia a dificuldade logística: nem os agricultores conseguiam muitas vezes entregar, nem a escola ou a prefeitura possuía um centro para receber os produtos

O PNAE possui grande relevância ao garantir refeições saudáveis e nutritivas para estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade alimentar, que muitas vezes dependem da merenda escolar como única refeição diária. Para os agricultores camponeses, assim como no caso do PAA, o programa representa uma alternativa de comercialização, assegurando inclusão produtiva e estabilidade financeira.

No entanto, ambos os programas apresentam limitações significativas. É fundamental que o Estado invista mais nesses programas, promovendo ações pedagógicas para incentivar a aceitação de comidas saudáveis, oferecendo assistência técnica para adequação às exigências e adaptando requisitos legais e sanitários. Essas estratégias são essenciais para aumentar a acessibilidade dos programas, sobretudo para camponeses assentados, e promover melhorias socioeconômicas sustentáveis.

O PNAE, assim como o PAA, deve ser implementado considerando as demandas específicas, garantindo a inclusão de produtores e a oferta de comidas saudáveis à sociedade. Sena (2023, p. 190) sugere que os recursos destinados a esses programas poderiam ser ampliados com valores provenientes dos tesouros municipais e estaduais, agilizando a execução das políticas e fortalecendo o campesinato. Essa medida contribuiria para reduzir a escassez no Brasil, diminuindo a dependência de grandes produtores e ampliando a disponibilidade de comidas:

Isso mudaria significativamente o cenário de escassez no Brasil, pois uma produção diversificada acarretaria menos dependência de grandes produtores e de grandes redes de comercialização, além de tornar a comida disponível nas escolas públicas mais diversa e rastreável.” (Sena, 2023, p. 190)

No contexto da alimentação escolar, o PNAE apresenta uma oportunidade valiosa para perpetuar culturas alimentares regionais, possibilitando que jovens e crianças tenham acesso a comidas típicas muitas vezes ausentes de suas rotinas. Sena (2023, p. 200) introduz o conceito de “alfabetização do paladar”, uma ação educativa promovida pelo Estado em escolas públicas que visa construir hábitos alimentares saudáveis, diversos e conectados às culturas alimentares locais desde a infância:

Talvez investir em uma “alfabetização do paladar” na primeira infância, em escolas públicas, seja uma das principais oportunidades que o Estado teria para construir hábitos alimentares mais saudáveis e conectados com as culturas alimentares locais. Uma política pública séria e abrangente, poderia fazer toda a diferença tanto no comércio local de alimentos quanto na formação de gerações mais conscientes e conectadas com suas comidas ancestrais. A grande indústria de alimentos também sabe disso. E é justamente por essa razão que o território das escolas públicas é alvo constante de disputas. (Sena, 2023, p. 200)

Peixoto e Oliveira (2015) destacam que, assim como o PAA, a consolidação do PNAE como política pública é crucial para promover o desenvolvimento rural a partir de uma abordagem territorial. Tal enfoque pode beneficiar significativamente a agricultura camponesa, contribuindo para a permanência no espaço rural:

[...] é fundamental que essa abordagem passe a considerar como centralidade, a resolução da questão agrária brasileira. E, para tanto, os conflitos e as disputas territoriais não devem ser menosprezados, mas sim enfrentados no âmbito da operacionalização das políticas públicas. A agricultura camponesa pode ser amplamente beneficiada por meio das políticas públicas pautadas na abordagem territorial, a exemplo do PAA que tem oferecido resultados expressivos para a autonomia dos camponeses no processo produtivo com a formação de mercados institucionais para a compra dos produtos, o que significa a garantia de condições para a reprodução socioeconômica e, conseqüentemente, a permanência no espaço rural. (Peixoto; Oliveira, 2015, 98)

Quando se trata da educação em territórios camponeses, sobretudo em assentamentos, a carência de instituições educacionais é evidente. O Relatório da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA) de 2004 revelou que, dos 2,5 milhões de assentados no país, 987.890 eram estudantes matriculados em 8.679 escolas. Em relação ao nível de escolaridade,

27% dos assentados nunca haviam frequentado a escola, enquanto 39% não ultrapassaram as séries iniciais do ensino fundamental (PNERA, 2004).

O Relatório do PNERA (2004) revelou que 76% dos jovens assentados, com idades entre 15 e 17 anos, estavam frequentando a escola. No entanto, havia uma significativa distorção entre a idade dos estudantes e a série cursada, pois apenas 17% encontravam-se no ensino médio. Quanto à estrutura das escolas, cerca de 48% possuíam apenas uma sala de aula, enquanto 20,4% não tinham acesso a água tratada. Em relação ao deslocamento, 58% dos alunos assentados faziam o percurso até a escola a pé. Um dado alarmante, no que tange à alimentação escolar, é que em 81,7% das escolas a merenda não incluía comidas produzidas nos assentamentos, e, em 65,7%, eram oferecidos alimentos industrializados aos estudantes (PNERA, 2004).

Frente às demandas observadas, foi necessário fortalecer o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado com o objetivo de promover o ensino em territórios de reforma agrária. Segundo Diniz e Lerrer (2018, p. 259):

[...] (PRONERA) é uma política pública do governo federal que tem por objetivo promover ações educativas nas regiões de Reforma Agrária a partir de cursos voltados para a realidade do meio rural através de uma gestão participativa e compartilhada.

Embora o PRONERA tenha surgido em 1998, foi somente em 2004 que se consolidou como política pública, com um modelo de gestão participativa e compartilhada. Conforme Diniz e Lerrer (2018, p. 265):

Ao longo de sua história, o PRONERA contou com seis reedições do Manual de operações, mas os delineamentos de seu caráter participativo e democrático foram mais efetivamente explicitados no manual editado no ano de 2004, período em que ele se apresenta mais claramente como uma política pública que tem por objetivo ampliar o grau de certificação e qualificação profissional da população das áreas de Reforma Agrária. Os fundamentos da execução do programa foram divididos em princípios políticos pedagógicos e operacionais. Estruturados a partir da associação entre o desenvolvimento territorial e a educação, os princípios pedagógicos abrangem quatro grandes temas, como a inclusão, participação, interação e multiplicação [...].

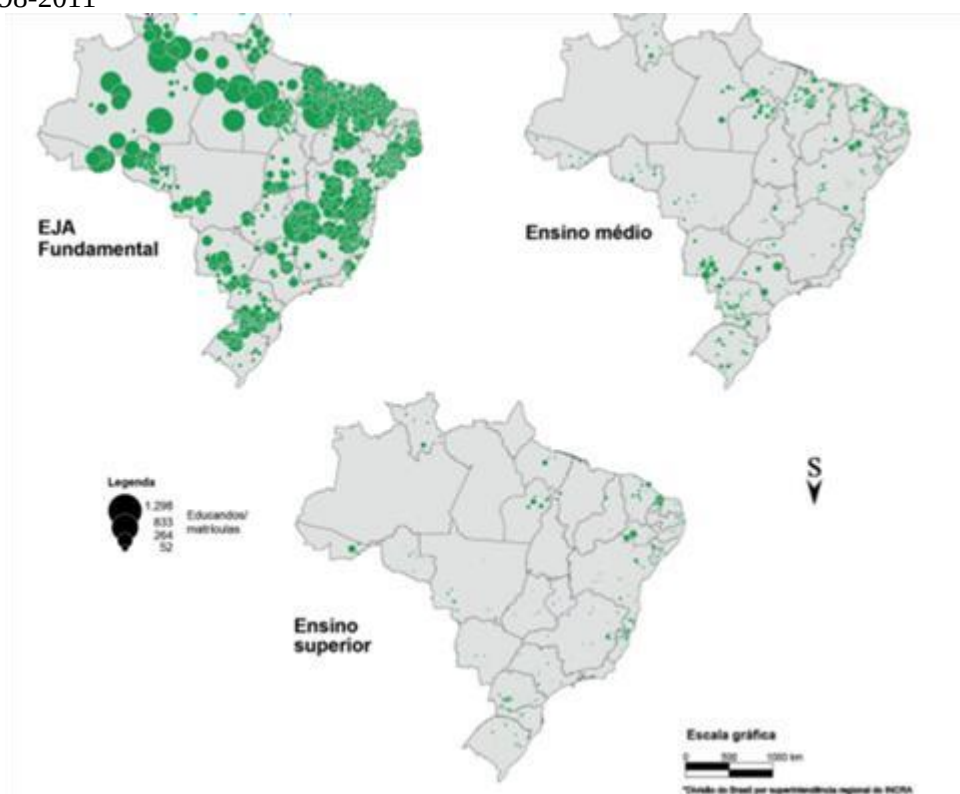
Nesse contexto, o PRONERA é visto como um instrumento de democratização da educação no Brasil, permitindo que os sujeitos assentados tenham acesso a um ensino de qualidade. Diniz e Lerrer (2018) enfatizam que o programa simboliza um avanço na democratização do Estado brasileiro, ao estabelecer uma gestão democrática, participativa e

compartilhada, em contraposição ao modelo assistencialista historicamente presente nas políticas públicas do país.

O PRONERA desenvolve suas atividades por meio de parcerias com instituições de ensino, promovendo capacitação, escolarização e formação de professores. Além disso, atua na alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e médio em assentamentos de reforma agrária, bem como na oferta de cursos técnicos profissionalizantes de nível médio, formação em nível superior e programas de pós-graduação (INCRA, 2024)²⁵.

Ao analisar os dados apresentados na Figura 05, documentados no Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II PNERA, 2015), observa-se uma maior abrangência do PRONERA no nível fundamental, mas uma significativa defasagem no ensino médio e superior. As regiões Norte e Centro-Oeste foram as mais desfavorecidas. Segundo o relatório: “No período de 1998 a 2011, foram realizados 320 cursos do Pronera por meio de 82 instituições de ensino em todo o país, sendo 167 de EJA fundamental, 99 de nível médio e 54 de nível superior” (II PNERA, 2015, p. 22).

Figura 4 – Brasil, Educandos/matrículas de cursos do Pronera por município de origem do educando e nível - 1998-2011



²⁵ <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/educacao>

Fonte: II PNERA, 2015.

Molina e Antunes-Rocha (2014, p. 236) destacam alguns desafios para o desenvolvimento da formação de educadores no PRONERA, os quais se forjam em meio a tensões e obstáculos. Entre esses desafios, destaca-se a resistência de universidades em adotar matrizes formativas alinhadas às recomendações dos movimentos sociais do campo, que propõem uma abordagem centrada no trabalho, na luta social, na organização coletiva, na cultura e na história.

Na guisa teórica, Diniz e Lerrer (2018) observam que a base de funcionamento do PRONERA, fundamentada na participação, está intrinsecamente relacionada às problemáticas históricas da política brasileira, especialmente as lutas pela terra e pela reforma agrária.

Evidencia-se, nesse sentido, a relevância do PRONERA como política pública, considerando sua eficácia em promover a escolarização de jovens e adultos camponeses residentes em assentamentos de reforma agrária, mesmo diante de suas limitações. Para Molina e Antunes-Rocha (2014), o programa deve ser compreendido a partir das tensões que envolveram os movimentos sociais camponeses e o Estado, permitindo sua efetivação:

A conquista do Pronera, que possibilitou práticas e acúmulos que levaram à conquista do Pronacampo, são experiências concretas de uma ocupação que se pretende consolidar como conquista efetiva enquanto política pública. Sendo as/sim, a história de sua criação e de suas práticas só pode ser interpretada a partir das tensões que envolvem a relação dos movimentos sociais do campo, com o Estado: da disputa de concepções e de projeto societário por dentro do próprio Estado. Nesse sentido, andar no fio da navalha da contradição, coloca-nos o desafio de compreender não o fato em si, como algo isolado, mas o movimento de sua construção, imerso nas tensões e contradições que o envolvem, no momento histórico de sua concepção, conquista e criação. (Molina; Antunes-Rocha, 2014, p. 228)

A educação configura-se como uma das ferramentas mais potentes para a transformação social, sendo indispensável que os sujeitos do campo tenham acesso a uma formação libertadora, crítica e humanizada, moldada por seus princípios e tradições, reforçando os valores da educação do campo.

Santos e Bezerra Neto (2019, p. 118) destacam que essa modalidade de ensino é fruto da luta dos movimentos sociais, voltada para atender às especificidades dos camponeses: “Tal foi pensada pelos próprios sujeitos em parceria com movimentos sociais camponeses, é uma educação que visa a formação do sujeito para que ele possa permanecer no campo.” (Santos; Bezerra Neto, 2019, p. 118). Além disso, a falta de profissionalização frequentemente leva os

jovens camponeses a migrarem em busca de melhores condições de vida nas cidades. Esse fenômeno contribui para o envelhecimento da população rural, já que os mais jovens não encontram condições adequadas para permanecerem na terra. Assim, a criação de políticas pedagógicas que promovam a educação e a profissionalização é essencial para a continuidade do campesinato enquanto classe, permitindo que permaneçam na terra com dignidade.

Outro princípio fundamental para a população rural é o acesso à saúde de qualidade. Pensar a saúde no campo sob uma perspectiva humana e ambiental exige considerar determinantes sociais, agravos, riscos, bem como ações de atenção, promoção e garantia de vida justa (Carneiro; Búrigo; Dias, 2012). Refletir sobre a questão da saúde no campo implica também revisitar processos históricos de luta social, nos quais os direitos básicos dos trabalhadores rurais foram frequentemente negados.

O modelo monocultor predominante no agrohidronegócio gera consequências visíveis tanto para a população em geral quanto, de forma mais acentuada, para os camponeses. Essas consequências incluem a contaminação dos recursos territoriais e dos corpos desses trabalhadores, estabelecendo uma relação intrínseca entre o modelo econômico e a saúde dos sujeitos. Andrade (2017), ao analisar a saúde no campo, aponta que os assentamentos refletem uma conexão entre trabalho, direito e saúde, revelando uma significativa carência de cuidados e assistência:

Por vezes, o entendimento de quem vive no campo sobre o processo saúde/doença e a própria concepção de saúde está ligado ao repertório da sociedade capitalista, que discute e mediatiza a saúde como uma busca de atendimento clínico (biomédico) e medicalização do indivíduo. A doença muitas vezes é vista como um resultante individual sem relação social, política e econômica. (Andrade, 2017, p. 40)

Ao investigar a fome, Castro (1984, p. 56) relaciona suas causas às condições de saúde, assumindo que a fome coletiva é um fenômeno social e descrevendo o que denomina “epidemias da fome.” O autor observa que algumas regiões do Brasil enfrentam fome crônica, associada a qualidades nutritivas precárias, e conclui que a fome é majoritariamente resultante de fatores socioculturais, em vez de condições geográficas naturais (Castro, 1984). Castro ainda analisa os fatores biológicos e culturais, destacando a influência prejudicial dos latifúndios, que contribuem para a fome e impactam negativamente a saúde:

Estudando o fenômeno da fome no nosso meio, daremos um balanço geral das influências de categoria biológica que têm interferido e pesado na modelagem de nossa cultura e de nossa civilização. Buscando essa valorização dos fatores

de categoria biológica, não quer dizer que desprezemos a importância dos fatores de natureza cultural, fatores da categoria do latifundismo agrário-feudal que tanto deformou o desenvolvimento da sociedade brasileira. Isto é inegável. O que tentaremos mostrar é que, mesmo quando se trata da pressão modeladora de forças econômicas ou culturais, elas se fazem sentir sobre o homem e sobre o grupo humano, em última análise, através de um mecanismo biológico: através da deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera, e assim por diante. (Castro, 1984, p. 40)

Scopinho (2010) defende que a saúde no campo deveria ser o reflexo de políticas públicas equitativas, garantindo o acesso aos meios de produção, direitos sociais e bens de consumo coletivo, bem como promovendo os princípios de justiça, equidade e organização política. Segundo o autor, a luta pela reforma agrária deve estar intrinsecamente ligada à luta pela saúde: “A luta pela reforma agrária deve conter a luta pela saúde, que não depende apenas da oferta de serviços médicos e remédios.” (Scopinho, 2010, p. 1577).

Destaca-se a forma como o ambiente pode influenciar diretamente na saúde, considerando que territórios mais impactados por atividades econômicas extensivas tendem a gerar maiores danos à saúde humana. Nesse contexto, ressalta-se a relevância da produção agroecológica:

Aspecto importante a ser destacado na forma de entender a saúde é a sua relação direta com o meio ambiente. Um ambiente saudável depende diretamente da relação que o homem estabelece com a natureza através do trabalho, que na agricultura envolve a preservação da vida nos rios, nas matas e no ar. Por isto, a proposta é produzir com base na agroecologia, que dispensa o uso de agrotóxico e insumos químicos poluentes, as queimadas e os desmatamentos que provocam a erosão e o enfraquecimento dos solos e mudanças climáticas. (Scopinho, 2010, P. 1577)

Em muitos assentamentos, os camponeses carecem de assistência médica, apoio social e infraestrutura básica, o que resulta da ineficiência de políticas públicas que frequentemente negligenciam o espaço rural. Carneiro, Búrigo e Dias (2012) apontam que a população do campo historicamente enfrenta a descontinuidade, falta de consolidação e fragmentação das políticas de saúde, fatores que contribuem para a exclusão e a discriminação no acesso aos serviços de saúde.

Ao estudar as condições de vida e saúde dos trabalhadores assentados, Scopinho (2010, p. 1578) afirma que viver em um assentamento, por si só, favorece a saúde, considerando que, mesmo com precariedades, as famílias geralmente possuem o essencial para se alimentar: “Mesmo sem os recursos necessários, as famílias produziam alimentos básicos e desenvolviam uma economia de trocas.”

O autor também observa que, apesar da relação prazerosa que os assentados mantêm com a terra, ela também pode ser causa de adoecimento devido à carga física do trabalho, às duras condições de labuta e ao impacto das relações sociais. Além disso, há o adoecimento mental decorrente das incertezas e aflições relacionadas aos conflitos territoriais e às dificuldades inerentes à luta pela terra (Scopinho, 2010).

Tratar da saúde no campo, especialmente em assentamentos de reforma agrária, como o Assentamento Canudos, implica abordar o impacto do sistema econômico sobre o meio ambiente, que frequentemente acarreta consequências na saúde dos camponeses. Apesar da melhora na qualidade alimentar proporcionada pela produção própria de comidas saudáveis, há relatos de adoecimento físico devido ao trabalho exaustivo na terra.

Ademais, o adoecimento mental é um aspecto relevante, geralmente associado às incertezas e angústias provenientes dos conflitos territoriais. Soma-se a isso a dificuldade de acesso a serviços de saúde para consultas e exames médicos. Ainda assim, destaca-se a importância do reconhecimento de práticas tradicionais, que muitas vezes contribuem para a revitalização da saúde no campo, baseadas em conhecimentos ancestrais e no uso de plantas medicinais.

Carneiro, Búrigo e Dias (2012, p. 698) destacam que organizações sociais desempenham um papel fundamental na orientação de políticas públicas voltadas à saúde, promovendo a saúde no campo:

A produção saudável, as técnicas de saneamento ambiental e ecológico, a valorização de práticas e conhecimentos tradicionais, a defesa da biodiversidade, as escolas do campo geridas pelos movimentos sociais, a geração de renda proveniente de agroindústrias na forma de cooperativas e as mobilizações sociais são exemplos de ações que têm levado a maior autonomia dos territórios e devem nortear não apenas políticas públicas promotoras da saúde do campo, como também a construção de políticas de saúde do campo.

Destarte, os assentados enfrentam grandes desafios para permanecerem nas terras conquistadas sem acesso a créditos agrícolas. Nesse contexto, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), como resultado de inúmeras reivindicações e lutas das organizações de trabalhadores rurais. Essas demandas buscaram a formulação e implantação de políticas públicas específicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, conferindo visibilidade e reconhecimento a essa classe social. Mattei (2005, p. 11-12) enfatiza:

Assim, a criação do Pronaf representa a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

O PRONAF atua em quatro eixos principais: financiamento da produção, financiamento da infraestrutura, capacitação e profissionalização dos camponeses, e financiamento da pesquisa e extensão rural (Mattei, 2005). Contudo, entre 1995 e 2014, o programa sofreu diversas transformações, algumas positivas e outras prejudiciais. Durante esse período, o PRONAF foi gradualmente restringido às ações de crédito rural, deixando de contemplar capacitação, infraestrutura e serviços básicos. Ao mesmo tempo, passou a diversificar o público beneficiário, apoiar novas atividades econômicas, flexibilizar regras financeiras, simplificar o acesso e aumentar os recursos disponíveis (Wesz Junior, 2020).

Ao notar os resultados do PRONAF, Wesz Junior (2020) identifica que, entre 2014 e 2018, houve uma proporção significativa entre custeio e investimento, com uma diversidade de atividades apoiadas em diferentes estados brasileiros. Contudo, os recursos ficaram centralizados em poucos produtos, principalmente soja, milho e café, além da aquisição de máquinas e equipamentos. Com o passar dos anos, o programa sofreu declínio, de modo que, em 2017, apenas 8% do total de agricultores camponeses conseguiu acessar o PRONAF, conforme dados levantados pelo autor:

[...] nos últimos anos, o “enxugamento” dos recursos do Pronaf não foi generalizado, afetando principalmente: as atividades diferenciadas que fazem um contraponto à lógica produtivista e ao uso do crédito para a produção de monoculturas convencionais e ambientalmente insustentáveis; os produtores menos capitalizados, sobretudo agricultores em situação de pobreza, beneficiados pela reforma agrária, pescadores, aquicultores, extrativistas, silvicultores, quilombolas e indígenas; e as regiões Nordeste, Sudeste e Norte, com maior intensidade nos municípios do Semiárido e da Amazônia. [...] o Pronaf, com a redução no volume de recursos aplicados, se tornou mais seletivo que outrora. (Wesz Junior, 2020, p. 108)

Sobre as limitações do PRONAF, Wesz Junior (2020, p. 107) ressalta a necessidade de maior atenção aos camponeses assentados que desejam acessar o crédito, mas enfrentam dificuldades por inúmeros fatores: “[...] como excesso de burocracia, falta de garantias para o empréstimo, inadimplência, ausência de documentação, medo de dívida, etc.” Para superar essas limitações, o autor sugere dois caminhos principais: realizar ajustes no programa para atender a um público maior e estabelecer articulações e integrações com outros programas e ações.

O PRONAF integra o chamado Plano Safra, descrito por Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) como a mais notável política agropecuária do Brasil, implementada por meio de um sistema nacional de crédito. Os autores explicam as categorias atendidas pelo Plano Safra e os mecanismos pelos quais os créditos são disponibilizados:

Os créditos são ofertados por instituições públicas e privadas para custeio, investimento, comercialização e industrialização e são distribuídos segundo categorias: o “Pronaf” (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para os pequenos produtores familiares, o “Pronamp” (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) para os médios e para as “Demais” categorias nas quais se encaixam, principalmente, os grandes produtores, o Agro. (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 15)

Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) analisam o Plano Safra 2018/2019 e 2019/2020, destacando a discrepância na aplicação dos créditos. Eles concluem que “[...] o agronegócio é quem recebe, de longe, a maior fatia do bolo” e observam que a região Centro-Oeste, apesar de ter o menor número de estabelecimentos rurais do país, recebe a maior parcela dos créditos. Essa concentração se explica pela predominância de grandes monoculturas exportadoras de *commodities* nessa região, especialmente as fazendas de soja: “Os dados não podiam apontar resultado diferente, pois é nessa região que a grande monocultura exportadora de *commodities* ganha mais força, com destaque para as fazendas de soja.” (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 16)

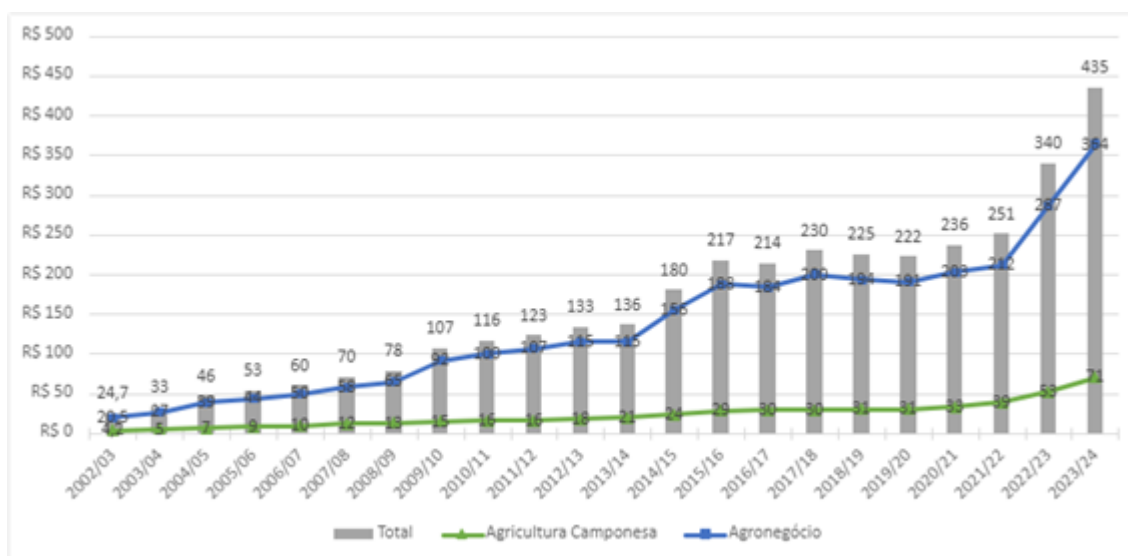
O Plano Safra 2023/2024 foi considerado o maior da história brasileira, com a disponibilização de mais de 435 bilhões de reais. Contudo, apenas 71,6 bilhões foram destinados à agricultura camponesa, enquanto 364,2 bilhões foram alocados à agricultura empresarial (MAPA, 2023)²⁶. Esse cenário evidencia a discrepância na distribuição de recursos entre as categorias agrícolas do país. Uma parcela ínfima é destinada àqueles que produzem comidas essenciais para a sociedade brasileira, enquanto a maior parte dos créditos continua a privilegiar médios e grandes produtores, que, em sua maioria, se dedicam à produção de *commodities* e representam o agrohídronegócio no Brasil.

A evolução do Plano Safra pode ser observada no Gráfico 06, que destaca como o agrohídronegócio tem recebido uma quantidade expressiva de créditos, apesar de constituir um

²⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Apresentação do Plano Safra 2023/2024. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2023-2024/apresentacao-plano-safra-2023-24.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

número menor de empresas rurais. Em contrapartida, a agricultura camponesa tem enfrentado limitações significativas nos valores destinados aos subsídios.

Gráfico 5 – Evolução do Plano Safra para a agricultura camponesa e agronegócio em bilhões de reais (2002-2023)



Fonte: MAPA; Organização própria (2024)

Mitidiero Junior e Goldfarb (2021) acrescentam que a política de créditos agrícolas no Brasil carece de foco na segurança alimentar da população e não beneficia a sociedade que financia tais recursos:

[...] qualquer discurso que aponte o objetivo da política nacional de crédito com foco na alimentação do povo brasileiro não se sustenta. Há um privilégio escancarado nas culturas de exportação que, de tempos em tempos, faz faltar comida no mercado interno e/ou proporciona a elevação dos preços dos alimentos para a classe trabalhadora. Essa conclusão ganha contorno dramático quando reconhecemos que o campesinato (denominado de agricultura familiar pelo agronegócio e governo), produz boa parte dos alimentos que chegam às mesas, mas possui menos terras e recebe muitos menos créditos. Além disso, por dentro, o crédito farto e barato para determinadas commodities impulsionou um movimento de substituição de culturas alimentares (como a de arroz e feijão, por exemplo) por soja e milho para exportação. E, por fora, fez com que as instituições de financiamento oferecessem mais recursos a agricultores ou regiões com maior potencial produtivo, o que quer dizer, na verdade, concessão de recursos para a produção de commodities. Os créditos para o campo, farto e subsidiado, que são recursos públicos, [...] deveriam privilegiar e beneficiar quem os patrocina, no caso, a população brasileira. (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 16)

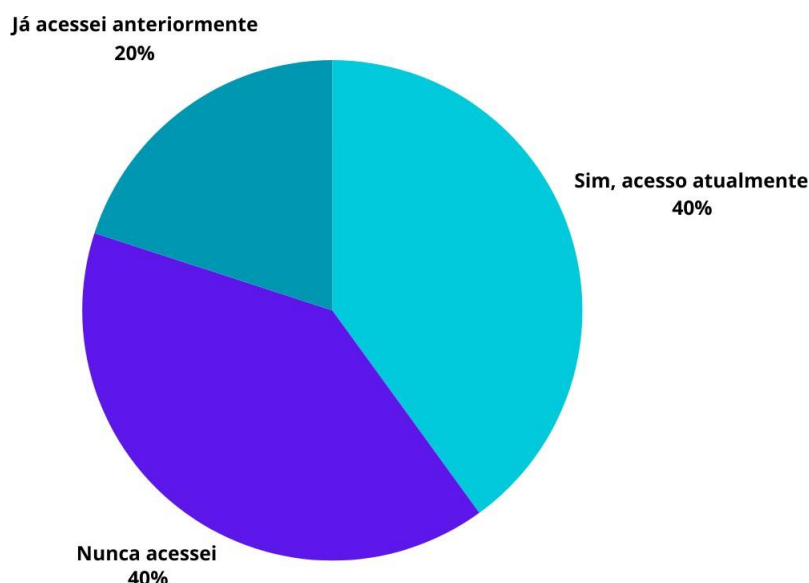
Nesse sentido, desigualdade social e econômica persiste como um fenômeno marcante na sociedade brasileira, tanto nos centros urbanos quanto no meio rural. Essa desigualdade é caracterizada por privações econômicas, carências de serviços e direitos básicos, falta de infraestrutura e restrições de acesso. Conclui-se que as desigualdades sociais que afetam inúmeros camponeses são parte de uma estrutura consolidada por projetos capitalistas.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), no relatório *Panorama de la Pobreza en América Latina y el Caribe*²⁷, de 2018, apresenta propostas e dados sobre a pobreza rural. Entre os destaques, o relatório revela que, em 1990, 71% da população rural no Brasil vivia em situação de pobreza. Já em 2014, esse índice foi reduzido para 29%. Apesar dessa redução significativa, os dados evidenciam que a pobreza no campo ainda persiste como um problema emergente.

No Assentamento Canudos, as dificuldades de acesso às políticas públicas são inúmeras. Conforme os resultados apresentados no Gráfico 07, cerca de 40% dos assentados que responderam ao questionário e foram entrevistados nunca tiveram acesso a nenhuma política pública. Entre as justificativas, destaca-se o desconhecimento sobre as políticas existentes, bem como as dificuldades relacionadas às publicações de chamamento e à compreensão do funcionamento dos programas. Outros 20% relataram ter acessado políticas públicas no passado, principalmente durante os períodos de maior investimento nesses programas. Por outro lado, 40% afirmaram estar atualmente inseridos em políticas públicas, com destaque para o PNAE e o PAA, que passaram por reconfigurações no atual governo.

Gráfico 6 – Acesso às políticas públicas pelos assentados de Canudos entrevistados e que responderam ao questionário

²⁷ FAO. *Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe: soluciones del siglo XXI para acabar con la pobreza en el campo*. Santiago, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/5b8512d8-29fd-445d-b62b-997596b3f98c/content>. Acesso em: 30 dez. 2024.



Fonte: Elaboração própria (2024)

Essas dificuldades enfrentadas pelos assentados evidenciam que a luta pela terra não se encerra com a conquista do território. No Assentamento Canudos, a busca por políticas públicas é fundamental para garantir a permanência na terra e a superação das adversidades sociais e econômicas. Dessa forma, a inserção dos camponeses assentados nos mercados, por meio do fortalecimento das políticas públicas e de investimentos consistentes, é essencial para minimizar as desigualdades, promover o trabalho e a renda, e assegurar a inclusão produtiva.

2.3 PRODUÇÃO DE COMIDA: agroecologia e reprodução camponesa

A produção de comida está profundamente ligada a dinâmicas produtivas, infraestrutura, localização geográfica e, sobretudo, ao acesso à terra e à água, elementos essenciais para a sobrevivência da sociedade. Além disso, a produção de comidas é vital para a existência do campesinato, assegurando os meios necessários para sua reprodução social, cultural e econômica. Produzir comida constitui a essência do campesinato, articulando trabalho, território e cultura, em contraposição à lógica imposta pelo agrohidronegócio nas últimas décadas.

Para o povo camponês, a produção de comidas é intrínseca ao seu modo de vida. O processo produtivo conecta-se à natureza de maneira sustentável, utilizando-a para sobrevivência e preservação, diferentemente das corporações capitalistas, que frequentemente a exploram de forma predatória.

Nesse contexto, a agroecologia apresenta-se como fundamental para a preservação dos conhecimentos tradicionais, culturais e culinários, promovendo uma alimentação saudável. Ela permite aos agricultores camponeses gerar renda por meio do trabalho, além de conceder-lhes autonomia para se reproduzirem social e economicamente, assegurando sua permanência nos territórios.

O modo de produção dos camponeses destaca-se por ser tradicional e sustentável, frequentemente fundamentado na agroecologia. Embora a prática envolva aspectos ecológicos, seu conceito abrange processos mais complexos, incluindo o resgate de saberes tradicionais, muitas vezes diluídos pela introdução do capital e das técnicas agrícolas. Guhur e Toná (2012, p. 64) enfatizam a importância das populações do campo nesse processo:

Evidentemente, não se trata de descartar a ciência e a tecnologia, mas da necessidade de um diálogo de saberes que reconheça nos povos do campo e da floresta sujeitos privilegiados da agroecologia, um diálogo não exclusivamente técnico, nem com finalidade econômica e ecológica apenas, mas também de ordem ética e cultural, e que se materialize, inclusive, em ações sociais coletivas. Esse diálogo traz profundas implicações.

Como contraponto aos métodos devastadores do agrohidronegócio, surge o paradigma da agroecologia, que resgata conhecimentos tradicionais aliados a novos métodos. Esses processos buscam garantir a conservação dos recursos naturais, respeitando as dinâmicas da natureza. A agroecologia, portanto, apresenta-se como um objetivo a ser alcançado, contrapondo-se às práticas monocultoras de grandes empreendimentos agrícolas, que desrespeitam os princípios agroecológicos.

Sousa *et al.* (2022) destacam que o modelo hegemônico de produção no Brasil é o convencional, caracterizado por problemáticas sociais e ambientais significativas. Nesse contexto, tanto os grandes produtores (empresários rurais) quanto os pequenos agricultores, incluindo os camponeses, estão inseridos em um sistema que desequilibra os ecossistemas. Essa inserção é resultado das influências das narrativas promovidas pela Revolução Verde e das ações do Estado brasileiro. Segundo os autores: “É claro que o grande produtor é maior responsável por isso, por possuir extensas áreas de produção, mas os pequenos agricultores não estão excluídos dessa discussão. É preciso buscar novas formas de produzir alimentos.” (Sousa *et al.*, 2022, p. 57)

Duval, Ferrante e Valencio (2008, p. 3) abordam em sua pesquisa a produção voltada para o autoconsumo em assentamentos rurais, destacando o uso de preceitos agroecológicos no desenvolvimento dessas práticas. Os autores reforçam que: “A agricultura praticada em função

do abastecimento alimentar é identificada em consideração a alguns princípios agroecológicos, de forma que podemos enquadrá-la, sob alguns aspectos, como uma agricultura sustentável.” Para esses pesquisadores, a produção de comidas voltada para o abastecimento próprio é um elemento quase inerente à vida no campo. Essas famílias, enraizadas na vivência rural, adquirem práticas e conhecimentos ao longo do tempo, transmitidos de forma ancestral e culturalmente perpetuados.

A produção de comidas voltada tanto para o autoconsumo quanto para a comercialização reflete a reprodução social e econômica dos camponeses, possibilitando o abastecimento nutricional de maneira abundante e diversa. Essa produção é menos dependente de insumos químicos, promovendo uma nutrição alimentar sustentável, pautada nos princípios agroecológicos.

A agroecologia oferece importantes benefícios no abastecimento alimentar do mercado local, permitindo atender diretamente à comunidade (Sousa *et al.*, 2022). Nesse contexto, ela está intrinsecamente relacionada aos circuitos curtos de produção, pois reduz custos com transporte e favorece as comunidades locais e regionais, como ocorre nas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA's.). Nesse percurso, os autores enfatizam o papel essencial do conhecimento científico na agroecologia, destacando que sua implementação requer análise das características físicas e químicas do solo, além das especificidades locais e regionais de organização espacial.

[...] a sua utilização pressupõe atender a população local, e no máximo, regional, diminuindo a necessidade e o custo com grandes cadeias de transportes. Assim, tem-se a possibilidade de desenvolvimento da Agroecologia em todos os locais, de forma que não existe uma receita ou um rigor na sua utilização. A partir das características de qualquer lugar, é que a Agroecologia será implantada. Por isso a sua relação com o conhecimento científico. O conhecimento científico estuda o local em que a Agroecologia será implantada, para analisar as características físicas e químicas do solo, características locais e outras peculiaridades. Isso porque visa estar de acordo com os princípios da natureza e de acordo com os princípios ecológicos. Ela é um tipo de agricultura complexa. (Sousa *et al* 2022, p. 60)

A adoção de princípios agroecológicos pelos camponeses promove o aumento da capacidade produtiva, contribuindo para a recuperação de ambientes degradados e a melhoria territorial. Altieri (2012) corrobora essa perspectiva, argumentando que a agroecologia capacita os camponeses a produzir comidas essenciais para a sociedade, fortalecendo a segurança alimentar, mesmo em condições ambientais adversas:

A evidência é conclusiva: os novos métodos agroecológicos e tecnologias encabeçadas por agricultores, ONGs e algumas organizações locais ao redor do mundo já estão contribuindo o suficiente para a segurança alimentar a nível local, regional e nacional. Em muitos países, diferentes métodos agroecológicos e participativos mostram resultados muito positivos, inclusive em condições ambientais adversas. Entre estes potenciais encontram-se: aumentar as colheitas de cereal de 50 a 200 por cento, incrementar a estabilidade da produção através da diversificação, melhorar as dietas e as rendas, contribuir à segurança alimentar nacional (e inclusive exportar) e conservar a base dos recursos naturais e a agrobiodiversidade. (Altieri, 2012, p. 28)

Os princípios fundamentais das CSA's estão estreitamente ligados à agroecologia. Sousa *et al.* (2022, p. 69) destacam que, em contextos agroecológicos, é comum encontrar modelos agroflorestais nas CSA's: "[...] isso porque são cultivadas várias espécies de plantas com aproveitamento de todos os espaços. Há uma consorciação de culturas, bem como, uma estratificação, ou mesmo estágios de produção." Assim, pode-se dizer que a agroecologia é uma condição inerente à criação de CSA's, promovendo a otimização da produção, o fornecimento de comidas saudáveis, a geração de renda e a comercialização por meio de circuitos curtos, além de fortalecer a soberania alimentar.

Com as mudanças nos meios de produção ao longo do tempo, incluindo a introdução da produção em larga escala e o uso de tecnologias controladas por grandes corporações capitalistas, o modelo alimentar atual tornou-se insustentável. Este modelo é caracterizado pela dependência de alimentos que demandam elevada energia para produção, causam impactos ambientais significativos e requerem grandes extensões de terra, exacerbando desafios relacionados à produção e ao abastecimento de alimentos (Martinelli; Cavalli, 2019, p. 4252). Nesse sentido, torna-se essencial priorizar comidas agroecológicas, alinhadas ao desenvolvimento sustentável, como uma alternativa economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente responsável.

Os camponeses, frequentemente pressionados a se integrar na lógica capitalista, alguns acabam por especializar suas produções em monocultivos ou arrendar terras. Portanto, é crucial dar visibilidade às formas de produção diversificadas características dos camponeses, evitando que sua subsistência dependa exclusivamente da lógica mercadológica das *commodities*.

Para a efetiva aplicabilidade da agroecologia, é imprescindível a formulação de políticas públicas que considerem os camponeses e seus modos tradicionais de produção. Altieri (2012) argumenta que a realização da agroecologia depende de diversos fatores, devendo priorizar os sujeitos mais necessitados para garantir trabalho e inclusão produtiva, além de contemplar questões relacionadas ao mercado, à produção e à distribuição de comidas:

A realização do potencial e a difusão das inovações agroecológicas depende de vários fatores e grandes mudanças nas políticas agrárias, nas instituições e nos métodos de investigação e extensão. As estratégias agroecológicas propostas têm que apontar deliberadamente aos pobres, não somente para aumentar a produção e conservar os recursos naturais, mas também para gerar emprego e oferecer oportunidades de acesso aos mercados locais. [...] Ademais, devem-se desenvolver oportunidades equitativas de mercado, enfatizando esquemas locais de comercialização e distribuição, preços justos e outros mecanismos que conectem os agricultores com o resto da população mais diretamente e com maior solidariedade. (Altieri, 2012, p. 29)

Reduzir a agroecologia a uma prática de agricultura ecológica, sustentável e saudável é uma abordagem simplista. Caporal e Costabeber (2002, p. 01) alertam que confundir agroecologia com um modelo de agricultura, produto ecológico, tecnologia agrícola ou política pública pode distorcer seus significados mais amplos e transformadores: “[...] atribui à Agroecologia definições que são imprecisas e incorretas sob o ponto de vista conceitual e estratégico, mascarando a sua real potencialidade de apoiar processos de desenvolvimento rural.” Segundo os autores, a agroecologia integra princípios oriundos de diversos campos científicos, abrangendo aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais, ecológicos e éticos. Mais do que um estilo agrícola, a agroecologia constitui um modelo de transição entre o sistema convencional moderno e a agricultura sustentável:

Partindo desta compreensão, repetimos que a Agroecologia não pode ser confundida com um estilo de agricultura. Também não pode ser confundida simplesmente com um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente amigáveis. Ainda que ofereça princípios para estabelecimento de estilos de agricultura de base ecológica, não se pode confundir Agroecologia com as várias denominações estabelecidas para identificar algumas correntes da agricultura “ecológica”. Portanto, não se pode confundir Agroecologia com “agricultura sem veneno” ou “agricultura orgânica”, por exemplo, até porque estas nem sempre tratam de enfrentar-se aos problemas presentes em todas as dimensões da sustentabilidade. (Caporal; Costabeber, 2002, p. 04)

A agroecologia é concebida principalmente como um enfoque político, contrapondo-se ao modelo hegemônico do capital, representado pelo agronegócio. Guhur e Silva (2021) destacam que a agroecologia incorpora conhecimentos tradicionais, ao mesmo tempo que integra técnicas recentes, instrumentos e maquinários que facilitam o manejo ecológico e aumentam a produção. Esse modelo busca transcender as tecnologias impostas pela Revolução Verde, embora não constitua, por si só, uma proposta política ou societária. A agroecologia é um convite à construção de alternativas que superem o paradigma da produção capitalista, pautadas pela ação política coletiva:

A amplitude das reflexões, lutas e práticas da agroecologia faz com que muitas vezes, inclusive, ela seja confundida com uma proposta política e societária em si mesma, o que ela de fato não é. Trata-se de debater e construir, em aliança com os trabalhadores urbanos, em escala nacional e global, um projeto de luta e superação do atual modo de produção capitalista. [...] Nessa perspectiva, a agroecologia orienta a objetivação de agroecossistemas produtivos de alimentos saudáveis, potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural; que tem como base a práxis camponesa, dos povos originários e tradicionais (trabalho produtivo, processo de trabalho, tecnologia; e simultânea e dialeticamente, ideação e reflexão, saberes, conhecimentos, concepção de mundo/cosmovisões, teoria, valores, estética...), reconectando saberes tradicionais e conhecimentos científicos. (Guhur; Silva, 2021, p. 70)

A prática da agroecologia pelo campesinato é um símbolo de (Re)Existência, promovendo a recuperação e o fortalecimento de saberes tradicionais, garantindo soberania alimentar mesmo diante de conflitos e resistências das corporações capitalistas.

Mendonça (2015) aponta que a agroecologia, mesmo incorporando práticas tradicionais resgatadas e transformadas para atender às novas demandas, representa a (Re)Existência dos camponeses. Este modelo possibilita a produção de comidas saudáveis alinhadas às necessidades dos consumidores, configurando novas relações entre camponeses e consumidores no contexto em que estão inseridos:

Essas ações buscam uma alimentação saudável e propicia a união de esforços na defesa da reforma agrária, no apoio aos homens e mulheres que lavram a terra e contra as agressões ao meio ambiente. Essas ações podem apontar a unificação orgânica do trabalho, em que os trabalhadores (no campo e na cidade) se juntam para reivindicar novas formas de produção e novas relações de trabalho, valorizando as ações rumo à soberania alimentar. É necessário assegurar formas de manejar os recursos naturais que permitem a reprodução do homem e da natureza (que são um todo) conservando a sociobiodiversidade ecológica e sociocultural. (Mendonça, 2015, p. 5)

Guhur e Silva (2021) ressaltam que a agroecologia emergiu das práticas de povos camponeses e originários ao longo de 12 mil anos de construção da agricultura. Ela surge como resultado das contradições do capitalismo, bem como das lutas e (Re)Existências desses povos diante do avanço do capital no campo. Durante o século XX, a agroecologia passou por um processo de sistematização e organização científica. No entanto, é fundamental reconhecer os verdadeiros fundadores e protagonistas dessa prática: os camponeses e povos originários e tradicionais:

Os povos originários e camponeses foram os primeiros agricultores, criadores e pesquisadores que, ao longo de gerações, identificaram, domesticaram,

selecionaram e conservaram as espécies úteis aos seres humanos; que desenvolveram ferramentas, formas de trabalho e técnicas de produção adaptadas às mais diferentes situações; que configuraram agroecossistemas e sistemas de produção, em um processo de coevolução com as condições naturais locais e, a partir de sua imbricação e cotidianidade com a natureza, constituíram as mais antigas Cosmovisões. (Guhur; Silva, 2021, p. 60)

A relação entre a agroecologia e os povos tradicionais é intrínseca. Santos (2023), quilombola conhecido como Nego Bispo, argumenta que os saberes rotulados pela ciência como "agroecologia" correspondem, na verdade, a práticas tradicionais já presentes nos povos quilombolas, indígenas e ribeirinhos, entre outros. Muitas vezes, esses saberes são renomeados pela ciência e reintroduzidos como novas descobertas ou tecnologias, desconsiderando suas origens:

Nós inventamos a roça de quilombo, mas mudaram o nome e agora querem nos vender nossos saberes, nos oferecendo cursos de agroecologia e cursos de casa de taipa. Comemos raízes de macambira e raízes de umbu, entre muitas outras, e diziam que éramos selvagens porque comíamos raízes. Hoje, mudaram o nome das nossas raízes: chamam de “plantas alimentícias não convencionais”. O que chamam de tomate cereja, era um tomatinho azedinho muito gostoso que nascia em qualquer lugar por onde caminhávamos. Fazíamos arroz com vinagreira cuxá, que hoje chamam de hibisco. Inventaram o “alimento orgânico”. Ora, isso que se compra no supermercado com o selo de “orgânico” é um produto, às vezes sem veneno, mas não é algo orgânico. Não é produzido pelo saber orgânico, não é voltado para a vida. (Santos, 2023, p. 65)

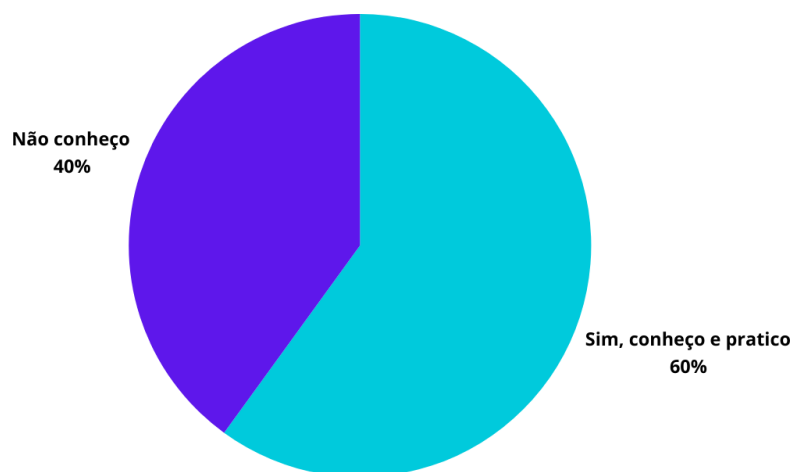
A produção agroecológica amplia a diversidade de produtos comercializáveis, proporcionando maior estabilidade aos camponeses, que ficam menos expostos às oscilações do mercado. Além disso, promove a sustentabilidade, assegura a soberania alimentar dos agricultores e oferece comidas saudáveis, capazes de atender às demandas nutricionais da sociedade por meio da diversificação dos hábitos alimentares.

Ao mesmo tempo, a agroecologia articula-se com princípios de justiça social, ecologia e sustentabilidade. Mendonça (2015) ressalta que as práticas agroecológicas constituem os pilares científicos e tecnológicos de uma agricultura sustentável, que abandona o modelo hegemônico atual, caracterizado por exclusão e destruição. Essa abordagem transfere o protagonismo da produção agrícola do agrohidronegócio para o campesinato, que desenvolve suas práticas a partir de saberes e fazeres fundamentados na sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural:

O conceito de agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável; um modelo que seja o embrião de um novo jeito de relacionamento com a natureza, em que a vida toda e toda a vida, seja protegida, estabelecendo uma ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista e que postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis. A rigor, pode-se dizer que agroecologia é a base científico-tecnológica para uma agricultura sustentável. Por conseguinte, o campesinato permite apreender as relações com a terra, a água, as plantas e as sementes, permeadas por práticas de sustentabilidade socioambiental. (Mendonça, 2015, p. 5-6)

No Assentamento Canudos, parte dos sujeitos adota princípios básicos da agroecologia em suas práticas produtivas. Contudo, com base nos questionários aplicados, entrevistas realizadas e observações de campo, foi identificado que muitos assentados desconhecem os termos designados a determinadas técnicas agroecológicas. Essa percepção foi evidenciada na pesquisa, pois 40% dos assentados declararam não conhecer as práticas agroecológicas (Gráfico 08), embora, na prática, suas produções sigam essencialmente tais princípios. Os assentados produzem sazonalmente, respeitando ciclos naturais, com baixo ou nenhum uso de agrotóxicos e baseando-se majoritariamente em conhecimentos tradicionais. Santos (2023) reforça que, para o campesinato, as nomenclaturas acadêmicas muitas vezes são irrelevantes, sendo a prática o aspecto mais significativo.

Gráfico 7 – Opinião sobre as práticas agroecológicas entre os entrevistados no Assentamento Canudos/GO



Fonte: Elaboração própria (2024)

Na CSA, os fundamentos agroecológicos são a base da produção, configurando um princípio essencial do movimento. Segundo a CSA, o Artigo 5º declara que toda a área produtiva é concebida como um organismo agroecológico. Nesse modelo, as produções são realizadas em ambientes com alta diversidade biológica, livres de agrotóxicos e sem destruição ambiental. Além disso, o sistema é reequilibrado com técnicas agroecológicas, que integram preocupações com justiça social e utilizam a agroecologia como ferramenta política.

A diversidade na produção agroecológica não apenas contribui para o consumo interno dos camponeses, mas também apresenta vantagens ambientais. A rotatividade de culturas reduz o impacto ambiental, fortalece a biodiversidade e conserva os recursos hídricos ao eliminar o uso de insumos químicos. Assim, a agroecologia configura-se como uma alternativa ao modelo hegemônico capitalista, promovendo a soberania alimentar essencial para camponeses e para a comunidade em geral.

A soberania alimentar é um princípio fundamental para assegurar a autonomia na produção e, conseqüentemente, a segurança alimentar e nutricional. Esse conceito foi introduzido durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (FMSA), realizado em 2001 em Havana, Cuba. Seu preceito básico é o “direito de os povos produzirem, alimentar-se e exercer sua soberania alimentar” (FMSA, 2001, p. 1, tradução própria).

Diante da percepção de que direitos básicos, como o acesso à alimentação e ao bem-estar nutricional, previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos, não eram garantidos para grande parte da população, o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar reuniu diversos povos tradicionais para analisar o crescimento da fome e da desnutrição global. Nesse encontro, foram elaborados projetos viáveis e sustentáveis em níveis locais, nacionais e globais (FMSA, 2001, p. 1). Além disso, compreendeu-se que a fome e a desnutrição não são decorrentes de fatores naturais, mas sim de políticas econômicas, agrícolas e comerciais alinhadas ao neoliberalismo:

A fome, a subnutrição e a exclusão de milhões de pessoas do acesso a bens e recursos produtivos como terra, floresta, mar, água, sementes, a tecnologia e o conhecimento não são o efeito do destino, de um acidente, de um problema de geografia ou fenômenos climatológicos. Acima de tudo, são uma consequência de certas políticas económicas, agrícolas e comerciais à escala mundial, nacional e regional que foram impostas pelas potências dos países desenvolvidos e suas empresas no seu desejo de manter e aumentar a sua hegemonia política, económica, cultural e militar no atual processo de reestruturação económica global. (FMSA, 2001, p. 2-3)

Nesse cenário, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) apresentou a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essa lei representou um avanço na consolidação da soberania e da segurança alimentar como direitos fundamentais, além de facilitar a formulação de políticas públicas específicas.

De acordo com o CONSEA (2006), a segurança alimentar e nutricional é definida como o acesso regular e permanente de todos a comidas de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Essa definição é reafirmada no artigo 3º da Lei nº 11.346/2006:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (CONSEA, 2006, p. 4)

A soberania alimentar, por sua vez, estabelece o direito de cada país de definir suas próprias estratégias sustentáveis para produção, distribuição e consumo de comidas, garantindo a alimentação de toda a população, respeitando sua diversidade cultural. Esse princípio é reforçado no artigo 5º da Lei nº 11.346/2006: “A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.” (CONSEA, 2006, p. 6)

Embora segurança alimentar e soberania alimentar estejam interligadas em seus propósitos de promover uma alimentação saudável, elas possuem diferenças fundamentais. A segurança alimentar tem como objetivo garantir o acesso de toda a população a uma alimentação adequada e de qualidade. Já a soberania alimentar refere-se à autonomia dos povos para produzirem suas comidas, considerando suas particularidades históricas, geográficas e fisiográficas.

Para que a soberania alimentar seja plenamente exercida, é necessário criar condições adequadas para a produção de comidas, o que envolve políticas públicas específicas, reforma agrária, acesso a crédito, inclusão produtiva e ações efetivas do Estado.

Hoyos e D’Agostini (2017) apontam que o conceito de segurança alimentar emerge a partir da Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (DUEFD), apresentada na Conferência Mundial da Alimentação (CMA) de 1974. Sob o discurso de

aumento da produtividade, essa iniciativa se consolidou como ferramenta de consagração da Revolução Verde, promovendo o monopólio internacional na produção de comidas: “Desde a DUEFD, a Segurança Alimentar já aparece como uma estratégia de índole internacional que enlaça as economias locais e centra-se em relações de compra e venda dos alimentos e que, ademais, é independente da soberania dos Estados.” (Hoyos; D’Agostini, 2017, p. 178)

Nesse sentido, Stédile (2008) conceitua segurança alimentar como o conjunto de políticas governamentais voltadas a garantir o acesso à alimentação, muitas vezes por meio de importações e transferência de recursos. Um exemplo disso é o programa Bolsa Família, que Stédile considera uma política de segurança alimentar e nutricional que assegura o acesso imediato a comidas, mas não cria condições para que as famílias superem a vulnerabilidade: “O Bolsa-Família é a típica política de segurança alimentar, em que as famílias são assistidas pelo Estado para não passarem fome. Mas ficarão sempre dependentes e, portanto, não se libertarão das causas da fome.” (Stedile, 2008, p. 32)

Stédile e Carvalho (2012, p. 722) criticam o conceito de segurança alimentar por organizações camponesas, argumentando que a comida não deve ser tratada como mercadoria, mas como direito humano fundamental, diretamente relacionado à soberania popular e nacional: “[...] a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, sendo, portanto, uma questão de soberania popular e nacional.”

No que tange à soberania alimentar, Hoyos e D’Agostini (2017) destacam que ela surge como resposta ao modelo capitalista e aos seus impactos sociais, como a pobreza, a fome e o apagamento do campesinato. A soberania alimentar preza pela autonomia na produção de comidas, considerando os aspectos culturais e os modos de produção locais:

[...] a Soberania Alimentar, entendida como a autonomia de cada nação na produção de todos os alimentos básicos consumidos no interior de suas fronteiras, o que implica a liberdade para produzir e para o desenvolvimento de suas próprias capacidades de produção de alimentos e conservação das já existentes, garantindo, por sua vez, a diversidade cultural dos hábitos alimentares e dos modos de produção agrícola. (Hoyos; D’Agostini, 2017, p. 182)

A soberania alimentar defende que as comidas devem ser produzidas localmente, priorizando as necessidades regionais. Stédile e Carvalho (2012) reforçam a importância da intervenção estatal no fornecimento de recursos e condições técnicas aos camponeses:

Acredita-se que, em todas as regiões do planeta, por mais diferentes e inóspitas que sejam, há condições de produzir os alimentos adequados para a população local. Portanto, as políticas públicas dos governos, Estados e instituições, e as políticas dos movimentos de agricultores e da população em geral devem ser

direcionadas para garantir os recursos e as condições técnicas necessárias para alcançar a condição de produzir todos os alimentos básicos que um povo necessite em seu próprio território. (Stedile; Carvalho, 2012, p. 717)

Furtado (2022) aponta que a segurança alimentar e nutricional permite avaliar o cumprimento dos direitos humanos relacionados à alimentação, evidenciando sua interseção com a soberania alimentar e a agroecologia. Essa integração é essencial para o desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis, capazes de promover uma comercialização justa e uma alimentação saudável, vinculada à agricultura camponesa.

Assim, a soberania e a segurança alimentar e nutricional representam a busca por relações sociais mais justas, rompendo com o padrão alimentar imposto pelos interesses capitalistas. O acesso a comidas saudáveis e de qualidade só é viável quando os sujeitos possuem renda para adquiri-los. Nesse contexto, a soberania alimentar favorece o comércio local, alimentado pela agricultura tradicional, permitindo que comunidades camponesas produzam e comercializem suas comidas, como ocorre com os agricultores da CSA.

Portanto, a produção de comidas transcende os benefícios diretos ao campesinato, abrangendo toda a sociedade. Ela garante o autossustento, a alimentação das famílias camponesas e da sociedade em geral, contribuindo para a erradicação da fome. Ressalta-se a importância da agricultura camponesa, que integra preceitos políticos voltados à sustentabilidade, alimentação saudável, preservação dos recursos territoriais e justiça social. A produção de comidas configura-se como uma das condições fundamentais para a reprodução social, cultural, política e econômica do campesinato, promovendo dignidade e renda.

3 – ASSENTAMENTO CANUDOS E AS NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE: diferentes estratégias de comercialização

Assim já ninguém chora mais²⁸

Zé Pinto

Sabemos que o capitalista
Diz não ser preciso ter reforma agrária
Seu projeto traz miséria
Milhões de sem terra jogados na estrada
Com medo de ir pra cidade
Enfrentar favela, fome e desemprego
A saída nessa situação
É segurar as mãos de outros companheiros

E assim já ninguém chora mais
Ninguém tira o pão de ninguém
O chão onde pisava o boi
É feijão e arroz
Capim já não convém

Compadre junte ao movimento
Convide a comadre e a criançada
Porque a terra só pertence
A quem traz nas mãos os calos da enxada
Se somos contra o latifúndio
Da Mãe Natureza somos aliados
E viva a vitória no chão
Sem a concentração dos latifundiários

Seguimos ocupando terra
Derrubando cercas
Conquistando o chão
Que chore o latifundiário
Pra sorrir os filhos de quem colhe o pão
E a luta por reforma agrária
A gente até para, se tiver, enfim
Coragem a burguesia agrária
De ensinar seus filhos a comer capim

E assim já ninguém chora mais
Ninguém tira o pão de ninguém
O chão onde pisava o boi
É feijão e arroz
Capim já não convém

²⁸ PINTO, Zé. Assim já ninguém chora mais. Intérprete: Zé Geraldo. In: *MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)*. Arte em Movimento. [S.l.]: [s.n.], 1998. Faixa [número da faixa].



29

3.1. Assentamento Canudos/GO

O Assentamento Canudos, fruto da luta pela terra e pela reforma agrária, está localizado no estado de Goiás, nos municípios de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó (Mapa 01). A maior parte do assentamento se encontra na Microrregião do Vale do Rio dos Bois e na Mesorregião do Sul Goiano, abrangendo as áreas de Campestre de Goiás e Palmeiras de Goiás. A área do Assentamento em Guapó está situada na Microrregião de Goiânia e na Mesorregião do Centro Goiano. Dessa forma, é o único Assentamento de Reforma Agrária com território na Região Metropolitana de Goiânia/GO, sendo essa área pertencente ao município de Guapó (Nóbrega; Ferreira, 2021).

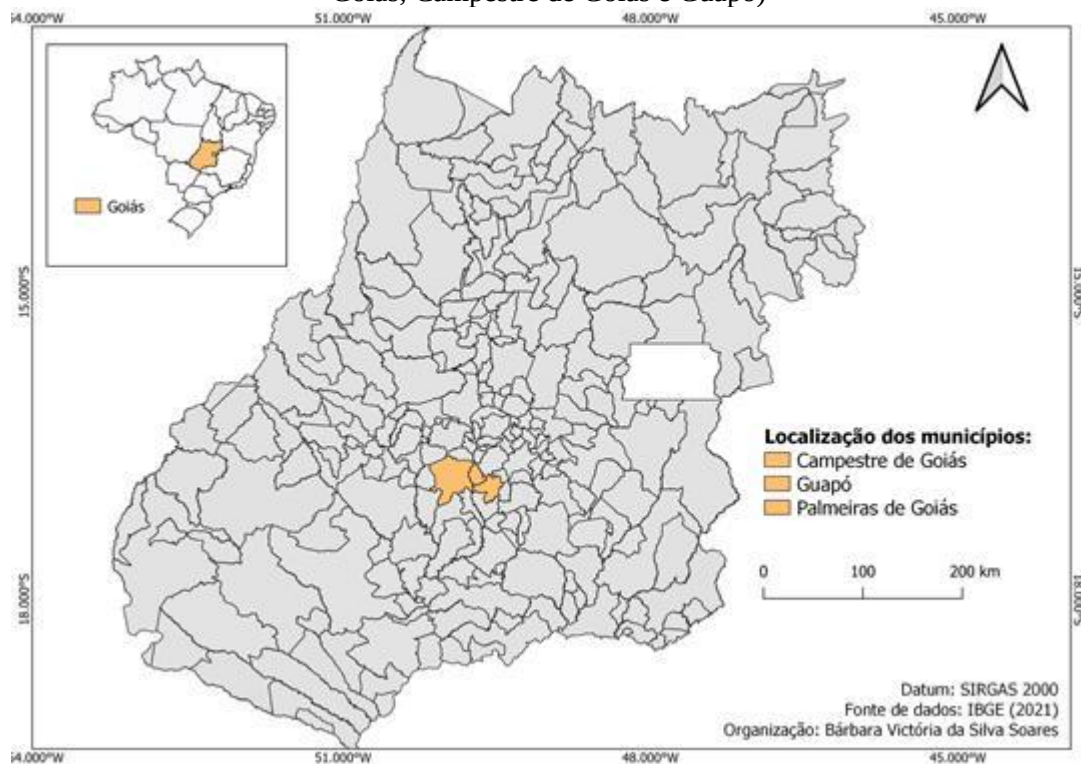
O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA, 2003, p. 8) descreve a localização geográfica da seguinte maneira:

O imóvel está localizado nas mesorregiões do Centro Goiano e Sul Goiano, nas microregiões de Goiânia e Vale do Rio dos Bois. A capital do Estado dista a 40 km da cidade de Guapó, 50 km de Campestre de Goiás e 98 km de Palmeiras de Goiás. A sede principal do imóvel está localizada no município de Palmeiras de Goiás e é alcançada pela rodovia estadual asfaltada GO-156, sentido municipal ao povoado de São João, percorrendo 15,2 km, após a

²⁹ **Fonte:** Arquivo pessoal (2024)

entrada esquerda por estrada de 9 terra em bom estado de conservação até a entrada da fazenda, percorrendo 5,9 km, e da entrada no imóvel; até sua sede principal percorrendo mais 3,5 km, totalizando 24,6 km. (PDA, 2003, p. 8)

Mapa 1 – Localização dos municípios que compreendem o Assentamento Canudos/GO (Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó)



Fonte: IBGE; Organização própria (2023)

É importante destacar que o início da ocupação do território onde hoje se encontra o Assentamento Canudos foi motivado pela revolta gerada pelo Massacre de Eldorado do Carajás. Em 1996, no Sudeste Paraense, em Eldorado do Carajás/PA, 19 trabalhadores rurais foram assassinados enquanto lutavam por um pedaço de terra. Na ocasião, cerca de 3.500 famílias ocupavam um latifúndio e planejavam uma marcha de protesto até a capital do estado, Belém, para pressionar as autoridades competentes a garantir a desapropriação da terra. Infelizmente, o movimento foi encerrado de maneira trágica com um massacre policial contra os “sem terras” (Barreira, 1999). A partir desse evento, diversas ocupações e marchas para a ocupação de latifúndios improdutivos se espalharam pelo Brasil, incluindo a Fazenda Palmeiras, que se tornaria o Assentamento Canudos.

Diante do contexto sociopolítico e da necessidade urgente de terra, trabalhadores rurais ocuparam o latifúndio em 1997, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST). A ocupação ocorreu na Fazenda Palmeiras, propriedade da família de Colemar Rezende, presidente da União Democrática Ruralista (UDR) nos anos 1990.

A União Democrática Ruralista (UDR) é uma entidade política conservadora rural, cuja principal bandeira é a oposição à Reforma Agrária, promovendo diversos conflitos pela/na terra. A organização conta com nomes expressivos em sua estrutura. Durante cerca de três anos, os camponeses acamparam em cinco momentos distintos, com muitas famílias vindas de assentamentos próximos. Esses camponeses passaram por um longo processo de lutas, pressões, ocupações e despejos, enfrentando conflitos com a polícia, latifundiários e políticos.

De acordo com registros da época, o primeiro ato de ocupação ocorreu na própria Fazenda Palmeiras, no dia 5 de outubro de 1997, data que marcou o centenário da Guerra de Canudos, na Bahia³⁰, um fato trágico que inspirou a homenagem no nome do assentamento. No mesmo ano, em 16 de outubro, a ocupação migrou para a rodovia GO-060, no trevo do município de Varjão, cidade próxima à área do Assentamento.

Uma segunda reocupação ocorreu na Fazenda Palmeiras, no dia 1º de junho de 1998, no “Morro do Carrapato”, migrando no mês de agosto do mesmo ano para a ponte do Rio dos Bois. Em 27 de setembro de 1998, houve a terceira reocupação da Fazenda, no “Morro do Macaco”. No mês de novembro de 1998, os camponeses ocuparam a área conhecida como Sertão, uma região caracterizada pela escassez de água. Por fim, em 26 de setembro de 1999, reocuparam pela quarta vez a Fazenda Palmeiras, e o Sertão em 23 de outubro de 1999, pela última vez, momento em que obtiveram êxito nas ocupações.

No mês de novembro de 1998 ocuparam a área denominada como *Sertão*, caracterizada pela falta de água. Por fim, em 26 de setembro de 1999, reocuparam pela quarta vez a Fazenda Palmeiras, e o *Sertão* em 23 de outubro de 1999, pela última vez, quando obtiveram êxito nas ocupações.

Hora, Mauro e Calaça (2019) revisitam a história e a memória do Assentamento e comentam sobre a ocupação inicial:

De uma ocupação inicial por cerca de 80 famílias, as ações seguintes atingiram, no seu auge, próximo de 1.150 pessoas, mobilizando militantes e

³⁰A Guerra de Canudos, resumidamente, foi um confronto entre o exército brasileiro e a Comunidade de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, ocorrida entre 1896 e 1897, no sertão da Bahia. O conflito teve início com o processo de messianismo de Conselheiro, que fundou uma comunidade autônoma: "uma comunidade de sertanejos que, no sertão da Bahia, fundara sua aldeia, suas próprias leis e sua própria ordem" (MONTEIRO, 2009, p. 84). Esse fato foi considerado uma ameaça pelas autoridades, o que gerou um conflito que resultou no assassinato de inúmeras pessoas.

apoiadores que frequentaram o acampamento instalado ao longo da GO-060, cujos marcos de referência eram próximos ao distrito de Posselândia, ou próximo à entrada do município de Varjão. (Hora; Mauro; Calaça, 2019, p. 150)

Somente no final de 1999, o INCRA considerou a área improdutiva. Em 2000, o INCRA desapropriou a Fazenda Palmeiras para fins de reforma agrária. Silveira (2010, p. 24) resume tal processo: “[...] as famílias que hoje compõem o Assentamento Canudos começaram a se organizar no ano de 1997, e a legitimação do assentamento ocorreu somente no ano de 2002. Em 2003, foi consolidada a topografia; e em 2004, foram discutidos os projetos do Pronaf A.”. Em relação a valores, o quantitativo pago pelo INCRA para a aquisição da terra foi de 17.910.827 reais (PDA, 2003, p. 130).

De acordo com os relatos coletados em conversas informais no Assentamento, compreende-se que, mesmo após a legitimação, o período subsequente foi marcado por conflitos entre os sujeitos assentados e os residentes da antiga fazenda/latifúndio. Hora, Mauro e Calaça (2019) revelam que impasses judiciais geravam uma série de inseguranças às famílias camponesas, resultando, inclusive, na suspensão de posse pelo INCRA, o que demonstra as intensas disputas dos camponeses pela terra na luta pela Reforma Agrária:

A situação do PA Canudos revelou a dura realidade na implantação dos assentamentos de reforma agrária. Ali, dois processos judiciais estavam em curso concomitantemente, sendo uma ação cautelar de produção antecipada de provas, alegando a produtividade do imóvel, e outra de desapropriação, contestando a ação do Incra. Essas ações tramitavam em paralelo e, mesmo que o Incra ganhasse a primeira, o proprietário, em sua maioria, ganhava a segunda, comprometendo todo o processo de aquisição de terras. Em Canudos essa situação foi revertida pelas alianças locais estabelecidas. (Hora; Mauro; Calaça, 2019, p. 151)

Após esses impasses, ocorreu a consolidação da base territorial, por meio da divisão em lotes, regulamentação dos beneficiários, edificação de estruturas, implementação de serviços e acesso aos créditos. As famílias foram inicialmente distribuídas em grupos compostos por cerca de 10 famílias no território da área desapropriada, sendo essa estratégia pensada principalmente para garantir proteção mútua em caso de ataques, diante das constantes ameaças que sofriam. Além disso, foram organizados coletivos de trabalho, nos quais cada grupo designou um representante, sendo “[...] cada qual com um coordenador, divididos em setores de saúde, segurança, finança, educação, disciplina, infraestrutura, entre outros. O conjunto de coordenadores de grupos e de setores formava a coordenação do acampamento.” (PDA, 2003, p. 79-80)

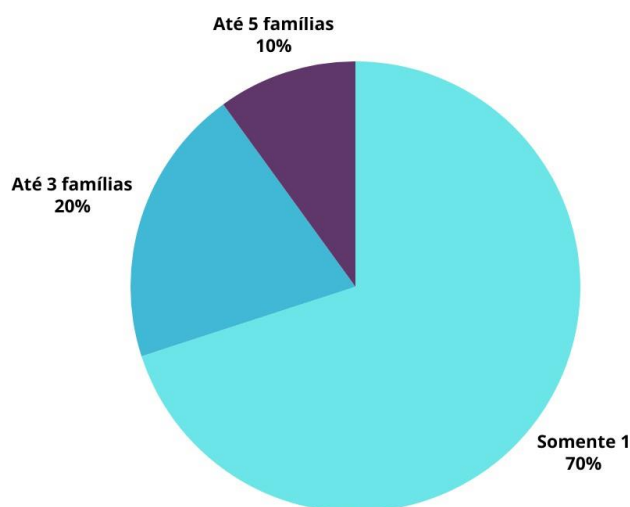
Ao longo desses anos, os assentados se estabeleceram estrategicamente em locais próximos aos recursos hídricos e grandes vias de circulação, comprometendo-se com a preservação da área natural onde está localizado o Assentamento. Parte do território, conforme a legislação ambiental, é protegida como Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. O Assentamento conta com cerca de 2.420 hectares de Área de Preservação Permanente e cerca de 1.370 hectares de Áreas de Reserva Legal, totalizando inicialmente 3.790 hectares, dos 13.300 hectares da área total do Assentamento (PDA, 2003), ou seja, cerca de 28,5% do Assentamento. Ademais, aproximadamente 50% da área total do Assentamento é protegida como áreas de reserva para preservação ambiental, segundo relatos dos assentados, que inclusive criaram bosques e diversos quintais produtivos no território.

De acordo com dados do INCRA (2023³¹), atualmente, no Assentamento, com sede no município de Palmeiras de Goiás, residem 329 famílias assentadas, em um território de aproximadamente 13.300 hectares. Contudo, ao analisar as famílias assentadas em Canudos, percebe-se que muitas se multiplicaram por diversos fatores, especialmente pela constituição de novas famílias advindas dos filhos e parentes dos camponeses assentados originalmente. Muitas dessas famílias convivem entre si na mesma gleba. Portanto, atualmente, cerca de 500 famílias vivem no Assentamento Canudos, de acordo com levantamento realizado pelos próprios assentados. Um dos depoimentos relatados por um camponês assentado menciona que, ao casar-se, o filho construiu uma casa no mesmo lote, sendo essa uma prática comum entre os assentados.

Tal fato pode ser verificado na aplicação de questionários e entrevistas, nos quais muitos camponeses assentados relatam viver com mais de uma família na mesma unidade produtiva (Gráfico 09).

Gráfico 8 – Número de famílias na mesma unidade produtiva – Assentamento Canudos/GO

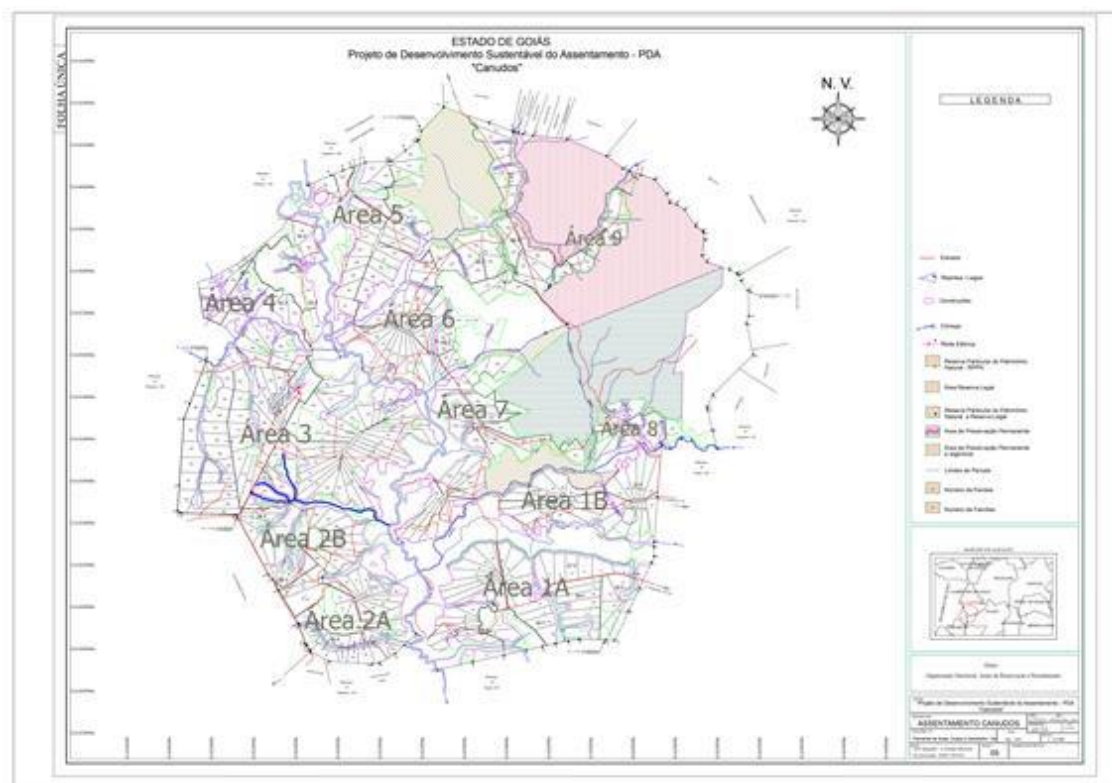
³¹ BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). *Assentamentos – geral*. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.



Fonte: Elaboração própria (2024)

De acordo com o PDA (2003), a área da antiga Fazenda Palmeiras foi dividida em nove áreas, subdivididas em três regiões que abrangem os municípios limítrofes. Assim, observando o Mapa 02, o município de Guapó corresponde à primeira região, formada pelas áreas 1A e 1B, enquanto Palmeiras de Goiás compreende as áreas 2, 3 e 4. O município de Campestre de Goiás engloba as áreas 5, 6, 7, 8 e 9.

Mapa 2 – Divisão da área do Assentamento Canudos/GO



Fonte: PDA - Assentamento Canudos (2002)

O parcelamento dos lotes seguiu o modelo conhecido como "raio de sol", que, segundo Nogueira (2007, p. 36), "[...] consiste na formação de núcleos de moradia perimetrais a um círculo, onde cada lote seria tangente a esse círculo." O Assentamento Canudos foi dividido em 329 parcelas oficiais, com cada parcela possuindo entre 16 e 20 hectares de terra, ajustados de acordo com a fertilidade do solo. Além disso, as demarcações consideraram a presença de recursos hídricos, resultando em uma divisão por microbacias (PDA, 2003). Essa divisão, ao considerar as microbacias, é relevante pois permite que a maioria dos camponeses tenha proximidade com a água.

O cenário de preservação ambiental no Assentamento atualmente é muito diferente do que era enquanto latifúndio. Camponeses assentados revelam que, inicialmente, encontraram inúmeros cupinzeiros na área, um indicativo da acidez do solo. De acordo com a análise do PDA (2003) sobre as condições ambientais anteriores ao Assentamento Canudos, o solo era raso em grandes áreas, apresentando baixa retenção de água, vulnerabilidade à erosão hídrica, grande desmatamento nas proximidades das nascentes e matas ciliares, além de degradação do solo devido ao peso do gado e ao uso de maquinários, o que resultava em diversos impactos.

- Erosão laminar presente em todas as áreas; - erosão em sulcos: frequentes, rasos e moderados; - em algumas áreas foi constatado o início de voçorocamento; - compactação sistemática em todas as áreas de agricultura: “pés-de-grade” a cerca de 6 a 7 cm de profundidade e “pés-de-arado” a cerca de 15 a 17 cm de profundidade no horizonte Ap. (PDA, 2003, p. 11)

Uma das camponesas assentadas ouvidas, a Amélia, divide os momentos vivenciados pelos sujeitos no Assentamento em três etapas. A primeira etapa corresponde ao processo de luta pela terra, vivido no Acampamento (1997-2000). A segunda etapa é caracterizada pela busca por financiamentos, recursos e projetos, e pela elaboração das condições necessárias para que os camponeses assentados permanecessem na terra, bem como pela formação de um arranjo territorial (2000-2015). A terceira etapa é marcada pelo declínio da qualidade de vida no Assentamento, evidenciado pela precarização da infraestrutura e recursos, o que se relaciona ao momento político vivido pelo país (2015–atualmente).

Ainda sobre o segundo momento mencionado por Amélia, em relação ao crédito rural, o INCRA disponibilizou créditos no início do Assentamento para viabilizar a produção agropecuária, com o valor de 800 reais³² por família, que possibilitou a compra de alguns insumos e ferramentas (PDA, 2003).

Marques e Chaveiro (2019, p. 342) analisam a conjuntura do desenvolvimento do Assentamento e afirmam que: “Sua consolidação marcou, em território goiano, a visibilidade de uma cadeia de organizações sociais contrárias à política territorial implementada desde a colonização brasileira.” Os autores também destacam a participação ativa das famílias oriundas de outros assentamentos próximos, o que “[...] demonstra o sentido de rede, responsável pelo agenciamento de forças e pelo compartilhamento entre os sujeitos de um mesmo propósito político” (Melo, 2007, p. 39, *apud* Marques; Chaveiro, 2019, p. 343).

Fernandez e Azevedo (2014) investigam os resultados da reforma agrária no Brasil, utilizando como estudo de caso o Assentamento Canudos, com o objetivo de verificar se os propósitos da reforma agrária estão sendo alcançados. A partir de entrevistas e informações coletadas, os autores constataram que “[...] a grande maioria das famílias está produzindo alimentos, embora sejam produtos diferentes, quantidades desiguais e destinos diversos.” (Fernandez; Azevedo, 2014, p. 89-90).

Para Melo (2009, p. 131), “o Assentamento Canudos, gerido no seio das ações do MST, assim como outros assentamentos desse movimento no Estado, tornou-se quase que uma marca,

³² No ano de 2001, o salário mínimo brasileiro correspondia a 180 reais.

uma referência, um espelho, símbolo de suas manifestações e de sua força no território goiano.” Segundo as ideias do autor, o Assentamento estabelece uma relação entre cidade e campo, uma vez que as ações organizativas, formativas e políticas do MST criam conexões entre a metrópole e o assentamento de reforma agrária. O autor justifica sua concepção:

O Assentamento de reforma agrária Canudos atraiu para si algumas singularidades que se arrolaram desde seu processo formativo, mas de modo particular, sua distância em relação à Goiânia atua como componente econômico decisivo, tendo em vista que está situada a menos de 70 km da metrópole goiana. Por estar próximo da capital, o valor econômico da terra significou um maior conflito no processo de ocupação, mas também facilita as ligações com um mercado de consumo mais expressivo, destarte com um mercado terciário que possui uma oferta maior e mais qualificada de bens e serviços que podem –e devem –ser usados na operação do sistema produtivo e na organização territorial do assentamento. (Melo, 2009, p.131)

Levando em consideração os motivos que levaram os assentados a lutar pelo território do Assentamento Canudos, destaca-se o desejo de possuir um “pedaço de terra” para mais da metade dos assentados. O PDA (2003, p. 84) ainda aborda as motivações dos assentados:

Os principais motivos na tomada de decisão para o ingresso no movimento foram a vontade de possuir um pedaço de terra para 51% dos entrevistados, desemprego 23,2%, fazer parte da luta pela terra 5,22% e deixar de ser empregado 5,22%. Outras motivações como fugir do aluguel, fugir da violência e exigência da família, foram apontadas por 14,04% das famílias entrevistadas.

Torna-se evidente o orgulho pela terra, a vontade de produzir comidas saudáveis, a luta pela união de movimentos sociais e o anseio de fazer justiça, plantando a esperança. O Assentamento Canudos é, em sua maioria, formado por sujeitos que se consideram guardiões da terra, atribuindo significados próprios e especiais ao espaço territorial que contempla o ser desses camponeses. É um lugar onde materializam as convicções e princípios que os definem.

Quando questionados sobre o significado da terra e do Assentamento, é unânime o sentimento de realização. Para Gilvan Rodrigues, é uma possibilidade de obter espaço para trabalho e geração de renda. A camponesa Amélia Franz traduz que o Assentamento é um “porto seguro”. Já o camponês Waldir Barbosa diz que, para ele, a terra é o local de constituir a vida, sendo o Assentamento a conquista de um sonho. Resumidamente, todos dizem se identificar com o modo de vida camponês, e afirmam que a terra conquistada no Assentamento Canudos é fundamental para a sobrevivência das famílias.

Em visita a algumas unidades agrícolas do Assentamento Canudos, na região de Palmeiras de Goiás/GO, observou-se que alguns assentados, embora em número reduzido, buscam produzir dentro dos princípios agroecológicos, por meio do Sistema Agroflorestal (SAF). O SAF é formado por espécies florestais intercaladas com culturas vegetais, de acordo com o objetivo do camponês.

Dessa forma, certas unidades agrícolas do Assentamento compõem o SAF com espécies arbóreas, frutíferas e plantas medicinais, como pode ser visto na Figura 06. Todavia, essa realidade não é hegemônica no Assentamento, sendo uma experiência pontual de caráter político e pedagógico. Ainda assim, em uma das experiências, foram identificadas mais de 100 espécies alimentícias, conforme conferido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Figura 5 – Experiências de SAF's no Assentamento Canudos/GO

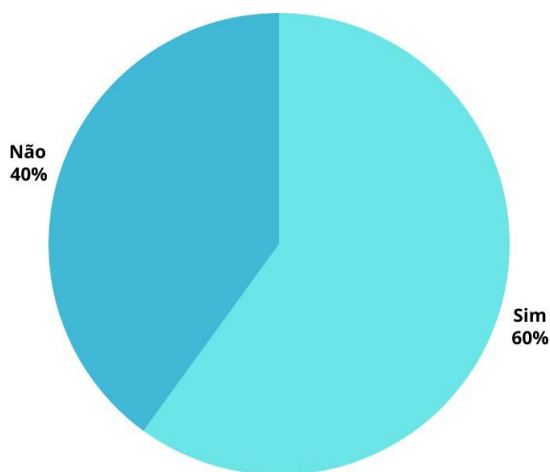


Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Em meio ao diálogo com os sujeitos do Assentamento Canudos, foi possível perceber as dificuldades enfrentadas para produzir comidas. Uma estratégia adotada por um grupo de assentados tem sido o desenvolvimento da produção a partir de um sistema agroecológico diversificado, pois necessitam buscar técnicas sustentáveis para solucionar as adversidades que encontram frequentemente, sem se submeter ao uso de sementes transgênicas, agrotóxicos e insumos químicos, comuns nos monocultivos, inclusive dentro do próprio Assentamento.

Além disso, enfrentam dificuldades para comercializar sua produção, o que constitui um dos maiores gargalos da atividade produtiva, devido à falta de políticas públicas que ofereçam o devido suporte. Por conta disso, uma quantidade considerável de camponeses produz comidas apenas para o autoconsumo, recorrendo a outras alternativas para garantir sua renda. Conforme as respostas dos camponeses assentados ao questionário e durante as entrevistas, 60% comercializam sua produção, enquanto os outros 40% cultivam apenas o necessário para consumo familiar (Gráfico 10).

Gráfico 9 – Quantidade de assentados que comercializam a produção no Assentamento Canudos/GO



Fonte: Elaboração própria (2024)

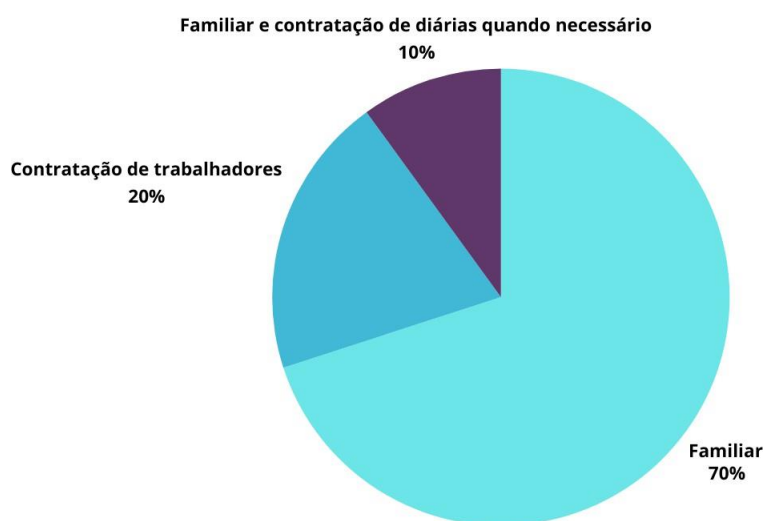
Durante o período de 2003 a 2010, houve avanços em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais atenderam muitos camponeses, mas que sofreram com os desmontes promovidos ao longo dos anos. Esses programas foram fundamentais para o Assentamento Canudos, contribuindo para a consolidação de muitas famílias durante alguns anos. Recentemente, com o novo governo Lula, muitos assentados relataram que conseguiram retomar o acesso a esses programas.

Entre as principais produções, destacam-se o leite, gado de cria para venda de carne, cultivos de frutas, verduras, ervas e hortaliças, agroindústrias de farinhas, polvilhos e polpas de frutas, além de queijos, requeijões, mel, defumados, doces, rapadura e quitandas em geral.

O camponês assentado Gilvan utiliza como estratégia a venda por meios digitais. Mensalmente, ele oferece os produtos alimentícios para uma lista de transmissão de consumidores de Goiânia/GO e entrega as encomendas nas residências, por meio de venda direta. Além disso, participa de feiras realizadas pelo MST e também comercializa sua produção por meio do Armazém do Campo de Brasília/DF.

Dentre as várias dificuldades enfrentadas, destaca-se a falta de recursos próprios e equipamentos, uma vez que o cultivo e a manutenção das culturas são realizados manualmente, o que dificulta a produção e torna o trabalho extremamente árduo. Em relação ao trabalho no Assentamento Canudos, de acordo com os assentados ouvidos durante as entrevistas e aqueles que responderam ao questionário, 70% utilizam exclusivamente trabalho familiar, 10% associam o trabalho familiar à contratação de diárias quando a lida está mais pesada, e apenas 20% contratam trabalhadores em tempo integral para auxiliar na produção de suas terras (Gráfico 11).

Gráfico 10 – Tipo de trabalho desempenhado no Assentamento Canudos/GO



Fonte: Elaboração própria (2024)

Os camponeses assentados enfrentam sérios impedimentos financeiros para implementar a produção, devido à defasagem das políticas públicas e à falta de apoio do Estado para a aquisição de créditos, bem como para a comercialização e garantia de recursos

financeiros. A aquisição de créditos e a destinação de recursos são fundamentais para a obtenção de materiais e equipamentos que ampliam a produtividade, auxiliando nas práticas agrícolas, reparos e restaurações nas unidades produtivas.

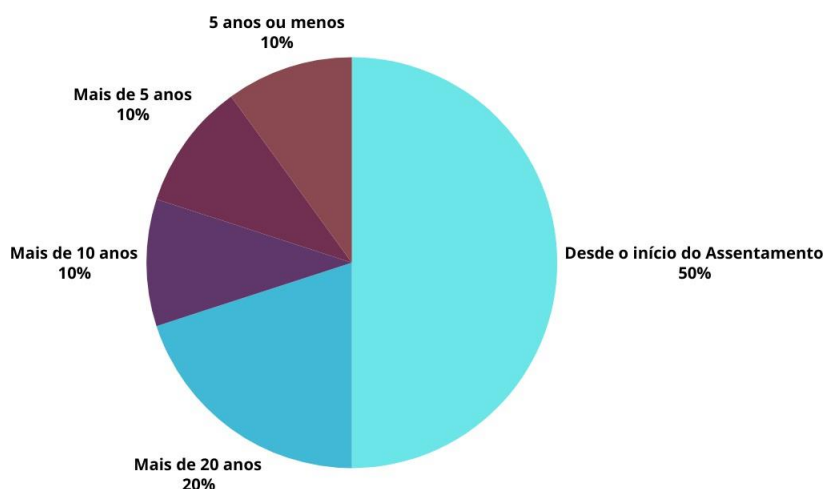
Outrossim, os camponeses assentados se queixam da falta de projetos estatais que possibilitem o acesso a cursos de aperfeiçoamento, assessoria técnica e, conseqüentemente, o desenvolvimento de métodos que os auxiliem no trabalho na terra, especialmente quando se trata de jovens camponeses. É fundamental que esses sujeitos tenham acesso a conhecimentos recentes e inovações tecnológicas, para que possam se capacitar e aprimorar suas atividades no campo.

Apesar das dificuldades de acesso à terra por meio da reforma agrária, há também uma grande dificuldade em relação à permanência dos sujeitos assentados. Os latifúndios desapropriados para a divisão de lotes possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, além de apresentarem áreas desmatadas e solos empobrecidos devido ao uso inadequado anterior ao processo de desapropriação. Os camponeses assentados enfrentam obstáculos de naturezas política, social, econômica, ambiental e cultural que dificultam a reprodução socioeconômica no Assentamento.

No que diz respeito às disputas dentro do próprio Assentamento, é com pesar que muitos assentados mencionam a entrada da lógica capitalista de produção, com a incorporação de elementos do agrohidronegócio. Essa inserção faz com que muitos camponeses se submetam ao sistema de monocultivos, movidos pela falsa impressão de maior produtividade e rentabilidade. Isso resulta na adoção de técnicas modernas que utilizam agrotóxicos e o modelo de monocultivos, os quais causam o esgotamento dos recursos territoriais e, posteriormente, a degradação das terras.

Ainda existem queixas relacionadas ao arrendamento de terras. No entanto, ao analisar as respostas obtidas a partir dos questionários e entrevistas, observa-se que metade dos camponeses assentados está no local desde o processo de luta pela desapropriação (Gráfico 12). Alguns camponeses assentados, no entanto, chegaram ao Assentamento já com o território estabelecido.

Gráfico 11 – Tempo como sujeitos assentados em Canudos/GO



Fonte: Elaboração própria (2024)

Outro desafio enfrentado pelos camponeses assentados está relacionado à permanência da juventude no campo, pois uma grande problemática em assentamentos de reforma agrária, como já mencionado, é a criação de ferramentas que viabilizem a permanência na terra. O camponês assentado Gilvan relata a dificuldade de acesso à escola, saúde e serviços culturais, uma vez que, sempre que precisam utilizar tais serviços, é necessário que se desloquem até as cidades. No entanto, ele acredita que, atualmente, o Assentamento Canudos proporciona uma maior qualidade de vida aos jovens, principalmente pela proximidade com Goiânia e cidades vizinhas. Mesmo assim, considera que manter a juventude no campo configura um grande desafio devido à falta de políticas públicas.

[...] Em contrapartida, hoje o campo oferece uma qualidade de vida razoável, uma certa possibilidade de renda. Inclusive em Canudos, temos bastante jovens que vivem no Assentamento. É um Assentamento, geograficamente, bem localizado, as pessoas não possuem muita dificuldade de sair para a cidade, até mesmo a capital, participar de atividades, shows, cinema e regressar para o Assentamento. E economicamente também podemos dizer que é um Assentamento que se viabilizou, as famílias conseguem trabalhar, conseguem ter suas rendas e sobreviver. Isso faz com que uma parte da juventude permaneça. Mas em qualquer meio rural vai ser um desafio manter essa juventude, em função do acesso a equipamentos que no meio rural as políticas públicas não permitem o acesso. (ASSENTADO G.)

A assentada Amélia, na mesma direção, aponta que, para a permanência da juventude no campo, é essencial que haja acesso a renda. Ela identifica como principais obstáculos a falta de lazer, entretenimento e a carência de culturas distintas, encontrando mais opções para essas

questões no meio urbano. A assentada também menciona a falta de políticas públicas que promovam melhorias no campo. Por sua vez, a camponesa assentada conhecida como Dona Alzira relembra casos de jovens camponeses que saíram do Assentamento durante a juventude e, ao visualizar novas possibilidades de renda e de contato com suas identidades, retornaram para a terra quando adultos, reforçando a identidade com a terra e suas (Re)Existências.

No Assentamento, existe o grupo de mulheres denominado Guerreiras de Canudos, concebido como uma cooperativa. O grupo surgiu em resposta às demandas das mulheres camponesas assentadas, uma vez que, embora existam muitos coletivos masculinos, as necessidades e pautas femininas nem sempre eram contempladas. “[...] as Guerreiras de Canudos, coletivo que surge a partir da necessidade da organização das mulheres assentadas em construir coletivamente alternativas para sua organização e autonomia tanto política quanto financeira.” (Nóbrega, 2022, p. 179) Inicialmente, as mulheres trabalharam com plantas medicinais e extrativismo.

No início, o Coletivo Guerreiras de Canudos enfrentou diversas dificuldades, principalmente pela falta de condições financeiras. Algumas ações, porém, foram essenciais para o desenvolvimento do grupo, incluindo um projeto financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) (Sacho *et al.*, 2018). Além disso, a Escola de Agronomia (EA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) realizou um projeto viabilizando melhorias socioeconômicas por meio de conhecimentos científicos.

Sacho *et al.* (2018) explicam que esse foi um momento decisivo para o Coletivo, pois possibilitou a troca de experiências e a capacitação técnica.

Nesse mesmo ano houve várias reuniões com o grupo de mulheres com o objetivo de promover troca de experiências em torno da vivência individual e coletiva de mulheres relacionada à qualificação da produção agroecológica, extrativista, artesanato assim como o acesso a políticas públicas e desenvolvimento rural. Esse projeto foi um marco importante para o fortalecimento do grupo Guerreiras de Canudos, pois possibilitou a capacitação técnica através de atividades desenvolvidas pelo próprio grupo, como por exemplo o cultivo coletivo de plantas medicinais, mas para além dessa capacitação possibilitou a troca de experiência entre as participantes e a geração de renda através da produção e comercialização através de feira livre. (Sacho *et al.*, 2018, p. 3)

Em termos gerais, as Guerreiras de Canudos se dedicam à produção de plantas medicinais, incluindo a criação de uma espécie de “farmacinha” em um espaço coletivo, onde produzem medicamentos naturais e cosméticos. Segundo Nóbrega (2022), o Coletivo segue estabelecendo relações com a EA-UFG, desenvolvendo um projeto de plantas medicinais por

meio do SAF, articulando-se com uma empresa internacional que realiza investimentos e compra de produtos para a fabricação de cosméticos.

Além do foco nas plantas medicinais, o Coletivo Guerreiras de Canudos também cultiva comidas, que são consumidas pelo grupo e suas famílias, bem como comercializadas. Parte da produção é comercializada na Feira Interinstitucional Agroecológica, TerraUna, Agroecosol e pelo PNAE (Nóbrega, 2022). Destaca-se a grande variedade de espécies alimentícias produzidas, especialmente as espécies do Cerrado, com a afirmação de que “As Guerreiras de Canudos são agroextrativistas do Cerrado” (Nóbrega, 2022, p. 183), refletindo a identificação com as comidas culturais de seus territórios.

A camponesa Dona Alzira, assentada e integrante das Guerreiras de Canudos, possui vasto conhecimento sobre as ervas medicinais. Ela relata que esses saberes foram transmitidos por seu pai e têm sido passados de geração em geração. No entanto, segundo Dona Alzira, para compreender tais ensinamentos, é necessário ter o “dom”, uma espécie de concessão do sagrado. As ervas medicinais são utilizadas como medicamentos naturais, e Dona Alzira conhece a erva apropriada para cada enfermidade. Inclusive, é bastante procurada por outros camponeses do Assentamento e das cidades vizinhas para auxílio com as ervas e para o preparo das chamadas “garrafadas”.

É importante destacar que essas ervas medicinais são, em sua maioria, espécies do Cerrado, o que demonstra a forte relação cultural que os camponeses possuem com seu território. Contudo, uma das queixas frequentes é que, ao longo dos anos, muitas espécies de ervas desapareceram devido à degradação ambiental provocada pelo agrohidronegócio, que também tem disseminado a narrativa desenvolvimentista nas pequenas unidades familiares. Além disso, Dona Alzira relata o preconceito que sofre por ser benzedeira, o que a leva a ocultar essa informação em diversas ocasiões, evidenciando como os saberes tradicionais, as culturas e crenças foram transformados e depreciados por parte da população.

Sacho *et al.* (2018) ressaltam a importância das Guerreiras de Canudos para além da produção, pois as integrantes também mencionam as interferências na vida pessoal e emocional de cada uma, destacando a relevância do vínculo criado entre elas e o apoio mútuo. “Em várias oportunidades, relataram a importância do grupo para a vida pessoal de cada uma, com o relacionamento entre as mulheres, as conversas, o ‘olhar pra cara uma da outra’, tornando-se um espaço de acolhimento, troca e cuidado físico, emocional e social.” (Sacho *et al.*, 2018, p. 7)

Esse relato evidencia a necessidade de grupos que atendam especificamente às demandas das mulheres camponesas assentadas, criando relações sociais que não apenas favoreçam sua reprodução socioeconômica, mas também o cuidado emocional e a troca de saberes.

Entretanto, percebe-se que as políticas públicas são essenciais também para este coletivo feminino. O PNAE, por exemplo, é utilizado para a comercialização do que é produzido. Para as Guerreiras de Canudos, os projetos de extensão mencionados foram fundamentais para qualificação e orientação. Se houvesse a viabilização de políticas públicas mais inclusivas, esse Coletivo poderia ter ainda mais oportunidades de inclusão produtiva.

Nóbrega (2022) expõe como essas mulheres protegem e conservam os saberes tradicionais, mas também enfatiza a necessidade de aprimorar as formas de comercialização.

Estes são apenas alguns exemplos e, diante disso, podemos afirmar que estas mulheres são guardiãs de saberes e fazeres tradicionais, portanto, da socioagro biodiversidade. Seus saberes são indispensáveis para a reprodução do campesinato, em que a relação com a terra e com a produção de alimentos vai além da lógica do capital, diz respeito a relações socioculturais de outro tipo, que tem suas raízes na memória biocultural. Diante do estímulo à produção, identificou-se junto as Guerreiras de Canudos, a necessidade de aprimorar processos de comercialização. (Nóbrega, 2022, p. 185)

A Feira Interinstitucional Agroecológica (FIA) é um projeto de extensão realizado em parceria com algumas instituições: o Instituto Federal de Goiás (IFG), o Instituto Federal Goiano (IF Goiano) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Ela está localizada na Região Metropolitana de Goiânia (RMG) e ocorre mensalmente nas diferentes instituições envolvidas. A Feira surge a partir da necessidade de possibilitar uma alimentação saudável e adequada à sociedade, estabelecendo, ainda, relação com a agricultura camponesa e com preceitos agroecológicos, conforme evidenciam Nóbrega e Ferreira (2021), que acrescentam que a FIA fortalece as trocas de conhecimentos e facilita a conexão entre o campo e a cidade, promovendo também o debate sobre a importância da alimentação saudável.

A Feira Agroecológica é constituída a partir da proposta de garantir a possibilidade de escolha e acesso à alimentação saudável, difundido nos ambientes institucionais os alimentos oriundos da agricultura familiar agroecológica. Além disso, tem o objetivo sensibilizar e ampliar o debate sobre a importância do seu consumo, a partir da aproximação agricultor/a – consumidor/a, com ênfase no papel educativo; já que A Feira pode ser entendida como espaço de trocas, saberes, resgate e valorização da identidade alimentar tradicional - baseada em práticas produtivas geracionais e agroecológicas. (Nóbrega; Ferreira, 2021, p. 144)

Para a constituição da Feira, é disponibilizada uma chamada pública para que os camponeses se inscrevam e participem. Camponeses do Assentamento Canudos fazem parte de um dos três grupos que envolvem a FIA. Esses grupos estão organizados em cooperativas, redes de economia solidária, movimentos de luta pela terra, pela comida e pela vida, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Camponês Popular (Nóbrega; Ferreira, 2021).

A relação da Feira Interinstitucional Agroecológica (FIA) se configura como uma excelente estratégia de conexão entre campo e cidade, fomentando a troca de saberes e oportunizando práticas culturais. Esse vínculo gera parcerias que vão desde a produção das comidas até o consumidor. Furtado *et al.* (2023) afirmam que a FIA representa uma oportunidade para vivências culturais com racionalidades próprias, consolidando as trocas de saberes e fazendo por meio das experiências, gerando uma rede de confiança entre todos os envolvidos: “A FIA oportuniza espaços de vivências culturais com racionalidades próprias, sendo consolidadas as trocas de saberes-fazer pelas experiências, gerando uma rede de confiança com todas as pessoas envolvidas [...]” (Furtado *et al.*, 2023, p. 21)

Portanto, a FIA constitui uma ferramenta importante para os camponeses do Assentamento Canudos, viabilizando um espaço fundamental para a comercialização das comidas produzidas, incluindo aquelas que passam por processos agroindustriais. Além disso, conecta-as diretamente ao consumidor final. Muitas histórias surgem a partir das experiências na feira, gerando também um relacionamento com os organizadores.

Contudo, destaca-se que a FIA tem, em sua base, a agroecologia, criando um mercado para as comidas agroecológicas. Ela demonstra aos camponeses do Assentamento Canudos que podem ser recompensados por seus preceitos ecológicos e tradicionais, ao mesmo tempo que os consumidores da feira se conectam com uma alimentação saudável e camponesa.

Outro método utilizado por alguns assentados é a produção leiteira. Apesar de ser uma atividade trabalhosa, uma vez que exige demandas diárias, é uma excelente opção econômica para os camponeses. Alguns assentados obtêm toda sua renda com a venda de leite. Para isso, organizam-se em cooperativas, que coletam o leite de diversos camponeses assentados em Canudos. Após esse processo, o leite é revendido para a indústria Marajoara. A prática de produção de leite no campo consiste basicamente em ordenhar as vacas, cuidar do pasto e dos animais, produzir ração, silagem e armazenar o leite em tanque resfriador, até que seja levado para outras cadeias produtivas. Um assentado relata que obtém cerca de 500 litros de leite por dia.

Uma das dificuldades relatadas na produção leiteira é a inserção do leite nas políticas públicas, pois o leite não pode ser repassado a esses programas in natura. Para evitar esse obstáculo, é necessário todo o aparato das agroindústrias para o processamento e a obtenção do registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), além do Serviço de Inspeção Sanitária Municipal e/ou Estadual. Muitos assentados têm dificuldade em se inserir nesse processo. Dessa forma, produzir e ofertar leite nas Compras Públicas envolve relações complexas que perpassam a Vigilância Sanitária e a Defesa Agropecuária.

Além dos exemplos mencionados, outras formas de produção podem ser citadas. Por meio de uma associação, foi desenvolvido um plano de produção para a atividade apicultora. Cerca de 30 camponeses assentados associados contam com o auxílio técnico do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para produzir mel no Assentamento. Eles objetivam, futuramente, construir uma “casa do mel”, o que gerará renda para os associados e contribuirá significativamente para o meio ambiente, devido à importância das abelhas para a polinização de diversas espécies vegetais.

Em outro caso, o assentado Waldir Barbosa relata que produz frutas, especificamente maracujá, em parceria com a Universidade Estadual de Goiás (UEG), com acompanhamento técnico do SENAR. Esse acompanhamento tem permitido aos assentados obter mais conhecimentos sobre o aprimoramento genético da fruta. O maracujá produzido é comercializado por meio de circuitos curtos de distribuição. Além desse modelo, também se destaca o trabalho realizado com “Quintais Produtivos”, em parceria com a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER). Esse projeto visa a soberania alimentar e a preservação ambiental, por meio de práticas agroecológicas.

Sobre as estratégias utilizadas para a continuidade da produção de comidas no Assentamento Canudos, os camponeses assentados mencionam diversas táticas e objetivos. O assentado Gilvan Rodrigues observa que alguns camponeses estão colocando em pauta a implementação de agroindústrias, buscando estabelecer uma relação com a diversidade produtiva existente no Assentamento. Para isso, já estão realizando diálogos com secretarias governamentais e instituições oficiais a fim de formalizar essa reivindicação. A partir dos incentivos do Estado, desejam modificar a fase de produção, uma vez que já possuem plantios no Assentamento e agora precisam beneficiar e industrializar parte dessa produção. Essa estratégia visa a comercialização das comidas geradas nas agroindústrias, atendendo, inclusive, programas institucionais como o PAA e o PNAE.

Uma camponesa assentada Dona Alzira expõe o desejo de construir uma loja na cidade de Palmeiras, próxima à sua terra, para comercializar as comidas produzidas, incluindo aqueles originários da agroindústria, além de medicamentos naturais. Com isso, ela acredita que terão maior acesso à comunidade urbana, constituindo um circuito curto de distribuição. Dessa forma, as atividades comerciais seriam facilitadas, tendo um ponto de venda estabelecido e acessível.

Uma parcela dos camponeses assentados busca o fortalecimento da agroecologia e de modelos sustentáveis de produção em suas glebas. Para tanto, consideram que o processo deve seguir uma transição agroecológica, uma vez que o sistema agroecológico é, por natureza, contínuo e em constante adaptação. A camponesa assentada Ludmilla Luciano destaca que este é um processo transitório, ressaltando a convivência harmônica com todos os seres vivos, incluindo aqueles classificados como "pragas" pela visão capitalista. Assim, os camponeses conseguem produzir uma grande diversidade de comidas para autoconsumo e possível comercialização, ao mesmo tempo em que mantêm uma terra saudável, rica em vida e biodiversidade.

No entanto, muitos camponeses do Assentamento Canudos modificaram as características da agricultura camponesa, submete-se à lógica das corporações capitalistas, caracterizada pelos monocultivos, muitas vezes por meio de arrendamentos. Esse processo tem gerado conflitos dentro do próprio Assentamento, envolvendo questões sociais, políticas, ambientais e ideológicas.

Portanto, é evidente a importância das políticas públicas, que têm o poder de garantir uma qualidade de vida para os camponeses. Para isso, é fundamental a criação e adoção de políticas voltadas para a produção e comercialização de comidas no campo, como as iniciativas promovidas pela CSA, pela FIA, pelo Grupo Guerreiras de Canudos e outras experiências que colaboram para a continuidade das condições de existência na terra.

3.2. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)

A Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) tem suas origens em um movimento japonês anterior, conhecido como *Teikei* (parceria). O *Teikei* consiste em um sistema de distribuição de comidas orgânicas, que surgiu no Japão por volta de 1970. De acordo com Kumasawa (1998), após o Japão enfrentar uma crise generalizada de escassez de comidas em 1945 (II Guerra Mundial), iniciou-se, em 1950, um processo de transformação na agricultura com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade. No entanto, esse processo não levou em consideração os impactos ambientais e os riscos à saúde. Diante das ameaças iminentes, os

consumidores começaram a se preocupar com a agricultura, direcionando suas atenções para os métodos de produção orgânica.

Elisabeth Henderson, em uma palestra ao Urgenci em 2010³³, relata que, em 1971, Teruo Ichiraku, filósofo e líder de cooperativas camponesas, alertou os consumidores sobre os riscos do modelo agrícola vigente. Em resposta a esse alerta, 3 (três) anos depois, agricultores camponeses e donas de casa se uniram para formar os primeiros projetos de *Teikei*. Perceberam que, além de produzir para o autoconsumo, também seria possível comercializar o excedente, alimentando outras pessoas. Com isso, os camponeses começaram a desenvolver o projeto, debatendo as questões necessárias. Após esse processo, foram realizados contratos com as famílias consumidoras.

[...] Yoshinori Kaneko percebeu que a fazenda de sua família, além de sustentar a própria família, também poderia abastecer outras pessoas. Ele calculou que a fazenda produzia arroz suficiente para mais dez famílias. Para recrutar donas de casa locais, ele as convidou a participar de um círculo de leitura, onde discutiram temas como ‘Unicidade do Corpo e do Meio Ambiente’, o valor dos alimentos integrais e a salubridade da dieta tradicional japonesa. Após quatro anos de ‘educação e comunicação’, em 1975, ele fez um acordo com dez famílias para lhes fornecer arroz, trigo e vegetais em troca de dinheiro e trabalho. Os contratos entre grupos de consumidores altamente qualificados e agricultores como Kaneko lançaram o movimento Teikei (‘parceria’), que continua a se desenvolver até hoje” (URGENCI, 2023, online, tradução própria³⁴).

Kumasawa (1998, p. 36) esclarece que o modelo ideal de *Teikei* pode ser compreendido a partir de um produtor autossuficiente, que cultiva comidas variadas em quantidades suficientes e cria gado, utilizando práticas agrícolas sustentáveis e compartilhando produtos orgânicos. Em sua origem, os consumidores não pagavam em dinheiro pelas comidas. Em vez disso, recebiam os produtos e retribuíam de outras formas, como um sinal de gratidão.

Se os produtores autossuficientes tiverem excedentes, eles dão esse excedente aos consumidores que não conseguem aumentar a produção; os consumidores

³³ URGENCI. *CSA history*. Disponível em: <https://urgenci.net/csa-history/>. Acesso em: 30 dez. 2024.

³⁴ Texto original: [...] Yoshinori Kaneko realized that his family farm, besides providing for the subsistence of his own family, could also supply other people. He calculated that the farm produced enough rice for ten more families. To recruit local housewives, he invited them to join a reading circle, where they discussed such themes as “Oneness of Body and Environment,” the value of whole foods, and the healthfulness of the traditional Japanese diet. After four years of “education and communication,” in 1975, he made an agreement with ten families to provide them with rice, wheat, and vegetables in return for money and labor. Contracts between groups of highly educated consumers and farmers like Kaneko launched the teikei (“partnership”) movement which continues to develop to this day. If selfsufficient fmners have a surplus, they give that surplus to consumers who do not grow produce; the consumers give money, labour, or other gifts as a token of gratitude. (URGENCI, 2023)

dão dinheiro, trabalho ou outros presentes como sinal de gratidão” (KUMASAWA, 1998, p. 36, tradução própria³⁵).

Além disso, no sistema *Teikei*, os consumidores visitam as terras dos produtores para ajudar na produção, estabelecendo uma relação ainda mais pessoal, fundamentada no afeto, e não necessariamente no mercado. Os 10 (dez) princípios do *Teikei* podem ser visualizados na Figura 07.

Figura 6 – Princípios do Teikei



Fonte: Urgenci, 2023; Org.: Soares, 2023.

No *Teikei*, os consumidores, que mantêm uma relação interpessoal com os camponeses, são chamados de “*enno*” e proporcionam suporte tanto na plantação quanto na organização do projeto, com base em suas demandas e opiniões. O grupo de “*enno*” pode realizar trocas de ideias, saberes e produtos, já que, muitas vezes, recebem comidas em diferentes quantidades, qualidades e tamanhos (KUMASAWA, 1998, p. 37). Abreu *et al.* (2019, p. 9) analisam as ações dos consumidores no coletivo:

³⁵ Texto original: [...] Yoshinori Kaneko realized that his family farm, besides providing for the subsistence of his own family, could also supply other people. He calculated that the farm produced enough rice for ten more families. To recruit local housewives, he invited them to join a reading circle, where they discussed such themes as “Oneness of Body and Environment,” the value of whole foods, and the healthfulness of the traditional Japanese diet. After four years of “education and communication,” in 1975, he made an agreement with ten families to provide them with rice, wheat, and vegetables in return for money and labor. Contracts between groups of highly educated consumers and farmers like Kaneko launched the teikei (“partnership”) movement which continues to develop to this day. 2 If selfsufficient fmers have a surplus, they give that surplus to consumers who do not grow produce; the consumers give money, labour, or other gifts as a token of gratitude. (KUMASAWA, 1998, p. 36)

Antes do início da estação de cultivo, os consumidores e agricultores se encontram para decidir o que, quanto e como produzir. Após a colheita, os consumidores recebem os produtos e são obrigados a aceitar tudo que foi enviado e em quantidades determinadas pelos agricultores. No sistema *TEIKEI*, os consumidores não têm a opção de escolher os produtos e suas quantidades adequadas para suas necessidades, como acontece com as compras em supermercados convencionais. Para lidar com essas diferenças entre abastecimento e demanda, os consumidores são educados a aprender novas habilidades culinárias, objetivando a utilização dos produtos enviados em excesso e a troca de produtos com participantes de outros *TEIKEIs* (Abreu *et al.*, 2019, p. 9).

Considera-se ainda uma organização chamada *Organic Food Specialized Distributions* (OFSD³⁶), criada em meados de 1970, como uma solução para os problemas gerados pelo *Teikei*, especialmente em relação às dificuldades impostas pelas demandas dos consumidores. O OFSD foi estruturado como um modelo organizacional para o projeto, que abrange negociações, processamento de pedidos e distribuição dos comidas (Abreu *et al.*, 2019, p. 10):

Os OFSDs são arranjos especializados na distribuição de alimentos orgânicos, cuja estrutura consiste em um escritório central, produtores e consumidores. O escritório central faz as negociações, processa os pedidos e conduz as tarefas relacionadas. Além disso, desenvolve o sistema de distribuição e também contribui para o movimento de agricultura orgânica, segurança alimentar e meio ambiente. Na realidade, os OFSDs funcionam como empresas comerciais (Abreu *et al.*, 2019, p. 10).

Para Abreu *et al.* (2019), a diferença primordial entre *Teikei* e OFSD está no relacionamento “cara a cara” característico do *Teikei*, que é visto como um movimento social que conecta camponeses e consumidores, promovendo segurança alimentar em um movimento local, diferentemente dos supermercados convencionais. Com isso, o OFSD, constituído em escritórios e viabilizando a distribuição de comidas de todo o território, e não apenas localmente, pode ser posicionado entre o *Teikei* e os supermercados.

Movimentos como o *Teikei* também deram origem, em 1970, à Associação de Agricultura Orgânica do Japão (JOAA), uma instituição ativa na promoção de comidas orgânicas e na construção de relações coletivas entre camponeses e consumidores.

Elisabeth Henderson, por meio do Urgenci (2010), descreve a temporalidade do movimento, relatando que, logo após o surgimento do *Teikei* no Japão, organizações muito

³⁶ Distribuições Especializadas de Alimentos Orgânicos. (tradução própria)

semelhantes surgiram na Europa, especialmente na Suíça, em 1978. Contudo, não foi possível comprovar uma relação direta com o modelo japonês.

Xavier (2019) relata que o desenvolvimento da CSA na Europa ocorreu por motivos semelhantes ao *Teikei* no Japão, uma vez que o processo de industrialização e a implementação da Revolução Verde também afetavam a população europeia. A influência do filósofo austríaco Rudolf Steiner foi fundamental, pois ele desenvolvia ideias relacionadas à agricultura e à economia, sendo responsável pelos princípios da agricultura biodinâmica, um movimento de agricultura orgânica que utiliza a natureza na promoção da saúde. O filósofo propunha que a organização econômica deveria levar em consideração a interação entre agricultores, comerciantes, credores e consumidores, baseando os valores e preços nas necessidades humanas (Xavier, 2019). Dessa forma, camponeses levaram a ideia adiante em algumas regiões da Europa, tendo como base os objetivos primordiais envolvendo estrutura agrária e classes sociais:

Tinham como objetivo eliminar privilégios da propriedade privada e desequilíbrios de poder em parcerias agrícolas. Outro objetivo era proteger as terras com potencial agrícola do mercado imobiliário especulativo. Além disso, incentivaram parcerias de cooperação e equidade em substituição às relações de empregadores e empregados (Xavier, 2019, p. 17).

Em 1985, o projeto foi levado aos Estados Unidos, onde encontrou proponentes dispostos a divulgar o modelo, ampliando o conceito entre agricultores biodinâmicos e orgânicos por meio de conferências. Durante as décadas de 1980 e 1990, as ações se espalharam paulatinamente por toda a América do Norte (Urgenci, 2023).

Junqueira e Moretti (2018, p. 522-523) analisam a experiência da CSA em diferentes locais e expressam as diferenças nas experiências norte-americana e europeia, que se revelam pelos diferentes modos de chamamento à participação do trabalho coletivo e cooperativo dos consumidores. No entanto, destaca-se a confiança estabelecida entre camponeses e consumidores.

Dessa maneira, desenvolve-se a CSA, que consiste em um mercado direto de comercialização de comidas saudáveis, aproximando camponeses (produtores de comida) e consumidores. Nessas ações, os consumidores custeiam a produção para receberem cestas semanais com as comidas produzidas. “Consumidores e agricultores partilham os riscos e alegrias da agricultura, uma vez que os consumidores estão envolvidos na agricultura e na gestão da CSA” (Kumasawa, 1998, p. 42, tradução própria).

Kumasawa (1998, p. 42) relata que a primeira experiência de CSA ocorreu em 1985, em Massachusetts, EUA. Seu precursor, influenciado por experiências trazidas da Europa, analisou cooperativas de produção de comida que se desenvolviam na Suíça, onde camponeses e acionistas repartem o custo da produção antes mesmo do cultivo. Assim, a fazenda em Massachusetts iniciou a prática da CSA, incorporando seus próprios amigos. Kumasawa (1998) descreve detalhes da experiência:

Em 1988, um acionista pagou cerca de US\$ 300, dependendo de sua situação financeira, e recebeu um grande saco de vegetais e frutas frescas todas as semanas durante os oito meses da estação de cultivo, e um saco grande que incluía batatas, beterrabas e cenouras uma vez por mês no inverno. Uma porção rendeu vegetais suficientes para dois vegetarianos ou quatro não-vegetarianos. Quando a princípio o CSA foi iniciado, cada acionista deveria trabalhar na fazenda dois dias por ano. No entanto, isso não se revelou viável porque os acionistas não se envolveram diretamente. Nos primeiros três anos, os acionistas tiveram a opção de adquirir suas ações seja no jardim ou no Co-op Market de sua região. Em 1989, o CSA começou a trabalhar com entrega. (Kumasawa, 1998, p. 43, tradução própria³⁷)

Atualmente, as CSAs já alcançaram todos os continentes do globo terrestre. Entretanto, as denominações variam conforme o local:

“CSA” (Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Brasil, Bulgária); “AMAP” (França); “ASC” (Canadá); “ASAT” (Romênia); “FRACP” (Suíça); “GASAP” (Bélgica); “GAS” (Itália); “GSR” (Croácia); “SoLaWi” (Alemanha); “Socio-Ecological Agriculture” (China); “Teikei” (Japão); “Huellas Verdes” (Chile); “Granja Valle Pintado” (Argentina); “Canastas Comunitárias” (Equador); “Reciproco” (Portugal); entre outras. (Neta; Schultz; Souza, 2022, p. 180)

Como forma de organização, criou-se em 2006 a Redes Urbanas-Rurais (URGENCI), que constitui a rede internacional fundamental de todos os movimentos de Parcerias Regionais e Locais Baseadas na Solidariedade para a Agroecologia (LSPAs). Dentre essas parcerias, a CSA tem sido a mais reconhecida. Dessa forma, a Urgenci auxilia no intercâmbio entre camponeses, consumidores, ativistas, pesquisadores e representantes das LSPAs em todo o

³⁷ Texto original: In 1988, a shareholder paid about \$300, depending on his/her financial status, and received one large bag of fresh vegetables and fruits every week for the eight months of the growing season, and one large bag which included potatoes, beets and carrots once a month in the winter. One share yielded enough vegetables for two vegetarians, or four non-vegetarians. When they first began the CSA, each shareholder was supposed to work at the farm for two days per year. However, that did not prove feasible because shareholders did not get involved directly. For the first three years, shareholders had the option of picking up their shares either at the garden or at the Co-op Market in their area. In 1989, the CSA began home delivery. (KUMASAWA, 1998, p. 43)

mundo. A Urgenci possui objetivos fundantes para a construção de relações entre os sujeitos envolvidos:

- Promover globalmente o conceito de parceria local baseada na solidariedade.
- Facilitar o intercâmbio entre parcerias existentes, partilhar melhores práticas e desafios.
- Reforçar a mobilização das redes locais e desenvolver ferramentas para aumentar a sua viabilidade.
- Coordenar ações e alianças com outros atores da soberania alimentar e da solidariedade a nível internacional.
- Promover políticas de agroecologia, soberania alimentar e economia solidária em instituições públicas internacionais, nacionais e locais. (Urgenci, 2023, online, tradução própria³⁸)

Junqueira e Moretti (2008) descrevem que, no Brasil, a CSA foi introduzida inicialmente em São Paulo, no município de Botucatu, em 2011. Ela surgiu na Fazenda Demétria, acompanhando os movimentos globais, sob iniciativa de Júlio Bernardes, ao erguer o movimento de tecnologia social no Brasil, a partir do Fórum Social Mundial sediado em Porto Alegre/RS.

Depois de muitos encontros e conversas, nasce a primeira CSA do Brasil, em maio de 2011. Organizada pelo então casal, Henry Pohlmann e Cláudia Vivacqua, com o agricultor Marcelo Veríssimo, no bairro agrícola Demétria, na cidade de Botucatu em São Paulo. A iniciativa despertou interesse e engajou muitas pessoas neste novo modelo de comunidade, tanto agricultores como co-agricultores. (Xavier, 2019, p.19)

Entretanto, a primeira tentativa de CSA no Brasil ocorreu em 1997, na cidade de Fortaleza/CE. O modelo foi trazido pelo agrônomo Richard Charity, após experiências em outras partes do mundo. Richard auxiliou na implantação do Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (ADAO), utilizando a CSA como estratégia para distribuição da produção.

Xavier (2019) expõe que, em 2013, foi formada a Associação Comunitária CSA Brasil por um grupo de participantes envolvidos no movimento, com o objetivo de sanar dúvidas

³⁸ Texto original: • Promote the local solidarity-based partnership concept globally.

• Facilitate exchange between existing partnerships, share best practice and challenges.
 • Strengthen the mobilisation of local networks and develop tools to increase their viability.
 • Coordinate actions and alliances with other food sovereignty and solidarity actors at international level.
 • Promote agroecology, food sovereignty and solidarity economy policies in international, national and local public institutions. (URGENCI, 2023)

relacionadas à estruturação da CSA, visando ao desenvolvimento e sucesso do modelo no Brasil.

Os modelos semelhantes à CSA, porém independentes, começaram a ser vislumbrados no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, devido às crises apresentadas. Junqueira e Moretti (2018, p. 524) descrevem os objetivos por trás da iniciativa nesse período:

Tais iniciativas visavam, essencialmente, à redução dos preços alimentares, a partir da eliminação dos custos da intermediação comercial, de modo a viabilizar melhores condições de acesso dos estratos menos favorecidos da população a uma cesta alimentar minimamente suficiente e, se possível, nutricionalmente satisfatória. Neste mesmo período, porém com intensidade menos marcante, iniciaram-se também projetos isolados de entregas de cestas alimentares em residências, locais de trabalho, ou pontos pré-estipulados da cidade.

Ao analisar os movimentos *Teikei* e CSA, fica explícito que ambos apresentam diferenças significativas em algumas particularidades. Kumasawa (1998, p. 44) observa uma diferença considerável entre os dois, especialmente no que tange à relação entre camponeses e consumidores: "Os consumidores de *teikeis* são vizinhos, e estes vizinhos já tinham laços com a comunidade antes mesmo de começarem os *teikeis*" (Kumasawa, 1998, p. 44, tradução própria³⁹). Dessa maneira, o *Teikei* é compreendido como um projeto de produção de comidas (orgânicas e saudáveis) que se baseia no contato direto e próximo entre camponês e consumidor. Já a CSA, de acordo com Kumasawa (1998), pode ser entendida em um sentido mais amplo, em que diferentes modelos de relação entre camponês e consumidor, todos baseados na produção orgânica, podem ser caracterizados como CSA.

Doravante, as CSAs que se espalham pelo mundo podem ser comparadas com o movimento japonês *Teikei*, mas não podem ser assimiladas como movimentos idênticos, dado que as particularidades são evidentes, principalmente na relação entre camponeses e sujeitos urbanos. No *Teikei*, ambos podem ser camponeses e ainda assim realizarem trocas. No Brasil, em face do modelo hegemônico capitalista, representado principalmente pelo agrohidronegócio, que se apropria de terras, águas e povos, é necessário fortalecer experiências sustentáveis que respeitem os recursos territoriais e os povos tradicionais.

Em relação à CSA no Brasil, o movimento se consolidou com diferentes propósitos, dependendo das especificidades dos camponeses e demais sujeitos envolvidos no projeto em

³⁹ Texto original: Consumers of teikeis are neighbours, and these neighbours had ties in the community even before they began teikeis. (Kumasawa, 1998, p. 44)

diferentes localidades. Contudo, com objetivos e princípios claros, que estão dispostos na Figura 08. Ao analisar diferentes modelos de CSA durante a pesquisa nas regiões de Brasília e Goiás, observa-se que eles constituem estratégias iniciais de permanência na terra.

Figura 7 – Princípios da CSA



Fonte: CSA Brasil (2022)

As CSAs no território brasileiro são estabelecidas de forma autônoma, em Organizações Não Governamentais (ONGs), sem fins lucrativos, sem regulamentação jurídica formal e sem qualquer vinculação política, sindical, religiosa ou fiscalização, certificação e controle (Junqueira; Moretti, 2018, p. 524).

Ainda de acordo com Junqueira e Moretti (2018), as CSAs no Brasil são formadas, organizadas e coordenadas pelos próprios sujeitos envolvidos como consumidores, que se constituem, em sua maioria, de professores e profissionais liberais de diversos âmbitos:

Esses consumidores são, em sua quase totalidade, professores e profissionais liberais de diferentes carreiras, com formação superior completa e pertencentes às classes sociais A e B [...]. São compostas por 52,2% de indivíduos do sexo masculino e 47,8% do sexo feminino. Até o primeiro semestre de 2017, contabilizavam-se 400 famílias urbanas participantes, que davam suporte às famílias produtoras livremente associadas às iniciativas estudadas. (Junqueira; Moretti, 2018, p. 524)

As CSAs já se espalham por todas as regiões brasileiras, como exposto no Quadro 01. No entanto, observa-se um predomínio na região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, local onde surgiu a CSA no Brasil. Já na região Centro-Oeste, que abrange o recorte temporal desta pesquisa, há uma defasagem em relação à quantidade de CSAs, especialmente no estado de Goiás.

Quadro 1 – Quantidade de CSA's no Brasil (maio/2019)

REGIÃO	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	QUANTIDADE DE CSA
Norte	Amazonas	1
	Tocantins	1
Nordeste	Bahia	4
	Pernambuco	4
Centro-Oeste	Distrito Federal	27
	Goiás	1
	Mato Grosso do Sul	2
Sudeste	Espírito Santo	1
	Minas Gerais	6
	Rio de Janeiro	4
	São Paulo	41
Sul	Paraná	7
	Rio Grande do Sul	3
	Santa Catarina	8
Total		110

Fonte: CSA Brasil; apud. Xavier, 2019; Org.: Soares, 2023.

A CSA situada no estado de Goiás encontra-se produtivamente em uma das unidades agrícolas do Assentamento Canudos, especificamente na Unidade de Produção Colméia, localizada no município de Palmeiras de Goiás/GO, a cerca de 90 km da capital, Goiânia/GO. O movimento tem se revelado como uma prática adequada para o desenvolvimento de práticas agroecológicas, oferecendo uma alternativa econômica. A parceria é estabelecida por meio de uma dinâmica onde os riscos e benefícios são compartilhados, com o camponês apresentando informações sobre seus custos e modos de produção, enquanto o co-agricultor, por sua vez, se responsabiliza pelo financiamento antecipado da produção das comidas.

Os benefícios são mútuos: os camponeses garantem a destinação de seus produtos, independentemente da colheita, e recebem o auxílio necessário para se dedicarem à terra sem a pressão mercadológica. Já os consumidores co-agricultores recebem comidas saudáveis, orgânicas e de qualidade. Por meio dessa relação, torna-se possível que a comunidade urbana contribua para a sustentação da agricultura camponesa, além de se aproximar da comunidade camponesa e da terra.

No Assentamento Canudos, a CSA é denominada CSA Artigo 5º. O Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 do Brasil estabelece que: "Todos são iguais perante a lei, sem

distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]" (BRASIL, 1988, on-line). Assim, levando em conta os direitos fundamentais previstos na Constituição Brasileira, a CSA se constrói a partir dos princípios de: "[...] direito à vida, liberdade, segurança e acesso à terra [...]" (Jesus; Oliveira, 2023, p. 172).

A CSA Artigo 5º surgiu em um contexto pandêmico, em meio à crise da Covid-19, quando muitas famílias camponesas foram prejudicadas pelo fechamento dos espaços de comercialização de sua produção. Um grupo composto por 12 pessoas (acadêmicos e funcionários de instituições públicas), preocupados com a situação, buscou alternativas para alimentação saudável, encontrando no modelo de CSA uma solução. Logo, convidaram alguns camponeses para integrar o projeto, e o agricultor Valdir Misnerovicz aceitou a proposta de se tornar parte da produção dessa CSA. Dessa forma, a CSA Artigo 5º surgiu a partir da iniciativa dos co-agricultores e não dos camponeses.

Em outubro de 2020, a CSA Artigo 5º contava inicialmente com 12 co-agricultores, majoritariamente professores universitários, agrônomos, servidores do INCRA e amigos dos camponeses. No auge, a CSA Artigo 5º chegou a contar com 55 co-agricultores, com o limite de 60 vagas. A produção era realizada principalmente por dois camponeses, Valdir Misnerovicz e Waldir Barbosa, em uma área de cerca de 18 hectares, correspondendo a 50% da gleba, sendo toda a produção concentrada na unidade agrícola de Valdir Misnerovicz, denominada "Colméia".

As vagas foram sendo disponibilizadas conforme a demanda e a capacidade de produção, com base nos espaços disponíveis e na organização para atender à demanda de produtos. Um dos princípios da CSA Artigo 5º é alimentar um grupo de sujeitos que participam da coletividade, e para isso, há uma limitação relacionada ao tamanho da área de cultivo. Caso a CSA atinja o limite de co-agricultores, o objetivo é apoiar a criação de uma nova CSA na região, fortalecendo a economia local.

A CSA Artigo 5º tem como compromisso a viabilização da produção de comidas livres de agrotóxicos, garantindo a preservação ambiental e a responsabilidade social. Ela promove qualidade de vida no campo, biodiversidade, relações sociais e ações de solidariedade, fortalece a luta pela terra e contribui para a redução da fome.

Para Ludmilla Luciano, uma das fundadoras da CSA Artigo 5º, o principal benefício da CSA é a promoção da soberania alimentar. A comercialização direta e autônoma aproxima os consumidores, levando-os a refletir sobre o processo de produção e sobre a origem das comidas

que chegam às suas mesas. Para os camponeses, representa uma retomada das culturas e uma reflexão sobre a produção diversificada, abandonando a lógica dos mercados de alimentos padronizados. Com isso, ambas as partes da CSA se beneficiam com a garantia de uma alimentação saudável e acessível.

Para Valdir Misnerovicz, um dos camponeses, uma das maiores dificuldades da agricultura camponesa é a insegurança da comercialização, que torna a atividade arriscada. Ele relata: "[...] por exemplo, você produz e leva à feira, [...] enchendo as caixas de alface, cenoura, abóbora, frutas e leva para venda, mas naquele dia você não vende. Vai fazer o que com aquela produção?". Tal fato demonstra a dificuldade da garantia de uma renda. Assim, a CSA Artigo 5º oferece uma renda mensal previamente estabelecida aos camponeses, trazendo segurança econômica, mesmo diante das adversidades, como infestação de insetos e chuvas fortes.

Os consumidores que financiam a produção na CSA são denominados co-agricultores, uma nomenclatura semelhante à de "*ennos*" no sistema *Teikei*, pois eles são, em essência, parte da organização. Participam ativamente na produção das comidas por meio de mutirões e visitas, auxiliando nas tarefas como preparação de canteiros, plantio, colheita e também contribuindo para a resolução dos problemas enfrentados. Além disso, ajudam na preparação, montagem e distribuição das cestas agroecológicas, que são entregues semanalmente. A relação que se estabelece é baseada em trocas, reciprocidade, cooperação e interações sociais, o que fortalece o movimento coletivo, criando um vínculo de amizade entre os participantes.

Para os co-agricultores, os benefícios são diversos. Dentre as respostas obtidas nos questionários, destaca-se a possibilidade de acessar comidas saudáveis, oriundas da agroecologia. Outro ponto frequentemente citado é a relação direta com os agricultores camponeses, o que possibilita o conhecimento sobre a origem das comidas consumidas, criando uma relação de confiança com os produtores. Outros benefícios mencionados incluem a alternativa de consumo contra o modelo de produção baseado em agrotóxicos, a prática do trabalho coletivo, a garantia da qualidade das comidas, a economia solidária e o fortalecimento da agricultura camponesa.

A CSA Artigo 5º acredita na construção de uma relação amigável, onde as necessidades de campo e cidade se complementam, formando um "nós" que desassocia o "outro" do camponês. Essa parceria baseia-se na ideia de que as necessidades e os potenciais do campo e da cidade se complementam, gerando apoio mútuo. Assim, a gestão da CSA Artigo 5º é compartilhada entre camponeses e co-agricultores, sendo cada um responsável por contribuir para a construção e funcionamento da organização. O núcleo de gestão central é denominado

Grupo do Coração da CSA, que lida com questões específicas e toma decisões sobre o andamento do projeto.

No entanto, a participação ativa dos co-agricultores, que os desconfigura como meros consumidores, tem sido limitada. Observou-se uma relativa ausência de engajamento nas atividades da CSA por parte da maioria dos co-agricultores, que não participam ativamente nas funções propostas, nem se envolvem nas tarefas práticas. Contudo, há relatos de co-agricultores que passaram longos períodos trabalhando diretamente na unidade produtiva, auxiliando nas atividades agrícolas. Alguns assumiram responsabilidades dentro da organização, participando de comissões, como a do setor financeiro, enquanto outros contribuíram ativamente nas reuniões para discutir os rumos da CSA Artigo 5º, mutirões na terra e rateios de prejuízos. No geral, muitos co-agricultores participam apenas financeiramente, retirando as cestas semanais. A justificativa para essa falta de participação ativa é a escassez de tempo, o que impede maior engajamento no movimento. Outros co-agricultores se comportam como consumidores comuns, sem compreender completamente os princípios e o sentido político da CSA.

A proposta da CSA Artigo 5º é a cultura do apreço, que consiste em abandonar a visão comercial que apenas se concentra no preço da produção. Em vez disso, a CSA adota uma concepção que envolve a colaboração de cada indivíduo no trabalho coletivo dentro de um organismo agrícola. Assim, não se paga apenas pelo produto em si, mas pelo apreço à sua existência e ao processo de cultivo.

A produção das comidas se sustenta nos princípios da agroecologia, com foco em práticas sustentáveis e ecológicas. Utilizam o controle biológico para o manejo de insetos, sem o uso de agrotóxicos, e empregam sacolas retornáveis para embalar as comidas entregues. Produzem comidas saudáveis, de acordo com a variabilidade das espécies regionais, sempre com precaução ambiental e com um forte viés político. Um depoimento de um dos camponeses da CSA relata que, após uma pesquisa técnica, foram identificadas cerca de 500 espécies na Unidade de Produção Colmeia, onde a produção da CSA Artigo 5º ocorre, o que demonstra a grande diversidade de espécies cultivadas.

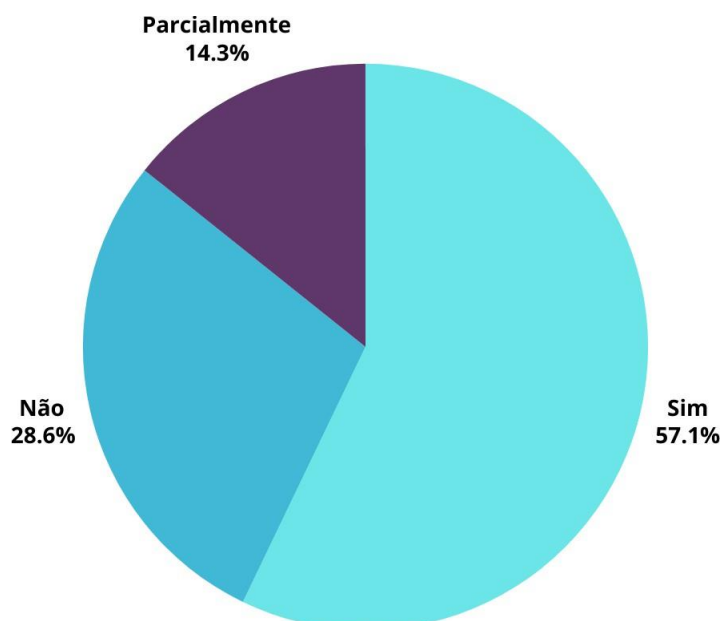
Com base na diversificação dos cultivos, é possível plantar de maneira adequada ao clima local e às necessidades nutricionais, incluindo até as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) (Figura 09). No entanto, para que isso ocorra, é necessário que os co-agricultores estejam dispostos a consumir conforme a sazonalidade dos produtos, aceitando as comidas de cada época, e compreendendo as especificidades pedológicas e edafoclimáticas (ou seja, ambientais).

Figura 8 – Produção na CSA Artigo 5º

Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Entretanto, quando se trata das famílias dos co-agricultores que também se envolvem na CSA, muitos não têm facilidade de adaptação às comidas fornecidas. Pouco mais da metade dos co-agricultores afirmou que suas famílias aceitam plenamente as comidas, enquanto os demais enfrentam mais dificuldades em introduzir essas opções alimentares no cotidiano familiar, especialmente quando se trata de PANCs e alimentos regionais típicos do Cerrado (Gráfico 13).

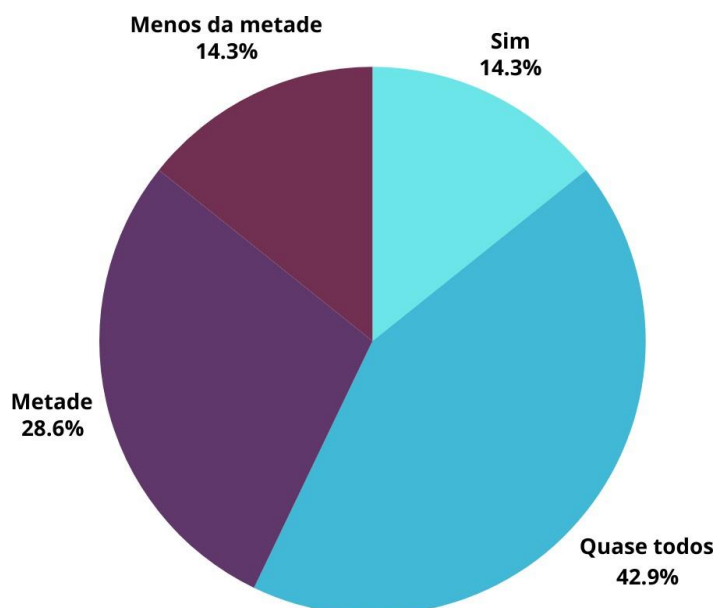
Gráfico 12 – Nível de aceitabilidade das famílias co-agricultoras pelas comidas produzidas pela CSA



Fonte: Elaboração própria (2024)

Em relação à entrega, que ocorre semanalmente aos domingos, ela é realizada de forma independente, com cestas compostas, em média, por 8 itens, incluindo verduras, legumes, frutas e PANCs. No entanto, em algumas ocasiões, devido à alta produção de algumas variedades, as cestas contaram com mais itens. Quando questionados sobre o consumo semanal dessas comidas, apenas 14,3% dos co-agricultores afirmaram consumir todos os itens recebidos (Gráfico 14). A maioria não consegue consumir todas as comidas distribuídas semanalmente. As justificativas dos co-agricultores para não consumirem todas as comidas recebidas giram em torno da repetição de alguns itens, revelando que recebem uma grande quantidade de poucos produtos. Outros apontam preferências pessoais e a falta de tempo para o preparo das refeições. Alguns co-agricultores mencionam que, por conta disso, acabam doando parte da produção recebida.

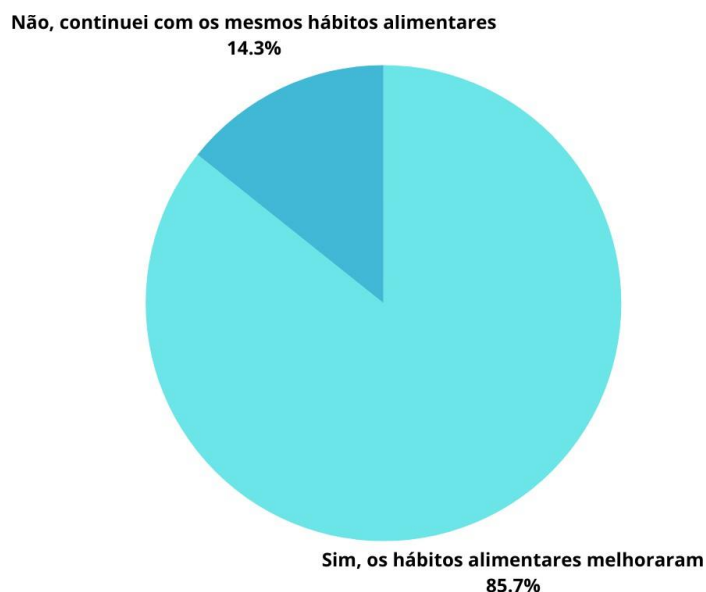
Gráfico 13 – Consumo semanal das comidas recebidas pelos co-agricultores da CSA Artigo 5º



Fonte: Elaboração própria (2024)

No entanto, muitos co-agricultores mudaram seus hábitos alimentares a partir da inserção na CSA. Mais de 85% dos co-agricultores que responderam aos questionários afirmam ter melhorado sua alimentação (Gráfico 15). Entre os relatos, destaca-se a aprendizagem de consumir comidas antes desconhecidas, com vários exemplos de comidas típicas do Cerrado que não são encontradas nos mercados. Como resultado, houve uma maior conscientização sobre a alimentação dessas pessoas, que passaram a adotar uma dieta mais saudável. Um dos co-agricultores menciona que sua participação na CSA está relacionada ao engajamento político e à promoção de comidas saudáveis, além de uma ressignificação dos hábitos alimentares: “[...] essencialmente, minha participação na CSA esteve relacionada ao engajamento político, no incentivo da produção de alimentos saudáveis, bem como uma ressignificação dos hábitos alimentares.”

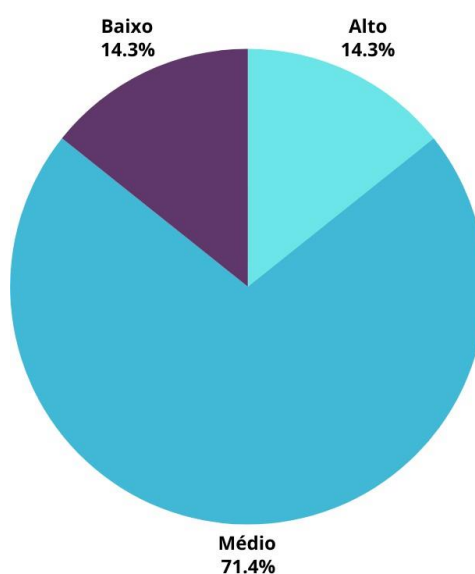
Gráfico 14 – Alteração de hábitos alimentares do co-agricultores por conta da CSA



Fonte: Elaboração própria (2024)

Ainda em relação aos hábitos alimentares, quando perguntados sobre o nível de consumo de alimentos industrializados no cotidiano alimentar dos próprios co-agricultores e suas famílias, mais de 70% das respostas indicam um consumo médio de alimentos industrializados (Gráfico 16). Mesmo assim, muitos co-agricultores relatam estarem cientes dos riscos dessa alimentação e mencionam que a CSA os despertou para a necessidade de reduzir o consumo de produtos industrializados, buscando cada vez mais comidas saudáveis, o que tem influenciado positivamente a organização de suas vidas.

Gráfico 15 – Nível de consumo de alimentos industrializados pelos co-agricultores e suas famílias



Fonte: Elaboração própria (2024)

O transporte da produção é realizado pelos próprios camponeses envolvidos na CSA Artigo 5º, e as cestas são distribuídas em um ponto de retirada localizado em Goiânia/GO, na Igreja São Judas Tadeu, em um local centralizado da cidade. O transporte não depende de terceiros, pois os próprios camponeses são responsáveis por essa tarefa. Na entrega, os co-agricultores também desempenham o papel de organizar e cuidar das comidas. As entregas são feitas em *ecobags*, reunindo produtos da colheita da semana, de forma variada (Figura 10).

Figura 9 – Entrega de comidas da CSA Artigo 5º



Fonte: Instagram (csa5artigo)

O modelo de distribuição segue a lógica do circuito-curto, onde a distância entre o produtor e o consumidor é reduzida, proporcionando maior proximidade entre eles e facilitando a comercialização da produção. Nesse modelo, não há a interferência de atravessadores, o que contribui para a manutenção de preços mais acessíveis.

Jesus e Oliveira (2023) compreendem a CSA Artigo 5º dentro do modelo de circuitos-curtos e descrevem:

A distribuição é feita por meio de um circuito-curto, eliminando o papel dos atravessadores, típico dos modelos convencionais, o que barateia o custo de produção, coloca agricultores e co-agricultores em constante contato, fortalecendo a confiança, reduzindo a poluição gerada, pois o alimento não viaja longas distâncias, nem está embalado em plásticos ou sacolas, sendo responsabilidade de cada co-agricultor levar sua própria sacola retornável para a retirada dos alimentos. (Jesus; Oliveira, 2023, p. 171)

Estabelece-se, assim, uma relação campo-cidade, que pode ser observada a partir da compreensão dos processos que envolvem a forma como o espaço é apropriado e a produção do território, que perpassa a ancestralidade (Pádua; Mendonça, 2020). Dessa forma, campo e cidade não podem ser entendidos separadamente, pois historicamente houve um movimento de expulsão do campo para as cidades, que permanece no imaginário. Além disso, a relação com a comercialização e distribuição de comidas ocorre entre o campo e a cidade. Essa relação deve ser contextualizada em um diálogo contínuo que respeite as dinâmicas locais, culturais e ambientais, e que considere as práticas de produção sustentáveis e autônomas, como o modelo da CSA.

Visando a justiça social, os participantes da CSA Artigo 5º são apoiadores de causas e participam de encontros, articulações, diálogos e debates que impulsionam questões significativas. Buscam também contribuir com a sociedade por meio da oferta de oficinas relacionadas às atividades da CSA e doações das comidas remanescentes a instituições que apoiam pessoas em situação de vulnerabilidade social.

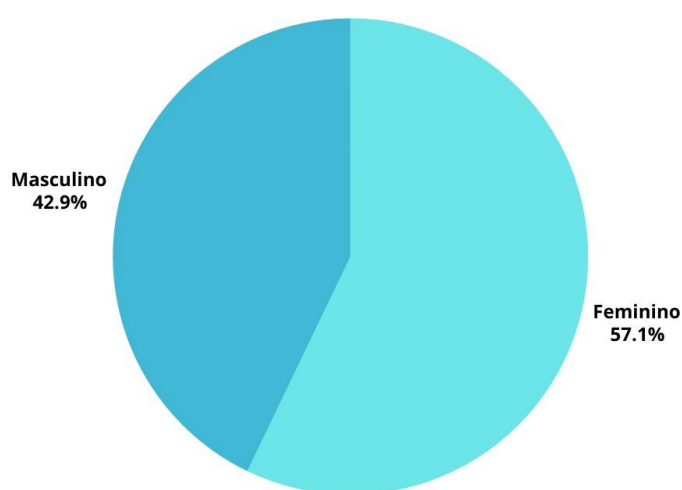
Jesus e Oliveira (2023) analisam a CSA Artigo 5º a partir de sua experiência socioprodutiva em um circuito-curto de distribuição das comidas produzidas. Os autores afirmam que, para além da produção, deve haver compromisso com o caráter político da luta pela terra e pela Reforma Agrária, visando a dignidade dos camponeses na terra e a sustentabilidade. Por fim, os co-agricultores também devem estar inseridos em uma lógica política e ideológica consonante aos princípios da CSA.

A escolha pela CSA não é apenas técnica, ou visando o consumo de alimentos saudáveis. Ela é antes de tudo uma decisão política e ideológica, uma forma de se conceber as relações entre os sujeitos que trabalham em contato cotidiano com a terra, e aqueles que recebem o que se produz. Essa relação com a natureza, de respeito de seus ciclos e produtos é muito importante, porém demanda uma temporalidade distinta daquela que se vê nos grandes centros urbanos. O estar presente e participar do cuidado da terra, dos processos agroecológicos, do plantio, da colheita, das discussões sobre a comunidade e suas demandas, são atividades que exigem tempo e recursos. (Jesus; Oliveira, 2023, p. 178)

Diante desses princípios, existe uma aprendizagem mútua a partir da reconexão entre campo e cidade. A conexão entre camponeses e co-agricultores, que geralmente são sujeitos urbanos, é fundamental para o compartilhamento de conhecimentos, fornecendo, principalmente aos co-agricultores, as riquezas do conhecimento do campo, que ao longo dos anos foram se perdendo. Com isso, a CSA busca a estabilidade, construída ao longo do tempo, cotidianamente, fortalecendo-se cada vez mais e mantendo o equilíbrio.

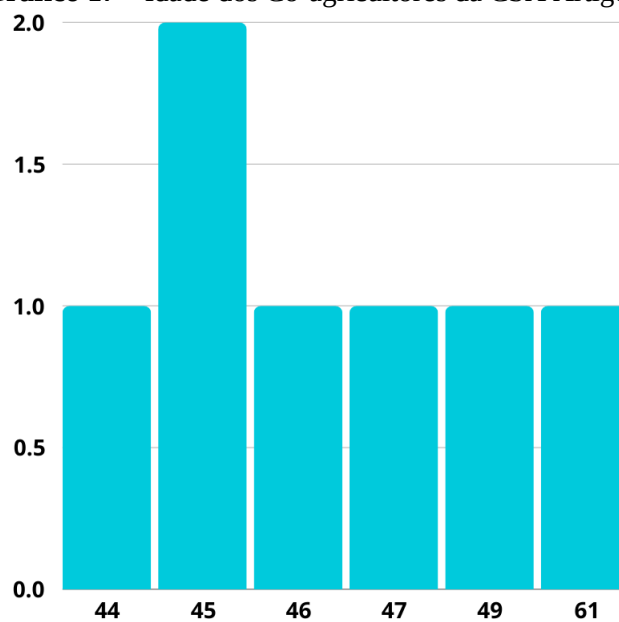
Sobre o perfil dos co-agricultores que responderam ao questionário, a maioria são mulheres (Gráfico 17), e quanto à idade, todos possuem entre 40 e 60 anos, o que indica um público mais amadurecido (Gráfico 18).

Gráfico 16 – Gênero dos co-agricultores da CSA Artigo 5º



Fonte: Elaboração própria (2024).

Gráfico 17 – Idade dos Co-agricultores da CSA Artigo 5º

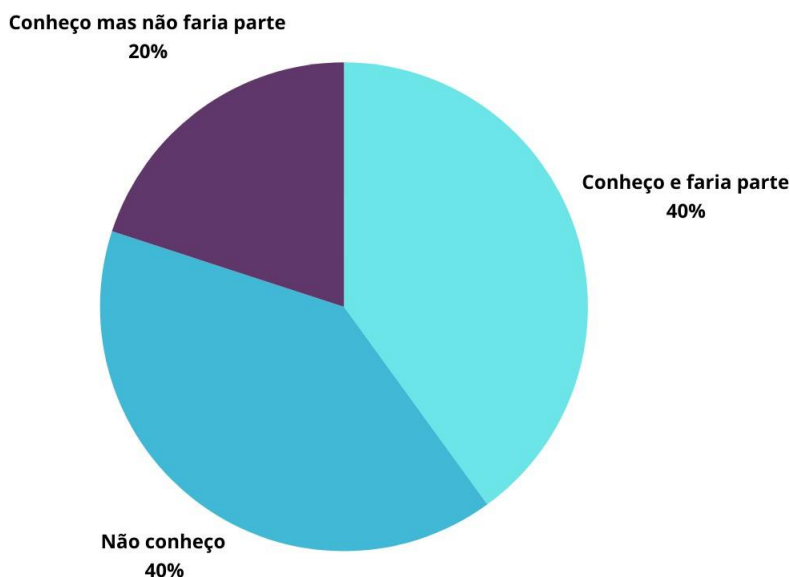


Fonte: Elaboração própria (2024)

Quando se trata dos camponeses do Assentamento Canudos que foram entrevistados e responderam ao questionário, uma grande parte (60%) conhece a CSA Artigo 5º, conforme o

Gráfico 19. No entanto, 20% responderam que conhecem a CSA, mas não fariam parte deste movimento.

Gráfico 18 – Conhecimento sobre a CSA por parte dos assentados



Fonte: Elaboração própria (2024)

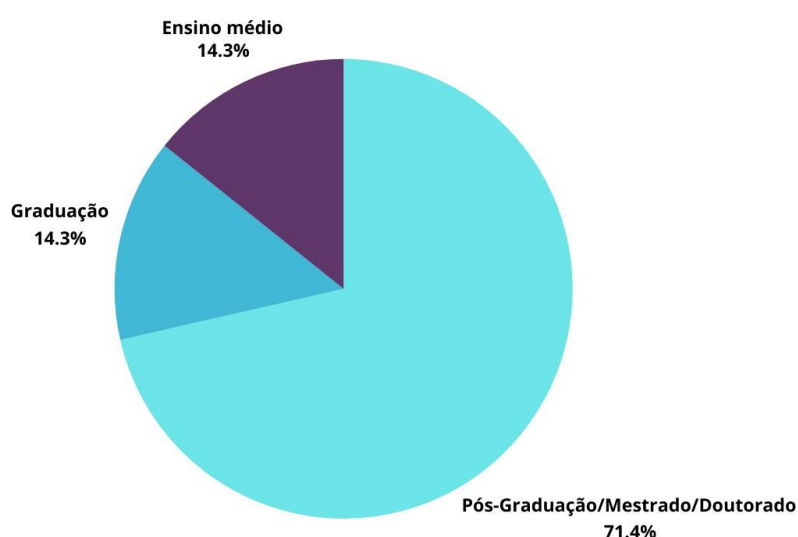
Dentre as justificativas para aqueles que disseram que não fariam parte da CSA, destaca-se a preferência por processos de comercialização mais coletivos, com outro nível de atuação, tanto internamente no Assentamento quanto fora dele. Acredita-se que coletivos, cooperativas, associações e feiras livres dialogam melhor com a sociedade, pois visualizam que a CSA Artigo 5º restringe a produção a apenas um enfoque, sendo estabelecida por apenas um movimento e uma família de agricultores camponeses.

Há, inclusive, críticas ao termo "co-agricultor", pois alguns camponeses assentados afirmam que esses indivíduos são, na prática, consumidores, já que o agricultor pode ser compreendido como quem exerce o trabalho. Contudo, os camponeses assentados são apoiadores da luta camponesa e acreditam que a CSA deveria ser mais coletiva. Neste caso, as ponderações sugerem que mais famílias camponesas deveriam ser envolvidas na produção. Outros que afirmaram conhecer a CSA e que fariam parte não têm conhecimento profundo sobre o que, de fato, ela representa.

Ainda assim, é sabido pelos camponeses assentados que, mesmo não concordando com todos os princípios da CSA, eles reconhecem a importância do movimento. Um dos assentados entrevistados afirma que a CSA é um processo que aumenta a produtividade do próprio Assentamento, além de viabilizar alimentação saudável.

Contudo, a CSA, de forma geral, apresenta algumas limitações e desafios, principalmente no que concerne ao público atingido pelo movimento. Os co-agricultores da CSA Artigo 5º, principalmente professores da UFG, servidores do INCRA e outros servidores públicos, formam um público mais politizado, que compreende a importância da Reforma Agrária, da agricultura camponesa e da valorização da alimentação saudável. Quanto ao nível de escolaridade, 71,4% possuem algum tipo de pós-graduação, e os outros são todos graduados ou têm ensino médio completo (Gráfico 20).

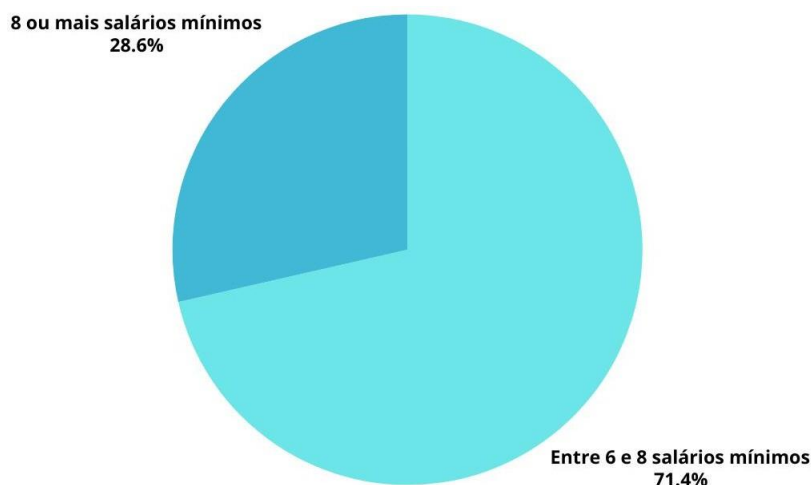
Gráfico 19 – Nível de escolaridade dos co-agricultores da CSA Artigo 5º



Fonte: Elaboração própria (2024)

A renda mensal dessas pessoas é superior à da maioria dos brasileiros (Gráfico 21), sendo que mais de 70% dos co-agricultores que responderam ao questionário possuem renda média familiar de 8 ou mais salários mínimos (Em 2024, o salário mínimo era de R\$ 1.412,00). Tal fato proporciona-lhes a condição de bancar o movimento e seus imprevistos. Para tanto, os co-agricultores desta CSA contam com alto nível de instrução e se relacionam, principalmente, em semelhanças ideológicas.

Gráfico 20 – Renda média das famílias de co-agricultores da CSA Artigo 5º



Fonte: Elaboração própria (2024)

Junqueira e Moretti (2018) definem que a organização da CSA deve estar diretamente relacionada à consciência política e social, pois não se orienta pela lógica dos mercados tradicionais. Eles evidenciam que a produção de comidas, quando pensada em aspectos políticos e sociais, deve ser priorizada acima do âmbito financeiro. “Isso significa dizer que a segurança sobre a qualidade e a diversidade dos alimentos obtidos para consumo, e os ganhos socioculturais e políticos, devem se sobrepor às expectativas de natureza econômica e financeira, que nem sempre são asseguradas por esta tecnologia social.” (Junqueira; Moretti, 2018, p. 531).

Em geral, os co-agricultores da CSA Artigo 5º possuem informações sobre as realidades sociais e ambientais que permeiam as temáticas agrárias. A maioria dos co-agricultores que responderam ao questionário disse ter melhorado suas relações com o campesinato, devido à maior aproximação com a terra e com os camponeses, a partir da participação na CSA. A maioria dos co-agricultores, vindos de famílias camponesas, se reaproximou de suas identidades, fortalecendo as culturas. Poucos responderam que a CSA não modificou suas relações com o campo, pois não conseguiram participar ativamente do movimento.

Para além disso, os co-agricultores destacam a necessidade da reforma agrária para que mais movimentos como a CSA se estabeleçam. Assim, defendem e apoiam também o MST. Ambos os co-agricultores concordam que a reforma agrária deveria ser um projeto estrutural do país, e o MST é o maior movimento social a conseguir encampar a reforma agrária,

melhorando a vida de inúmeros camponeses e a continuidade da luta por mais direitos. Um dos co-agricultores disse sobre essas relações com a soberania alimentar:

Considero que a Reforma Agrária se constitui numa condição fundante para a elaboração de um projeto estrutural de país. O enfrentamento da concentração fundiária se constitui numa alternativa não apenas social, mas também econômica e ambiental. A efetivação de uma Reforma Agrária possibilitaria a distribuição de renda, o aumento da oferta de alimentos saudáveis, o arrefecimento do crescimento urbano entre outras dimensões que se constituem como problemas do país. O MST se constitui no principal movimento que tem pautado a Reforma Agrária, e neste sentido, sua formação e atuação é basilar para a apresentação de um modelo alternativo de desenvolvimento do campo, respaldado na produção de alimentos saudáveis essenciais para a construção da Soberania Alimentar. (co-agricultor da CSA Artigo 5º, 2024)

Alguns embates e desafios também são encontrados na CSA Artigo 5º. Para o camponês Valdir Misnerovicz, um dos principais desafios está relacionado à distância da unidade produtiva no Assentamento Canudos até o ponto de entrega em Goiânia. Outro fator é a entrega aos domingos, pois alega-se que o camponês trabalha arduamente durante os dias úteis da semana, para no sábado colher e organizar as cestas, e no domingo realizar as entregas, sem ter descanso suficiente. Para somar, o meio de transporte utilizado para as entregas, no caso, uma caminhonete que, por diversas vezes, estragou, e os custos não estavam inclusos no valor pago pelos co-agricultores. Portanto, tais dificuldades se traduzem em problemas logísticos.

Os agricultores camponeses da CSA Artigo 5º não deixaram de citar a falta de comprometimento dos co-agricultores como uma problemática. Para eles, a maioria encara a CSA apenas como uma alternativa para adquirir comida saudável, e poucos estão envolvidos na organização da CSA, preocupando-se com as demandas dos agricultores camponeses e cumprindo realmente o papel de co-agricultores. Para Valdir Misnerovicz, tal fato é resumido em uma falta de comprometimento com o movimento, enquanto Waldir Barbosa acredita que seja falta de compreensão sobre a função.

Os co-agricultores refletiram sobre os desafios e limitações e muitos concordam com os pontos colocados pelos agricultores camponeses. A maior parte dos co-agricultores ressalta que a falta de engajamento do grupo prejudica o andamento da CSA Artigo 5º. Por conta disso, citam a falta de cooperação entre todos, a falta de compreensão sobre o verdadeiro espírito e as bases da CSA.

Alguns co-agricultores já relataram que muitos princípios da CSA foram se perdendo ao longo do tempo, por parte de todos os envolvidos, inclusive por parte dos camponeses. Em

relação a isso, esclarecem que a produção centralizada em uma única unidade produtiva prejudica os encaminhamentos e o crescimento da CSA Artigo 5º. Em uma das respostas do questionário, um dos co-agricultores argumenta: “Era para ser um sistema descentralizado, protagonizado igualmente pelos agricultores que trabalhavam, mas foi capturado particularmente e centralizado no que ocupava a terra, que ficou com luzes e holofotes e passou todo o ônus para o que trabalhava cotidianamente de fato.” Dessarte, percebe-se que o princípio de coletividade da CSA Artigo 5º em relação à produção de comidas saudáveis não foi plenamente exercido.

Outra problemática que os co-agricultores colocaram é a falta de diversidade de comidas semanais. Apesar de uma produção baseada na agroecologia e diversidade alimentar, muitas comidas são repetidas semanalmente. Além desse fator, os co-agricultores concordam que a dificuldade de logística prejudica a CSA, especialmente devido às limitações com o transporte.

Como exposto anteriormente, o grupo geralmente associado às CSAs inclui professores e profissionais liberais, não sendo considerados membros das classes populares da sociedade, e são estes os principais atingidos pelas forças das corporações capitalistas, produtoras de desigualdades e ceifadoras do direito à alimentação adequada, cultural e saudável, pela qual se objetiva a CSA.

3.3 REPRODUÇÃO DE VIDA DOS CAMPONESES

O campesinato possui modos de vida que se estabelecem por meio da autonomia, colaboração e solidariedade entre os sujeitos, da relação com o território, das lutas políticas e do trabalho, produzindo culturas singulares. Tais aspectos atravessam as vidas dos camponeses, sendo que a reprodução camponesa se revela em meio a significados diversos. Traduz-se no modo de perceber a sociedade e os territórios, nos conflitos contra as formas espaciais que o capital espacializa. Apesar de não haver unanimidade, a multiplicidade de sentidos formula a reprodução da vida dos camponeses.

Em relação ao espaço agrário, Mendonça (2004) compreende a modernização da agricultura a partir da modernização do capital, e, portanto, materializando-se em uma modernização conservadora da agricultura. Considera-se conservadora pelo fato de manter em sua estrutura o processo de exploração. Nessa linha,

A modernização patrocinada pelo capital será sempre conservadora, pois reproduzirá de forma mais sofisticada a dominação, a exploração e a

precarização do trabalho no processo de criação do valor e da apropriação/sujeição da renda da terra” (Mendonça, 2004, p. 27).

Mendonça (2004) ainda estabelece que a modernização conservadora não diz respeito apenas à agricultura, mas também ao Estado, que viabiliza a reprodução do capital:

A modernização conservadora não se atém apenas à modernização da agricultura, mas também ao processo de metamorfose do próprio Estado e suas contradições, enquanto viabilizador das condições para produção do valor e, consequentemente, do capitalismo, assim como das condições para a sua superação, a partir da territorialização da relação capital x trabalho, que expressa a contradição viva, portanto, a possibilidade concreta para se pensar uma sociedade para além do capital. (Mendonça, 2004, p. 57)

A íntima relação entre terra, trabalho e cultura é colocada em risco devido à modernização territorial. O processo de expansão do modo de produção capitalista se desdobra na modernização dos territórios (Castilho, 2014). No entanto, a modernização territorial, formada politicamente e ideologicamente, diferencia-se especialmente pela produção de desigualdades (Castilho, 2014).

Castilho (2014) determina que a espacialização é fundante na difusão da modernização, uma vez que sua organização se relaciona grandemente com questões políticas, resultantes da totalização do processo de modernização, no qual as relações de classe se constituem, configurando-se em uma modernização territorial. “Dizer que a modernização é territorial significa evidenciar o caráter espacial desse fenômeno, qualificar os atores e ressaltar a determinação política moldada pelas relações sociais de produção” (Castilho, 2014, p. 45).

Castilho (2014) defende que a modernização territorial não pode ser observada de forma dualista. A modernização da agricultura reflete não apenas no campo, mas também nas cidades. Diante disso, é importante analisar a modernização não apenas nos espaços em que suas consequências são mais perceptíveis, já que reverbera em âmbitos políticos, culturais, sociais e econômicos. A modernização é territorial e totalizante.

O discurso da modernização se tornou cada vez mais latente e positivo, por isso é fundamental observar suas contradições. Para Mendonça (2004), a modernização por si só é excludente, já que constitui a materialização da desigualdade expressa na reprodução do capital. Tal processo concedeu às classes hegemônicas infraestrutura, créditos, técnicas, condições para produção e comercialização da agricultura, enquanto os camponeses foram desterritorializados, expropriados de seus territórios e submetidos a condições precárias (Mendonça, 2004).

Canuto (2012) expõe ainda que a modernização veiculada por meio do agrohidronegócio se expressa por seus avanços tecnológicos, concebida como

desenvolvimento. Contudo, não causa transformações na estrutura agrária brasileira, mantendo a concentração das terras e da renda e a precarização do trabalho.

Os avanços tecnológicos aplicados ao agronegócio são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras têm apresentado números cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passa do que podemos chamar de modernização conservadora. Todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. (Canuto, 2012, p. 3)

Em contraposição a essa lógica da modernização, que arruína territórios e suas gentes, é importante analisar a proposta do Bem Viver. Acosta (2016) aborda o Bem Viver a partir da proposta de equilíbrio entre natureza e comunidades, opondo-se aos processos de acumulação, na seguinte forma:

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida. (Acosta, 2016, p. 33)

O Bem Viver questiona o discurso acerca do desenvolvimento e crescimento econômico, que ampara concepções excludentes, tendo como referência bases coloniais (Acosta, 2016, p. 34). Partindo dessa compreensão, entende-se que o atual modo de produção, que se apoia na devastação de recursos territoriais, apagamento de culturas e expulsão de povos tradicionais, é extremamente destrutivo. Portanto, a noção de desenvolvimento econômico é enganosa, na medida em que não considera o esgotamento dos recursos territoriais utilizados para a produção de mercadorias, afetando diretamente a identidade dos sujeitos.

Acosta (2016) explicita a necessidade de abandonar a visão economicista de mundo para que não se desconsiderem aspectos não econômicos de suma importância:

A busca por novas formas de vida implica revitalizar a discussão política, ofuscada pela visão economicista sobre os fins e os meios. Ao endeusarmos a atividade econômica e, particularmente, o mercado, abandonamos muitos instrumentos não econômicos indispensáveis para melhorar as condições de vida das pessoas. Por exemplo, acreditar que os problemas ambientais globais se resolverão com medidas de mercado é um erro que pode nos custar muito caro: está demonstrado que as normas e regulações – embora insuficientes –

têm sido mais efetivas que “as leis” de oferta e demanda preconizadas pela economia capitalista. (Acosta, 2016, p. 38)

Considerando o Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento, surge uma proposta que ajusta uma representação de superação dos modos de produção capitalista, sem significar um retrocesso (Acosta, 2016). Bórquez e Núñez (2014) apontam uma série de crises sistêmicas ao capital e, como parte disso, visualizam manifestações de acentuadas necessidades de consumo, mercantilização e individualismo, que estão conduzindo à perda da condição humana. Considerando principalmente os povos originários, o conceito de Bem Viver emerge no processo de subjugação desses povos, manifestando-se como uma alternativa ao desenvolvimento, diante da urgência de se construir outras alternativas baseadas na luta de classes (Bórquez; Núñez, 2014). Assim, Bórquez e Núñez (2014) argumentam que o Bem Viver é igualmente uma alternativa para os povos camponeses, devido ao seu passado marcado pela colonização e pela relação com os territórios.

No Bem Viver, como pregado por Bórquez e Núñez (2014), o território constitui um elemento essencial, sendo concebido como "sujeito", caracterizado por uma multiplicidade de níveis, em que todos possuem vida e coração. Dessa forma, o território precisa estar em harmonia para que, conseqüentemente, a comunidade também esteja

Acosta (2016) disserta sobre como a luta pela sobrevivência da humanidade se transformou em uma luta pelo controle da natureza, resultando em uma separação entre ambos. "Chegou-se a definir a Natureza sem considerar a Humanidade como sua parte integral. Foi uma espécie de corte ao nó górdio da vida que une todos os seres vivos em uma única Mãe Terra. Assim, abriu-se caminho para dominá-la e manipulá-la." (Acosta, 2016, p. 101). Nesse contexto, o capitalismo ganhou forças para transformar a natureza em uma mera fonte de recursos, erroneamente considerada inesgotável.

Dessa forma, percebe-se a necessidade de estabelecer o Bem Viver como um "caminho" para os camponeses. Tendo como base a intrínseca relação destes com a natureza, o Bem Viver propõe a cooperação entre todos os sujeitos das comunidades, promovendo o equilíbrio com a própria natureza e permitindo que os modos de vida tradicionais e ancestrais sejam exercidos sem devastá-la.

O Bem Viver aceita e apoia maneiras distintas de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político. Diversidade que não justifica nem tolera a destruição da Natureza, tampouco a exploração dos seres humanos, nem a existência de grupos

privilegiados às custas do trabalho e sacrifício de outros. (Acosta, 2016, p. 240)

Para além dessas questões, as tecnologias advindas com o processo de modernização territorial, que se apresentam com um discurso integrador, tornaram-se segregadoras, ao excluir parcelas significativas da sociedade. Acosta (2016) relembra que uma grande fração da população mundial ainda não possui acesso a tecnologias e que a técnica faz parte do ordenamento do capital para assegurar as condições de acumulação. Com isso, o trabalho também sofre transformações, já que nem todos os trabalhadores conseguem desempenhar funções tecnológicas, sendo excluídos do processo.

Na realidade, muitas das novas técnicas são fonte de renovadas formas de desigualdade, exploração e alienação. Muitos dos avanços tecnológicos, por exemplo, fazem com que certos trabalhadores se tornem imprestáveis ao passo que excluem todos aqueles que não consigam acessar a novidade. Tudo isso redefine o próprio trabalho, deslocando-o ao âmbito cognitivo e contribuindo com sua flexibilização. Os seres humanos, ao que parece, nos transformamos em simples ferramentas para as máquinas, quando a relação deveria ser inversa. Para que exista outro tipo de técnica, portanto, é necessário transformar as condições de sua produção social. (Acosta, 2016, p. 37)

Thomaz Junior (2012) alerta que o capitalismo é fundamentado na propriedade privada e se mantém pela exploração do trabalho e pela apropriação da renda da terra. Nos últimos tempos, intensificou-se o processo de degradação da força de trabalho, o que piorou as já precárias condições de vida das classes trabalhadoras.

As repercussões desse processo para o conjunto dos trabalhadores refletem um quadro em que a classe trabalhadora aumentou de tamanho, e em quantidade, porém de forma heterogênea, fragmentada. Mais ainda, diferenciada pelos territórios e lugares, e crescentemente mais precarizada [...] (Thomaz Junior, 2012, p. 13)

Considerando que o campesinato antecede o capitalismo, mas se configurou em meio à sociedade capitalista, ele sofreu a desterritorialização, intensificada pela tecnificação da agricultura, o que ocasionou a modificação dos aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais no campo. "Assim, cresce a mobilidade do campesinato, seja para o trabalho urbano-industrial, seja para novas áreas da fronteira agrícola que se estende para novas atividades produtivas no campo" (Mendonça; Thomaz Junior, 2011, p. 24). Portanto, expõe-se a relação entre capitalismo e degradação do trabalho, que reduz os sujeitos – uma parcela dos trabalhadores, que sequer tem a chance de adentrar o mercado de trabalho – à força de trabalho e à capacidade de produção de mercadorias.

Quando se trata do campo especificamente, percebe-se que a relação entre técnica e trabalho faz com que inúmeros camponeses sejam expropriados de seus territórios, marginalizados e substituídos por "máquinas", sendo obrigados a se deslocarem para as cidades, onde exercem funções que não correspondem às suas identidades laborais e territoriais.

Além disso, a exploração do trabalho ocorre de diversas maneiras, por meio da informalidade, escravização, falta de equipamentos de proteção, salários aquém do devido, entre outros aspectos que precarizam e superexploram os trabalhadores, seja no campo ou nas cidades.

A dinâmica geográfica territorial permite uma compreensão mais profunda dos trabalhadores camponeses, sujeitos plurais em suas cargas histórico-sociais, mas que, ao mesmo tempo, conformam a luta de classes na defesa dos territórios. Thomaz Junior (2012, p. 3) afirma:

E o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do trabalho, no Brasil, portanto sua própria dinâmica geográfica é o que nos permite compreender a realidade das famílias trabalhadoras camponesas, dos inúmeros contingentes de trabalhadores e trabalhadoras egressos dos centros urbanos, e que carregam em seu interior formações e conteúdos sócio-culturais distintos, mas que fazem espacializar o conflito de classes e criam/constroem por dentro do mesmo conflito os territórios da resistência. É por isso que o campesinato, assim como as demais formas de expressão do trabalho, não é um a priori, tampouco uma essência identificada por características próprias, mas se constituem através e por meio da ação histórica dos sujeitos-atores como expressões vivas das contradições da luta de classes.

A partir desse debate, Mendonça e Thomaz Junior (2011) destacam que a particularidade do campesinato reside no fato de seus membros serem simultaneamente proprietários e trabalhadores da terra, além de estabelecerem organizações produtivas não capitalistas, correlacionadas ao assalariamento e rendas provenientes de fontes além do trabalho no campo.

Apesar dessa perspectiva, Paulino (2004) desconsidera a ideia de que camponeses e técnicas modernas estejam em lados opostos. Paulino propõe que a modernização não se restringe a empreendimentos capitalistas, mas que os camponeses adotam inúmeras estratégias para se reproduzirem, até mesmo inserindo-se em estruturas comerciais e financeiras nas quais a técnica predomina. Em suma,

Em outras palavras, assim como entre os proprietários capitalistas, há camponeses que comercializam individualmente a produção, outros se acham associados às cooperativas, há aqueles que trabalham em sistema de integração com os complexos agroindustriais, particularmente da cadeia

avícola, citrícola e sericícola, enfim, as estratégias de produção econômica e reprodução social são inúmeras. (Paulino, 2004, p. 8)

Esse fenômeno pode ser observado no Assentamento Canudos, objeto de estudo desta pesquisa, onde a inserção de alguns camponeses assentados na lógica capitalista de produção, que envolve o uso de agrotóxicos, técnicas destrutivas e monocultivos, desencadeia conflitos entre os sujeitos do território. No entanto, destaca-se que, quando bem utilizadas, as tecnologias podem facilitar o trabalho no campo. No caso da CSA, por exemplo, existe uma maior autonomia nas formas de produção, com comercialização direta, que, conforme Paulino (2004), envolve o risco da não integração das colheitas ao mercado.

Por esses motivos, compreende-se que o campesinato não está excluído do modo de produção capitalista. No entanto, apesar dos camponeses estarem, em grande parte, impedidos de acessar técnicas e tecnologias associadas à modernização territorial, suas especificidades ainda persistem. Mesmo que,

Apesar do imperativo da produtividade, com todas as relações que lhe são inerentes, os camponeses continuam senhores de seu tempo e de seu espaço, de modo que os tentáculos do capital os afeta na exata medida em que esses a incorporam. (Paulino, 2004, p. 9).

Shanin (2005) afirma que o “camponês” é uma mistificação, destacando suas especificidades e diversidades. Por isso, Shanin (2005) questiona as respostas generalizadas sobre o conceito de camponês, apontando que, na realidade, sua particularidade reside na multiplicidade.

A conceituação da especificidade camponesa reside na admissão da complexidade e dos graus de ambivalência e expressa uma tentativa de acatar a questão em um nível teórico. Não é essencialmente uma resposta, mas uma pressuposição que ajuda a engendrar novas respostas específicas. (Shanin, 2005, p. 19).

Compreender o campesinato atual exige a assimilação não apenas do campesinato, mas da sociedade capitalista como um todo. Ploeg (2006) desenvolve a concepção de coprodução para articular com a condição de vida camponesa. "Coprodução é o incessante encontro e interação mútua entre homem e natureza viva e, de forma geral, entre o social e o material" (Ploeg, 2006, p. 22). Assim, a coprodução se relaciona com os mercados, de modo que uma parte da produção é comercializada, outra parte consumida pela família, e uma terceira parte pode prover a próxima produção. Este fato reflete um dos inúmeros elementos do modo de vida camponês.

Ao analisar o modo de produção camponês, Ploeg (2006, p. 22) define que "O modo de produção camponês se articula com as relações sociais mais gerais que definem a posição do campesinato na sociedade (isto é, 'a condição camponesa')". Dessa maneira, o campesinato não é visto como um modo de produção isolado, mas como uma fração da classe trabalhadora com suas próprias especificidades.

Entre os elementos que definem a condição camponesa, podemos destacar: a limitação de recursos devido às origens e reprodução de gerações; a abundância de trabalho e a finitude dos objetos de trabalho; a interdependência entre recursos materiais e sociais; a centralidade do trabalho e uma relação própria entre a produção camponesa e os mercados; e, por último, "[...] o modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de criação de valor agregado e de empregos produtivos." (Ploeg, 2006, p. 26). Embora consideremos a contribuição de Ploeg para caracterizar o campesinato, como mencionado, não o vemos como um modo de produção em si.

Shanin (2008) realiza uma análise sobre as lições que os camponeses oferecem, observando que grande parte das decisões no campesinato é definida por organizações externas, principalmente o Estado. No entanto, apesar de todos os desafios enfrentados, os camponeses têm se mostrado resilientes, utilizando a luta social e política, e as organizações sociais, com uma notável criatividade para superar as crises.

[...] a vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não-camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso. (Shanin, 2008, p. 25)

Não é raro encontrar discursos que marginalizam os camponeses, considerando-os inferiores, ultrapassados ou ignorantes. No entanto, há muito a aprender com o estilo de vida camponês, especialmente em relação às estratégias que eles desenvolvem para superar as crises que afetam uma grande parte da sociedade.

Shanin (2008, p. 28-29) considera notável a forma como os camponeses utilizam a criatividade para enfrentar as adversidades, especialmente no que tange à importância da família. "A família pode empregar sua mão-de-obra de diferentes maneiras e, agregando os resultados de seu trabalho, manter-se unida e proteger-se de maiores danos. Em certas situações,

quando não há crédito no banco para os camponeses, eles podem obter crédito com parentes." (Shanin, 2008, p. 29)

Ao estudar os camponeses, é essencial realizar uma análise que compreenda seus símbolos e significados sem impor soluções externas, captando o modo de vida e as estratégias que configuram suas reproduções sociais.

A construção da classe camponesa é complexa e envolve, além das lutas, a construção de identidades, que se manifestam por meio de múltiplas particularidades entre os sujeitos do campo. Nos assentamentos de reforma agrária, essa complexidade torna-se ainda mais visível, uma vez que esses assentamentos podem ser compostos por camponeses provenientes de diferentes regiões. Assim, como observa Medeiros (2006), as especificidades dos assentamentos atravessam as formas estabelecidas de organização e reorganização do espaço.

Percebe-se que os assentamentos geram identidades que surgem da construção coletiva entre os assentados, com base nas trocas e interações dentro do território. Para Medeiros (2006), o território não se configura apenas pela identificação com o espaço, mas pela busca pela terra, pela condição de serem "Sem Terra". Neste viés:

Aos poucos o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, identidades, criam significações da luta e do jeito cultural de cada um. Os significados e as estratégias existentes multiplicam-se em conjunto de ações. Poderíamos dizer que a territorialidade que aparece em um assentamento está composta de relações simétricas, estabelecendo as trocas necessárias, os ganhos e os custos se equilibram revelando a multiplicidade do espaço vivido. O território de um assentamento é constituído por um grupo de pessoas que passaram a viver neste espaço não por se identificarem com aquele ambiente, mas porque se engajaram em uma organização cuja identidade é ser Sem Terra, é buscar a terra. (Medeiros, 2006, p. 45)

Silva (2003) considera que os assentados são, antes de tudo, camponeses, sendo essa a condição que os levou a lutar pelo território. A condição camponesa permanece intrínseca à sua identidade, mesmo quando estão em processo de desterritorialização. A identidade, por sua vez, pode ser entendida como a maneira de ser e de estar no espaço, envolvendo:

agir, identificar-se (mas não só isso), costumes, hábitos, culturas, e o modo como se manifestam essas formas de realização do viver, um reconhecer, um projetar, um apropriar-se, um criar, um inventar, um relacionar-se (Silva, 2003, p. 106).

Não é possível inferir uma identidade única para os camponeses, uma vez que seu modo de reprodução social não se encaixa em padrões fixos da classe trabalhadora. Isso porque sua identidade depende de inúmeros fatores, como cultura, território, ancestralidade, ambiente,

lutas, recursos e modos de trabalho, que variam no tempo e no espaço. A organização coletiva dos camponeses, seja nos assentamentos ou em situações de resistência individual, caracteriza a necessidade de sua existência, mas sem depender de um conjunto rígido de elementos materiais ou de uma identidade única.

Não se infira que o camponês seja um tipo de identidade “formada” na edificação de qualquer movimento socioterritorial específico. Ao compor-se em grupos, os camponeses organizados, em vistas de serem assentados, ou mesmo aqueles que resistiram isoladamente na luta pela continuação de sua condição de vida, se colocam como condição existencial e não como referência. Não é necessário criar, para que exista, mercadorias e signos de identificação, uma vez que, eles mesmos, são a própria identidade. Sendo assim, não é necessário, como em outros casos, criar um universo simbólico separado da situação existencial dos indivíduos, uma vez que o discurso comum é a reflexão em torno de suas vidas cheias de histórias que se repetem e que agora têm em comum a necessidade e o desejo de se reencontrar na terra. (Silva, 2003, p. 110)

Esse processo de (Re)Existência é vital para a continuidade das vidas dos camponeses, sobretudo no contexto da modernização territorial, que os expropriou de seus territórios e os forçou a desenvolver novas estratégias para continuar existindo como fração da classe trabalhadora. Pelá e Mendonça (2010) conceituam a (Re)Existência como expressão das ações políticas construídas por meio de aspectos socioculturais, necessárias para a permanência das identidades camponesas, especialmente em espaços onde as lutas pela terra e pelos direitos sociais são intensas.

Assim compreendemos a (Re)Existência enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. Nesse sentido, as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento. (Pelá; Mendonça, 2010, p. 54)

Refletindo sobre o processo de expropriação das terras dos camponeses, ou da desterritorialização sob a influência do agrohidronegócio, é evidente que, embora os camponeses precisem se recriar em novos espaços, sua identidade camponesa persiste. Silva (2003) observa que a construção das identidades no campesinato se dá no imaginário,

permitindo que, mesmo no espaço urbano, o camponês resgate o “ausente”, tornando presente aquilo que está distante de sua condição de realização identitária.

“O camponês quando perde a sua referência anterior, ou seja, sua condição de pequeno proprietário, ou de arrendatário ou a sua relação com a terra sofre um processo de desterritorialização. Na medida em que vai se constituir um novo território este camponês passará por um novo processo de organização mas que ainda manifestarão os seus jeitos, as práticas, as suas experiências acumuladas em sua história de vida [...]. (Medeiros, 2006, p. 6)”

Mendonça e Thomaz Junior (2011, p. 27) argumentam que a (Re)Existência, empreendida por meio de ações sociais, pode levar os camponeses à emancipação social. O trabalho, cada vez mais precarizado, faz com que os camponeses percebam as contradições em que estão inseridos. Ao passarem pelo processo de (Re)Existência, seus símbolos de identidade são reconstruídos, mas mantendo características intrínsecas ao campesinato, que aglutinam os camponeses à classe trabalhadora, fortalecendo-a.

Portanto, dentre os diversos elementos que garantem a reprodução dos sujeitos do campo, a agricultura camponesa se destaca como um modo de (Re)Existência. Mendonça (2010, p. 196) afirma que a agricultura camponesa articula terra, trabalho e família, sendo essencial para garantir a soberania alimentar, a permanência das culturas e a geração de renda.

[...] a agricultura camponesa se caracteriza pela relação complexa entre terra, trabalho e família e o resgate do cultivo e da cultura com práticas agroecológicas (exemplo o cultivo de sementes crioulas), além de constituir o sustento e a soberania alimentar, garante a (Re)Existência histórica e cultural dos trabalhadores/camponeses.

Em vista disso, reconhece-se que o camponês é capaz de construir novas formas de se reproduzir social e culturalmente, mesmo diante da intensificação da apropriação e exploração do capital sobre os territórios e os trabalhadores. Através de ações políticas, os camponeses continuam a produzir suas comidas, a repassar suas culturas ancestrais, a ocupar latifúndios, a marchar, a protestar, a pressionar o Estado para garantir seus direitos e a exigir políticas públicas que os incluam. Eles lutam por seus territórios, que não se limitam apenas à terra, mas também englobam aspectos culturais.

Além disso, destaca-se a relevância da reforma agrária, que permite a redistribuição fundiária e de riquezas, promovendo justiça social e sendo crucial para que os camponeses tenham acesso a territórios onde possam produzir, sobreviver e existir. Observa-se, portanto, a necessidade de garantir condições básicas para a continuidade dos camponeses em seus

territórios e a sustentação de movimentos de produção e distribuição de comidas, como a CSA, que, infelizmente, não conseguiu se manter, com o encerramento da CSA Artigo 5º.

NOTA – ENCERRAMENTO DA CSA ARTIGO 5º

Durante o desenvolvimento da pesquisa, uma série de intercorrências afetaram tanto a vida do pesquisador quanto a dos sujeitos da pesquisa. Inicialmente, com o intuito de garantir a reprodução social e econômica dos camponeses assentados no Assentamento Canudos, foi estabelecido o modelo de CSA como uma estratégia para gerar trabalho, renda e inclusão produtiva.

À medida que a pesquisa se aprofundava, foi possível perceber os benefícios mútuos que a CSA proporcionava tanto para os camponeses quanto para os sujeitos urbanos, no contexto da promoção da soberania alimentar e da alimentação saudável. Dessa forma, a CSA se mostrou um modelo produtivo relevante para os dias atuais, especialmente quando considerado como uma alternativa ao modelo das corporações capitalistas.

Contudo, no caso específico da CSA Artigo 5º, uma série de conflitos e desafios levaram ao seu encerramento após quase quatro anos de funcionamento. Iniciada em outubro de 2020, a CSA Artigo 5º teve suas atividades paralisadas por volta de abril de 2024. Entre os principais motivos que causaram o encerramento estão questões pessoais dos camponeses envolvidos, conflitos internos, a falta de compreensão sobre os princípios da CSA, a ausência de comprometimento dos co-agricultores, a falta de alinhamento político com os princípios da CSA e dificuldades logísticas relacionadas à entrega das cestas de comidas semanais.

A logística de entrega das cestas foi um dos maiores desafios enfrentados pela CSA Artigo 5º. O ponto de entrega das cestas estava localizado a aproximadamente 90 km da unidade produtiva no Assentamento Canudos, situado no município de Palmeiras de Goiás/GO. O camponês Valdir Misnerovicz destacou o peso de ter que realizar esse deslocamento semanalmente, sendo os camponeses os principais responsáveis por essa tarefa. Valdir Misnerovicz sugeriu que essa responsabilidade poderia ser atribuída aos co-agricultores, sob a lógica de que os camponeses deveriam se concentrar apenas no trabalho "porteira adentro". Por sua vez, Waldir Barbosa concordou com essa sugestão, mas ressaltou que essa divisão de responsabilidades deveria ter sido acordada previamente entre todos os envolvidos.

Outro ponto crítico da logística de entrega envolvia a responsabilidade pelos danos ao veículo utilizado para transportar as cestas. O veículo, frequentemente, apresentava avarias, o que impossibilitava o deslocamento das cestas. Para resolver a situação, os prejuízos eram divididos entre os co-agricultores, além das taxas mensais de financiamento da produção. No entanto, nem todos os co-agricultores estavam de acordo com essa divisão de custos.

Além das dificuldades logísticas, houve também conflitos relacionados à interferência na produção das cestas. O agricultor camponês Valdir Misnerovicz afirmou que, uma das características da identidade camponesa é a resistência à interferência externa nas suas produções. Esse aspecto dificultava, em certa medida, a relação entre co-agricultores e camponeses, especialmente no que diz respeito à intervenção na escolha das comidas a serem produzidas. O modelo de financiamento da CSA prevê que os co-agricultores financiem a produção em troca das cestas semanais. Esse modelo visava garantir autonomia aos camponeses, permitindo-lhes decidir sobre o que cultivar e produzir.

No entanto, os co-agricultores frequentemente se queixavam da repetição das comidas nas cestas. Embora houvesse diversidade nas espécies produzidas de maneira agroecológica, frequentemente os co-agricultores recebiam grandes quantidades de uma única comida e poucas quantidades de outras variedades, o que gerava insatisfação e esgotamento alimentar. Por outro lado, os camponeses justificavam a repetição com base no tempo necessário para o cultivo de algumas espécies, que possuem ciclos de produção mais longos, em comparação a outras com tempos de cultivo menores. Para os camponeses, essa dinâmica refletia a necessidade de compreensão dos ciclos de produção e das sazonalidades climáticas.

Outro fator que contribuiu para o encerramento da CSA Artigo 5° foram questões pessoais dos camponeses. Em 2022, um dos camponeses, Valdir Misnerovicz, teve que se ausentar de diversas atividades produtivas ligadas à CSA. Naquele momento, ele foi inserido no contexto político, lançando-se candidato a deputado federal, sem sucesso. Contudo, em 2023, Valdir Misnerovicz recebeu um convite para integrar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em Goiás (MDA/GO), assumindo a função de superintendente e coordenador do MDA. Essa nova responsabilidade impediu sua dedicação integral à CSA. Como consequência, novos camponeses foram contratados para trabalhar na CSA de maneira assalariada, o que alterou as dinâmicas de trabalho e gestão.

Em relação à expansão da CSA Artigo 5°, alguns co-agricultores reivindicaram a ampliação para outras unidades produtivas dentro do Assentamento Canudos. Inicialmente, havia o entendimento de que, conforme o movimento crescesse, haveria a inclusão de novos camponeses, mas isso não ocorreu. A CSA se centralizou em uma única unidade produtiva, excluindo até mesmo a gleba do segundo agricultor camponês envolvido desde o início do projeto. Essa centralização contrariou os objetivos iniciais de inclusão produtiva e geração de renda para outros camponeses.

Tanto os camponeses quanto os co-agricultores apontaram a falta de compreensão dos princípios da CSA como um fator importante para o insucesso do movimento. Os camponeses argumentaram que os co-agricultores não estavam suficientemente comprometidos com a organização da CSA, já que poucos compareciam às reuniões e às atividades de auxílio na produção. Por outro lado, alguns co-agricultores afirmaram que os camponeses não compreendiam os aspectos funcionais da CSA, especialmente no que se refere à sua expansão. Além disso, alegaram que, com o tempo, os princípios da CSA foram se perdendo.

Embora este fato não tenha sido diretamente abordado pelos camponeses e co-agricultores da CSA, acredita-se que a falta de políticas públicas que fortaleçam o campesinato também tenha sido um fator determinante nas dificuldades enfrentadas. A agroecologia, enquanto um projeto de política pública, poderia ajudar a resolver muitas das questões produtivas no campo, facilitando a ampliação da produção de comidas saudáveis e promovendo a inclusão produtiva do campesinato.

O encerramento da CSA Artigo 5º não reflete a ineficiência do movimento, e os resultados dessa experiência não devem ser generalizados para todas as CSAs, pois cada uma tem particularidades que devem ser consideradas. No entanto, é essencial que todos os envolvidos tenham uma compreensão clara sobre os princípios da CSA e sua aplicação prática. Apesar dos obstáculos, a CSA Artigo 5º deixou claro o desejo de retornar, sem previsão exata para o reinício das atividades, mas com os camponeses ainda buscando alternativas para superar as limitações encontradas e reestabelecer seu funcionamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, conclui-se que a produção realizada pelo campesinato não pode ser inserida nas mesmas terminologias usadas para designar mercadorias alimentares e *commodities*. Nesse sentido, propõe-se que a produção advinda da agricultura camponesa seja tratada como comida. Assim, faz-se a distinção entre comida, alimento e commodity. A produção concebida pelos camponeses, na maioria das vezes, integra um sistema alimentar culturalmente estruturado, gerando comidas que não só alimentam a sociedade como um todo, mas também preservam a dignidade das pessoas. Diferentemente do atual sistema de produção das corporações capitalistas, que transforma comidas em alimentos, homogeneizando o sistema alimentar e descaracterizando culturas alimentares. Além disso, a produção de *commodities* concebe o alimento como mercadoria, orientando-se para a geração de produtos exportáveis e lucrativos, sem contribuir para a reprodução da vida dos camponeses nem para o combate à fome no Brasil. Essas distinções cumprem um dos objetivos específicos desta pesquisa.

A influência das corporações capitalistas sobre a alimentação permeia diferentes aspectos, como classe social, gênero e cultura. À medida que transformam os hábitos alimentares, essas corporações também alteram a identidade dos sujeitos, fazendo com que se percam símbolos e significados de cada cultura. Chega-se, assim, ao extremo de nos depararmos com sujeitos que não se identificam mais com suas próprias culturas alimentares, mas que adotam escolhas relacionadas a uma alimentação globalizada e homogeneizada.

Refletir sobre a alimentação no Brasil nos leva a uma reflexão direta sobre a vulnerabilidade alimentar que atinge milhares de pessoas no país. A alimentação, portanto, possibilita uma leitura social, pois revela que as escolhas alimentares nem sempre são feitas com base em influências culturais, nutricionais ou gostos pessoais, mas sim em condições econômicas. Retomando as palavras de Carolina Maria de Jesus, em sua obra *Quarto de Despejo*: “quem inventou a fome são os que comem”. Carolina acerta com essa afirmação, pois, ao analisarmos a realidade da fome no Brasil, concluímos que ela é resultado de desigualdades sociais, criadas e perpetuadas por aqueles que lucram com o sistema capitalista.

Assim, destaca-se a importância da agricultura camponesa, que se constitui também nos assentamentos rurais, responsáveis por garantir a maior parte das comidas consumidas no Brasil, fundamentais para promover a alimentação saudável da população e assegurar a soberania alimentar. No entanto, para que os camponeses possam produzir essas comidas e distribuí-las para a comunidade urbana, é necessário que sejam reconhecidos como os

verdadeiros produtores de comidas de verdade, combatendo o discurso amplamente divulgado de que o agrohidronegócio alimenta o Brasil. A base da alimentação no Brasil — e, diga-se de passagem, a alimentação saudável — é sustentada pelo campesinato.

É importante ressaltar a forma sustentável com que a maioria dos camponeses produz e maneja as comidas, com destaque para as práticas agroecológicas. Muitos camponeses mantêm uma relação com a natureza pautada por uma visão harmônica, reconhecendo que a natureza não está à disposição para servir às necessidades desordenadas da humanidade. Por isso, há uma preocupação com os recursos territoriais, buscando garantir sua preservação para as gerações futuras. Nesse contexto, a agroecologia se insere como um movimento de transição, contrário ao modelo hegemônico capitalista. Vale destacar que a agroecologia não deve ser confundida com a produção de comidas orgânicas, embora também importante, já que a agroecologia vai além, incluindo a diversidade tanto de conhecimentos quanto de comidas.

A produção agroecológica envolve saberes culturais que fazem parte das identidades dos povos tradicionais, sendo uma prática realizada pelas comunidades há séculos, mesmo que sob outras denominações. A verdadeira riqueza da agroecologia não reside nas prateleiras dos mercados, mas nos conhecimentos ancestrais detidos pelos povos e comunidades tradicionais. Assim, é fundamental entender que a agroecologia é, antes de tudo, uma alternativa política, e não deve ser reduzida a um conjunto de técnicas ecológicas. A agroecologia representa uma forma de resistência ao modelo dominante, que sustenta práticas destrutivas, oferecendo uma alternativa justa e viável. Além disso, cabe ressaltar que a agroecologia não é terceirizável, pois está intimamente ligada a uma série de elementos culturais e territoriais.

Os assentamentos rurais resultam da luta pela terra, e a luta pelo território é uma condição essencial para a sobrevivência dos camponeses. Essa luta é fruto da ação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais, refletindo a necessidade de uma reforma agrária eficaz. A reforma agrária é fundamental para garantir que os camponeses tenham acesso a territórios onde possam se reproduzir social e economicamente, produzir comidas saudáveis e nutritivas, e exercer a agroecologia e suas culturas.

Ademais, a luta por políticas públicas é também uma luta por justiça social. O desenvolvimento de ações voltadas para a agricultura camponesa é, na prática, um meio de promover a saúde da sociedade, preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida das populações rurais. As políticas públicas são imprescindíveis para garantir a permanência das famílias camponesas em seus territórios, considerando que, mesmo após a reforma agrária,

muitos ainda enfrentam uma série de dificuldades. Programas como o PAA e o PNAE têm sido fundamentais para a consolidação das famílias no campo, permitindo o acesso a ferramentas e bens necessários para suas práticas produtivas.

Contudo, é importante destacar que o Estado tem adotado posturas contrárias à promoção da vida e da agricultura camponesa. Ao analisar os investimentos estatais, a disponibilidade de créditos e a criação de políticas públicas, fica evidente como o Estado caminha lado a lado com o capital, representado pelos elementos do agrohidronegócio brasileiro, que agem em benefício próprio. A partir dessa aliança, modelos devastadores, como o do agrohidronegócio, se consolidam. O Estado compactua com o agrohidronegócio ao direcionar grande parte das ações governamentais para o modelo capitalista, que beneficia grandes corporações responsáveis pela exploração dos recursos territoriais e pela transformação das culturas locais.

O agrohidronegócio se expande nas áreas do Cerrado, região considerada o celeiro do Brasil, sob o pretexto de promover modernidade. No entanto, essa expansão representa uma grande ameaça à biodiversidade e à vida. Ela causa impactos sistêmicos no território, por meio de desmatamentos, queimadas, grilagem de terras, uso de correntões e contaminação. Essa transformação resulta no aniquilamento das culturas locais do Cerrado e em rupturas metabólicas em diversos aspectos. Esses processos estão diretamente relacionados às diferentes visões de mundo, nas quais as comunidades tradicionais buscam, por meio de suas ações de (Re)Existência, manter suas práticas, resistindo às políticas neoliberais.

O Cerrado há muito tempo tem sido palco de transformações sociais, econômicas, culturais e ambientais. Trata-se de um território rico em biodiversidade, que, no entanto, vem sendo substituído pela lógica mercadológica do capital. Enfrentando essa lógica, o campesinato se posiciona como produtor da vida, alinhando-se a uma visão que remete aos princípios do Bem Viver, buscando uma relação harmônica entre a natureza e as comunidades. Por isso, é fundamental que as políticas públicas incentivem a produção de comidas saudáveis, adequadas e nutritivas, possibilitando um novo entendimento sobre o desenvolvimento econômico, que vai além da lógica capitalista.

O modo de vida camponês é permeado por singularidades, e essa pesquisa revelou essas características por meio da observação dos assentados de reforma agrária no Assentamento Canudos. Em certos casos, pode-se observar que muitos camponeses não quantificam a produção de comidas, pois a concebem a partir de uma lógica de autoconsumo e de manutenção da vida, sem priorizar a quantidade, o que difere da visão capitalista. Contudo, é importante

compreender que esses sujeitos não estão alheios ao modo de vida capitalista, pois também são impactados pelo sistema agroalimentar global, consumindo produtos industrializados e ultraprocessados, conhecidos como “alimentos da cidade”.

O Assentamento Canudos não pode ser visto como um "mundo à parte". Nele, enfrentam-se diversas dificuldades, incluindo questões ideológicas. Apesar de serem assentados de reforma agrária, alguns sujeitos aderem ao modelo hegemônico do capital. Alguns arrendam terras, praticam monocultivos, utilizam agrotóxicos e até criminalizam movimentos sociais, adotando ações contrárias ao ideal de campesinato. Esses desequilíbrios com o entorno dificultam a prática agroecológica, o que torna relevante a análise das problemáticas e perspectivas dos camponeses do Assentamento Canudos, tanto em relação à produção quanto à comercialização, conforme o segundo objetivo específico desta pesquisa.

O Assentamento Canudos transformou a realidade de muitas famílias. O que antes era um espaço destinado a apenas uma família, atualmente abriga cerca de 500 famílias. Além disso, essa transformação trouxe benefícios também para a natureza, que, anteriormente degradada pela atividade agropecuária intensiva do latifúndio anterior, agora apresenta um ambiente de vida renovado. Áreas degradadas foram recuperadas, tornando o solo mais fértil e restabelecendo a vegetação. No entanto, é fundamental ressaltar que o Estado também deve ser responsabilizado pela preservação ambiental, não podendo as comunidades tradicionais arcar com o peso dessa responsabilidade sem o auxílio de políticas públicas.

Ainda assim, os camponeses assentados de Canudos enfrentam várias adversidades, como dificuldades de acesso a crédito, ferramentas e serviços básicos como educação, saúde, cultura e lazer. Além disso, lidam com falsos discursos que os descredita como invasores de terras, desconsiderando-os como guardiões do território e produtores de comidas. Esse estigma também se estende ao desrespeito por suas crenças e culturas. Contudo, sair da terra não é uma opção para muitos. Apesar de todas as dificuldades, não há vontade de abandonar o campo e se mudar para a cidade. A (Re)Existência se manifesta em inúmeras ações políticas que garantem a reprodução da vida desses sujeitos.

As (Re)Existências podem ser observadas nas diversas estratégias adotadas pelos assentados para garantir sua permanência no campo. A produção de comidas é a base para a maioria deles, que se organiza por meio da agroecologia, sistemas agroflorestais (SAFs), coletivos de mulheres, produção de leite, associações, feiras livres, circuitos curtos de comercialização e também pela CSA. Esses modelos, muitas vezes, geram renda e inclusão produtiva para os camponeses, sendo essenciais para sua permanência no campo. Dessa forma,

cumprindo o objetivo geral desta pesquisa, foi possível compreender a produção de comidas sob diferentes perspectivas, inferindo que ela é essencial para a reprodução socioeconômica dos camponeses do Assentamento Canudos.

A CSA, em particular, constitui uma estratégia significativa para a continuidade dos camponeses no campo, pois seus benefícios são mútuos. Os camponeses garantem a destinação de seus produtos, independentemente da colheita, e recebem apoio para se dedicar à terra, sem a pressão do mercado. Por outro lado, os consumidores, chamados de co-agricultores, recebem comidas saudáveis, agroecológicas e de qualidade. Através dessa relação, torna-se possível que a comunidade urbana apoie a sustentabilidade da agricultura camponesa e se aproxime do espaço rural.

No entanto, o modelo da CSA Artigo 5º, implantado no Assentamento Canudos, apresenta certos limites. Um dos principais obstáculos é o perfil dos co-agricultores, que abrange uma parcela específica da sociedade. Outro desafio é a necessidade de expansão da CSA, permitindo a inclusão de mais camponeses para que possam também ter acesso a uma fonte de renda segura, sem os riscos do mercado. A ampliação do público e a diversificação dos co-agricultores são fundamentais para que a CSA se torne mais coletiva e cooperativa. Porém, é essencial que todos os envolvidos compreendam completamente os princípios da CSA, para evitar conflitos originados pela falta de entendimento. Esse comprometimento é necessário para o sucesso do movimento.

Embora a CSA seja uma ferramenta importante, não deve ser considerada a única alternativa para a reprodução socioeconômica dos camponeses. Assim, resgatando o terceiro objetivo específico desta pesquisa, que investigou se a produção de comidas por meio da CSA constitui uma estratégia viável para a reprodução da vida no assentamento, é possível afirmar que a CSA por si só não garante a sustentabilidade dessa reprodução. Para que isso ocorra, é preciso, além da CSA, uma reforma agrária eficiente, políticas públicas robustas e, principalmente, transformações sociais estruturais.

A partir da análise da CSA Artigo 5º, ficou claro que apenas a parcela da comunidade financiando a produção de algumas famílias não garante a desconexão das lógicas de mercado. É necessária a intervenção de outras instituições. O modelo da CSA e seus resultados não podem ser generalizados para todas as famílias do Assentamento Canudos, que vivem realidades e ideologias distintas. No entanto, o modelo de CSA deve ser considerado uma alternativa viável para a reprodução socioeconômica dos camponeses, embora precise ser aliado a outros elementos que garantam a vida desses sujeitos.

A produção de comidas, portanto, é vista não só como a base para a reprodução da vida dos camponeses, mas também como um fator essencial para a manutenção das famílias no campo. A materialização de experiências produtivas no Assentamento Canudos marca um processo histórico, viabilizado por uma intensa luta, com apoio do MST. A conquista do assentamento é um projeto de vida. Por isso, defende-se a reforma agrária e a conquista da terra, que envolve o conceito de território — um conjunto de relações materiais e imateriais. Em síntese, os resultados desta pesquisa revelam a contradição capitalista, representada pela relação entre capital, trabalho e meios de produção, que se constitui como a síntese da realidade observada no Assentamento Canudos.

Por fim, fica evidente que as reflexões derivadas desta pesquisa não se encerram com a conclusão deste estudo. O contato com a terra e com os sujeitos assentados revelou novas problemáticas, que delineiam futuras abordagens para a pesquisa. É necessário continuar explorando as relações que se formam no Assentamento Canudos, analisando como os sujeitos têm se desdobrado na terra, alguns alcançando os objetivos da reforma agrária e da relação com a terra, enquanto outros se alinham à lógica capitalista. Além disso, é urgente observar o envelhecimento da população camponesa e a dificuldade em manter os jovens no campo, o que aponta para uma crise futura. Igualmente importante será aprofundar a análise sobre as CSAs em nível nacional, e outras experiências similares, para compreender as particularidades internas de cada uma delas e sua contribuição para a soberania alimentar e para a produção e consumo da *Comida de Verdade*.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago de; WATANABE, Maria Aico; LIMA, Lucas Ferreira; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Sistemas agroalimentares localizados: aproximando a produção do consumo através de redes sociais. **XXII Encontro Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Campinas, 2019.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

ANDRADE, Enedina Ferreira de. **A Estratégia de Saúde da Família (ESF) em Assentamento de Reforma Agrária: o caso da Unidade Básica de Saúde do Assentamento Bela Vista do Chibarro**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 617-626, 2017.

ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO DOS ORGÂNICOS (ORGANIS). Panorama do consumo de orgânicos no Brasil – 2023. 2023. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/ciorganicos-20230616-141015.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

BARREIRA, César. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, p. 136-143, 1999.

BARRETO, Gustavo. **O que é “mercadoria” para Marx?**. Midia Cidadã, 2010. Disponível em: <<https://midiacidada.org/o-que-e-mercadoria-para-marx/>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

BÓRQUEZ, Luciano Concheiro; NUÑEZ, Violeta. **El “Buen Vivir” en México:¿ fundamento para una perspectiva revolucionaria?**. 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesino goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.

BRASIL. Lei nº 4. 504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em: 03 de jan. de 2024.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa>. Acesso em: 31 de jan. de 2024.

BRASIL. **PNAE**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: 01 de fev. de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde**. Brasília. Disponível em: < <https://aps.saude.gov.br/ape/promocaosaude/reducao> >. Acesso em: 17 de maio de 2023.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 40, p. 69-89, 1996.

CAIVANO, Simone *et al.* Conflitos de interesses nas estratégias da indústria alimentícia para aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e os efeitos sobre a saúde da população brasileira. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 12, n. 2, p. 349-360, 2017.

CANELLA, Daniela Silva *et al.* Consumo de hortaliças e sua relação com os alimentos ultraprocessados no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, 2018.

CANESQUI, Ana Maria. Mudanças e Permanências da Prática Alimentar Cotidiana de Famílias de Trabalhadores. In: CANESQUI, Ana María; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; BURIGO, André Campos; DIAS, Alexandre Pessoa. **Saúde no campo**. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: questões & debates**, v. 42, n. 1, 2005.

CARNEIRO, Henrique S. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Elsevier, 7ª edição, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Editora Antares: Rio de Janeiro, 1984.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. O Brasil agrário: o conservadorismo e a direita na bancada ruralista. **Em Tese**, v. 17, n. 1, p. 7-32, 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. Vol. 7 - Safra 2019/20 - Décimo segundo levantamento, Brasília, p. 1-33, 2020. Disponível em: < <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos?limitstart=0>>. Acesso em: 26 de jul. de 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2012.

COVITEL. **Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não Transmissíveis em Tempos de Pandemia.** Pelotas, 2022

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?.** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANSKI, Mitzy Tannia Reichembach. História e alimentação: o advento do fast food em Curitiba. **Historia Actual Online**, n. 17, p. 19-29, 2008.

DINIZ, Daise Ferreira; LERRER, Débora Franco. O programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA): uma política pública para a democratização do estado no Brasil. **Revista Inter Ação**, v. 43, n. 1, p. 259-280, 2018.

DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Botta; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes Da Silva. **Produção de autoconsumo em assentamentos rurais: princípios da agricultura sustentável e desenvolvimento.** In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco - Acre. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

ELIAS, Denise. O ALIMENTO-MERCADORIA E A FOME NO BRASIL. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 41, n. 1, 2021.

FALCÃO, Raimundo Bezerra. **A função social da propriedade.** Revista de direito público, v. 55, n. 56, p. 308-320, 1980.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação e territorialização do MST no Brasil.** In: CARTER, Miguel (Org). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, n. 15, p. 59-86, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Que reforma agrária?. **Geo UERJ**, n. 6, p. 7, 1999.

FERNANDEZ, Fernando Negret; AZEVEDO, Nayra Juliana Daniel. **Objetivos e resultados da reforma agrária no Brasil**. Estudo de caso do Assentamento Canudos em Goiás. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, BA, p. 80-96, 2014.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes; SENA, Caio César Alencar de. Produção de Alimentos em Goiás: impasses entre commodities, agricultura de base camponesa e a globalização dos hábitos alimentares. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 48, 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State Food and Agriculture: innovation in family farming**. Rome, 2014.

FORBES. The Global 2000. 2023. Disponível em:
<https://www.forbes.com/lists/global2000/?sh=33e834245ac0> Acesso em: 24 de out. de 2023

FORO MUNDIAL POR LA SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Declaración Final del Foro Mundial por la Soberanía Alimentaria**. FMSA, La Habana, 2001.

FURTADO, Ariandeny Silva de Souza *et al.* A construção do Sistema de Comercialização da Feira Interinstitucional Agroecológica: um caminhar colaborativo pró soberania alimentar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 9, n. 1, p. 15-37, 2023.

FURTADO, Ariandeny Silva de Souza. **O Potencial da Feira Interinstitucional Agroecológica na Promoção da Alimentação Saudável: saberes-fazeres em diálogo com as (os) agricultoras (es) familiares no estado de Goiás**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Recife, 2022.

FURTADO, Ariandeny Silva de Souza; ZÚÑIGA, Oscar Emerson; SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. Colonialidade do poder e a intersecção com o consumo de alimentos industrializados ultraprocessados pela população brasileira. In: GERVAIS, Ana Maria Dubeux *et al.* (Org.). **Diálogos Interdisciplinares Agroecologia e Territórios: imersões**,

sujeitos, experiências e caminhos para o desenvolvimento territorial. 1ed. Recife: EDUFRPE, 2020, v. 1, p. 1-384.

GARCIA, Rosa Wanda Diez. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, v. 16, p. 483-492, 2003.

GHIZELINI, André Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Revista Sinais**, v. 1, n. 23, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 8, p. 73-98, 2008.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. **Revista Nera**, n. 28, p. 32-67, 2015.

GOMES, Carolina Ventura; FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias. Alimentação saudável como direito humano à saúde: uma análise das normas regulamentadoras da produção de alimentos orgânicos. **REVISTA ELETRÔNICA LEOPOLDIANUM**, v. 43, n. 121, p. 22-22, 2017.

GRACIANO, Monyele Camargo. **Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável: uma análise da efetividade do programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos em Goiás.** 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GRISA, Catia *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; SILVA, Nívia Regina. **Agroecologia**. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al* (Org.). Dicionário de Agroecologia e Educação. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. **Agroecologia**. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HERNÁNDEZ, Jesús Contreras. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, Ana María; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antonio; CALAÇA, Manoel. Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás. **Revista Nera**. Presidente Prudente, SP, 2019.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências/Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences. **Revista Nera**, n. 35, p. 174-198, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro v. 8, p.1-105, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação – segunda apuração. Rio de Janeiro: MPOG/IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal**. 2021. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 05 de mai. de 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **II Relatório da Segunda Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

Acesso à Terra. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/acesso-a-terra>>. Acesso em: 07 de mar. de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

Assentamento. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>. Acesso em: 03 de jan. de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

Educação - Pronera. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/educacao>>. Acesso em: 26 de jan. de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

Institucional. 2020. Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/o-incra.html>>. Acesso em: 07 de mar. de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

Obtenção de Terras. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/obtencao-de-terras>>. Acesso em: 07 de mar. de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA).

Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>>. Acesso em: 13 de nov. de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA. **Sinopse estatística da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária: Pnera 2004.** Brasília, INEP, 2007.

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ (IRGA). Boletim do arroz de base ecológica está disponível no site do Irga. **Boletim do arroz de base ecológica está disponível no site**

do Irga. 2021. Disponível em: <<https://irga.rs.gov.br/boletim-do-arroz-de-base-ecologica-esta-disponivel-no-site-do-irga>>. Acesso em: 09 de mar. de 2022.

JESUS, Fernanda Santos de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. Circuitos-Curtos de comercialização de produtos agroecológicos na Região Metropolitana de Goiânia (RMG). **Revista GeoNordeste**, v. 34, n. 1, p. 165-184, 2023.

JUNQUEIRA, Antonio Hélio; DO AMARAL MORETTI, Sérgio Luiz. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 517-538, 2018.

KUMASAWA, Natsuko. **Alternative distribution systems for organic produce in Japan.** Halifax, Dalhousie University, Master Degree Dissertation. 1998.

LEITE, Acácio Zuniga *et al.* PROPULSORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL. **Revista Nera**, n. 60, p. 48-72, 2021.

LEITE, Sergio Pereira. **Assentamento Rural.** In: CALDART, Roseli Salete *et al* (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEITE, Sérgio Pereira *et al.* **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LIMA, Romilda de Souza; FERREIRA NETO, José Ambrósio; FARIAS, Rita de Cássia Pereira. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 10, n. 3, p. 507-522, 2015.

LOUZADA, Maria Laura da Costa, *et al.* Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2022.

MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 505-515, 2016.

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Moradia e cultura em território do cerrado – o assentamento Canudos (Goiás). **Geoambiente On-line**, n. 35, p. 332-350, 2019.

MARTINELLI, Suellen Secchi; CAVALLI, Suzi Barletto. Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 4251-4262, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível**. Tempo social, v. 11, p. 97-128, 1999.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

MATTEI, Lauro Francisco. **Impactos do PRONAF análise de indicadores**. IICA, 2005.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Latifúndio**. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MELO, Sandro Cristiano de. Assentamento Canudos-GO e a relação cidade-campo nas sociedades complexas globalizadas. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 2, p. 126-148, 2009.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano**. 2004. 457 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica de. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)sistências. Anais: **II ENCONTRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DE BARRAGENS** – Salvador, 2007.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; PELÁ, Márcia. Cerrado goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: CASTILHO, D.; PELÁ, M. **CERRADOS: perspectivas e olhares**. Ed. Vieira, 2010.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Práticas Agroecológicas em Comunidades Camponesas e Quilombolas: sementes crioulas, culturas e ambientes numa encruzilhada de tempos e espaços no Nordeste de Goiás/Brasil. **Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina: por una América Latina unida y sustentable**. Habana, Cuba, 2015.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 12, n. 2, 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). **Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio (Agrostat)**. 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA). **Plano Safra 2023-2024**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2023-2024/apresentacao-plano-safra-2023-24.pdf/>. Acesso em: 05 de jan. de 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Glossário Saúde Brasil – Comida de Verdade**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/comida-de-verdade> Acesso em: 19 de jul. de 2024.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; GOLDFARB, Yamila. **O Agro não é Tech, o Agro não é pop e muito menos tudo**. 1. ed. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung/Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021.

MOLINA, Mônica C.; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores: reflexões sobre o Pronera e o Procampo. **Reflexão e Ação**, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: editora SENAC, 2008.

MONTEIRO, Carlos Augusto *et al.* Ultra-processed foods, diet quality, and health using the NOVA classification system. Rome: **FAO**, v. 48, 2019.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Canudos: guerras de memória. **Mosaico**, v. 1, n. 1, p. 83-93, 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Assentamento Canudos, em GO, é demonstração da força da Reforma Agrária Popular**. 2023. Disponível em: < <https://mst.org.br/2023/08/08/assentamento-canudos-em-go-e-demonstracao-da-forca-da-reforma-agraria-popular/> >. Acesso em: 30 de jul. de 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Maior produção de arroz orgânico da América Latina é do MST**. 2020. Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/03/27/maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina-e-do-mst/>>. Acesso em: 09 de mar. de 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). MST e MCP produzem safra recorde de milho crioulo no sudeste do Goiás. 2018. Disponível em: <<https://mst.org.br/2018/02/15/mst-e-mcp-produzem-safra-recorde-de-milho-crioulo-no-sudeste-do-goias/>>. Acesso em: 09 de mar. de 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). O Governo Lula foi o que mais assentou famílias na história do Brasil. 2022. Disponível em:

<https://mst.org.br/2022/09/30/o-governo-lula-foi-o-que-mais-assentou-familias-na-historia-do-brasil/>. Acesso em: 16 de jan. de 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). “São 100 mil famílias em acampamentos, muitas há 10 anos debaixo da lona”: MST cobra ações do governo Lula no Abril Vermelho. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/10/sao-100-mil-familias-em-acampamentos-muitas-ha-10-anos-debaixo-da-lona-mst-cobra-acoes-do-governo-lula-no-abril-vermelho/>. Acesso em: 16 de jan. de 2024.

NÓBREGA, Stéfanny da Cruz; FERREIRA, Lara Cristine Gomes. A Feira Interinstitucional Agroecológica: Alternativas para a construção da Soberania Alimentar na Região Metropolitana de Goiânia. **Ateliê Geográfico**, v. 15, n. 2, p. 137-161, 2021.

NÓBREGA, Stéfanny da Cruz. **Gênero, agroecologia e relação cidade-campo: políticas públicas e construção da soberania alimentar em Goiás**. 2022. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

NOGUEIRA, Renata Fernandes. **A organização sócio-espacial do Assentamento Olga Benário**. Monografia, Geografia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 228-244, 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. FAO: “Brasil está próximo de deixar Mapa da Fome”. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/08/1835791>. Acesso em: 06 de set. de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). *Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe*. Santiago, 2018.

Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca2275es/CA2275ES.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2024.

PAULA, Nilson Maciel de; SANTOS, Valéria Faria; PEREIRA, Wellington Silva. A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 2, p. 294-314, 2015.

PADUA, Wilian Ribeiro; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As dinâmicas espaciais cidade-campo em áreas de cerrado: do garimpo de Esmeraldas em Campos Verdes/GO ao Assentamento Caracol em Crixás/GO. In: MENEZES, S. de S. M.; ALMEIDA, M. G.; DEUS, J. A. S. (Org.). **NOVOS USOS DOS ESPAÇOS RURAIS E SUAS RESILIÊNCIAS**. 01 ed. ARACAJÚ: Criação Editora, 2020, v. 01, p. 47-76.

PDA. **Plano de desenvolvimento do Assentamento Canudos**. Universidade Federal de Goiás (UFG), 2003.

PEIXOTO, Ângela Maria Martins; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-Go. **Revista NERA**, v. 18, p. 70-91, 2015.

PEIXOTO, Ângela Maria Martins; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. Produção de alimentos, agricultura camponesa e soberania alimentar: o PAA no estado de Goiás. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 48, 2020.

PERES, João. **Aceitaremos que os pobres adoçam de comida no Brasil?**. O Joio e o Trigo, 2022. Disponível em: < <https://ojoioetrigo.com.br/2022/06/aceitaremos-que-os-pobres-adoecam-de-comida-no-brasil/> >. Acesso em: 10 de maio de 2023.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**, v. 2, p. 13-54, 2006.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN**. Relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN; 2022.

REYDON, Bastiaan Philip *et al.* Governança de Terras: da teoria à realidade brasileira. Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura (FAO). Brasília: FAO/SEAD, 2017.

RIBEIRO, Dinalva Donizete; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; HESPAÑHOL, Antônio Nivaldo. **Relações de trabalho na agricultura mecanizada: a monocultura da soja em Goiás**. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (81), 2002.

ROSSETTI, Francini Xavier; WINNIE, Lo Wai Yee; SILVA, Marina Vieira da. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 23, n. 2, p. 912-923, 2016.

SACHO, Sara Duarte; SANTOS, Sara Fernandes dos; MOREIRA, Leniany Patrícia; LEANDRO, Wilson Mozena; ZANG, Warde Antonieta Fonseca. Gênero e Agroecologia. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 2, p. 8-8, 2018.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* (ORG.). Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília: Ipea, 2014.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **O impacto do MST no Brasil de hoje**. In: CARTER, Miguel (Org). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A Terra dá, a Terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS NETA, Marina de Camargo; SCHULTZ, Glauco; SOUZA, Marcelino de. Comunidade que sustenta a agricultura (CSA): representa uma tendência de transição do sistema agroalimentar?. Colóquio (Taquara): **Revista das Faculdades de Taquara**. Vol. 19, n. 1 (jan./mar. 2022), p. 169-190, 2022.

SANTOS, Patric Oberdan dos; BEZERRA NETO, Luiz. **EDUCAÇÃO NO CAMPO E CONDIÇÕES DE ACESSO À ESCOLA: diagnóstico dos meios de transportes para o acesso à escola no Assentamento Guarani**. In: BEZERRA NETO, Luiz; SANTOS NETO, José Leite dos (Org.). Políticas “públicas” e educação rural no contexto da América Latina. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 1575-1584, 2010.

SEIXAS, Brenda; XAVIER, Jair. A fome “oculta” do capital: a precarização do trabalho e do alimento mercadoria face à necropolítica. **Anais do III Seminário Nacional de Sociologia: Distopias dos extremos: sociologias necessárias**, 2020.

SENA, Caio Cesar de Alencar. **Da modernização à globalização alimentar: o local e o global na região metropolitana de Goiânia**. 2023. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SILVA, Fernando Carlos Alves da. **O agronegócio e a produção territorial recente em Goiás**. Sociedade e Território, v. 27, n. 3, p. 145-163, 2015.

SILVA, Mônica Cintia da; VETTORETTI, Natacha A. Rodrigues; FERNANDES, Marilne Thomazello Mendes. Mudanças no hábito alimentar: O fenômeno da Mcdonaldização. 2010. In: **XIV Encontro Latinoamericano de Iniciação Científica**, 2010, São José dos Campos. XIV Encontro Latinoamericano de Iniciação Científica. São José dos Campos: Univap, 2010. v. 1.

SILVEIRA, André Luiz Rodrigues da. **Pastoreio em Cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*)**: uma alternativa a flutuação estacional no Assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.

SOUSA, Gabriel L.; CARNEIRO, Janãine D. P. L.; NASCIMENTO, Aline C.; Mendonça, Marcelo R. AGROECOLOGIA: uma alternativa possível para o campo brasileiro: AGROECOLOGY: a possible alternative for the Brazilian countryside. **Espaço em Revista**, v. 24, n. 2, p. 53-76, 2022.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salete *et al* (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro. Soberania alimentar, o que é isso. Miyashiro, Rosana (org.). **Gastronomia e identidade cultural-coletânea de textos para educandos**. Florianópolis: Central Única dos Trabalhadores (CUT), 2008.

URGENCI. **CSA History**. 2010. Disponível em: <https://urgenci.net/csa-history/> Acesso em: 28 de novembro de 2023.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. O Pronaf pós-2014: intensificando a sua seletividade?. **Revista grifos**, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 11, n. 1, p. 5-17, 2013.

WOORTMANN, Klaas. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 19, n. 1, p. 17-30, 2008.

XAVIER, Francine Teixeira. **Chefs que Sustentam a Agricultura - Pesquisa Participativa sobre a Construção de uma Comunidade que Sustenta Agricultura (CSA) entre Chefs de Cozinha e Agricultores Agroecológicos**. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

XAVIER, Glauber Lopes. Patrões à moda antiga: Monopólio da terra, patronato rural e relações de trabalho no campo brasileiro. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre, 2015a.

XAVIER, Glauber Lopes. “Senhores da Lei, Donos da Terra”: o arauto da bancada ruralista na Câmara dos Deputados (2009-2014). Estudos Sociedade e Agricultura, v. 23, n. 1, p. 131-165, 2015b.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza. Monocultura e transgenia: impactos ambientais e insegurança alimentar. **Veredas do Direito**, v. 6, n. 12, 2009.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista (assentados/camponeses)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS**

**PESQUISA: “PRODUÇÃO DE COMIDA SAUDÁVEL: ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO DA VIDA NO ASSENTAMENTO CANUDOS/GO”.**

Questionário

Identificação:

Idade:

Sexo (masculino/feminino):

Naturalidade:

Escolaridade:

- 1) Há quanto tempo está assentado(a) no Assentamento Canudos?
- 2) Como foi sua história até chegar a essa terra?
- 3) Quantas pessoas/famílias vivem na mesma unidade agrícola?
 - A) Quantas crianças?
 - B) Quantos jovens/adultos?
 - C) Quantos idosos?
- 4) O que pensa sobre permanência da juventude na terra
- 5) Com relação as atividades na terra (lote), o que você se considera: um agricultor ou agricultora camponês(a), um produtor ou produtora? Ou outro?
- 6) O que significa a terra para você? E o Assentamento?
- 7) Como é o seu dia de trabalho (o seu cotidiano)?
- 8) Quais atividades você desempenha na terra?
- 9) Você tem algum tipo de mecanização (trator, implementos, ordenhadeira, tanque de resfriamento de leite etc)?
- 10) Quais os tipos e alimentos produzidos?
- 11) Como ocorre a produção (plantio, manejo, colheita)? Trabalho familiar ou contrata pessoas?
- 12) Quais as quantidades de alimentos produzidos?
- 13) Quais as quantidades de alimentos comercializados/vendidos?

- 14) O que você sabe sobre agroecologia? Você adota algum princípio e preceito ecológico?
- 15) Faz uso de agrotóxicos e/ou outros químicos?
- 16) Como vocês convivem uns com os outros no Assentamento? Vocês se ajudam? Existe algum conflito? Se existir como é resolvida a situação?
- 17) Que(ais) tipo(s) de conhecimento(s) você já adquiriu até hoje? Você modificou a forma de produzir os alimentos? Por quê?
- 18) Quais são as estratégias utilizadas para a continuidade da produção dos alimentos?
- 19) Os alimentos produzidos são comercializados? Se sim, em quais lugares?
- 20) Os alimentos produzidos são consumidos dentro do núcleo familiar?
- 21) Você e sua família consomem “produtos da cidade”? Quais?
- 22) Você conhece o PRONAF, PAA, PNAE? Qual? Já acessou alguma dessas políticas públicas? Quais os problemas?
- 23) Se nunca acessou nenhuma política pública, porquê?
- 24) Os consumidores sugerem mudanças/alterações nos alimentos comercializados?
- 25) Faz parte de algum movimento social? Se sim, qual? Qual a importância dos movimentos sociais para o campo?
- 26) Conhece a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA)? Qual sua opinião? Faria parte do movimento?
- 27) O que pensa para o seu futuro e de sua família? E do Assentamento?

Apêndice B – Roteiro de Entrevista (integrantes da CSA)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS**

**PESQUISA: “PRODUÇÃO DE COMIDA SAUDÁVEL: ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO DA VIDA NO ASSENTAMENTO CANUDOS/GO”.**

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

1) Identificação

a) Idade: _____ b) Sexo: _____

c) Naturalidade: _____ d) Escolaridade: _____

2) Conte sobre o percurso para integrar à CSA e o que produzem?

3) Quais os benefícios da CSA?

4) Quais as dificuldades da CSA?

5) Qual a quantidade de co-agricultores?

6) Quais os alimentos produzidos? Qual a quantidade? Qual é a renda com a CSA?

7) Qual a quantidade de alimentos comercializados?

8) Qual a forma em que produzem?

9) Qual a quantidade de pessoas envolvidas na organização da CSA? Descreva as funções.

10) Qual o destino do excedente de alimentos produzidos?

11) Qual a relação política que possui a CSA?

12) Quais os compromissos da CSA?

13) Possui apoio de algum movimento social? Explique.

14) Possui outros projetos para além da CSA?

Apêndice C – Roteiro de Entrevista (co-agricultores da CSA)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS**

**PESQUISA: “PRODUÇÃO DE COMIDA SAUDÁVEL: ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO DA VIDA NO ASSENTAMENTO CANUDOS/GO”.**

Questionário

1) Identificação

- A) Idade: _____ B) Sexo: _____
C) Naturalidade: _____ D) Escolaridade: _____
E) Profissão: _____ F) Renda média familiar: _____

2) Como conheceu a CSA?

3) Há quanto tempo se insere como co-agricultor da CSA?

4) Quais os benefícios encontrados na CSA?

5) Visualiza alguma dificuldade dentro da CSA, ou algo que poderia melhorar?

6) Qual a forma de participação ativa dentro da CSA? Possui alguma dificuldade para participação? Quais foram as atividades que você já participou?

7) Consome todos os alimentos recebidos semanalmente?

8) Possui alguma dificuldade para consumir os alimentos recebidos? Explique.

9) Possui alguma relação anterior com a terra e com camponeses? A CSA modificou sua relação com o campo? Explique.

10) Houve alguma alteração em relação aos hábitos alimentares com a inserção na CSA?

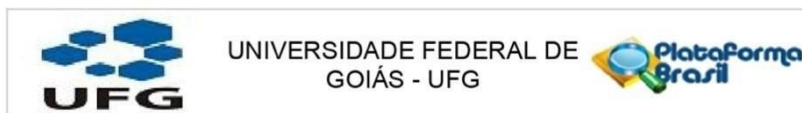
11) Com a CSA, houve uma maior preocupação em relação a alimentação saudável?

- 12) Todos os moradores do seu domicílio possuem aceitabilidade com alimentos produzidos pela CSA?
- 13) Qual o nível de consumo de alimentos industrializados, considerando você e sua família?
- 14) O que você pensa sobre a reforma agrária? E sobre o MST?

Bárbara Victória da S. Soares
Mestranda – PPGeo/IESA – UFG
E-mail: barbaravicbvss@gmail.com
Telefone: (62)98208-0365

ANEXOS

Anexo A – Submissão do Projeto a Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS DA CSA NO ASSENTAMENTO CANUDOS/GO: ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA.

Pesquisador: BARBARA VICTORIA DA SILVA SOARES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 66474322.8.0000.5083

Instituição Proponente: Universidade Federal de Goiás - UFG

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

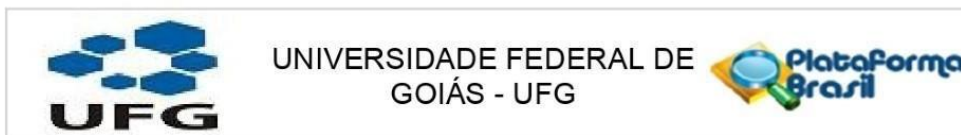
DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.013.819

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa sob o título "produção de alimentos da CSA no assentamento Canudos/GO: estratégia de reprodução socioeconômica" de autoria dos pesquisadores discente Barbara Victoria da Silva Soares e do docente Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, IESA/UFG. Será estudado o Assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás, e, mais especificamente a unidade Colmeia em que se institui o movimento Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). Serão analisados seus alimentos, e a forma como produzem, além de entrevistas semi dirigidas, em que se estabelece um roteiro previamente, porém o encaminhamento fica a cargo do sujeito entrevistado e entrevistador, em uma conversa livre sobre a produção, comercialização e distribuição dos alimentos cultivados, e sobre as dificuldades encontradas para garantirem renda e continuação de suas culturas e modos de fazer. Por meio de um plano de manejo, e uma série de estratégias, pequenos agricultores rurais são capazes de produzir alimentos saudáveis, que sustentam e nutrem os próprios camponeses e a sociedade de forma geral. Dessa forma, com a produção agrícola, é possível gerar oportunidades de renda aos produtores, e desenvolver economicamente o território agrário. O movimento vem se revelando como uma prática de sucesso para o progresso da agricultura sustentável, oferecendo uma nova forma de economia no campo. A parceria se estabelece por meio de uma dinâmica onde os riscos e benefícios são partilhados, visto que o agricultor exprime informações acerca de seus custos e modos de produção, e o consumidor por sua vez, responsabiliza-se pelo financiamento antecipado da produção dos alimentos. Os

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.013.819

benefícios são mútuos, já que os agricultores possuem uma garantia de destinação para seus produtos, independente da colheita, além do auxílio que recebem para que possam se dedicar à terra, sem se preocupar com a pressão mercadológica. Como critério de Inclusão, indicam-se os camponeses, sujeitos assentados de reforma agrária, moradores do assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás/GO. Homens e mulheres adultos. Como critério de Exclusão os sujeitos urbanos com idade abaixo de 18 anos, moradores de fora do assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás/GO. O número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção será de 10 indivíduos. Projeto financiado pelo Fund Coord. de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender a produção de alimentos no Assentamento Canudos/GO, e da CSA, e sua importância para a reprodução socioeconômica.

Objetivo Secundário: Identificar os problemas enfrentados e as perspectivas no Assentamento Canudos, para a produção e comercialização de alimentos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Cansaço, constrangimento e aborrecimento ao ser entrevistado; Desconforto por serem expostos; Alterações de autoestima ao recordarem suas condições, e desconforto relacionado a presença do pesquisador.

Benefícios: Produção de conhecimento com retorno aos sujeitos pesquisados; Compreensão da realidade; Alternativas para reprodução socioeconômica dos pesquisados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa, apresenta objetivos e metodologia adequadas a sua realização. Uma contribuição relevante está associada ao movimento Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), contribuindo com a relação entre agricultores e consumidores, e simultaneamente entre campo e cidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados: Folha de rosto devidamente assinada; Informações básicas do projeto de pesquisa; Projeto de pesquisa detalhado; Termo de compromisso assinados pelos autores da pesquisa; TCLE; perguntas norteadoras referente a entrevista; cronograma adequado e em conformidade com as diretrizes deste Conselho; Orçamento financeiro e justificativa para dispensa

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

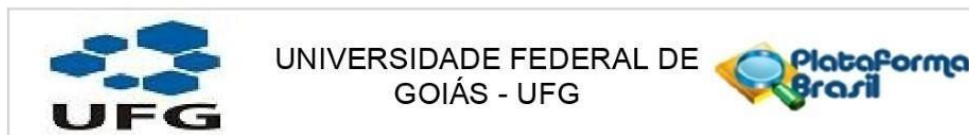
CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.013.819

de anuência da liderança local.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conforme Resoluções 466/12 sem outro óbice ético, salvo melhor juízo deste conselho, considero APROVADO este projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG os relatórios parciais e o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para maio de 2024.

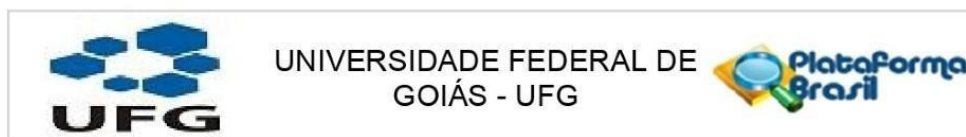
Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2068828.pdf	27/03/2023 11:07:44		Aceito
Outros	carta_dispenza_anuencia.pdf	27/03/2023 11:07:09	BARBARA VICTORIA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_detalhado3.pdf	15/03/2023 20:12:14	BARBARA VICTORIA DA SILVA SOARES	Aceito
Outros	instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	15/03/2023 20:10:27	BARBARA VICTORIA DA SILVA SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_compromisso.pdf	03/01/2023 18:56:31	BARBARA VICTORIA DA SILVA SOARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	03/01/2023 18:56:13	BARBARA VICTORIA DA SILVA SOARES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rostoassinada.pdf	28/12/2022 15:56:26	BARBARA VICTORIA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 6.013.819

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 20 de Abril de 2023

Assinado por:

Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br